

NOVA SÉRIE

REVISTA da MAIA

REVISTA CULTURAL da CÂMARA MUNICIPAL da MAIA

2019





FICHA TÉCNICA

REVISTA DA MAIA – NOVA SÉRIE
ANO IV, NÚMEROS 1- 2
JANEIRO/DEZEMBRO 2019

EDIÇÃO

Câmara Municipal da Maia
Pelouro da Cultura

DIRETOR

Mário Nuno Neves

EDITOR

José Maia Marques

EDITOR ADJUNTO

Rui Teles de Menezes

CAPA

S. Martinho de Dume representado no
Código Albeldense

PROPRIEDADE

Câmara Municipal da Maia
©Todos os direitos reservados

ISSN: 2183-8437

CONTACTOS

E-mail:
cultura@cm-maia.pt

Web:
<https://www.cm-maia.pt/pages/1474>

REVISTA da MAIA

ÍNDICE

Editorial

Mário Nuno Neves

3

Memória

Sofia Barreiros

4

Destaque do Editor

José Maia Marques

5

Evocando Papiniano Carlos

J. M. M.

6

ARTIGOS

O nascimento de uma Freguesia

António Pato

7

Vila Nova da Telha no Tempo – o sufixo “da Telha”

Joaquim José Moreira dos Santos

17

Notas em torno do Foral da Maia

José Augusto Maia Marques

25

O Barroco do Concelho da Maia – um património a (re)conhecer – parte II

Liliana Aguiar

43

Uma visão do concelho da Maia, à luz do seu Arquivo Municipal, IV - Cronologia de factos ocorridos no ano de 1915

Rui Teles de Menezes

67

Episódios de vida de um operário maiato em França, ao abrigo do acordo de mão-de-obra franco-português de 1916

Miguel Padrão

85

O Prof. António Cruz e a História da Terra da Maia

Gonçalo Maia Marques

103

Abílio Santos: esboço biográfico

Vítor Maia

117

No meu tempo – Desfolhadas e vindimas

Natália de Oliveira

127

A Biblioteca Municipal da Maia no ano em que cumpriu um quarto de século

Miguel Azevedo

135

MEMÓRIAS DA COMUNIDADE

Oficina de Fundição no Padrão de Moreira no séc. XIX

José Augusto Maia Marques

138

NOTAS DE LEITURA

143

EDITORIAL

Guardiã de memórias

Hoje começo por partilhar convosco dois pensamentos. Vereis que vêm a propósito. O primeiro é de Oscar Wilde e reza assim: “Memória é o diário que trazemos sempre connosco”. O segundo, é de Lois Lowry, autor de *O Doador*, obra que conta a história de uma comunidade do futuro e do seu Receptor de Memórias, alguém que tem a missão de guardar todas as memórias, indesejáveis ou não, dos seus habitantes. É considerado um dos 100 melhores livros da história da literatura juvenil e foi transformado em filme com Brenton Thwaites, Jeff Bridges e Meryl Streep nos principais papeis. Diz ele: “A pior parte da conservação das memórias [...] é a solidão. As memórias precisam de ser partilhadas.

Pois bem, ao que vêm estes dois pensamentos?

Quando decidimos (re)editar a *Revista da Maia*, pensamos sempre que ela tivesse uma função principal e primordial – ser guardiã das memórias maiatas.

A Memória é estruturante. É coluna vertebral da identidade de um povo, de um território, de uma nação. É componente fundamental daquilo a que chamamos História. E, nessa circunstância, permite-nos conhecer melhor o presente e preparar o futuro. Quantas questões poderiam ter sido evitadas se atendêssemos às lições do passado.

Por isso, como refere Wilde, ela é o diário que trazemos todos os dias e onde vamos apontando as coisas.

Mas a Memória é também património, e nesse sentido é uma escolha geracional daquilo que deve ser legado à geração seguinte para que ela melhor possa caracterizar a nossa.

E aqui entra a segunda das duas ideias que inicialmente vos transmiti. A memória é como aquele recetor que recolhe a água da chuva, formada por milhares de gotas, mas que no fim se transforma naquele líquido homogéneo. A Memória é de todos, e é constituída pelas memórias de cada um, vertidas depois numa perspetiva mais coletiva. E por isso devemos legar à geração vindoura não apenas memórias escolhidas por nós, mas materiais que eles próprios possam trabalhar na sua perspetiva de conhecer. Mas isso só acontece se a memória, ou melhor, as memórias, forem partilhadas. Forem (re)vividas pelos seus protagonistas, mas “experimentadas” por todos nós.

E ao fim de quatro anos, a *Revista da Maia* tem cumprido esse papel que lhe atribuímos – guardar e redistribuir as memórias maiatas.

E para uma melhor intercomunicação com os leitores, criamos uma nova secção que permite exatamente dar a conhecer, em textos curtos, essas memórias que tão importantes são para a sucessiva (re)construção da nossa identidade. Chama-se essa rubrica “Memórias da Comunidade”.

Use-na, preencham-na. Ficaremos todos mais ricos.

Mário Nuno Neves
(Diretor)

MEMÓRIA

Esta edição da Revista da Maia centra-se essencialmente em torno de uma temática: a Memória.

Publicações como esta pretendem realçar a importância da Memória enquanto mecanismo capaz de dar resposta à apatia e a despolitização do Homem no seu sentido arendtiano e como processo ativo de formação de identidade cultural. A criação de uma identidade cultural é aliás, um dos maiores (e problemáticos) desafios que se colocam às sociedades atuais.

Vivemos atualmente num mundo em constante mudança, de fronteiras diluídas, onde pessoas e meios se deslocam com uma facilidade nunca antes registada e onde são formadas identidades culturais “híbridas”, menos unificadas. Como resultado do seu desenvolvimento exponencial, a Maia destaca-se justamente por isso, pelo contraste entre o rural e o industrial, entre as suas fundações históricas e a sua visão assente no progresso, entre os maiatos que possuem uma ligação prévia ao próprio território e às suas instituições e as novas gerações de maiatos. Surge assim a importância de recorrermos à participação cultural e mais concretamente à memória coletiva.

De inegável importância no processo de desenvolvimento do conhecimento do indivíduo, a memória representa também uma vertente fulcral na construção e coesão de uma comunidade. Não estando apenas intrinsecamente restrita à capacidade de identificar, conservar e recordar experiências passadas, passa também pela capacidade em narrar com sucesso as mesmas.

Com o vertiginoso desenvolvimento tecnológico e com o impacto que os social media tiveram nas sociedades atuais, podemos constatar uma perda de identidade cultural, notória sobretudo a partir do século XX. Se por um lado, a globalização cultural e social que estes meios possibilitaram quebrar barreiras comunicacionais, não podemos deixar de frisar a indiferença e a banalização que delas resultam. É neste contexto que temos de realçar a importância do nosso legado e daquilo que nos une enquanto comunidade.

Face a este problema, é de destacar não só a importância do ensino, mas também a necessidade em recuperar o papel do “narrador”, da entidade que transmite as tradições que lhe foram legadas. O desafio passa por salvar o passado através da “palavra”, em sermos capazes de o transmitir de uma forma compreensível e em salientar a sua importância. Aqui todos nós temos um papel a desempenhar e um dever a cumprir, sobretudo para com as novas gerações. Esta é no meu entender, uma responsabilidade que deve ser incutida a qualquer um: pais, avós, professores, historiadores, investigadores e instituições.

É assim, com enorme satisfação, orgulho, mas também com um acrescido sentido de responsabilidade que ao longo destes anos, a Câmara Municipal da Maia tem trabalhado arduamente para manter, educar e discutir, tradições e feitos dos nossos antepassados maiatos. Tendo como intuito preservar e expor o património cultural maiato, procuramos fazer uso do melhor daquilo que as novas tecnologias nos permitem realizar, aproximando pessoas e instituições, permitindo aos nossos leitores tornarem-se participantes ativos na criação de uma “identidade cultural maiata”, que se pretende inclusiva e dinâmica, forjada à imagem do nosso município.

Aproveito ainda para aqui manifestar o meu apreço, por todos aqueles cujo esforço e trabalho gravita em torno da preservação e documentação histórica seja esta na sua vertente de investigação, recuperação, partilha, ou ensino.

Sofia Barreiros
(Chefe da Divisão de Cultura)

O DESTAQUE DO EDITOR

As Memórias da Comunidade

A divulgação do conhecimento histórico, etnográfico, antropológico, e de todo o saber que constitui a nossa herança coletiva, só faz sentido se for repartido e se funcionar nos dois sentidos.

Os maiatos são grandes entusiastas pelo seu passado e pelo seu património. Basta atentar nos muitos grupos que funcionam nas redes sociais, particularmente no Facebook, alguns deles extraordinariamente ativos e extremamente importantes.

Sendo embora esta revista um lugar onde se pretende publicar material de investigação, e já convidamos a colaborar connosco investigadores de várias proveniências e formações, entendemos que se revelava necessário um novo espaço de colaboração.

Aconteceu comigo, acontecerá certamente com muitos de vocês – de repente lembramo-nos de um acontecimento, de um pormenor, de um documento, de uma peça, até de uma casa, que de uma forma ou de outra, merece ser arquivada nas nossas MEMÓRIAS DA COMUNIDADE.

Pois bem, basta produzir um texto que tenha, no máximo, 3 páginas A4, se possível com ilustrações, e inclui-lo-emos nessa rubrica que se estreia neste número.



Esta fotografia do Largo do Barroso em Nogueira da Maia, por exemplo, “pescada” nas redes sociais, que excelente memória não dava. O que já mudou, o que se transformou, para melhor ou para pior, por força do “progresso”, a escola, a camioneta, que recordações não trarão ainda?

Eis o desafio. Pode ser sobre uma foto como esta, mas pode até ser sobre uma conversa, um acontecimento, uma vivência, uma recordação. Façam-nos chegar as vossas memórias. Partilhem-nas connosco. E partilhando connosco estão também a fixá-las para o futuro.

Vamos a isso?

José Maia Marques
(Editor)

EVOcando

Papiniano Carlos

De seu nome completo Papiniano Manuel Carlos de Vasconcelos Rodrigues, nasceu em Lourenço Marques a 9 de novembro de 1918. Aos 10 anos veio com a mãe para o Porto e depois para a Maia, tendo frequentado os estudos secundários no Liceu Alexandre Herculano e ingressado na universidade.

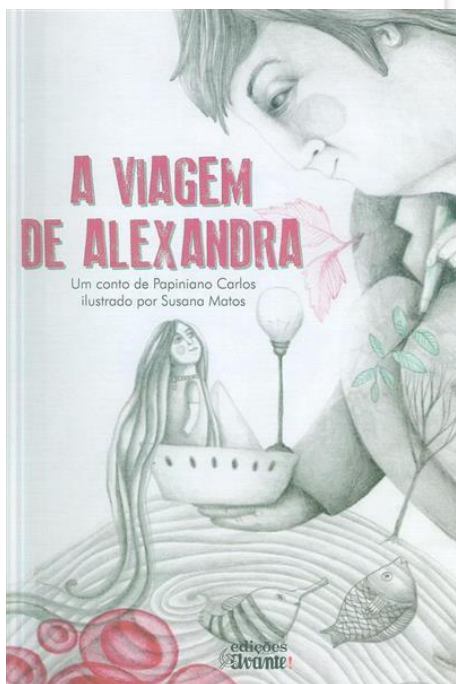
Em 1942 publica *Esboço*, um livro de poesia que constitui a sua primeira obra editada. Em 1946 sai *Estrada Nova – Caderno de Poemas* (com a particularidade de a capa ser de Júlio Pomar) e que teve muita aceitação pelo público e pela PIDE, já que esta a apreendeu pouco depois de publicada.

Começa aqui uma espécie de jogo do gato e do rato, infelizmente comum à época, entre publicação e apreensão.

À escrita, ao ativismo político (juntou-se ao PCP) e à intervenção cívica junta-se a atividade cultural, tendo sido, por exemplo, colaborador das revistas *Seara Nova* e *Vértice* e dirigente do Círculo de Cultura Teatral do Teatro Experimental do Porto.

Em 1962 publicou *A Menina Gotinha de Água*, livro de literatura infantil que se constitui no seu maior êxito editorial, e que é uma das grandes responsáveis pela renovação deste género literário, sobretudo da sua função educativa. Abriu as portas a uma plêiade de escritores para público infantil de muito mérito.

Entre outros livros, distribuídos pela Poesia, pela Dramaturgia e pela Ficção, publicou: *Mãe Terra* (poemas, 1948); *As Florestas e os Ventos – contos e poemas* (1952); *A rosa nocturna*



(crónicas, 1961); *A ave sobre a cidade* (poemas, 1973); *O rio*

na Treva (romance, 1975) e *A Memória com Passaporte: Um tal Perafita na 'Casa del Campo'* (memórias, 1998).

Para a infância e juventude escreveu ainda: *Luisinho e as andorinhas* (1977), *O grande lagarto da pedra azul* (1989) e *A Viagem de Alexandra* (2008).

É sem qualquer dúvida um dos nomes de topo do movimento neorrealista.

No âmbito da Evocação do centenário do nascimento do escritor, o Pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Maia, a Direção da Organização Regional do Porto do PCP e as Edições Avante concertaram esforços e reeditaram *A Viagem de Alexandra*, desta vez com ilustrações de Susana Matos.

Papiniano Carlos morreu em Pedrouços, Maia, a 5 de dezembro de 2012.



J. M. M.

O Nascimento de uma Freguesia

António Pato*

Resumo: Através deste artigo, e analisando documentação, o autor percorre uma linha do tempo que nos fará perceber o modo e as razões do nascimento da freguesia de S. Martinho de Barca do concelho da Maia e conhecer alguns dos protagonistas desse acontecimento.

Palavras-chave: Freguesia/paróquia, Barca, Trutesendo Osoredes, Unisco Mendes

Introdução

É bem sabido que a circunscrição territorial autónoma, de significado exclusivamente civil, que hoje conhecemos como freguesia, teve origem, em grande parte dos casos, em áreas geográficas e em populações centradas num templo, tal como hoje sugerimos ao falar de paróquia com um sentido apenas eclesiástico.

Na verdade, a palavra freguesia que, até ao advento do Liberalismo e dos seus intuitos laicizantes, era, na ordem prática, um sinónimo de paróquia, tinha, na sua génese, um sentido de marcado acento religioso já que era o resultado linguístico da expressão *filií ecclesiae* – filhos da Igreja. Precisando, só em 1835 foi legalmente instituída a figura da freguesia, com um carácter estritamente civil e em definitivo separada de qualquer conotação religiosa, muito embora boa parte das funções que o poder político reclamava para si, continuassem a ser exercidas pela estrutura eclesiástica.

Entrando, agora, no problema que me proponho aqui tratar, que fique como subtítulo S. Martinho de Barca. Procurarei situar no tempo alguns factos que ao assunto interessam, identificar as pessoas que tiveram intervenção em todo o processo e, ainda, as circunstâncias que terão conduzido ao aparecimento desta freguesia.

Paralelamente poderá ser sugerida uma solução para o problema da primazia temporal relacionada com S. Romão de Vermoim e S. Martinho de Barca. Desde já confesso a minha incapacidade para perfilar a ideia que circula e que aponta Barca como tendo sido a unidade territorial inicial da qual, em dado momento, se destacou uma parte que deu origem a S. Romão de Vermoim. Queria isto significar que a área da Barca primitiva seria constituída pela totalidade da vila Vermudi, tal como a presumimos. Aquilo que embaraça o meu raciocínio a este respeito é, apenas, a sistemática recusa da apresentação de provas ou, pelo menos, a de indícios minimamente credíveis. Não sendo o meu pensamento acerca deste assunto coincidente com a “certeza” que tem sido apresentada, tentarei sugerir uma outra visão sobre o problema mas esta baseada em razões que me parecem fiáveis, porque aproveitam documentação coeva existente.

1 - Personagens

Vejamos, antes de mais, uma identificação sumária das pessoas que nos surgem nesses textos.

Uma prevenção para esclarecer que os nomes pessoais serão aqui apresentados com grafias actualizadas, de forma a facilitar a sua leitura.

Em primeiro lugar, é de referir o casal Trutesendo Osoredes – Unisco Mendes. Ele, de uma estirpe muito rica, com propriedades documentadas entre o rio Minho e a Maia; ela, pertencente à aristocracia rural com muitos interesses na Terra da Maia.



Unisco e Trutesendo. Desenho de António Pato

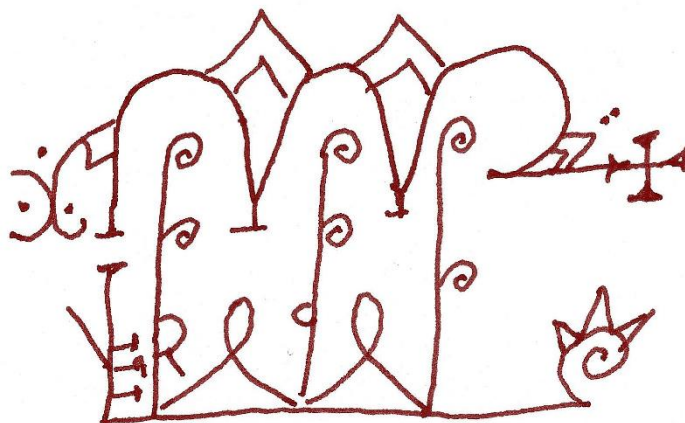
D. Trutesendo casou, muito tardiamente, em segundas núpcias, com D. Unisco, e de ambos os seus casamentos teve descendência. Convém lembrar que este casal era padroeiro, ou seja, dono e senhor dos mosteiros de Leça e de Vermoim, se este último já existisse em vida do marido. Seguramente existia já em 1014 mas, então, na posse exclusiva de D. Unisco e de seu filho Osoredo, sendo possível depreender-se que, nessa altura, já se encontrava viúva.

Na linha de sucessão do primeiro casamento de D. Trutesendo, por provas indirectas mas que merecem todo o crédito, atribui-se-lhe um filho, de nome Osoredo, que não teve vida longa, já que não aparece mencionado, como activo, em documentação da época e sua esposa, como veremos a seguir, já em 974¹ se encontrava viúva.

No entanto, de forma muito clara, vamos encontrá-lo mencionado no pergaminho que contém o testamento de D. Unisco Mendes² sua madrasta mas que lhe sobreviveu longamente. Aí surge-nos uma senhora de nome Ximena que se declara filha de Osoredo e de Domíttria. Também outra filha chamada Donadilde e um filho de nome Fróila. Este último teve descendência constituída, pelo menos, por uma filha de nome Pala e um filho de nome Odório.

Quanto ao segundo casamento de D. Trutesendo Osoredes temos conhecimento perfeito da sucessão que gerou: uma filha, de nome Patrina, falecida muito precocemente, e um filho que repete o nome de Osoredo e que acompanhou a mãe na sua viuvez, falecendo celibatário, ainda antes da morte de D. Unisco.

Estes dados genealógicos podem ser maçadores mas são indispensáveis para uma apreciação do nosso assunto. E também importante será um ou outro elemento que podemos encontrar fora do referido testamento.



Sinal autógrafa de Bermudo III de Leão no Testamento de Unisco Mendes

Como é o caso da já referida escritura datada de 974, em que vemos D. Domíttria a receber a doação feita por um presbítero ao mosteiro de Vairão. A posição desta senhora na operação descrita

neste documento esclarece-nos, além do mais, acerca do seu lugar naquela comunidade monástica. Também concorre para confirmar esta identificação a data da escritura e o facto de este pergaminho ter sido conservado no cartório da Sé de Coimbra, como aconteceu com vários documentos respeitantes aos assuntos da família Trutesendo Osoredes – Unisco Mendes.

Também interessa considerar uma sentença judicial respeitante a um litígio em Guilhabreu, no ano de 991³, onde nos aparece, de novo, o nome de Domíttria. Para além de se tratar de um nome muito pouco comum, a data e, sobretudo, o facto de este documento ter permanecido no arquivo do mosteiro de Vairão, leva-nos a reconhecer esta senhora como sendo a mesma que, na referência anterior, é apresentada como patrona dessa casa religiosa. E já nem sequer ousa apontá-la como possível fundadora desse mosteiro de Vairão, apesar de alguns indícios apontarem nesse sentido.

Muito interesse para este estudo tem Fróila, filho desta D. Domíttria que, ao usar o patronímico Osoredes, se confessa filho de Osoredo, já referido como fruto do primeiro casamento de D. Trutesendo, e veio a casar com uma senhora chamada Adosinda, como também consta do testamento de D. Unisco já referido.

De extrema importância em toda a história que aqui nos importa, é a filha deste Fróila, chamada Pala.

E assim temos o quadro das sucessões familiares de D. Trutesendo Osoredes, por via do seu primeiro casamento, e dos filhos que teve de sua segunda mulher D. Unisco Mendes, que são essenciais para a compreensão daquilo que se segue.

Resta apresentar uma personagem que teve importância decisiva em todo este processo que conduziu ao aparecimento da freguesia de Barca. Falo do abade Tudeíldo, superior do mosteiro da Vacariça, no actual concelho da Mealhada. Completamente estranho à teia familiar atrás referida, este eclesiástico, por razões que aqui não importam mas que se prendem com o domínio muçulmano na região onde se situava a sua comunidade, acabou por se acolher ao mosteiro de Leça. E de tal forma exerceu influência no espírito dos proprietários desta casa, D. Unisco Mendes e seu filho Osoredo Trutesendes que, falecido este, e não tendo D. Unisco outros herdeiros obrigatórios, doou ao abade Tudeíldo toda a sua enorme fortuna, que incluía os mosteiros de Leça e de Vermoim, decisão que tivera o decidido apoio de seu filho enquanto vivo.

2 - Os Documentos

Podemos, agora, lançar um olhar muito mais claro e de melhor compreensão sobre os documentos que mais directamente têm a ver com o problema que nos interessa procurar esclarecer.

2.1 - Freguesia de Barca

O primeiro texto que conheço com uma referência à actual freguesia de Barca, nem sequer menciona este nome. Mas nem por isso é menos claro. Vejamos o seu teor integral⁴:

Arias sisualdiz gunsalbo aloitiz et gunsalbo froiaz placitum facimus inter nos unus ad allios die erit v^a kalendas iulias era CII post milesima pro parte de ipsa eglesia uogabulo sancti martini episcopi quod est fundado in uila uermudi et ad nobis deu nostra domna domna pala et menendo abas qui est electo in acisterio de ualeiran sub iubsio sisnando epíscopo que abidemos in illa eglesia sudunus et que quanto ad nobis dominus mandar dare in decimas et in sal espaso et in uestire et in cobrire et in calzare et iumenta et in oferto qui est aprestamo de monacos siue de quanto uenire ad ipsa eglesia siue et fora de eglesia siue de nostros filigreses siue et de allios omnes de qualie causa

deus mandare dar que sortiamos illo in tertias per singula kapita sine nunlo concludio et non andemos ad nobis com nunla artemadiga pro nunlaque atio. et si quan subido ad uno de nos inuenerit infirmitate au inkarceratione au cegatione au inposeridade au qualiue naufragio que non posa contenerere sua ratione de ipsa eglesia que contenant illos que poduerint sua ratione sine nunla kalumnia et sine nunlo reproberio et abeat sua ratio integra de odie que die sit faciamus com ueridade. et si unus ex nobis isto placito exiderit et inde alder fecerit que parie duos bobes de XIII XIII modios post parte de qui isto placito obseruaberit et iudigado. arias presbiter et gunsalbo presbiter et allio gunsalbo presbiter in anc placitum manus nostras ro+++uorabimus.

qui ibidem fuerunt. ordonio albitiz test. atan test. adaulfu test. gontualdo test. sendinu test. luco test.

gunsalbo presbiter notuit.

2.2 - A igreja de S. Martinho

Trata-se, no essencial, de um contrato com data de 1064, estabelecido entre três presbíteros para divisão dos benefícios que advierem da sua actividade pastoral numa igreja que lhes foi confiada, regulando também as situações geradas pela eventual impossibilidade de qualquer um deles desempenhar as suas funções.

Essa igreja encontra-se bem identificada: igreja de S. Martinho Bispo erecta na Vila Vermudi. Dado fundamental para as conclusões procuradas.

Outra informação preciosa, a merecer a maior atenção, revela quem entregou essa igreja aos três presbíteros que fazem este contrato: nossa senhora dona Pala e o abade Mendo.

Daqui se pode concluir, sem margem para dúvidas, creio eu, que este templo, cujo padroeiro era S. Martinho e se encontrava dentro do perímetro da, já então, velha villa Vermudi, era uma igreja própria na posse do mosteiro de Vairão, que o mesmo é dizer na posse de D. Pala. Não se tratava, pois, de uma igreja paroquial integrada na malha diocesana. É evidente que só uma posse plena teria permitido que D. Pala, patrona do mosteiro de Vairão, com o acordo do seu abade, tivesse podido dispor livremente desta igreja de S. Martinho. Notar que este santo era um dos padroeiros da igreja de Vairão e, talvez como resultado dessa devoção, tenha sido escolhido para protector do novo templo.

Esta senhora está perfeitamente situada no quadro familiar atrás apresentado. E se alguma dúvida subsistisse acerca da sua identificação, agora é possível estabelecer esse conhecimento com muita segurança. Basta atentar que se trata de uma neta de D. Domítria que, como vimos já, tinha sido casada com Osoredo, filho do primeiro matrimónio de Trutesendo Osoredes e que, certamente, depois de enviuar se tinha dedicado à vida religiosa, à frente do mosteiro de Vairão. As datas dos documentos em que uma e outra nos aparecem, ajustam-se perfeitamente a essa relação familiar. O que já não aconteceria com uma outra senhora da mesma família e usando o mesmo nome, Pala, mas que nos surge na passagem do século XI para o século XII.

A villa Vermudi onde se situava esta igreja de S. Martinho estendia-se, muito provavelmente, de norte a sul entre Gondim e Catassol, tendo a nascente e a poente, em grande medida, os limites actuais das freguesias de Vermoim e de Barca.

Não é certo, digo, documentalmente comprovado, que esta área estivesse, na totalidade, nas mãos de D. Unisco, de seu marido e, mais tarde, também de seu filho. Mas a verdade é que todos os textos que se lhe referem e todas as circunstâncias que os rodeiam, sugerem que estaria, sobretudo, na posse desta família. Estes bens, se eram de fruição pessoal dos seus proprietários destinavam-se,

muito directamente, ao suporte económico do mosteiro de Vermoim e da igreja exterior a essa casa monástica.



Aldeia medieval. Desenho de R. Melo

Porque, é importante saber-se, os patronos já referidos tinham integrados nessa grande propriedade, quer o mosteiro, quer um templo independente daquele, sendo este templo uma igreja própria, seguramente.

O mosteiro, com um estatuto semelhante de propriedade privada, a meu ver, estava assente num local que não era o da igreja actual, ao contrário daquilo que é repetidamente publicado.

2.3 - A centralidade da igreja de Vermoim

Como possível prova documental daquilo que acaba de ser afirmado, temos a doação que fez uma senhora de nome Ermengro, em 1014, a favor do ermitério chamado de Vermoim e as relíquias deste lugar dito de S. Romão e cuja igreja está erecta nesta vila⁵.

Talvez neste texto tão discreto, resida a primeira explicação para o facto de ter S. Romão de Vermoim a sua igreja paroquial justaposta à fronteira norte. Esta terá sido a localização do templo que já na passagem do século X para o século XI centrava a assistência religiosa a quem habitava na Vila Vermudi e que no mesmo lugar se manteve, com as vicissitudes normais que ao longo dos séculos o terão afectado.

A área total da vila Vermudi colocava o templo bem no seu centro geográfico. As arcas tumulares aí encontradas só podem confirmar a existência da igreja em época muito recuada, sabendo-se quanto os fiéis desejavam ter sepultura no chão sagrado de um templo ou na sua proximidade imediata. Neste caso, repito, no da igreja própria que servia a comunidade da vila Vermudi e não a casa monástica que se situava no lugar da Agra da Portela.

Indícios de enterramentos neste último lugar podem ter a mesma justificação da procura de sacralidade que atrás foi referida em relação à igreja.

De seguida tentarei localizar o pequeno mosteiro de Vermoim, já que convém separá-lo com nitidez da igreja, valendo-me de razões testemunhais que se me afiguram bastantes para uma conclusão:

Em primeiro lugar, lembro o que escreveu o Padre António do Carmo Velho de Barboza: “Vermoim é hoje a Abbadia de S. Romão de Vermoim, no districto da Maya; este antigo Mosteiro, creio que só de Freiras, existio no sitio d’aquella freguezia, chamado = Agra da Portela = e alli ainda hoje se vê claros vestígios d’esse Mosteiro, que mostra ter sido de pequena fabrica”.⁶

Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho Leal dá-nos a conhecer uma carta que recebeu do seu amigo maiato Padre João Vieira Neves Castro da Cruz que, entre outras informações respeitantes a Vermoim, refere que “no lugar da Agra da Portella, desta freguesia, houve em tempos remotos um mosteiro duplex, da ordem de S. Bento, pequeno e de poucos rendimentos, e cujas religiosas, com as suas rendas, foram para o Real mosteiro de Arouca, da Ordem de S. Bernardo, que era uma reforma da beneditina. Ainda no sitio onde existiu o mosteiro, há claros vestígios do velho edifício”.⁷

De lembrar, ainda, o Padre Joaquim Antunes de Azevedo que bem conheceu o local que tem vindo a ser mencionado e sobre o qual nos deixou escrito o seguinte: “É fora de toda a dúvida que nesta freguesia houve, em outro tempo, um convento de freiras, o qual esteve na Agra da Portela, ao nascente da mesma, onde o terreno principia a declinar, como por ali há claros vestígios... pedras soltas, tijolos, telhas antigas, sepulturas, fragmentos de peças de barro...”⁸

Três testemunhos que têm um pormenor em comum: todos declaram ter visto aquilo que relacionaram com o antigo mosteiro de Vermoim. Outras considerações se poderiam tecer acerca deste assunto mas, para aquilo que aqui importa, estes relatos poderão ser suficientes.

Também muito esclarecedor a este respeito é o célebre testamento de D. Unisco Mendes que se supõe ter sido outorgado em 1035. Nesse documento esta senhora doa ao mosteiro de Leça uma vultosa quantidade de bens pessoais e, por fim, no mesmo pergaminho, faz doação ao abade Tudeíldo, ao seu mosteiro da Vacariça e aos religiosos que nele habitam, do mosteiro de Leça com tudo o que lhe pertence. Parece evidente que esta fórmula usada para dispor do seu património procurava obter maiores garantias para que os seus desejos fossem respeitados.

Uma leitura muito atenta deste documento faz-nos reparar que dá ao mosteiro de Leça *o mosteiro chamado de Vermoim e as relíquias ditas de S. Romão e Companheiros desta forma damos este lugar e tudo o que lhe pertence, seja património edificado e áreas adjacentes ou terras de lavradio e bravio que obtivemos com a ajuda de Deus*⁹.

D. Unisco entrega ao abade Tudeíldo o mosteiro de Vermoim e, ainda em Vermoim, algumas terras que especifica com precisão. Mais uma hipótese a levantar: terão acompanhado o mosteiro de Vermoim apenas as terras que constituíam a sua dotação e todas as outras continuavam a constituir o essencial da Vila Vermudi que justificava a igreja já existente e sem terem outro vínculo para além da posse privada? É o que parece ter acontecido.



Bermudo III de Leão cujo sinal autógrafo figura no Testamento de Unisco Mendes

3 - A Divisão das freguesias

Então como aconteceu a divisão da vila Vermudi por forma a terem início as condições territoriais que geraram a paróquia e freguesia de Barca?

3.1 - A questão da herança de D.Unisco

D. Unisco Mendes, ao tornar o abade Tudeíldo seu herdeiro universal, tinha, tudo o indica, fundados receios que a descendência do primeiro casamento do seu marido viesse a tentar contrariar a sua decisão.

Se, por um lado, essas pessoas já tinham beneficiado de um processo de partilhas que as contemplava, por outro lado, ela tinha incluído no seu testamento disposições que, tanto quanto era possível esperar, fariam respeitar os seus últimos desejos, evitando a cupidez que poderia nascer em alguns espíritos face a um tão grande património destinado a um estranho à família.

Os cuidados nesse sentido chegaram ao ponto de fazer com que os descendentes do seu marido tomassem conhecimento directo do seu testamento subscrevendo-o, presumido sinal de que o respeitariam.

3.2 - A contestação

Depois do falecimento de D. Unisco, no entanto, rapidamente surgiu um movimento de impugnação chefiado por Odório Forjaz, bisneto de D. Trutesendo, como vimos atrás.

Um precioso documento, recheado de informações muito interessantes e com data de 1040¹⁰, dá-nos a conhecer este caso com pormenores fundamentais para este breve estudo.

Respigando, apenas, uma pequenina parte desse texto, ficamos cientes, no essencial, daquilo que se passou: *depois da morte da referida D. Unisco surgiram todos os seus parentes e nessa qualidade contestaram o mosteiro de Vermoim tendo-se reunido, por esse motivo, perante os juízes Mendo Vimares, Paio Sisnandes e Soeiro Galindes, na presença do conde Mendo Nunes e de sua mãe D. Elduara e, na presença deles, procedeu à acusação Odório Forjaz em nome dos interessados neste mosteiro e contra Teodoredo Fromarigues, mandatado por D. Pala, que recebeu este mosteiro das mãos do abade Tudeíldo*¹¹.

3.3 - A sentença

Finalmente, e perante os documentos irrefutáveis apresentados pelo abade Tudeíldo, documentos que o autorizavam a dispor, conforme entendesse, dos bens deixados por D. Unisco Mendes, tudo se decidiu a favor de D. Pala.

Em resumo, o que se questionava era a licitude ou a ilegalidade da entrega do mosteiro de Vermoim que o agora abade de Leça fizer a D. Pala. E é apenas isso que interessa ao nosso caso. D. Pala, é bom lembrar, é bisneta do marido de D. Unisco, por via de um primeiro casamento dele e, muito provavelmente, irmã do acusador Odório.

Passados escassos cinco anos, num pacto monástico da iniciativa de Tudeíldo, que acalentava o sonho de constituir um grupo homogéneo de mosteiros ligados por uma única obediência, figurava apenas *metade do mosteiro de Vermoim, com as suas pertenças*¹².

Apenas metade, repito, porque a outra metade, com o património fundiário que lhe cabia, estava na posse de D. Pala e do seu mosteiro de Vairão, como parece evidente e o futuro confirma.



Aldeia medieval. Desenho de J. H. Cook.

3.4 - A igreja de Barca através do tempo

Um pouco mais tarde, em 1064, como já vimos, esta parte que antes integrara o todo da *vila Vermudi*, já possui uma igreja sujeita ao regime de *igreja própria* que, é bom repetir, pertencia a D. Pala e ao seu mosteiro de Vairão. Situação que, entre outros direitos e como era normal, incluía a faculdade de escolher os presbíteros que exerceriam a cura de almas.

Da longa persistência, por vezes insuspeitada, de muitos factos históricos, é bom exemplo o padroado que o mosteiro de Vairão exerceu sobre a igreja de S. Martinho de Vermoim, ligação que, de uma forma ou de outra, se manteve durante séculos.

Voltando ao teor do documento de 1064: *Igreja da invocação de S. Martinho erecta na vila Vermudi*¹³. Identificada a igreja apenas com o nome do orago, embora localizando-a com o topónimo *vermudi*, significa que se tratava de uma igreja própria sem outro vínculo que não fosse a sujeição a D. Pala e ao mosteiro de Vairão. E fica, assim, invalidada a opinião que diz ser o apelativo S. Martinho de Vermoim devido exclusivamente à sua vizinhança com S. Romão de Vermoim. A verdade que parece evidente coloca a igreja de S. Martinho na área da vila Vermudi da mesma forma que nesse espaço se situa a igreja de S. Romão. Bem entendido, igrejas, os territórios e as populações que as justificavam.

Em 1212 a abadessa do mosteiro de Vairão dá de penhor, para obter um empréstimo, duas propriedades que possuía em *Sancto Martino de Vermui*. Neste caso já nos aparece um topónimo complexo constituído pela designação eclesiástica aliada ao nome geográfico. O que denuncia, presumo eu, uma situação paroquial que obedece à regra geral.

As Inquirições de 1258 referem-se, ainda, a Sanctus Martinus de Vermuy. No entanto, pela mesma época, o Censual do Cabido da Sé do Porto já nomeia a mesma paróquia pela designação que chegou até hoje, embora numa forma arcaica que o tempo fez evoluir: Sancti Martini de Varqua.

Também sinal de uma freguesia que tendo as suas origens uns dois séculos antes, se quis marcar, definitivamente, pela diferença.

Conclusões

Antes de mais, é de referir a existência da *Villa Vermudi*, espaço territorial na boa tradição romana, que ocuparia, essencialmente, a área das actuais freguesias de Vermoim e de Barca.

Na passagem do século X para o século XI esta *Villa Vermudi* estava na posse de Trutesendo Osoredos e de sua esposa Unisco Mendes, com um pequeno mosteiro e uma igreja da invocação de S. Romão.

Em 1035, D. Unisco, há muito viúva, doa todos os seus bens ao abade Tudeíldo e, logo depois, ocorre o seu falecimento.

O novo proprietário dá a D. Pala metade do mosteiro de Vermoim, o que incluía as terras que lhe ficavam vinculadas.

Descendentes do primeiro casamento de D. Trutesendo impugnaram esta doação. No entanto, um julgamento de grande aparato, realizado em 1040, considera legítimo o acto que beneficiou D. Pala.

Em 1064 já existia uma igreja da invocação de S. Martinho que foi propriedade pessoal de D. Pala. *Igreja de S. Martinho erecta na Vila Vermudi*. Apenas essa identificação.

Nas Inquirições de 1258 aparece-nos como *Sanctus Martinus de Vermuy*. Mas, pela mesma altura, o Censual do Cabido da Sé do Porto já refere esta igreja pelo nome que hoje tem: *Sancti Martini de Varcua*.

O restante das terras que constituíam a *Vila Vermudi* continuava na posse do herdeiro de D. Unisco, bem como metade do Mosteiro e a totalidade da igreja de S. Romão.

Daqui a necessidade de ser criada uma fronteira que definisse, com rigor, a área adstrita à igreja de S. Martinho dividindo, assim, em duas partes a superfície da *Vila Vermudi*.

Desse processo resultou a posição excêntrica da igreja de S. Romão, já que a linha divisória foi empurrada para sul tanto quanto permitia a localização desse templo, então já existente, a fim de criar duas áreas tão semelhantes quanto possível. O que, no essencial, até hoje se mantém.

Notas

* Artista Plástico. Investigador de História Local

¹ *Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae nº 112*. Esta colectânea passará a ser designada apenas por DC

² DC 222

³ DC 163

⁴ DC 440

⁵ *Acisterium prenominato uermudi et reliquias loci eius uogabulo sancti romani et omne eius cuius basilica fundata est in ipsa uilla*.

⁶ *Memória Histórica do Mosteiro de Leça – 1852*

⁷ *Portugal Antigo e Moderno – 1882*

⁸ *Memorias de Tempos Idos, III – 2015*

⁹ *Acisterium prenominado uermudi et reliquias loci eius uocabulo sancti rromani et sociorum eius sic concedimus ipse logum quomodo et omnem deuitem eius intus que foris tam aiacentiis quam etiam et nos ganauimus sub ausilio dei.*

¹⁰ DC 311

¹¹ *Post obitum de ipsa domna unisco surrexerunt omnes propinquiores sui et inquietauerunt inde monasterium uermudi et peruenerunt inde in concilio ante iudices menendo uimariz pelagium sesnandiz suarium gaindez in presentia comitê menendo nuniz et genitricis sue domna eldora et im eius presentia causatus fuit odorio froilaz in uoce ipsius iam sepedicti pro ipso monasterio contra toderedo fromariguiz qui uocem obtinuit de domna palla que ipso monasterio obtinebat de manu tudeildus abba*

¹² *Medietate de acisterio de uermudi cum adjectionibus suis*

¹³ *Eglesia uogabulo sancti Martini episcopi quod est fundato in uilla uermudi*



Paisagem agrária do século XI. Desenho de Jeremy Anderson

COMEMORAÇÕES
DOS 500 ANOS
FORAL DA MAIA

Vila Nova da Telha No Tempo

O Sufixo «da Telha»

Joaquim José Moreira dos Santos*

Resumo: O autor, natural da freguesia de Vila Nova da Telha, procura mostrar quando e como aquele território passou a ser designado «da Telha». Utilizando documentação variada, como registos paroquiais e escrituras de doação, percorre-se um caminho de estudo toponímico, pontuado por exemplos.

Palavras-chave: Vila Nova, Vila Nova da Maia, Vila Nova da Telha.

Actualmente, Vila Nova da Telha pertence à Vigararia da Maia e à Diocese do Porto. Sempre integrou a Diocese do Porto, mas nem sempre pertenceu à divisão administrativa da Maia.

1. Uma Paróquia na Diocese do Porto.

O Parochiale Suevicurn situa a Diocese do Porto entre os rios Douro e Ave, limites respectivos meridional e setentrional, sediada no «castrum nouum» (hoje, «Pena Ventosa» ou «Morro da Sé»)¹. A Terra da Maia sobressaía neste território densamente povoado, de que fazia parte a paróquia de «Santa Maria de Vila Nova». Desde os tempos suévico-visigóticos, Santa Maria de Vila Nova continuou a ser um povoado, sede paroquial. O povoamento recente evidencia-se no topónimo «vIlla noua», na tradição dos aglomerados tardo-romanos das «uillae» velhas. O Parochiale Suevicum lista, entre 89 diversas paróquias, uma com o nome de «uilla noua».

2. Uma Paróquia na Vigararia da Maia.

A inquirição de 1258 descreve a situação económica, fiscal e política do lugar de Vilar do Senhor, integrado na paróquia de Santa Maria de Vila Nova, do Julgado da Maia². Esta denominação civil «julgado» correspondia ao «arcediagado» – divisão administrativa eclesiástica – que abrangia o território antigo designado «terra» («Terra da Maia»). O «judicatus madie» (Julgado da Maia) compreendia 42 paróquias. E, nos finais do século XVI, a Comarca da Maia³ contava 67 paróquias, sendo 25 reitorias, 20 com vigários (filiais e anexas) e 9 apresentadas pelo bispo. «Vila Nova» pertencia à classe das reitorias.

O decreto de 8 de Dezembro de 1841 dividiu a Comarca da Maia em três «distritos» eclesiásticos. E, em Setembro de 1916, o bispo D. António Barroso dividiu a Diocese do Porto em «vigararias». Vila Nova da Telha inscrevia-se na «Segunda Vigararia de Vila do Conde», mas ingressou, depois, na Vigararia da Maia, estado em que permanece.

3. Das origens à actualidade.

Remetemos a origem de Vila Nova da Telha, como paróquia, com o simples nome de uillanoua, ou seja, Vila Nova, para o período da evangelização rural, promovida por São Martinho de Dume⁴, primeiro, bispo de Dume e, depois, acumulando este ministério com o de prelado da diocese de Braga. Foi, então, criada a igreja rural de Vila Nova, fruto do programa evangelizador do Santo de Dume. Trata-se de uma nova unidade comunitária, ou «vila». Por ser nova, ficou a chamar-se «uilla



nova»⁵. Na nomenclatura, começando por «Vila Nova», passou a «Santa Maria de Vila Nova da Maia» e terminou em «Vila Nova da Telha» ou «Santa Maria de Vila Nova da Telha», a partir do século XVII.

A diocese do Porto está enquadrada no âmbito administrativo da diocese de Braga, capital do reino suévico. Nos Concílios de Braga de 561 e de 572, interveio o bispo de Dume (depois, também como bispo de Braga), São Martinho de Dume. A diocese do Porto contava 25 paróquias, referidas no Parochiale Suevicum ou Divisio Theodomiri⁶, sendo uma delas «uilla noua», acuai Vila Nova da Telha, segundo os estudos do medievalista A. Almeida Fernandes. O mapa por ele desenhado coloca «uillanoua» ao lado de Labrencio e de Menturio. Depois da paróquia Portucale 'Porto', com o número 1, escreve assim:

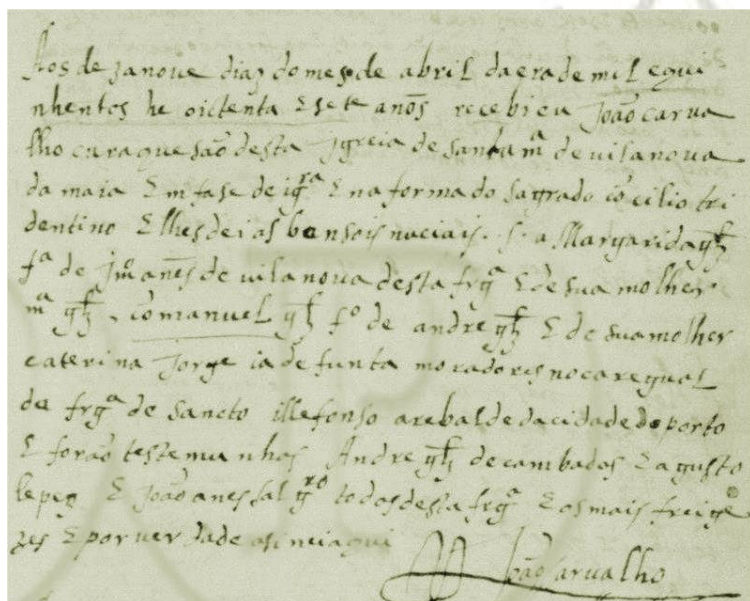
«2. Villanova: Vila Nova (c. da Maia). O próprio nome deriva de uma paróquia de desmembração em comparação com a grande

densidade paroecitânea no território do Ave-Vizela até o Douro. O título mariano (até pela festa da Expectação, a única primitiva) e a grande antiguidade da paróquia de Santa Maria de Vila Nova da Telha estão de acordo com a identificação.»⁷

Nos primeiros registos dos livros paroquiais de Vila Nova da Telha e no tombo de 1544, a freguesia aparece designada como «Santa Maria de Vila Nova da Maia», sem o sufixo «da Telha».



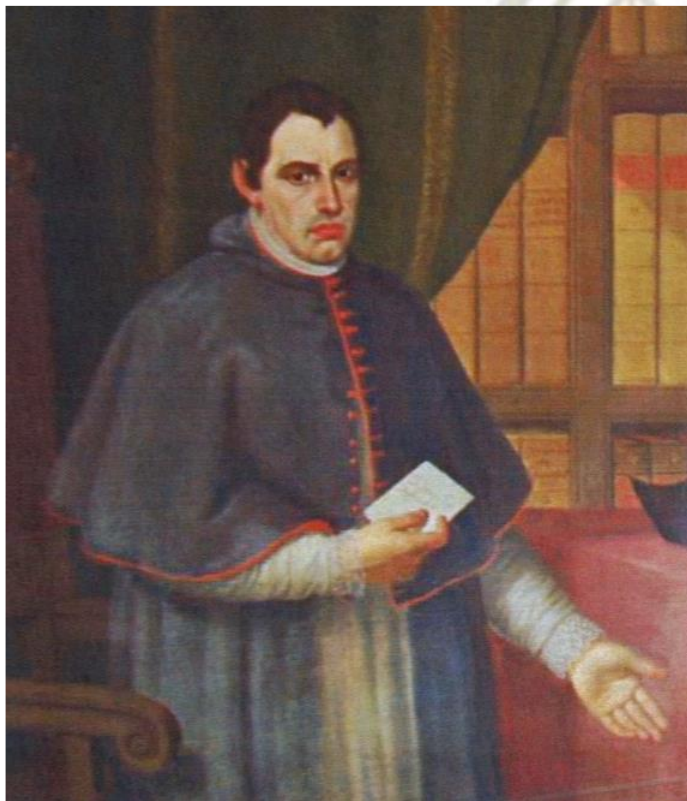
Fragmento do Mapa das Paróquias Suevas segundo Almeida Fernandes. Verifica-se que a paróquia suévica de Vila Nova fica maios interior que as paróquias vizinhas de Labrencio (Lavra) e Menturio (Montedouro, Perafita), situadas estas na corda marítima. A Igreja de Portucale inscreve-se nas margens do rio Douro.



A imagem reproduz o primeiro assento de casamento da paróquia de Vila Nova da Telha, onde consta só «Vila Nova da Maia», com a data de 19 de abril de 1587, celebrado pelo cura João Carvalho, «desta igreja de santa mª de uilanoua da maya». Arquivo Distrital do Porto

Ao consultar os registos de baptismo de Vilar do Pinheiro, hoje concelho de Vila do Conde, mas então concelho da Maia, verificamos que o seu Abade, Agostinho André de Barros, com a data de 24 de Junho de 1663, especifica a residência do padrinho, que foi «domingos dias de quires frg^a de villa noua». O seu sucessor, porém, já reconhece a freguesia com o sufixo «da telha».

4. A introdução do sufixo «da Telha»



Fragmento do retrato de D. João de Sousa por Vieira Lusitano proveniente do Palácio da Mitra.

Corre a informação de que o sufixo «da Telha» acrescentado ao nome da freguesia de Vila Nova só aconteceu com Dom João de Sousa⁸, bispo do Porto, na publicação tipográfica, *Constituições Sinodais do Bispado do Porto*, de 1678⁹.

A paróquia aparece na lista das freguesias da Comarca da Maia, sob o memoro 21, e designada «Santa Maria de Vila Nova da Telha».

A perspectiva apostólica e o dinamismo pastoral de D. João do Sousa, que se continua na Arquidiocese de Braga, originaram um Sínodo Diocesano, concluído no dia 18 de Maio 1678, cujas propostas geraram as novas Constituições Sinodais.

Estas novas Constituições substituíram as Constituições obsoletas de 1585. Quando foram publicadas, depois de 1736, escrevem: «*O Bispado do Porto se comprehende na Cidade do Porto e*

Subúrbios, e nas quatro Comarcas da Maya, Penafiel, Sobre Tâmega e da Feira, tem 341 Igrejas Parochiaes, nellas há 49.642 fogos, pessoas mayores 149.008. e menores 27.966». Então, a Comarca da Maia possui 74 Igrejas Parochiaes, classificadas de «vigararias», «abadias», «reitorias», «curados». E assim aí aparece referida a Paróquia de Vila Nova da Telha: «21. S. Maria de Villa Nova da Telha Rectoria 58 [fogos], 196 [pessoas maiores], 35 [menores]»¹⁰

Mas os documentos mostram-nos outra realidade.

Os párocos de Vila Nova da Telha, mesmo depois destas Constituições, continuaram a utilizar, quase sempre, apenas o sintagma «Vila Nova», sem mais.

Vejamos o que acontece com o sufixo «da Telha», primeiro, nas paróquias vizinhas, depois, nos registos paroquiais de Vila Nova da Telha e, finalmente, em documentos notariais.

5. O sufixo «da Telha» nas paróquias vizinhas.

Conferimos testemunhos seguros de que, mesmo nas paróquias vizinhas, se reconhecia oficialmente a paróquia de Santa Maria de Vila Nova como «Vila Nova da Telha», nomeadamente nos registos paroquiais de Lavra, Matosinhos, e de Vilar do Pinheiro, Vila do Conde.

Nos registos paroquiais de Lavra, Matosinhos, veja-se o registo, publicado à direita, do casamento de «Pero Francisco, da aldeia de Vilar [do Senhor], freguesia de Vila Nova da Telha», que casou com Domingas Gonçalves»; celebrou-se no dia 12 de Setembro de 1663, sob a presidência do Encomendado, Padre Gonçalo do Couto de Azevedo.

Creioi o P^{ro} Lan^{do} da aldeia de Vilar [do Senhor] de Vila Nova da Telha com D^{ona} Glej^{ria} de parto desta freg^{uesia} de Lavra no dia 24. de mes de Setembro de 1663. Por de presente João Dias, P^{ro} M^{estre} de Vila Nova da Telha e em o^{ra} Gonçalo do Couto de Azevedo Encomendado desta freg^{uesia} que os ve aqui em a^{nt}es. P^{ro} Gonçalo do Couto de Azevedo

M^{estre} João de Matosinhos freg^{uesia} de Vila Nova da Telha. D^{ona} Glej^{ria} de parto desta freg^{uesia} de Lavra no dia 24. de mes de Setembro de 1663. Por de presente João Dias, P^{ro} M^{estre} de Vila Nova da Telha e em o^{ra} Gonçalo do Couto de Azevedo Encomendado desta freg^{uesia} que os ve aqui em a^{nt}es. P^{ro} Gonçalo do Couto de Azevedo

Pouco depois, a 5 de Maio de 1675, na mesma paróquia de Lavra, celebrou-se o baptismo de uma Maria, conforme reprodução à esquerda. Foi «madrinha Antónia do Couto, de Vilar [do Senhor], da freguesia de Vila Nova da Telha». Ainda na paróquia de Lavra, a 17 de Maio de 1675, foi baptizada Maria, filha de Domingos Manuel o Novo, de Cabanelas, sendo madrinha «Paula, solteira, filha de João Moreira,

de Vila Nova da Telha».

Na paróquia de Vilar do Pinheiro, como podemos ver à direita, em 1674, um assento de baptismo identifica a aldeia de Quires, como pertencente à freguesia de Vila Nova da Telha:

Isabel solteira f^{ilha} de Afonso g^{onçalves} de Quires freg^{uesia} de Vila Nova da Telha, e em o^{ra} B^{atista} de Azevedo baptizei com licença do R^{ey} M^{estre} de Vila Nova da Telha. B^{atista} de Azevedo

«Isabel, solteira, filha de Afonso Gonçalves, de Quires, freguesia de Vila Nova da Telha».

6. O sufixo «da Telha» em Vila Nova.

Mas, já em datas anteriores, se escreve «Vila Nova da telha». São estes os dois documentos mais significativos: (1) um assento de baptismo de Vila Nova da Telha, celebrado a 26 de Novembro de 1638, que vemos à direita; (2) e uma escritura notarial de 29 de Outubro de 1631. Na verdade, o registo da paróquia de Vila Nova da Telha, em que se emprega o sufixo «da telha» é o do assento de um baptismo, celebrado a 26 de Novembro de 1638, como se segue:

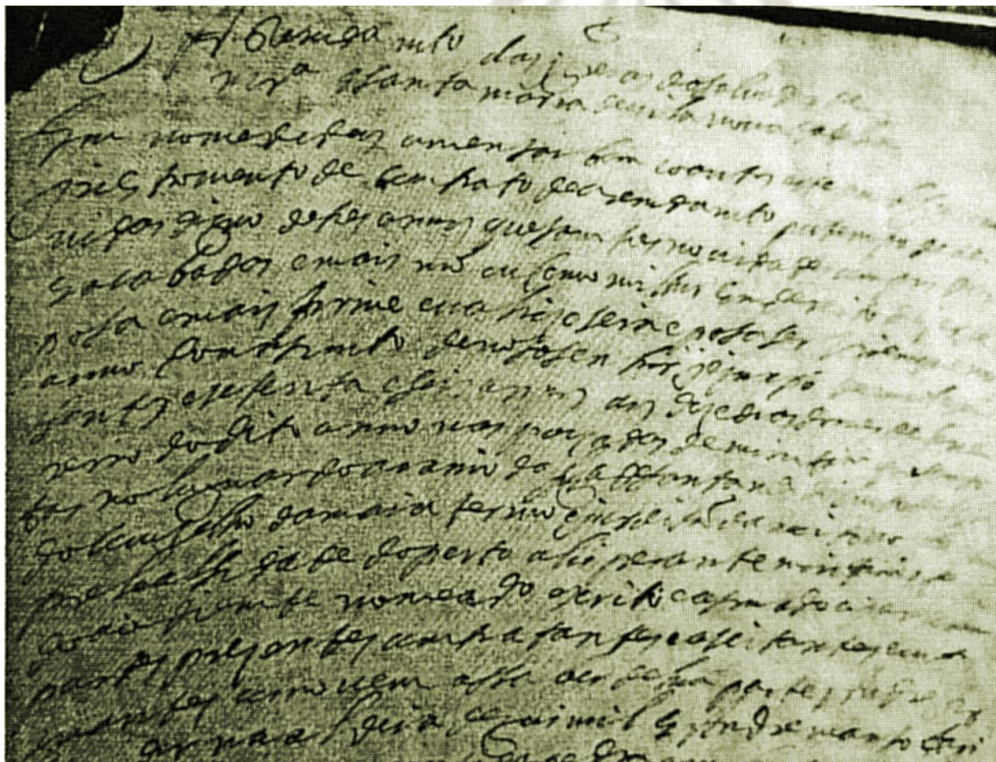
Clemente f^{ilho} de Manuel g^{onçalves} e de sua m^{ulher} das 10^{as} de nascido arinto 1638. D^{ona} Glej^{ria} de parto desta freg^{uesia} de Lavra no dia 24. de mes de Setembro de 1663. Por de presente João Dias, P^{ro} M^{estre} de Vila Nova da Telha e em o^{ra} Gonçalo do Couto de Azevedo Encomendado desta freg^{uesia} que os ve aqui em a^{nt}es. P^{ro} Gonçalo do Couto de Azevedo

«Clemente, filho de Manuel Gonçalves e de sua mulher, Domingas Lopes, nasceu a vinte e

seis do mês de Novembro de 1638 anos. E foram padrinhos Francisco Gonçalves, o ferreiro, e Isabel Lopes, todos desta freguesia de Vila Nova da Telha. E por verdade me assinei, hoje, dia e mês e ano, ut supra.» Assina o: P.e Baltazar Ferreira»

Além dos registos paroquiais, temos documentos que nos remetem o uso do nome «Vila Nova da Telha» para uma data bastante anterior a 1678.

Aqui apresentamos dois fragmentos iniciais de documentos notariais, ambos datadas de 1676, em que os seus títulos contêm o sufixo «da Telha».



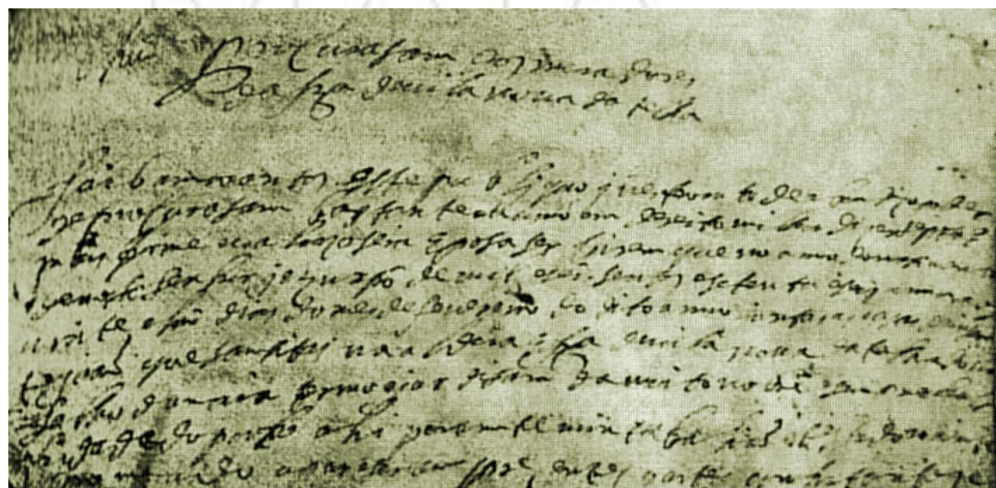
Os dois documentos estão relacionados com Vila Nova da Telha.

O título do primeiro, que é uma escritura que foi lavrada no dia 12 de Fevereiro do ano de 1674, sintetiza muito bem o seu conteúdo: «Arrendamento das igrejas do Salvador de Moreira e Santa Maria de Vila Nova da Telha».

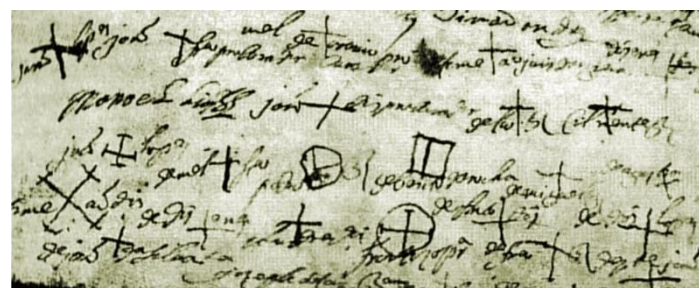
Escritura

O título do segundo documento, uma procuração lavrada no dia 26 de Fevereiro de 1676 é: «Uma Procuração dos moradores da freguesia de Vila Nova da Telha»

Procuração

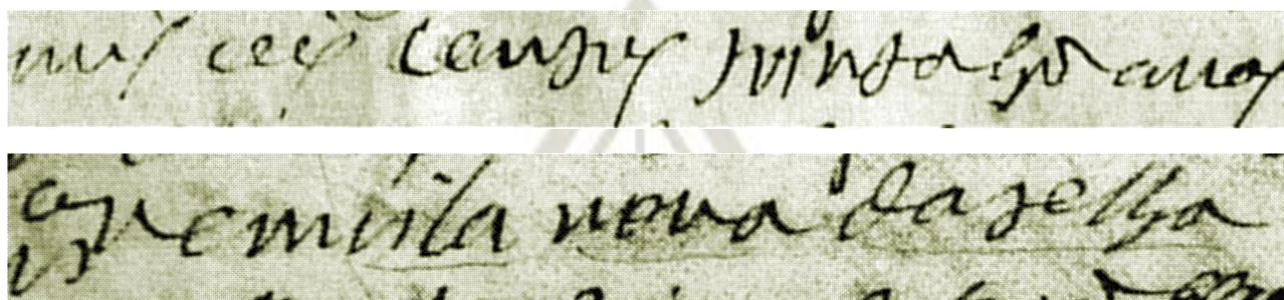


Assinaturas



E entre as cerca de trinta assinaturas do segundo documento, conta-se a do «juiz da igreja», Tomé Anes, que assina de cruz, e também a dos «Procuradores» da irmandade da Confraria do Subsigno, «João Ferreira», «Manuel Jerónimo» e «João Domingues», que igualmente assinam de cruz.

Todavia, o documento mais antigo que conhecemos com a expressão «Vila Nova da Telha», data de 29 de Outubro de 1631.

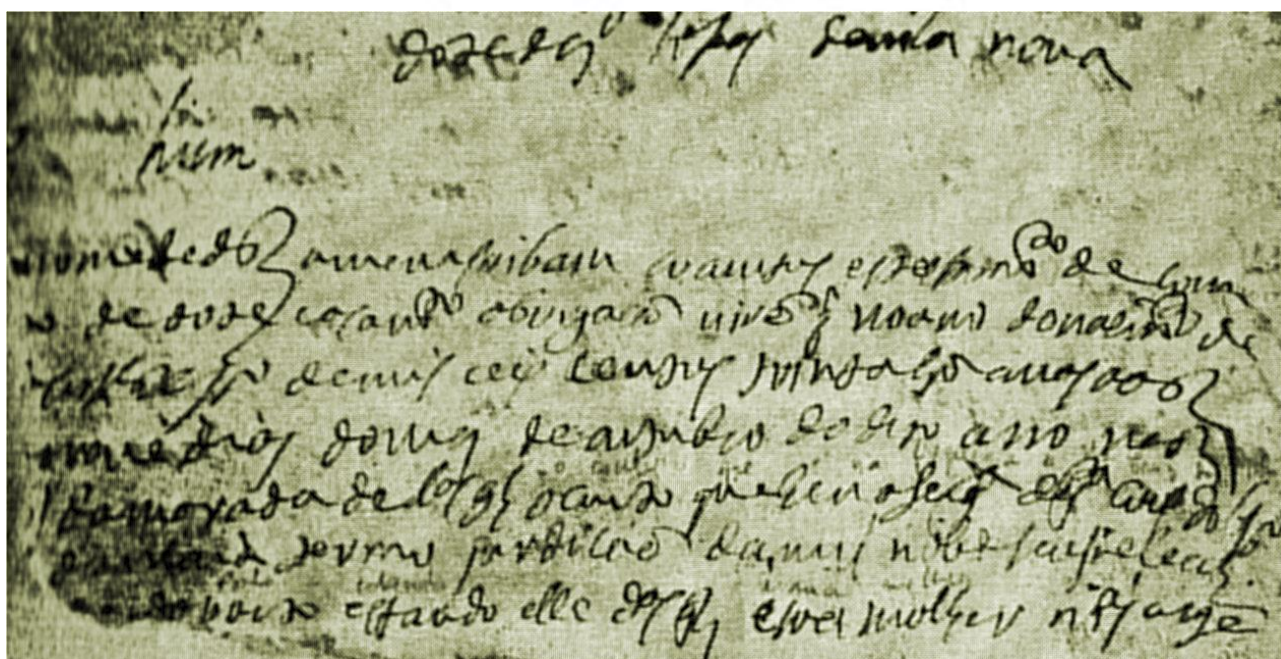


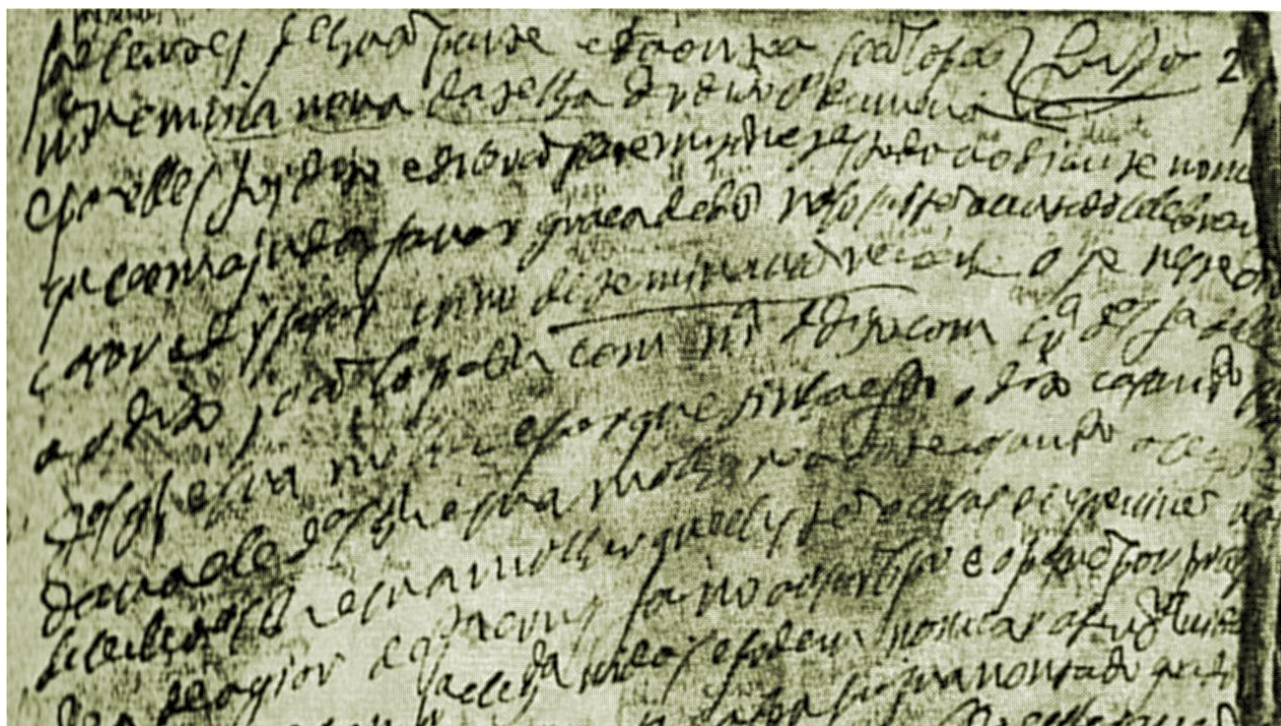
Dois destaques: o de cima com a data, «1631 anos» e o de baixo com a referência Vila Nova da Telha

Trata-se de uma escritura de dote de casamento, em que entram as aldeias de «Vila Nova» e de Cambados, ambas da freguesia de «Vila Nova da Telha».

«Dote de João Lopes de Vila Nova»

«Em nome de Deus. Amém. Saibam, quantos este contrato de composição 7] de dote, casamento [e] obrigação virem, que, no ano do nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de mil seiscientos e trinta e um anos, aos vinte e nove dias do mês de Outubro do dito ano, nas [casas] da morada de Domingos Gonçalves, [n]o Couto, que é na freguesia de Santa Cruz do Bispo, [concelho] da Maia, termo [e] jurisdição da mui nobre e sempre leal cidade do Porto, estando ele Domingos Gonçalves e sua mulher, Maria Jorge, presentes, de uma parte, e, da outra, João Lopes, que foi morador em Vila Nova da Telha do dito concelho] da Maia, e por eles foi dito e disseram, perante mim e testemunhas, tudo ao diante nomeado, que, com a ajuda, favor e graça de Deus, Nosso Senhor, ter acertado celebrar, casar e desposar, como determinava receber-se — e já nesse dia — ao dito João Lopes com Ana Domingues, filha dele, Domingos Gonçalves e sua mulher; e, porque tinha efeito o dito casamento, lhes dava ele, Domingos Gonçalves, e sua mulher o dote de casamento ... o sogro daquele Domingos Gonçalves e sua mulher, que eles serão casal na aldeia de Aguiar de Santa Cruz...»



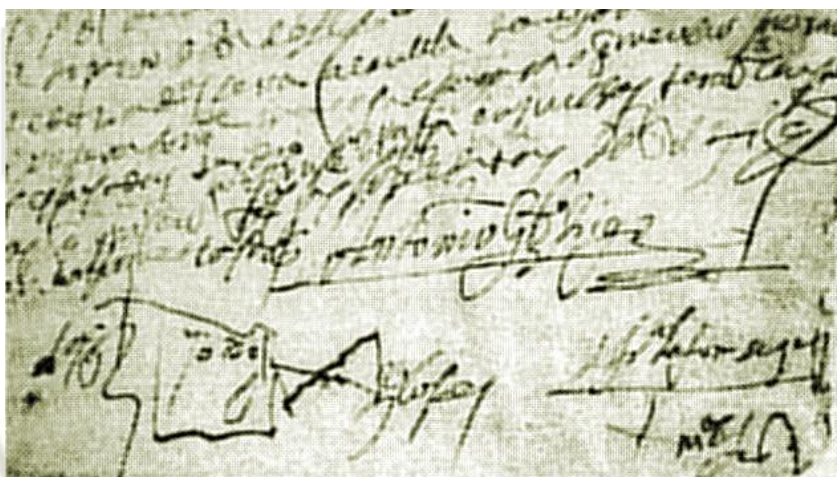


Do contrato de dote, fazem parte gado («uma vaca prenhe»), utensílios de lavoura e uma caixa grande e uma arca, roupa de cama e de uso pessoal...

E também entrava no mesmo contrato «o casal de Vila Nova da Telha, em que [ele era] propriedade do mosteiro de Moreira»

O não cumprimento deste contrato de dote era feito sob algumas penalidades: «... e cada um obrigou suas pessoas e todos seus bens móveis e [de] raiz, havidos e por haver...»

«E foram testemunhas o Reverendo António Gonçalves Trigo, Vigário de Vila Nova, que assinou como testemunha e por a esposada he o rogar, por ser mulher e não saber escrever e pela dita testemunha João Gonçalves, de Cambados, e Ana Gonçalves, do mesmo Cambados, e Francisco da Fonseca, do Porto...».



Assinaturas: António Gonçalves Trigo, Francisco da Fonseca, Domingos Gonçalves, João Lopes e Maria Jorge.

Conclusão

A história de Vila Nova da Telha, não contando com os testemunhos arqueológicos, nasce no século sexto, à sombra da acção evangelizadora rural, no período suévico-visigótico. Apesar de todas as dificuldades imagináveis, durante a época de dominação muçulmana, não perdeu a sua identidade católica e chegou incólume até hoje.

A paróquia, como tal, foi integrada no couto do mosteiro de Moreira, com excepção do lugar de Vilar do Senhor. Os Padres Antunes de Azevedo — tio e sobrinho — transmitiram-nos informação

muito diversificada, que fomos anotando.

Apoiados em fontes complementares, discutimos o nome da freguesia, no decurso do tempo. E aclaramos a data mais antiga do uso do sufixo «da telha»: consta de um documento notarial de 1631. O acrescento do sufixo «da Telha» ao nome da paróquia, nascida à sombra do programa evangelizador de São Martinho de Dume, no século sexto, só aconteceu no século XVII.

Embora a base deste trabalho seja a transcrição de dados recolhidos e organizados pelos Padres Antunes de Azevedo, alargamos, todavia, o nosso campo de investigação às outras fontes complementares.

Notas

* Ex pároco de Vila Nova da Telha. Professor. Investigador de História Local e Regional.

¹ «*Portucale Castrum antiquum*» pertenceria à Diocese de Coimbra

² *Hic incipit inquisitio ville que vocatur Villa Nova et parrochiarum Ecclesie Sancte Marie ejusdem loci*. Toda a freguesia, excepto Vilar do Senhor, estava integrada no Couto do Mosteiro de Moreira da Maia

³ Dom Frei Marcos de Lisboa promulgou as Constituições de 1585 associadas a uma reestruturação paroquial, com novo enquadramento administrativo – as comarcas eclesiásticas.

⁴ São Martinho de Dume nasceu na Panónia (hoje Hungria), em 518. Passou por França, onde bebeu a espiritualidade de São Martinho de Tours, e fixou-se em Dume, onde faleceu a 20 de Março de 579. Participou no primeiro concílio de Braga (561) e presidiu ao segundo concílio de Braga (572) já como bispo desta diocese. A sua festa litúrgica celebra-se a 22 de Outubro.

⁵ Vamos encontrar outras «vilas novas» no período da Reconquista.

⁶ A diocese do Porto era uma das treze dioceses aí referidas.

⁷ A. Almeida Fernandes (1997), *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*. Arouca, p. 68.

⁸ Da diocese do Porto, Dom João de Sousa transitou para a sede de Braga, como era frequente na ascensão dos prelados diocesanos, e exerceu o ministério arquiépiscopal com o mesmo espírito de renovação administrativa e apostólica. Foi depois Patriarca de Lisboa

⁹ *Constituições Synodales do Bispado do Porto, novamente feitas e ordenadas pelo Illustrissimo e reverendíssimo senhor Dom Ioam de Sousa, bispo do dito Bispado, do Conselho de sua Magestade & seu sumilher de cortina: propostas e aceitas em o Synodo Diocesano que o dito senhor celebrou em 18 de Mayo do anno de 1687*. Porto: Por Joseph Ferreyra, 1690.

¹⁰ Estes dados estão publicados em conjunto com as Constituições, a modos de apêndices. Por isso se diz e se escreve erradamente que o nome da paróquia com o acrescento «da Telha» é de 1678, da autoria de D. João de Sousa. O que é certo é que quando foi publicado o texto das Constituições – em 1690 e reeditadas em 1736 -, já Santa Maria de Vila Nova era «Santa Maria de Vilas Nova da Telha». Em 1636, no primeiro livro de registos paroquiais lá está o sufixo toponímico «da Telha». A data mais antiga, todavia, consta de uma escritura de dote de casamento: 1631.

COMEMORAÇÕES
DOS 500 ANOS
FORAL DA MAIA

Notas em torno do Foral da Maia

José Augusto Maia Marques*

Resumo: O autor, que publicou bibliografia recente sobre o Foral da Maia, apresenta neste artigo um conjunto de notas curiosas sobre aquele importante documento, da sua génese à sua extinção, apontamentos esses que, dadas as suas características, não caberiam na bibliografia já publicada. Fala-se do desaparecimento do original do foral, do Termo do Porto e das Vereações daquela câmara, terminando com um conjunto de curiosidades a propósito da Maia.

Palavras-chave: Foral, Maia, Porto, Termo do Porto.

Este ano de 2019 é “ano de Foral”. Comemoram-se os 500 anos de outorga, pelo rei D. Manuel I, deste documento fundacional do municipalismo maiato. A edilidade promove exposições, organiza conferências e colóquios, edita livros.

Mas há sempre pormenores relacionados com este tema que, pela sua natureza, pela sua dimensão, pelas suas especificidades, não cabem neste tipo de manifestações culturais, mas cuja memória convém avivar, levar a todos os maiatos e, sobretudo, preservar.

É o caso destas notas que hoje vos trazemos e que, andando todas à volta do Foral, não fariam grande sentido incluídas nas publicações editadas pela Câmara Municipal da Maia.

O Foral que desapareceu

É verdade. O “original” do Foral da Maia desapareceu. Como é isso possível?

Começemos pelo início.

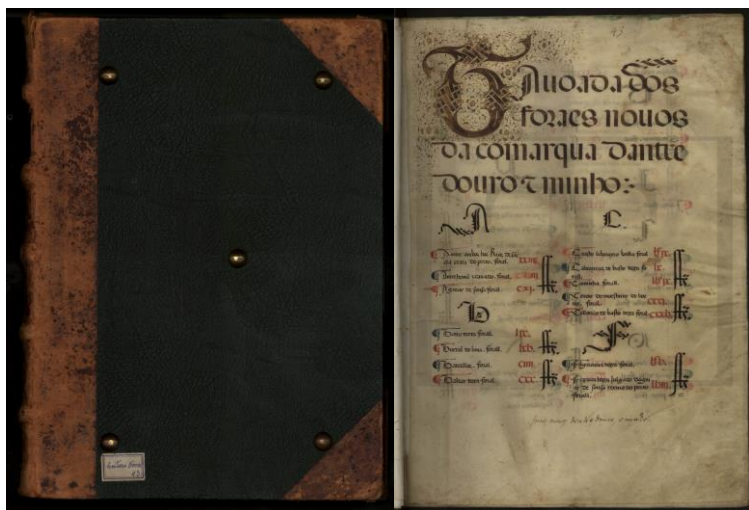
O Foral da Maia foi outorgado em Évora a 15 de dezembro de 1519 pelo rei D. Manuel I.

Como decorria das determinações, de cada foral eram elaborados três exemplares – um destinava-se ao Concelho, outro ao Donatário e outro à própria Torre do Tombo. Mas Olinda Santana (Santana, 1995) esclarece com propriedade que no que respeita à Torre do Tombo, pelo menos a partir de certa altura, fazia-se “a redação das minutas nos livros de registos da Torre do Tombo, cinco para todo o reino (Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Entre-Tejo-e-Odiana) com a finalidade de servirem de memória no caso de se levantarem dúvidas entre os concelhos e os senhorios”, enquanto que a preparação dos exemplares em livro, tais como os conhecemos normalmente, encadernados a couro sobre duas tábuas de madeira e escritos em pele, se destinavam às câmaras e aos senhorios.

No nosso caso, no entanto, a circunstância era obviamente diferente.



D. Manuel I. Série Régia de Miguel António do Amaral (Paços do Concelho, Moita)



Capa e primeira página do índice do livro de Forais Novos de Entre Douro e Minho. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

O exemplar da Torre do Tombo não era senão um de muitos contidos num tombo, escritos a duas colunas e sem grandes decorações, o exemplar que seria para Fernão Coutinho e depois para Pero da Cunha Coutinho, seu filho, não se sabe onde para, se é que existe, e o do concelho não veio para a Maia, foi para o Porto. Isto porque a Maia, tal como vários outros concelhos à volta da cidade, formavam, há bem mais de um século, o chamado “Termo do Porto”, de que falaremos mais adiante.

Ora em determinado momento, algures lá pelo final de 1613, início de 1614 alguém, provavelmente o guarda-mor do arquivo da Câmara Municipal do Porto, dá por falta dos originais dos Forais de Penafiel e da Maia.

Imagino que a preocupação fosse enorme, não só porque se tratava de dois dos maiores concelhos do termo, como também, ao terem nos seus territórios vários coutos e honras, fossem dos mais suscetíveis de sofrer dúvidas e conflitos a propósito da propriedade e das quantias envolvidas.

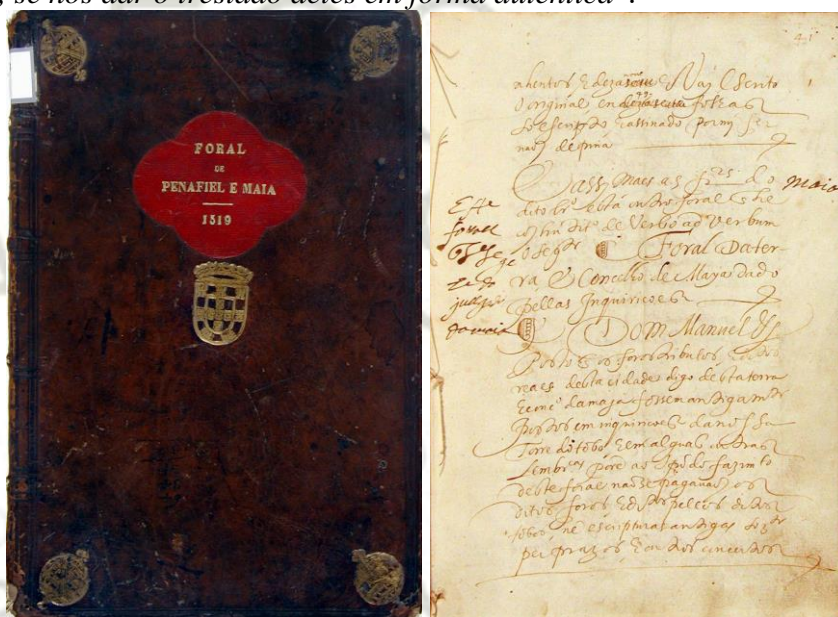
Decide-se então, isto a 22 de fevereiro de 1614, escrever ao rei, na altura Filipe I, solicitando-lhe que desse instruções à Torre do Tombo para que fosse remetida à Câmara do Porto uma “cópia certificada do Foral”. Eis parte do texto do pedido, em versão atualizada:

“... Os julgados de Penafiel e da Maia são do termo desta cidade. No cartório desta Câmara deles estavam os Forais originais [que] não aparecem, tendo-se sobre isso feito muita diligência. É importante ao bem comum daqueles julgados e desta cidade haver nela os forais deles, por se escusarem dúvidas aos donatários. Pedimos a Vossa Majestade nos faça mercê mandar passar provisão para, da Torre do Tombo, se nos dar o treslado deles em forma autêntica”.

Filipe I despacha favoravelmente o pedido, encarregando Diogo de Castilho Coutinho, Guarda Mor da Torre do Tombo de o satisfazer.

É assim que, por Certidão datada de 15 de Maio de 1614, a Câmara do Porto recebe cópia dos forais de Penafiel e da Maia dados respetivamente em 1 de julho e em 15 de dezembro de 1519, por D. Manuel I.

Nesse códice as folhas 2 a 41 contêm o foral de Penafiel e as folhas 41 a 79 o da Maia.



Capa (Forais de Penafiel e Maia) e primeira página do Foral da Maia. Arquivo Municipal do Porto.

É com base nesta certidão autêntica depositada no Arquivo Histórico Municipal do Porto¹ e não na cópia arquivada na Torre do Tombo, que têm sido feitos os (poucos) trabalhos sobre o Foral da Maia.

O Termo do Porto

Afirmamos há pouco que o exemplar destinado ao concelho, neste caso da Maia, foi afinal para o Porto, já que a Maia pertencia ao “Termo do Porto”. Vamos esclarecer.

O Porto não era, nos inícios do século XIV, uma cidade grande. Podia sê-lo (ou parecê-lo) num âmbito restrito, mas não o era se alargássemos os horizontes de análise.

Já Armindo de Sousa afirmou que “Sendo o Porto a segunda maior cidade do reino, em termos de importância, é a quarta cidade em termos de dimensão, ficando abaixo de Lisboa, de Évora e de Santarém” (Sousa, 1994: 169).

Diz Ricardo Jorge (Jorge, 1897: 77-79) que o Porto do início do século XV teria cerca de 8.500 habitantes, mas Braga passava dos 10.000, e Ponte de Lima dos 6.000. Coimbra, Santarém e Évora ultrapassavam os 20.000. Setúbal, Beja, Almada e Faro tinham mais habitantes do que o Porto. Tomar, Leiria, Elvas e Estremoz equiparavam-se-lhe.

Embora no século XIII o Porto tenha crescido para fora da “cerca velha”, lembramos que esta teria um perímetro de pouco mais de 700 metros em volta da Sé.

No século XIV, depois de ter assistido, no final do anterior, ao casamento de D. João I e de ter visto alterar-se o seu estatuto, passando para o domínio real, o Porto cresce e bastante. Mas é um crescimento em termos de construção alicerçado no comércio. Continua a faltar ao Porto área, habitantes, força de trabalho e aparelho produtivo que sustente a cidade que se quer grande.



Esquema urbano da cidade entre 1355 e 1386. Fonte: Teixeira, 2010

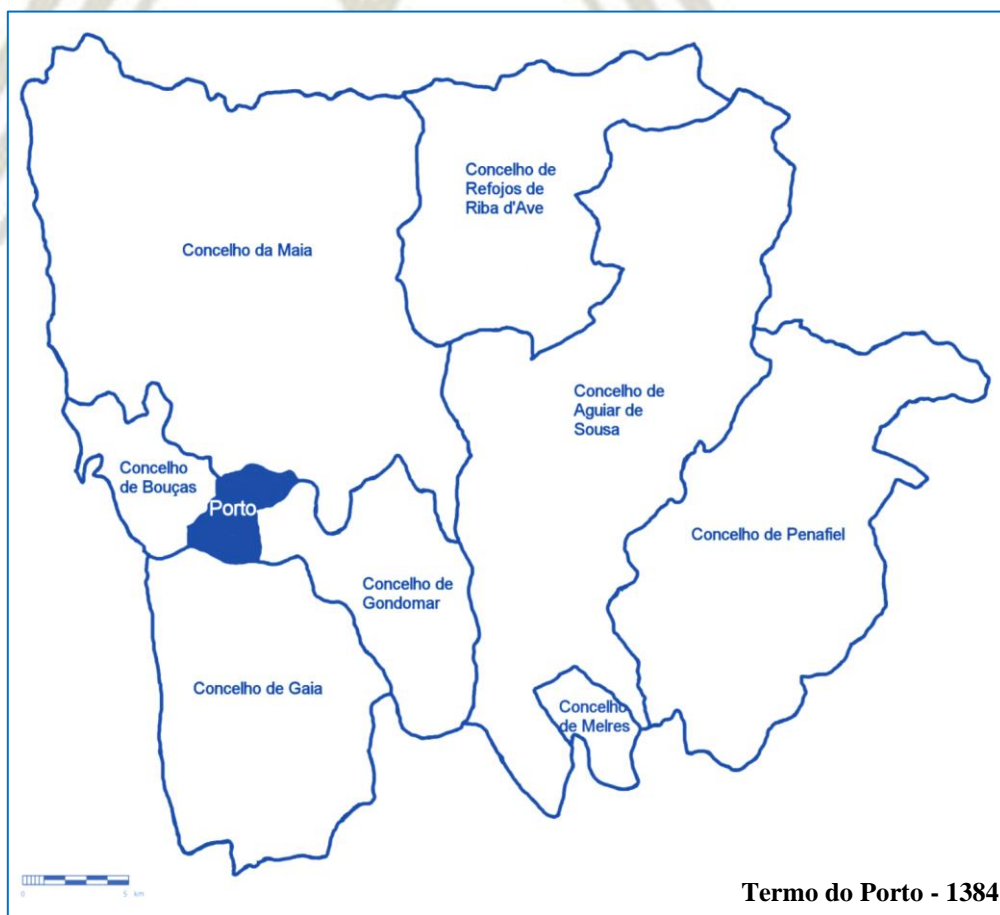
D. Pedro I obrigou os moradores de Massarelos, Maia, Bouças, Gondomar, Melres, Refojos e Aguiar de Sousa a servirem, com seus bois ou sem eles, na construção da Muralha (Silva, XXXX), o que nos mostra que grandes obras e grandes empreendimentos necessitam de um esforço conjunto. Armindo de Sousa propõe mesmo esta razão da conservação e guarnição da muralha como uma das principais para a formação do Termo do Porto (Sousa, 1994: 169-171).

A 15 de Novembro de 1369 foi ampliado o termo da cidade. D. Fernando confere à cidade “o Julgado de Melres com seu termo”, e ordena “que daqui em diante o Concelho da dita Cidade use dos sobreditos julgados e de toda jurisdição, como em termo da dita cidade” (Basto, 1937: 335-336)

Mas mais, D. Fernando determina também, e isto é muito importante para o enquadramento jurídico do Termo, que “outrossim mando e defendo que no dito Julgado não haja outro Juiz, nem Vereador, nem Procurador do Concelho, nem Meirinho, nem outros oficiais, salvo os que forem postos em na dita Cidade, como dito é, ou os que forem postos nos ditos Julgados, por vós Juizes o Vereadores e Concelho da dita Cidade”. Melres foi portanto como que entregue à guarda e administração do Porto, cerceando, obviamente, qualquer autonomia.

Por carta régia de 12 de Abril de 1384, D. João I, certamente grato pela ajuda que a cidade lhe acabara de prestar na sua qualidade de Defensor do Reino, acrescentou-lhe os Julgados de Bouças, Maia e Gaia.

No mês seguinte, por carta de 13 de Maio, junta-lhes Penafiel e Vila Nova (de Gaia). Todos nas condições do Julgado de Melres.



Termo do Porto - 1384

Como muito bem afirma Arnaldo Sousa Melo (Melo, 2009: 189): “O alargamento do termo do Porto em finais de Trezentos esteve obviamente relacionado com uma multiplicidade de interesses da cidade e decerto também do rei, pelo menos do ponto de vista fiscal e militar”. O primeiro (ponto de vista), no sentido de alargar a base tributável da cidade e onde recorrer através da imposição de empréstimos mais ou menos forçados, quando necessário. O segundo, com o objetivo de garantir a mão-de-obra necessária para a manutenção da muralha, como já foi destacado por vários autores. Preocupações comuns ao rei e ao concelho. Mas o alargamento do termo respondia também a outras pretensões e necessidades da cidade, decerto já antigas, como a de garantir o seu abastecimento, ser “mais honrada” e para as necessidades militares em termos de número de homens disponíveis.

Como conclui com propriedade Helena Teixeira (Teixeira, 2010: 58), “A ampliação do termo do Porto, reforçando o seu estatuto de cabeça e sede concelhia, contribuiu para dar aos homens regedores da cidade uma autoridade e legitimidade de intervenção junto das populações até aí inexistente, em parte com a ajuda dos reis, ao imporem que, para as despesas de bem comum, não houvesse privilégios nem isenções garantidos por estatuto de ordem ou estado ou dependências de senhorio. Facilmente a cidade tomou um ascendente monopólio económico em toda a vasta região do seu concelho, e nem as grandes vilas de fora lhe faziam competição”.

O Professor Ricardo Jorge (Jorge, 1897: 81) afirmou aliás que o Porto, exercendo domínio jurisdicional sobre todo esse vastíssimo território, era dentro do reino um pequeno estado.



Zona envolvente do Morro da Sé na Maquete do Porto Medieval. Casa do Infante

O Padre Agostinho de Azevedo, em nota publicada no 1º volume das “Vereações” por Artur de Magalhães Basto (Basto, 1939: 339) escreve: “*Os assuntos administrativos de todo o termo do Porto eram resolvidos pelo Senado, precedendo em certos casos (feiras, talhos, aforamentos de baldios, médicos de partido, etc.) a convocação dos interessados do lugar e os três representantes do concelho (Juiz, procurador e meirinho). Os assuntos judiciais estavam afetos ao Ouvidor, que fazia as vezes de Juiz ordinário, e reunia em casa própria para Audiência com os Escrivães e os quadrilheiros (que existiam em todas as freguesias). Resolvia sem apelação ações cíveis até 400 rs. Era Juiz das sisas e executava as ordens da Câmara do Porto, de Corregedor da Comarca, dos Juízes de Fora. Era eleito entre os lavradores do concelho em lista tríplice confirmando um a Câmara do Porto*”.

Ora, passando a Maia a integrar o Termo do Porto, esse facto retirou-lhe, como já dissemos, toda a autonomia.

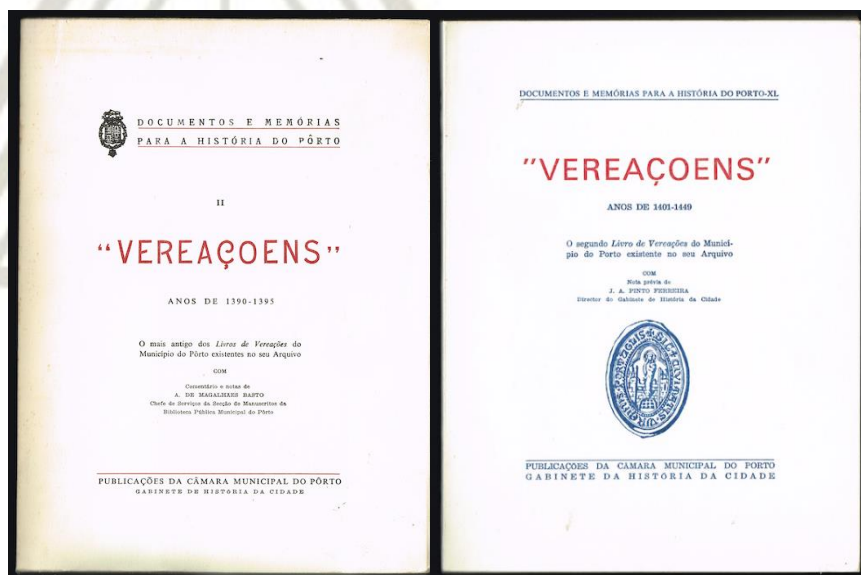
Assim sendo, será no dia a dia da Câmara do Porto, nomeadamente nas atas das reuniões, as

primeiras publicadas sob o título genérico de “Vereações”, que poderemos encontrar alguma informação sobre a Maia.

As “Vereações” da Câmara do Porto

Do que fica dito se depreende que era na Câmara do Porto que o mais importante se decidia. Logo, se alguma documentação houver que interesse à Maia, ela estará nas “Vereações”, plasmadas nos livros onde se registavam, melhor ou pior, com ou sem lista de presenças, com ou sem conteúdo, o que se passaria na reunião dos vereadores.

Foram publicados pela Câmara do Porto os mais antigos livros de vereações. O primeiro, com comentário e notas de Artur de Magalhães Basto, editado em 1937 e transcreve as atas das sessões de 1390 a 1395 (=V1). O segundo foi publicado com notas de João Albino Pinto Ferreira em 1980, dizendo respeito às sessões de 1401 a 1449 (=V2) mas com várias discontinuidades. Finalmente em 1985, com leitura, índices e notas de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte, foram dadas à estampa as sessões de 1431 a 1432 (=V3).



Primeiro e segundo volumes das “Vereações”

Foi destes três volumes que extraímos alguns dados curiosos que possam interessar à temática deste artigo, já que se trata de maiatos e de factos relacionados com a Maia.

Por exemplo, na sessão de 24 de julho de 1391 (V1, p.95) Afonso Geraldês aparece nomeado como ouvidor da Maia. Não sabemos de onde era, e nem sequer se era maiato.

Na sessão de 3 de março de 1394 é referido como “*almuxarife das taracenas*” (V1, p.228). Taracenas ou tercenas eram espaços cobertos onde se reparavam ou construíam barcos. Afonso Geraldês seria assim uma espécie de administrador/tesoureiro das taracenas.

Mas através da leitura da ata percebemos que era também proprietário de umas casas adossadas e sobranceiras à muralha, junto da porta da Ribeira. Daqui se depreende que era um homem bom do Porto. Mesmo que tivesse origem maiata, seria certamente habitante do burgo portuense.

Na sessão de 24 de junho de 1392 (V1, p.133), André Dinis, de Silva Escura, é nomeado procurador da Maia. Aqui ao menos atesta-se a sua origem maiata. Na sessão de 27 de julho (V1, p.163) precisa-se mais ainda ao afirmar-se “morador na Aldeia de Calquim”. Continua nas sessões seguintes como procurador e cumpre o seu mandato de um ano.

Participa na sessão de 9 de julho (V1, p.142-146), onde se discute a célebre questão da proibição de os fidalgos morarem na cidade e do facto de alguns muito poderosos tentarem tornear esta questão comprando casas e outras propriedades no Porto, decidindo-se impedir essas aquisições.

É protagonista da reunião de 11 de julho (V1, p.147-151), onde o mestre Gonçalo Martins

se vai queixar que André Dinis e Vicente Barreiros, ambos procuradores, lhe haviam embargado uma barca prestes a sair a Foz do Douro, requerendo explicações para este ato. A justificação era que a carga era constituída por trigo, e que este era para ser exportado para fora do reino, o que ia contra as Ordenações e Posturas da cidade. Surge então o mercador Gonçalo Lourenço que afirma que a carga de sessenta moios de pão pertencia ao Bispo, e que este detinha uma autorização real para negociar para onde quisesse cem moios de pão.

Foi uma sessão rica, porque se discutiram outras autorizações “especiais” concedidas pelo rei, uma delas a favor de um seu criado, Vicente Afonso, para negociar cinquenta toneis de vinho, questão que, como é sabido, era muito querida aos habitantes e à vereação do Porto.

Esteve também presente na sessão de 18 de julho (V1, p. 152-156) onde se tratou das questões regulamentares da venda de carne e de pão, e na de 20 de julho (V1, p. 157-162) onde se discutiu a questão do sal e das marinhas de Bouças, da venda de panos, e novamente do fornecimento e venda do pão à cidade.

A 13 de janeiro de 1393 (V1, p. 173-175) participa na sessão em que se lê uma carta de D. João I em que este lembra que o Porto se teria comprometido a contribuir com mil libras para ajudar ao seu casamento e lhe pede que satisfaçam essa contribuição, e a 20 de fevereiro (V1, p. 176-177) onde se discute a questão da venda do azeite e da “invasão” dos vendedores de Coimbra.

Outro maiato de origem, Afonso de Moreira, mercador, surge logo na primeira ata de vereação conhecida, a de 4 de junho de 1390 (V1, p. 15). Era juiz, cargo muito importante, mas foi também vereador, contador, vedor, regedor dos hospitais e teve carreira autárquica pelo menos até 1403.

Na sessão de 8 de abril de 1391 (V1, p. 67-68) foi um dos dois escolhidos para, por sugestão de el-rei, tomar contas de João Pais Neto acerca do que recebera e despendera no tempo em que fora Procurador do Concelho.

Foi feito vereador na reunião de 25 de junho de 1391 (V1, p. 90).

Na sessão de 10 de outubro (V1, p. 105-110), em que participou, discutiu-se a necessidade de ter no Porto alojamentos condignos para visitantes, pelo que ficou acordado mandar reparar as estalagens existentes e mandar fazer à custa da cidade estalagens novas, *“em que pousassem todos os grandes e honrados e outros de qualquer estado e condição que fossem”*, que teriam de estar equipadas com *“boas casas e câmaras e alpendres e currais”* bem como a possibilidade de fornecer mantimentos aos hóspedes e cevada e palha às bestas. Foi então estabelecido construir *“Primeiramente nas Congostas duas estalagens grandes e boas, depois no Souto, uma estalagem grande e boa, outra nas casas de Estêvão Ferreira, outra na rua chã nas casas que foram de Jervas da devesa, outra grande e boa à porta de Cimo de Vila, outra em Miragaia grande e boa e outra em Vila Nova.”*

Na reunião de 3 de novembro de 1393 (V1, p.205-206) foi escolhido para participar, com outro homem bom, nas contas a fazer entre o rei e a cidade pela participação na guerra: *“Afonso de Moreira, mercador, morador na dita cidade, por que era um homem bom e entendido e tal que era cumpridor e necessário para este negócio.”*

Esteve presente na sessão de 11 de julho de 1401 (V2, p.22-25), onde se discutiu uma questão interessante – as relações com os judeus. Para além do juiz Vasco Martins, dos vereadores João Rodrigues e Gonçalo Martins, do procurador Afonso Dinis e do tesoureiro Gonçalo Anes, bem como de muitos homens bons, estiveram também mestre Moisés e mestre Isaque, judeus, moradores na judiaria, representando toda a comunidade dos judeus da cidade.

Os ditos vereadores e procuradores disseram que ainda há poucos dias fizeram publicar ordenações do Regimento da cidade, e entre elas uma que proibia que alguém, homem ou mulher fossem à dita judiaria vender pão nem vinho nem carne nem outros mantimentos; e que também não entrasse nenhuma mulher na judiaria sem a companhia de um homem; e que Judeus nem Judias não comprassem na dita judiaria pão nem carne nem vinho nem outros mantimentos sob certa pena.



Judiarias do Porto. Segundo o Blog “questom judaica”.

E os judeus da dita comuna vieram à dita Relação e mostraram uma carta d’el Rei para que o Conselho da dita Cidade não pusesse sobre eles ordenações nenhuma. E que sem embargo das ditas ordenações pudessem entrar na dita judiaria quaisquer pessoas e também pudessem comprar na dita judiaria quaisquer mantimentos que lhes levassem aí a vender e que agora eles em nome da dita



Judiaria Velha no Morro da Sé. Maquete da cidade medieval. Casa do Infante. Segundo o Blog “questom judaica”.
comuna não queriam usar da dita carta e que lhes agradava que se cumprissem as ditas ordenações da

forma que o Conselho que as pôs e assinou e queriam estar por elas e não da dita carta; pediam exceção para lenha em feixes ou carqueja que possam, comprar à porta da vila e qualquer judeu ou judia ou cristão ou cristã que o contrário fizer pague cinquenta libras por cada vez.

Testemunharam Pedro Afonso, tabelião, Fernão Gonçalves, tabelião, e Vasco Pires, também tabelião, redigiu.

Assinaram João Rodrigues, Gonçalo Martins, Afonso de Moreira e Gonçalo Anes.

Eis um caso curioso de governação de uma cidade com uma judiaria, em que à partida o rei não deveria ter-se imiscuído, mas que, ao que parece, acabou em bem.

Na sessão de 6 de agosto de 1402 (V2, p.148-149) surge um tema importante. Manda-se que um conjunto de homens bons percorra os termos, coutos e honras da cidade, e vissem o que cada lavrador, e clérigos e frades e outras pessoas tinham (pão essencialmente) e, fazendo as contas ao que necessitasse para si e sua família segundo o seu estado, trouxessem o restante para ser vendido na cidade.

Tratava-se, ao fim e ao cabo, de um “sequestro” de bens, que eram retirados ao seu proprietário em benefício da cidade.

Para cumprir esta missão na Maia foram escolhidos Afonso de Moreira, Gonçalo Nunes, tabelião, e João Garcia.

Afonso de Moreira aparece-nos como vereador em 12 de setembro de 1403 (V2, p. 185-186) e é a última referência documental que temos, embora seja de crer que pelo menos até 1404 ele tenha continuado a ser vereador. Só que a documentação está descontinuada e não existem registos a partir desta data a não ser já para 1431.

E um último dos vários exemplos de maiatos, ou originários da Maia que podemos detetar nos livros de Vereações da Câmara do Porto – Álvaro Gonçalves da Maia.



A primeira referência à sua pessoa surge em 11 de agosto de 1431 (V3, p. 32-33).

Nesta sessão leu-se uma carta do Infante aludindo a dívidas contraídas por D. João I para com o duque borgonhês Filipe o Bom aquando da sua deslocação, em 1429 a Lisboa para a realização do contrato nupcial entre a filha do rei, D. Isabel, com o referido duque. A carta alude também às despesas com a ida e vinda do Infante D. Fernando, bem como várias outras despesas. A preocupação era a possibilidade de o duque (afinal genro do rei) poder “filhar”, isto é, tomar posse forçada, de muitas das mercadorias fundamentais para o sustento do reino. Pedia-se portanto o pagamento da parte que ao Porto caberia.

Por curiosidade refira-se que se resolveu convocar para a segunda feira seguinte, dia 13, nova reunião com dois homens de cada mester. Embora

Filipe o Bom da Borgonha. Da escola de Rogier van der Weyden

Álvaro Gonçalves da Maia não estivesse presente, sabemos que a decisão foi a de satisfazer o pedido do Infante, mas condicionando essa satisfação a que *“os releve de muitos agravos que a cidade recebe...”*.

A 29 de dezembro (V3, p.64-65) volta a estar presente, e mais ainda, nessa reunião foram escolhidos o vedor e o tesoureiro. A este último, Diogo Gonçalves de Escapa, foi o próprio Álvaro Anes da Maia que *“ficou por fiador dele a toda a coisa que ele fizer e por dinheiro que receber...”*, um risco que pressupunha também grande disponibilidade financeira.

A 19 de janeiro de 1432 (V3, p. 83-87), uma outra reunião importante. Tão importante que o próprio Bispo do Porto, então D. Antão Martins de Chaves, também esteve presente, bem como a totalidade dos juízes e dos vereadores.

E foi justamente Álvaro Gonçalves da Maia na qualidade de provedor da fazenda d'El Rei que apresentou o caso – Martim do Reste, mercador que se dizia de Barcelona, tinha vindo à cidade comprar e carregar uma quantidade de pescado. Como não conhecia os usos e costumes locais, perguntou a Vasco Lourenço tendeiro que lhe disseram ser mercador antigo desta cidade, e a outros cidadãos, que direitos pagavam os estrangeiros por este comércio. O próprio Álvaro lhe disse que perguntasse a Afonso Anes contador d'El Rei que ordenou a Pedro Afonso escrivão dos contos d'El Rei que o esclarecesse.



D. Antão Martins de Chaves

Supostamente o mercador pagou o que havia a pagar, mas já prestes a partir com os navios carregados os juízes e regedores lhos mandaram embargar, com preocupação sua e receio dos mestres, dos marinheiros e dos mercadores.

Álvaro Gonçalves da Maia requeria então aos responsáveis pelo embargo que justificassem essa decisão. Eles fizeram-no citando uma determinação do rei D. Fernando, que mostraram num trelado simples.

Álvaro Gonçalves perguntou então se os limites e proibições referidos tinham sido publicitados e se alguma vez tinham sido aplicados.

E todos disseram e testemunharam que nunca tal viram apregoar nem colocar embargo a nenhum estrangeiro; mais, sempre viram comprar dois mercadores de Zamora muito congro e pescado, biscainhos que o levaram ao Levante por mar e um castelhano a quem a cidade pôs embargo mas que nunca acharam justificação e deixaram-no partir.

Perante isto, Álvaro Gonçalves pronuncia um despacho do seguinte teor:

“Visto per mim Alvaro Gonçalvez da Maya o requerimento do dicto estrangeiro e o trelado da dieta hordenaçom que era raso e sem signal nem seelo e tal que nom fazia fe e a carta d'EI Rei a qual ensere que se veja a ley e husos e costumes e o testemunho dos Regedores e homeens boons que nom viram apregoar nem poer tal defessa nem seer gardada ante alguns mercadores strangeiros comprarren sem embargo e visto como este strangeiro fez as vondanças e diligencia que devia por saber os costumes da terra e os direitos que avia de pagar per que se mostra que nom ouvesse entençom de fazer malicia e como pagou compridamente todos os direitos que El Rey avia d'aver porem mando que se vaa em paz com seus pescados que carregados tem sem embargo do enpacho que lhe asy foi posto per os officiaaes da cidade e mando da parte d'El Rey aos dictos officiaaes que se elles entenderem por prol da cidade e da terra de se gardar a dicta hordenaçom de que mostraron

o trelado raso que o ajam de gisa que faça fe e a façam apregoar e notificar por tal que os mercadores estrangeiros nom sejam enganados nem recebam damno nem os navios e mercadores da terra nom recebam desaviamento nem outro prejuízo”.

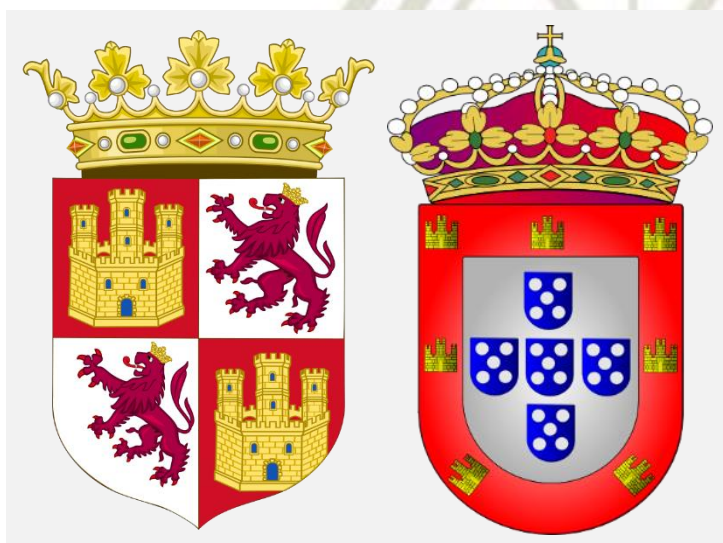
(Assinado:) Álvaro Gonçalves

Em face disto, o Bispo declara:

“E dado asy o dicto desenbargo per o dicto Alvaro Gonçallvez como dicto he o dicto Senhor Bispo e juizes e oficiaaes e homeens boons disserom que o dicto desenbargo lhes parecia muito e (sic) justo e razoado e boo e que por tal ho avyam e porem mandarom asy todo seer escripto per mim dicto escriptam da camara pera ho asiignarem per suas maaos.

(Assinado:) Antonius Episcopus Portugalensis

Na reunião de 22 de março de 1432 (V3, p. 92-94) lê-se uma carta de D. João I, apresentada por Nuno Gonçalves moço da estrebaria do rei.



Símbolos reais do tratado de Medina del Campo

A missiva dá conta da assinatura da paz (a que o rei chama “perpétua”) com Castela. Este acordo foi decidido em Medina del Campo em 30 de outubro de 1431 e ratificado em Almeirim a 27 de janeiro de 1432.

Essa carta, muito otimista, como a História prova², mandava a todos que celebrassem, respeitassem e fizessem respeitar a paz, assim na terra como no mar, e que mandassem apregoar nos locais do costume este facto, para que todos soubessem e cumprissem as determinações.

A carta está datada de Almeirim a 1 de fevereiro de 1432.

Bastante curiosa é a reação final dos presentes. Aqui vai, tal e qual:

“E apresentada asy a dicta carta per Nuno Gonçallvez moço da estrebeira do dicto Senhor Rey e logo os homeens boons acordarom que a dicta carta se apregoasse como El Rey manda e se fizesse pera elo grande solemnidade petiçom e como se melhor poder fazer e que dessem por boa alvisira ao que estas tam boas novas trouve huum bom sayo de cortanay bem fecto vermelho e huum capello e huum par de calças e huum gibom e hiius çapatos e camisas e panos ou de boom bristol e as despesas que se sobresto todo fazer que a levem em conta ao procurador nos dinheiros que recebe da Rua Nova”.

Pelo menos a Nuno Gonçalves, quer o tratado de paz trouxe proveito.

Mas quem era este Álvaro Gonçalves da Maia?

Filho de Martim Vasques da Maia e de Ana Afonso de Lanços, terá nascido por 1370.

Casou em 1421 com Joana de Teive.

Tiveram filhos Martim Vasques da Maia, que casou com Catarina Ferreira, Fernão Álvares da Maia, que casou com Guiomar de Sá, e Diogo de Teive.

Por recompensa dos seus bons serviços é-lhe concedida por D. João I a extração de sal em Caminha, a pesca na ilha dos Amores, do Douro e a construção de moinhos de maré em Aldeia

Galega.

Morava no Porto, numa casa torre, inserida numa zona nobre, sobre as muralhas e próximo do postigo com o seu nome, assinalada abaixo com o número 23.



1 – Convento de S. Francisco; 2 – Rua Nova; 3 – Chafariz e boticas; 4 – Boticas das judias; 5 – Rua das Cangostas; 6 – Casa do Arco Grande; 7 – Viela e Rossio do Forno Real; 8 – Torre de Estevão Lourenço; 9 – Torre de João Martins Ferreira; 10 – Rua dos Mercadores; 11 – Casa de Fernão Luís; 12 – Casa dos Caminhas; 13 – Torre – estalagem de Diogo de Bustamante; 14 – Praça da Ribeira; 15 – Casa da Moeda; 16 – Alfândega; 17 – Casa dos Contos; 18 – Rossio do Cais; 19 – Paço dos Tabeliães e Casa do Ver-do-Peso; 20 – Casa queimada (Rui Pereira); 21 – Igreja de S. Nicolau; 22 – Rua da Reboleira; 23 – Torre de Álvaro Gonçalves da Maia; 24 – Postigo de Álvaro Gonçalves.

Planta de reconstituição do Porto Medieval. A casa-torre de Álvaro Gonçalves da Maia está representada pelo número 23. Blog Imagem Cognitiva

Foi o Escrivão do rei D. João I na embaixada portuguesa para a assinatura da Paz perpétua com Castela.

Foi Contador de D. Fernando e Vedor da Fazenda de D. João I e de D. Filipa até 1397.

Participou na tomada de Ceuta. Foi membro da Corte de João I de Portugal e serviu como embaixador no reino de Aragão. Era também, por 1422, Escrivão da Câmara da rainha D. Catarina de Castela.

Possivelmente morreu na batalha de Alfarrobeira (20 de maio de 1449) tomando partido pelo Infante D. Pedro.

Mas afinal, da Maia...

Mas afinal, para além do que vimos, há poucas alusões específicas à Maia e ao seu concelho. A primeira referência ao Ouvidor da Maia, neste caso Afonso Geraldês, surge na sessão de

24 julho de 1391 (V1, p.95).

Na sessão de 27 de julho de 1392 é, como já vimos, nomeado Afonso Dinis da aldeia de Calquim (V1, p. 163).

Já na sessão de 23 setembro de 1394 é Estevão Faria que passa a ocupar o dito cargo (V1, p. 241).

Na reunião de 6 de junho de 1403 (V2, p. 187-188), compareceu Francisco Anes, ouvidor da Maia. O assunto era sério. Disse ele que Luís da Maia, meirinho³ da dita terra, o penhorara por quinhentas libras por mandado dos sobreditos, depreendemos que a vereação, e requeria aos ditos homens bons que lhe dissessem por que o mandaram penhorar. Era um pedido razoável

Foi então informado por eles que tinham informado Pedro Afonso, corregedor e a eles próprios, que no julgado da Maia onde ele era ouvidor vendiam o pão de quarenta soldos, a candeia de sebo, o arrátel da carne e a canada de vinho ao mesmo preço, ou maior, do que aquele por que se vendia na cidade. E que por isso o mandaram penhorar naquela quantia.

O dito ouvidor defendeu-se, dizendo que pusera almotacés⁴ de cada mês em cada uma das vendas desde que entrara para ouvidor. E que lhes mandara que guardassem as ordenações da cidade e que vigiassem o cumprimento das tabelas de preços. E que sobre isto havia sido feito pregão.

E acrescentou que por ter sido informado de incumprimentos, mandara ele próprio penhorar quer os vendeiros quer os almotacés. Por isso solicitou que lhe fosse concedido um prazo para provar à vereação e aos homens bons o que tinha feito. Foi-lhe deferido o pedido.

A 22 de fevereiro de 1443 (V2, p.308) João Francisco, ouvidor da Maia, informa a Câmara de que “*des sanhoane aca*”, isto é, desde o S. João até àquela data, trouxera em pregão as coimas da Maia e não aparecera ninguém a oferecer mais do que João Martins de Alfena, que ofereceu 200 reais. A Câmara (à falta de melhor, claro) lá instruiu o ouvidor para receber a quantia. Do mal, o menos.

Na sessão de 10 de outubro desse mesmo ano (V2, p.309) anunciou-se a morte de Fernão de Calvos, meirinho da Maia. Para que a terra não ficasse sem justiça, como referiram, sortearam entre três nomes, saindo o de Álvaro Anes de Punhete (vila de Constância)⁵, que passou a ocupar o cargo desde essa data até ao S. João, período em que eram feitas as nomeações normais.

Como se vê por estes exemplos, a gestão das coisas da Maia feita pela Câmara do Porto era muito limitada.

Mas houve coisas curiosas.

Cunhas, já nesta altura

Não, não estamos a referir-nos aos Cunhas Coutinhos, que governaram a Maia e oprimiram o seu povo durante décadas.

Falamos da velha e portuguesíssima “cunha” que os dicionários definem como “Empenho ou recomendação de pessoa importante ou influente”.

Vejam estes exemplos.

Reunião de 17 de julho de 1448 (V2, p. 317-319).
Presentes todas as autoridades, o que era raro, bem como muitos homens bons e povo.

Brasão dos Cunhas. Livro do Armeiro Mor, fl. 51 V. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.



Começa-se pela questão da Caravela de Fernão Coutinho, de que já falamos. Segue-se outra decisão importante, que reproduzo em linguagem atual:



“Outrossim acordaram que Rodrigo Afonso escudeiro de Fernão Álvares, cavaleiro seja meirinho da Maia a contemplação do Senhor Duque de Bragança que o dito ofício mandou pedir à cidade para ele o qua a cidade lhe outorgou, que o haja por este ano e mais não como por adita cidade determinou”. Fazia-se depois um apelo a que desempenhasse em condições o cargo, ameaçando: “E fazendo em ele algum erro que lhe seja logo tirado e posto outro em seu lugar”.

Um pedido de D. Fernando, Duque de Bragança, homem de tão grande peso e importância no reino, acabou por revelar-se uma ordem para a Câmara do Porto.

Retrato de D. Fernando, Duque de Bragança. Domenico Duprà - Paço Ducal de Vila Viçosa

Sessão de 24 de fevereiro de 1443 (V2, p. 247-249). Depois de outros pontos, é apresentada uma carta da Rainha. Ao tempo, seria D. Leonor de Aragão, viúva de D. Duarte, que este nomeara regente, embora as Cortes de Lisboa de 1439 lhe tivessem retirado essa qualidade e fizessem do Infante D. Pedro o único regente. Só que no texto ela fala do *“Infante Regente...meu pai”*. Enfim, uma incongruência que não cabe agora esclarecer.

A carta continha um pedido: *“para estes homens bons que dessem o ofício do meirinhado da Maia a Gonçalo Anes morador na sua freguesia de Santa Maria de Alvarelhos”*. Este assunto prende-se com uma referência que fizemos anteriormente. A missiva era do seguinte teor: *“ Regedores e homens bons da Nobre leal cidade do Porto Nós a Rainha vos enviamos muito saudar. Fazemos-vos saber que nos foi dito que por morte de Fernão de Calvos está vago o meirinhado do julgado da Maia termo dessa cidade o qual a vós pertence atribuir E que agora o destes a um lavrador da terra até ao dia de S. João. E pelo grande apreço que o Infante Regente meu muito prezado e amado pai e nós temos por Rodrigo de Avidos seu escudeiro, agradecer-nos-ia que este meirinhado segundo vosso costume, o outorgasses a Gonçalo Alves seu criado, morador em Sá na freguesia de Santa Maria de Alvarelhos*



Retrato de D. Leonor de Aragão, Rainha de Portugal. António de Holanda. British Library

do julgado da Maia o qual segundo nos foi dito é natural daí. E que a cidade poderá ser bem servida, porém vos rogamos que vos agrade em lho outorgar E sede certos que fazendo assim, vos agradeceremos muito”.

Claro que, como é bom de ver, a decisão camarária foi “que em contemplação da Senhora Rainha lhe davam o dito ofício por um ano o qual há-de começar deste S. João que vem a um ano”.

Já nestes tempos, um “empurrãozinho” tinha muita utilidade.

Houve mais algum Foral na Maia?

Várias pessoas, algumas com responsabilidade na investigação histórica, como o Padre Agostinho de Azevedo, falam em outros forais na Maia, nomeadamente de Cidadelha.

Este autor (Azevedo, 1934, p. 316-317) intitula mesmo o seu artigo “*Foral de Cidadelhe: termo da Maia*”.

Foral de Cidadelhe (termo da Maia)

Li com muito interêsse o artigo sob *O Préstimo de Avioso*, publicado no fasc. 2-3 do vol. IV dêste «Boletim», principalmente o notável trabalho genealógico sobre os Madureiras senhores do mesmo, porquanto o texto do documento já o conhecia da Torre do Tombo, onde o copiei dos *L.^{os} da Leitura Nova*, em agosto do ano passado.

Início da referência ao suposto Foral de Cidadelha. Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto

E escreve, a certo ponto: “*Na freguesia de Santa Maria de Avioso há ainda o lugar ou aldeia de Cidadelhe, a que se refere o préstimo sobre meio casal a êle adstrito. Êsse lugar tem foral dado em Coimbra por D. Afonso III, em 5 de Abril de 1262. A êle se refere Franklim nas suas Memórias sobre Forais, como de Cidadela (Terra da Maia) entre os antigos não reformados por D. Manuel*”.

Eslareçamos. Quando o Padre Azevedo alude ao “préstimo”⁶, reporta-se a um artigo de Eugénio da Cunha Freitas sobre o Préstimo de Avioso, que citamos na Bibliografia. Nada tem a ver com esta “afirmação” de haver um foral.

Quando fala de Franklin, trata-se da obra de Francisco Nunes Franklin, que também citamos. Franklin comete, por várias vezes neste trabalho, o mesmo erro que o Padre Agostinho cometeu, e que procuraremos desfazer a seguir.

Penso que “Foral”, já todos temos uma ideia do que é: um documento que constituía uma povoação ou a reconhecia. Era dado pelo soberano ou pelo senhor da terra. Funcionava como um código de leis sobre impostos, direitos e deveres dos moradores, extensão e termo da povoação e ou do concelho, e indicando o respetivo senhorio.

Mas “Aforamento” é uma realidade completamente diferente. Trata-se da ação de transferir o usufruto de uma propriedade para uma outra pessoa, seja de modo perpétuo seja a longo prazo, isto mediante o pagamento de um foro anual estabelecido.

E aqui é que está a confusão, quer de Franklin quer do Padre Azevedo – o texto que utilizam é de um aforamento e não de um foral.



Selo de D. Afonso III. Arquivo Nacional da Torre do Tombo

O documento em apreço pertence à Chancelaria de D. Afonso III, felizmente publicada por dois excelentes investigadores da Universidade de Coimbra – Leontina Ventura e António Resende de Oliveira (Ventura e Oliveira, 2006).

Vejamos como estes o apresentam (pag. 313-314):

“1262 abril 5, Coimbra – Aforamento de um reguengo no lugar de Cidadelha (fr. Avioso, c. Maia) a Martim Gonçalves e sua mulher Maria Anes, com obrigação de aí fazerem meio casal.”

O texto do documento é o seguinte:

Carta Martini Gonsalvi et uxoris sue super Cidadela in termino de Maya In christi nomine. Notam sit omnibus presentem cartam inspecturis, quod ego Alfonsus dei grúa Rex Portugalie do et concedo vobis Martino Gonsalvi et uxori vestre Marie Johannis meum regalengum quod habeo in judicatu de Maya in loco qui vocatur Cidadela cum vinca roca regalenga que jam ibi est facta in ipso loco de Cidadela tali videlicet pacto quod faciatis ibi unam rnedium casale, et vos et omnes successores vestri delis indo michi et omnibus meis successoribus annuatim pro foro terciam partem panis et vivi et lini et terciam partem similiter de omni fructu quem deus ibi dederit, et medietatem de omnibus directuris pro ut datur de aliis casalibus circum adjacentibus. Flabeatis igitur vos et omnes successores vestri ipsum regalengum cum suppradicta vinca et faciatis ipsum medium casale et delis indo michi et omnibus meis successoribus suppradictum fortim, et non vendatis nec donetis nec alienetis nec elemosinetis ipsum regalengum nec ipsam vincam alicui militi nec alicui ordini, nisi talibus hominibus laboratoribus villanis qui michi et omnibus meis successoribus faciatis supradictum forem. In cujus rei testimonium dedi dictis Martino Gonsalvi et Marie Johannis uxori vestre istam meam cartam sigilli mei munimine communitam. Data Colimbria, V.a die Aprilis, Rege mandante per cancellarium et per Petrum Martini superjudicem. Rodericum Petri fecit. Era M.a CCC.a.

Podemos assim verificar que não se trata de nenhum Foral, mas sim de um Aforamento. Como aliás há outros na mesma documentação.

Por exemplo a 31 de agosto de 1255, em Gala, é feito um Aforamento de um terreno no lugar de Castanheira e umas cortinhas entre os lugares da Pena e do Casal na freguesia de Santa Maria de Nogueira, Terra da Maia, a Soeiro Gonçalves e sua mulher Maria Garcia (ibidem, p. 71-72).

Doutro tipo, mas de morfologia idêntica, em Guimarães, a 24 de janeiro de 1261, é feita a Doação das Herdades de Zadões (Terra da Maia) e de Gondomar a D. Aldonça Anes da Maia, barregã régia (ibidem, p. 58).

E mais, ainda na mesma documentação há Forais publicados, como por exemplo o de Vila Nova de Gaia. Não só é apresentado como tal no texto introdutório – 1255 Setembro Coimbra – Foral de Vila Nova de Gaia, como o próprio documento tem um título bem específico – Forum de Villa de Gaya (ibidem, p. 77-81).

Está portanto esclarecida a confusão do Padre Agostinho de Azevedo, e de outros investigadores e curiosos. Foral na Maia só o de D. Manuel I.

A não ser que a investigação nos pregue uma partida um dia destes. Neste caso não seria nada mau...

Notas

* Historiador, Antropólogo e Ensaísta. Da Câmara Municipal da Maia e do Green Lines Institute

¹ Cota A-PUB/6067

² De facto, pouco mais de quarenta anos depois, Portugal e os seus vizinhos estão de novo envolvidos em contendas, que se procurarão resolver com o Tratado de Alcáçovas, colocando fim à Guerra de sucessão de Castela que durou de 1475 a 1479

³ Meirinho - Antigo funcionário judicial, espécie de oficial de justiça, de nomeação régia ou municipal. Executava as cobranças de impostos e coimas e realizava as diligências ordenadas pelos magistrados.

⁴ Almotacé - Antigo funcionário municipal que inspecionava pesos e medidas.

⁵ Punhete era então a designação da vila de Constância. E foi-o até 7 de dezembro de 1836 quando ganhou a denominação de “Notável Vila da Constância”.

⁶ Préstimo - Também chamado Préstamo ou Prestimónio, era uma pensão, ou um conjunto de bens, retirados das rendas de um benefício. Estavam consignados a favor de um prestameiro, como retribuição de certos serviços, para satisfazer obras pias ou destinados à sustentação de um sacerdote. Esses rendimentos de um grupo de casais ou aldeias, constituíam o seu préstimo

Bibliografia

AFONSO, José Ferrão (2000) – “A construção de um novo centro cívico: Notas para a História da Rua Nova e da zona ribeirinha do Porto no século XV” in Museu, IV série, nº 9, pp. 29-70.

AZEVEDO, Pe. Agostinho de (1938) – Os Coutinhos e a Maia, Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto. Vol. 1, nº 1, p. 26-34.

AZEVEDO, Pe. Agostinho de (1939a) – Palância, In: Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto. - Porto. - Vol. 2, nº 1, p. 99-101

AZEVEDO, Pe. Agostinho de (1939b) – A Terra da Maia, subsídios para a sua monografia. Maia: Câmara Municipal.

AZEVEDO, Pe. Agostinho de (1942) – Foral de Cidadelhe: termo da Maia, In: Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto. Vol. 5, nº 2, p. 316-317

BARROS, Henrique Gama (1954) – História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV, 2a Ed., Tomo X, Lisboa: Sá da Costa.

BASTO, Artur de Magalhães (1937) – “Vereações”- Anos de 1390-1395, (Organização, comentário e notas). Porto: Câmara Municipal do Porto/Gabinete de História da Cidade.

CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte (1990) – Os Forais de D. Manuel (1496-1520), Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

CRUZ, António Augusto Ferreira (1940) – Forais manuelinos da cidade e termo do Pôrto, existentes no Arquivo Municipal, Porto: Câmara Municipal : Gabinete de História da Cidade (Documentos e memórias para a história do Porto; 7)

CUNHA in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/cunha> [consultado em 01-02-2020].

DIAS, Luís Fernando de Carvalho (1969) – Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve, conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa: Edição do Autor, (1º vol.: Entre Douro e Minho).

DUARTE, Luís Miguel (2002-2003) – Os “Forais novos”: uma reforma falhada? Revista Portuguesa de

História, t. XXXVI, vol. 1.

- FERREIRA, J. A. Pinto (1949) – O Porto e a Residência de Fidalgos - Subsídios para a sua história. Boletim Cultural" da Câmara Municipal do Porto, Vol. XI, 3-4.
- FERREIRA, J. A. Pinto (1980) – “Vereações”: anos de 1401-1449: O segundo livro de vereações do Município do Porto existente no seu arquivo (Organização e Nota prévia). Porto: Câmara Municipal do Porto/Gabinete de História da Cidade.
- FRANKLIN, Francisco Nunes (1825) – Memória para servir de índice aos foraes..., 2ª edição. Lisboa: Typopgrafia da Academia Real das Ciências
- FREITAS, Eugénio Cunha (1941) – O préstimo de Avioso na terra da Maia. Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto. Vol.4, nº2-3, p.210-223.
- JORGE, Ricardo (1897) – Origens & desenvolvimento da população do Porto: notas históricas e estatísticas. Porto, Typ. Occidental.
- LOBO, A. de Sousa Silva e Costa (1903) – História da Sociedade em Portugal no Século XV. Lisboa: Imprensa Nacional.
- MACHADO, João Alberto; DUARTE, Luís Miguel (1985) – "Vereações" 1431, Livro 1 (Leitura, índices e notas). Porto: Câmara Municipal. Arquivo Histórico.
- MARQUES, José Augusto Maia (2019a). O Foral da Maia contado às crianças. Braga: AL Publicações.
- MARQUES, José Augusto Maia (2019b). O Foral da Maia. Maia: Câmara Municipal da Maia.
- MELO, Arnaldo Sousa (2009) – Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 – c. 1415 / Travail et Production au Portugal au Moyen Âge: Porto, c. 1320- c. 1415, 2 volumes, Braga e Paris, 2009 (tese de doutoramento); URL: <http://hdl.handle.net/1822/9896>.
- MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (2011) – Os construtores das cidades: Braga e Porto (séculos XIV-XVI), in Melo, Arnaldo de Sousa e Ribeiro, Maria do Carmo, (coord.) História da Construção – Os Construtores. Braga: CITCEM, pp. 99-128.
- SANTANA, Maria Olinda Rodrigues (1995). Foral Manuelino de Vila Real: introdução, transcrição e notas. Vila Real: Câmara Municipal de Vila Real, Governo Civil do Distrito de Vila Real, Região de Turismo da Serra do Marão, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (1988) – O Porto e o seu Termo (1580 - 1640). Os Homens, as Instituições e o Poder, 2 Vols. Porto: Arquivo Histórico / C. M. P.
- SILVA, Francisco Ribeiro; GARCIA, José Manuel (2001) Os Forais Manuelinos do Porto e do seu Termo. Lisboa: Inapa.
- SOARES, Torquato de Souza (1935) – Subsídios para o Estudo da Organização Municipal da Cidade do Porto durante a Idade Média. Barcelos: Cª Editora do Minho.
- SOARES, Torquato de Souza (1960) – A organização municipal do porto no tempo do infante D. Henrique. Porto: Comemorações Henriquinas.
- SOUSA, Armindo de (1994) – “Tempos Medievais” in História do Porto, dir. de Luís A. de Oliveira Ramos, Porto:
- TEIXEIRA, Helena (2010) – Porto, 1114-1518, A construção da cidade medieval, Porto, Faculdade de Letras, dissertação de Mestrado disponível em <https://pt.scribd.com/document/177919430/Porto-A-Construcao-Da-Cidade-Medieval>
- VENTURA, Leontina; OLIVEIRA, António Resende de (2006) – Chancelaria de D. Afonso III, Vol. I. Coimbra, Imprensa da Universidade.

O Barroco no Concelho da Maia: um património a (re)conhecer Parte 2

Liliana Aguiar*

Resumo: A Humanidade porta, na sua essência, uma alma artística. Essa característica nata é moldada no e com o tempo, fruto de diferentes influências e vivências, num espaço de confluências que se traduzem, historicamente, em diferentes estilos artísticos. Foram vários e continuam a ser. São as chamadas correntes.

Este trabalho incidiu numa dessas correntes artísticas, o Barroco, um estilo que se desenvolveu na Europa Ocidental e que se estendeu desde finais do século XVI até ao último quartel do século XVIII. Pretendeu-se contextualizar a respetiva corrente, esclarecer conceitos e efetuar o levantamento das evidências da mesma ao nível da arquitetura civil e religiosa por freguesia no concelho da Maia

O plano de trabalho subjacente a este projeto teve como base uma pesquisa bibliográfica e documental bem como o trabalho de campo, permitindo percecionar a riqueza patrimonial do concelho.

Palavras-chave: Barroco; corrente artística; Barroco no concelho da Maia; património artístico.

Nota

Este trabalho dada a sua importância, mas também a sua extensão, foi dividido em duas partes. Na primeira, publicada no anterior número desta Revista, a Autora fez um enfoque teórico, metodológico e geográfico, e apresentou os principais vestígios do Barroco da Maia nas freguesias de Águas Santas, Castelo da Maia, Cidade da Maia e Milheirós. Neste número apresenta-se a segunda parte do trabalho, que o conclui.

O BARROCO NO CONCELHO DA MAIA – 2

✠ FREGUESIA DE MOREIRA

❖ Arquitetura civil

a) *Quinta do Mosteiro*

No século XVII, face ao estado de ruína em que se encontrava todo o complexo monacal, o edifício da quinta foi reconstruído (Oliveira, 2004, s/p), sujeitando essa mesma reconstrução à linguagem estilística da época – o barroco. De destacar os painéis de azulejo de azul-cobalto sobre fundo branco, com elementos como as conchas, os anjos, os jarrões com as grinaldas e os chafarizes, destacando-se um, lavrado em pedra, que se insere no estilo joanino, lembrando os portais românicos, com frontão interrompido coroado por cruz latina (Fig. 22).



Figura 22 - Quinta do Mosteiro – Freguesia de Moreira © CMM

❖ Arquitetura Religiosa

a) *Capelas dos Passos*

Via-sacra composta por três capelas – capela da Nossa Senhora da Glória, do século XVII e as Capelas do Senhor dos Aflitos e do Senhor dos Amarrados, do século XVIII – de planta quadrangular, cobertura em abóbada barrete de clérigo e fachada principal decorada com nomenclatura barroca: conchas, concheados e elementos vegetalistas.

A Capela da Nossa Senhora da Glória é uma construção de um só corpo com elementos ornamentais barrocos. A fachada apresenta uma porta de arco de volta perfeita e o frontão, triangular e aberto na sua base, é encimado por cruz latina trifoliada e com pináculos nas ombreiras das pilastras. No tímpano um holograma abundantemente lavrado em pedra com elementos barrocos como as conchas e os concheados.

A Capela do Senhor dos Amarrados, construção de um corpo com cobertura em abóbada barrete de clérigo, apresenta, na fachada, uma porta em arco perfeito e sobre os cunhais da empena os pináculos. A cobertura é encimada por campanário sobrelevado por pináculo. Na frente da

cobertura um holograma profusamente lavrado em pedra com elementos barrocos como as conchas e os concheados.

A Capela do Senhor dos Aflitos tem fachada com pilastras nos cunhais, sobrepujadas, sobre a linha de entablamento e no vértice da cobertura, por pináculos. A fachada principal é coroada por uma cartela profusamente decorada com elementos vegetalistas, concheados e conchas. Portal em arco, de volta perfeita, e remate superior em frontão triangular interrompido, sobrelevado por cruz (Fig. 23).



Figura 23 - Capelas dos Passos – Freguesia de Moreira © IS - DGPC (adap.)

b) Igreja de São Salvador de Moreira – Mosteiro

Arquitetura religiosa maneirista. É no seu interior que se encontram exemplares do estilo barroco que vão desde os retábulos lavrados em talha dourada de épocas diferentes, passando pela ourivesaria, pela azulejaria, pelo mobiliário e pela imaginária.

- ***Retábulos lavrados em talha dourada e azulejo***



Figura 24 - Retábulo-mor e painel de azulejos da Igreja de S. Salvador – Freguesia de Moreira © LA

Na **capela-mor** destaca-se o retábulo barroco estilo nacional, como atesta a estrutura em talha lavrada dourada que se assemelha a um portal românico adornada de colunas pseudosalomónicas e arquivoltas profusamente decoradas com folhas de videiras, cachos de uvas e anjos. No seu centro destaca-se o trono, igualmente decorado, ladeado por dois anjos. A cobertura da capela-mor é em abóbada cilíndrica com caixotões. As paredes são revestidas a azulejo policromado (azul, amarelo e branco) onde se destacam elementos decorativos como as folhas de acanto e as volutas. De destacar ainda na capela-mor o cadeiral dos cônegos (Fig.24).

Este retábulo foi feito entre 1676 e 1677 por Jerónimo da Costa, conforme escritura do contrato celebrado entre o prior e outros religiosos do Mosteiro de Moreira da Maia e o mestre imaginário Jerónimo da Costa (Anexo 5).

Os **altares colaterais** do arco triunfal são também profusamente lavrados em talha dourada ao estilo nacional, onde se destaca, no caso da conceção arquitetural do retábulo, mais uma vez a aplicação do românico, neste caso sem profundidade, nos arcos centrais dos retábulos e, na ornamentação, de referir os elementos do barroco nacional, tais como as colunas pseudosalomónicas onde se enrolam folhas de videira, cachos de uvas, pássaros e anjos. De acordo com Brandão (1984, p. 432) serão também da autoria de Jerónimo da Costa (Fig. 25).



Figura 25 - Altares colaterais da Igreja de S. Salvador – Freguesia de Moreira © LA

Os **altares laterais** são de talha lavrada dourada e ornamentados ao estilo *rocaille*, escola do Porto. Destacam-se os elementos ornamentais como as conchas, as bases ornamentais em C e S, a utilização da coluna clássica com capitel coríntio, grinaldas, cabeças de anjos e a policromia na qual é visível a utilização da escaiola (Fig. 26).

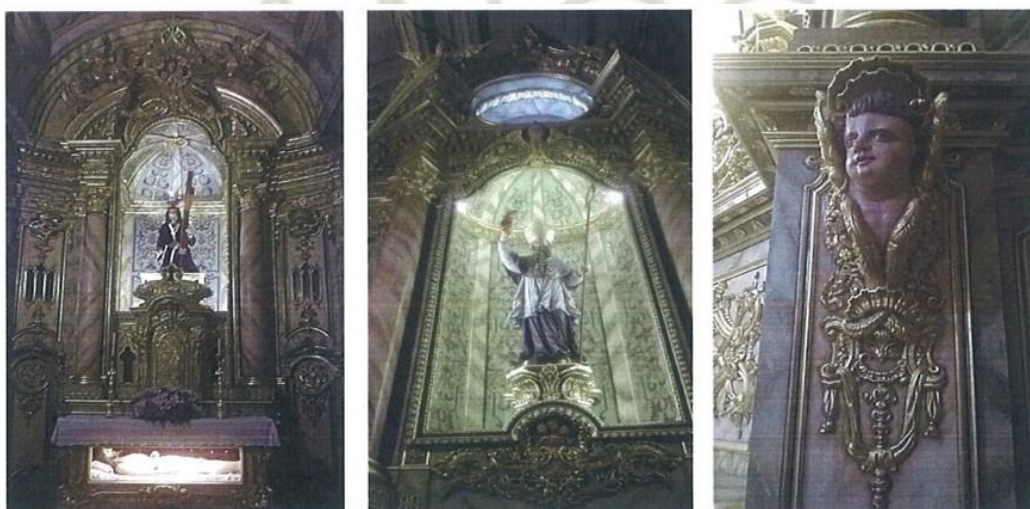


Figura 26 - Altares laterais da Igreja de S. Salvador – Freguesia de Moreira © LA

O retábulo do altar das almas apresenta características protobarrocas, destacando-se a preferência pela linguagem escultórica, que se sobrepõe à pintura, com ornatos em médio relevo que tende a ocupar os elementos estruturais, neste caso, visível nas molduras do painel pintado. É notória a rígida estruturação parietal, com a clássica sobreposição de ordens, visível nos dois corpos que correspondem a dois painéis pintados emoldurados. O primeiro painel é ladeado por duas colunas e sobrepujado por arquitrave decorada com relevo médio, tendo nas ombreiras dois pináculos. O painel superior é ladeado por volutas e encimado por frontão convexo interrompido com presença de cruz (Fig. 27).



Figura 27 - Retábulo das Almas – Freguesia de Moreira © LA

- **Mobiliário**

Destaque para a existência de duas mesas, uma na sacristia e outra na capela-mor, caracterizadas por ornamentação rebuscada de curvas e contracurvas, de tipo *rocaille*, travessão em X e saial de talha vazada verificando-se, claramente, que a ornamentação se sobrepõe à funcionalidade (Fig. 28).



Figura 28 - Mesas de talha lavrada vazada Igreja de S. Salvador – Freguesia de Moreira © LA

- **Ourivesaria**

O relicário onde se encontra o Santo Lenho é uma joia da ourivesaria portuguesa. Representa uma cruz em ouro e pedras preciosas com ornamentos barrocos utilizados na ourivesaria da época (Fig. 29).

Figura 29 - Relicário do Santo Lenho Igreja de S. Salvador – Freguesia de Moreira © JAMM - CMM



- **Outros elementos arquitetónicos, decorativos e utilitários**

De referir o púlpito e as grades lavradas em pau-preto com ornatos em latão. Destaque também para o lavabo, profusamente lavrado em pedra, predominantemente barroco,

destacando-se, na ornamentação, as folhas de acanto e o frontão de volutas recortado encimado por cruz latina, em cujas empenas se desenvolvem duas bases em plinto sobrepujadas por pináculos. De salientar o teto da sacristia em caixotões, com pinhas como ornato e o órgão de 45 tubos de 1701, barroco, construído por Arp Schnitger e restaurado entre 1998 e 2001 (Fig. 30).

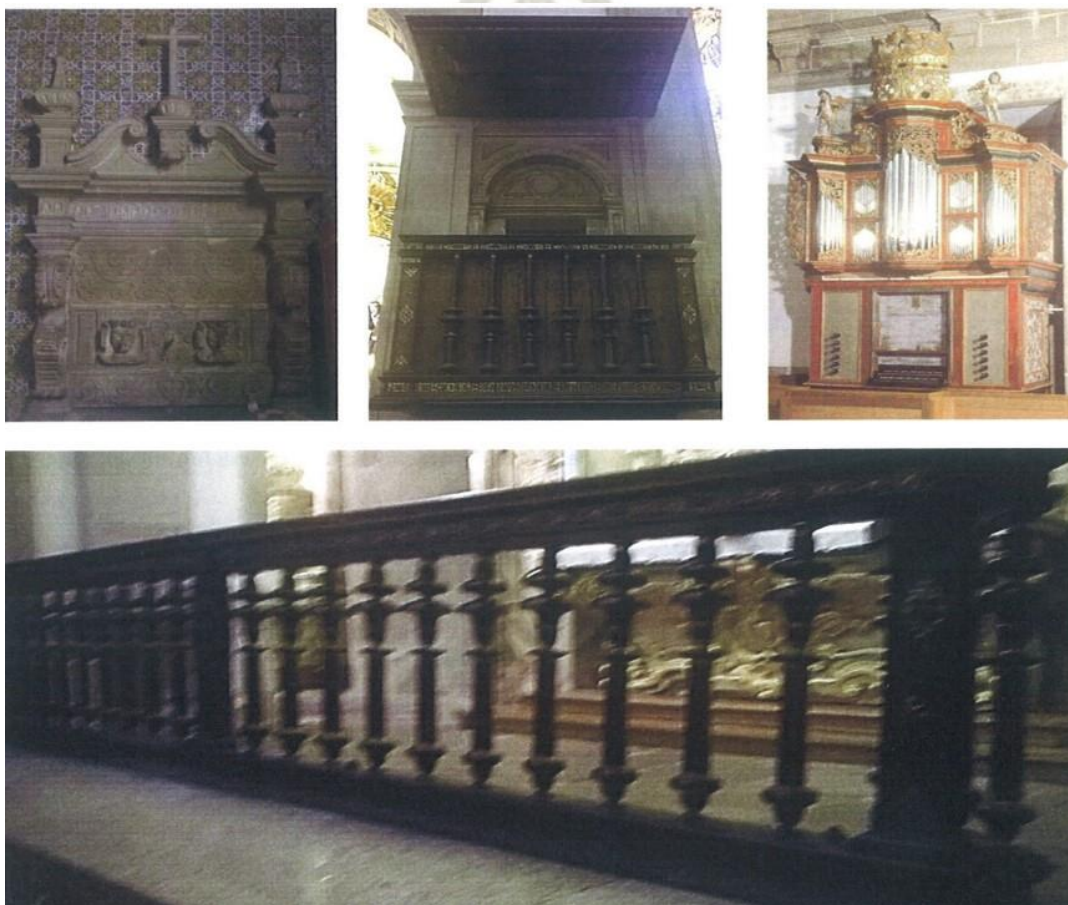


Figura 30 - Outros elementos barroco Igreja de S. Salvador – Freguesia de Moreira © LA

- **Imaginária**

Na imaginária destaca-se, no barroco, a imagem da Nossa Senhora do Rosário, estofada, policromada (Fig. 31).

Figura 31 - Imagem de Nossa Senhora do Rosário - Freguesia de Moreira © MA - CMM



**FREGUESIA DE NOGUEIRA
E SILVA ESCURA**



Arquitetura Religiosa

a) Nogueira – Igreja de Santa Maria - Nossa Senhora do Ó

Igreja construída no século XVII ao estilo barroco. A fachada apresenta três planos. Num primeiro plano a porta de verga reta com frontão contracurvo em cujo tímpano se insere um besante. No segundo plano um frontão interrompido, cujo tímpano se prolonga e onde se encontram as armas e, num terceiro plano um frontão curvo encimado por cruz latina.

No interior, o retábulo-mor, do século XVIII, é estilo barroco nacional. O arco triunfal com altares colaterais são ao gosto *rocaille*, escola de Braga, e os retábulos laterais são neoclássicos (Fig. 32).

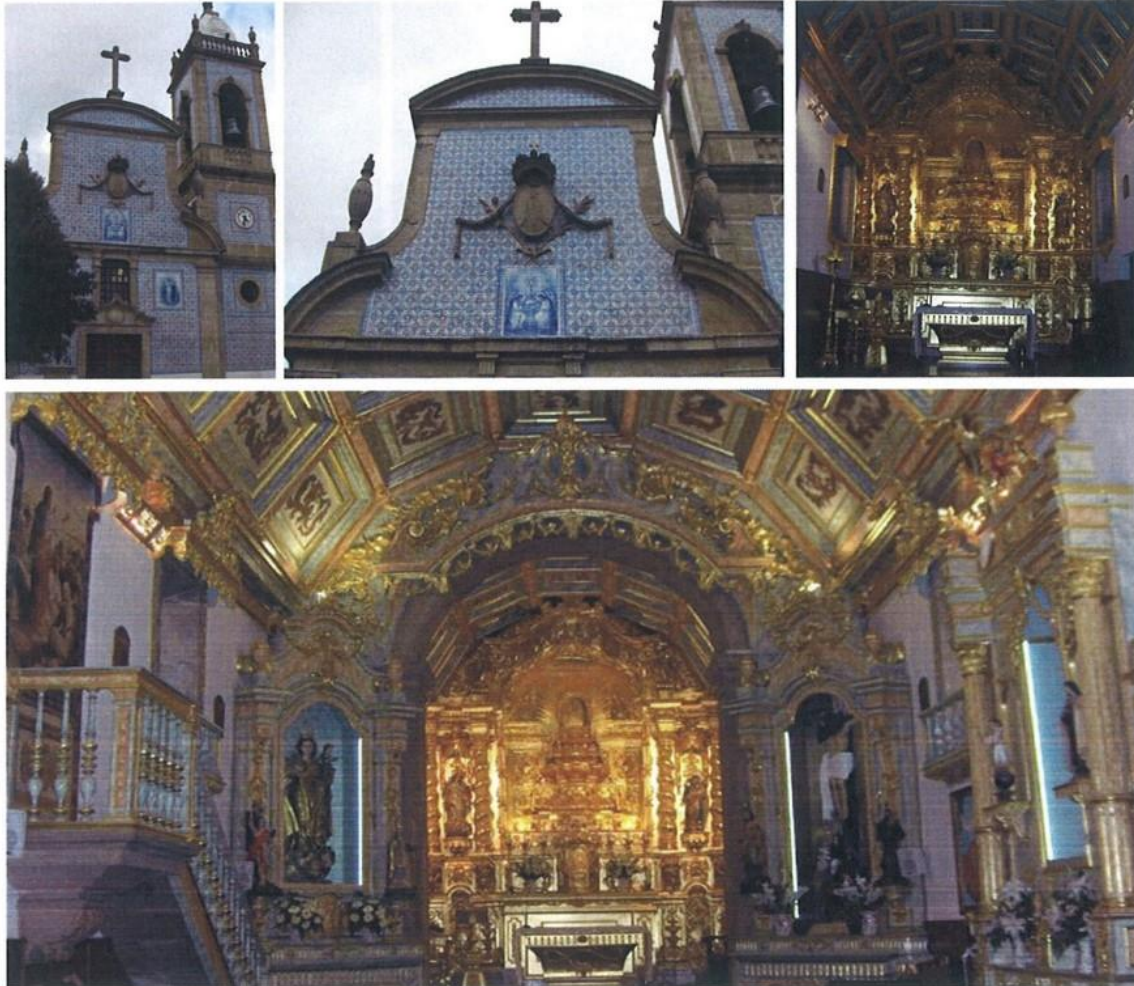


Figura 32 - Igreja de Santa Maria – Freguesia de Nogueira Silva Escura © PF - DGPC (adap.)

b) Silva Escura – Igreja de Santa Maria

Igreja de planta longitudinal e nave única com decoração exterior de grande simplicidade. A fachada apresenta dois planos. Num primeiro plano a porta, de verga reta, é encimada por frontão quebrado rematado por uma pequena janela. No segundo plano destaca-se o frontão triangular de vergas retas coroado por cruz latina, em cujas empenas se destacam os pináculos.

O seu interior é abundantemente decorado com retábulos de talha dourada e retábulos de talha dourada e policromada. O altar-mor tem amplo retábulo de talha lavrada dourada estilo joanino com trono central ladeado por imagens colocadas em nichos e sobrepujadas por baldaquinos. O teto, de perfil curvo, é composto de caixotões de madeira pintados e emoldurados por talha dourada. Arco

triunfal pleno ladeado por retábulos de talha dourada estilo nacional, encimados por revestimentos de talha incluindo sanefa ao centro do arco. Os dois altares laterais apresentam características ao estilo *rocaille* com a utilização da escaiola. Insere-se decorativamente na tipologia das chamadas igrejas «forradas a ouro» (Fig. 33).

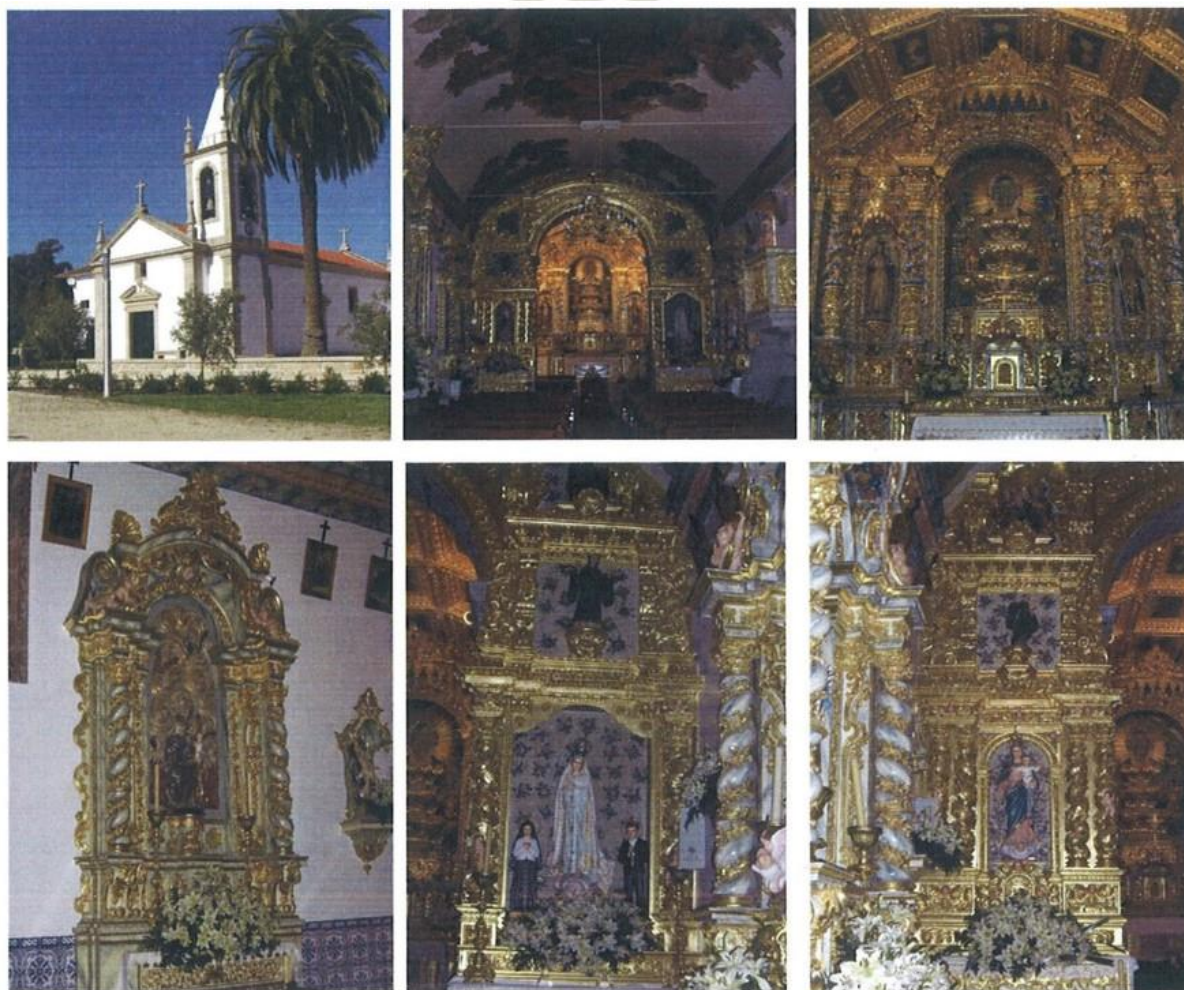


Figura 33 - Igreja de Santa Maria – Freguesia de Nogueira Silva Escura © IS e ER - DGPC (adap.)

✠ FREGUESIA DE FOLGOSA

❖ Arquitetura Religiosa

a) Igreja do Divino Salvador

Com referências já do século XVII, a Igreja apresenta uma fachada de dois planos. Num primeiro plano, a porta de verga reta é encimada por frontão curvo.

No segundo plano, o frontão apresenta-se interrompido coroado por cruz. A rematar as empenas os pináculos.

No interior, tem dois altares em talha lavrada dourada estilo nacional.

O altar-mor apresenta características ornamentais *rocaille* aliando os elementos marinhos (conchas) e os suportes em C e S nos ornamentos, aliados à escaiola (Fig. 34). De destacar imagem da Nossa Senhora do Rosário.



Figura 34 - Igreja do Divino Salvador – Freguesia de Folgosa © PF - DGPC (adap.)

✠ FREGUESIA DE PEDROUÇOS

❖ Arquitetura religiosa

a) *Igreja Nossa Senhora da Natividade*

A construção da igreja remonta ao século XVII, tendo sido remodelada em 1743.

A fachada é de um só corpo. As empenas são rematadas por pináculos. A porta principal, de verga reta, é encimada por frontão quebrado em cujo tímpano se encontra janela em coroa com a qual forma um só corpo.

O altar-mor é, igualmente, de 1743, ao estilo neoclássico com a presença de elementos decorativos como as colunas de fuste frizado e capitel coríntio (Fig. 35).

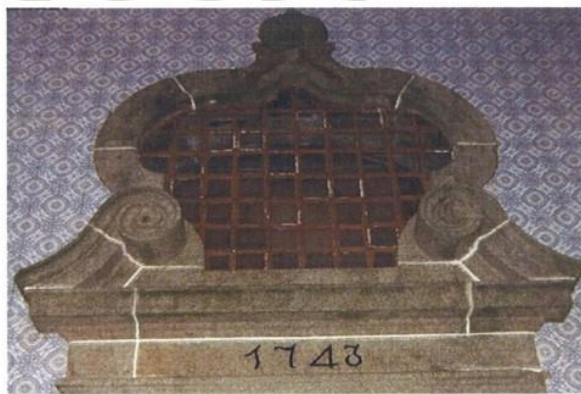




Figura 35 - Igreja Nossa Senhora da Natividade – Freguesia de Pedrouços © PF - DGPC (adap.)
(página anterior e esta página)

✠ FREGUESIA DE VILA VOVA DA TELHA

❖ Arquitetura Religiosa

a) Igreja de Santa Maria

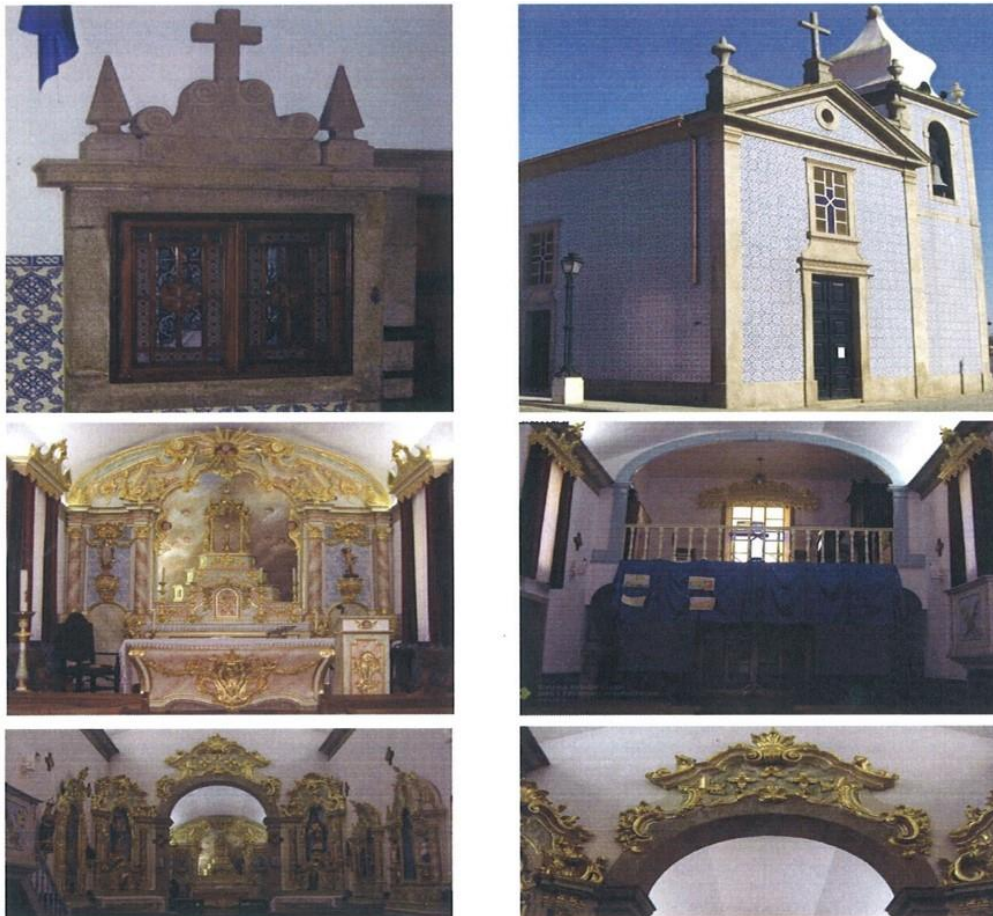


Figura 36 - Igreja de Santa Maria – Freguesia de Vila Nova da Telha © PC - DGPC (adap.)

Edifício cuja construção remonta ao século XVII. A fachada terá sido reconstruída ao gosto neoclássico no século XIX, do qual é testemunho o frontão triangular com empenas retas encimadas por pináculos. No interior, um nicho barroco destacando-se um frontão com volutas encimado por cruz latina e com empenas encimadas por pináculos. Os retábulos apresentam talha lavrada dourada associada a uma decoração policromada ao gosto *rocaille*, escola de Braga, com a utilização da escaiola (Fig. 36). De destacar imagem da Rainha dos Anjos setecentista, estofada policromada.

Conclusão

O barroco foi estilo artístico da Europa Ocidental que se estendeu desde finais do século XVI até ao último quartel do século XVIII e que se aplicou a diferentes áreas.

O elemento forte do barroco em Portugal foi a talha lavrada dourada. Diferentes historiadores, nacionais e estrangeiros, dedicaram-se ao estudo da talha portuguesa, de forma a definirem-se grandes períodos, características e datas. Destacam-se Vítor Serrão e Francisco Lameira, que definiram três grandes períodos: protobarroco, barroco e tardo-barroco, e o historiador norte-americano Robert Smith que se dedicou ao estudo, de forma pioneira, da talha portuguesa, resultando daí a esquematização e datação da mesma:

- Estilo arquitetural renascentista / maneirista: de 1590 a 1675
- Estilo nacional: último quartel do século XVII ao primeiro quartel do século XVIII
- Estilo joanino: do início do século XVIII a cerca de 1740
- Estilo Rocaille: de 1735 a 1765
- Neoclassicismo: a partir de 1790

Verificou-se que no concelho da Maia existem exemplares do barroco, nos diferentes períodos, e que se enquadram em diferentes áreas de expressão: arquitetura, civil e religiosa; escultura; azulejo; mobiliário e ourivesaria. Constatou-se, igualmente, a sua predominância na arquitetura religiosa, com destaque para a talha dourada.

De referir, no entanto, que a separação dos diferentes períodos não é estanque. Para além, de se verificar a existência de obras nas quais predominam, de forma harmoniosa, elementos de fases distintas, ainda se verificam influências de escolas diferentes, nomeadamente na fase do *rocaille*, onde é possível constatar numas obras a influência da escola do Porto e noutras a influência da Escola de Braga. Nestes casos, são os ornatos utilizados na conceção das obras, bem como a sua maior ou menor utilização, que contribuem para a identificação e categorização das mesmas.

Constata-se, por fim, um equilíbrio harmonioso entre talhas diferentes. É frequente na arquitetura religiosa do concelho da Maia, a comunhão de talha lavrada dourada barroca com talha lavrada neoclássica.

Constata-se que existe um vasto e riquíssimo património artístico no concelho, cujo levantamento de parte dele ainda se encontra por fazer. Do protobarroco ao barroco e ao tardo-barroco, passando pelo neoclassicismo, este anda por solevar, que é imperativo (re)conhecer.

Nota

* Técnica Superiora da Câmara Municipal de Famalicão. Investigadora de História Local.

Bibliografia

- ALMEIDA, José António Ferreira de (1996) – Tesouros artísticos de Portugal. Lisboa: Seleções Reader's Digest.
- ALVES, Daniela; BARBOSA, Hélder (2016) - Histórias e memórias das quintas da freguesia da Maia. Maia: Fundação Gramaxo.
- BRANDÃO, Domingos de Pinho (1984) – Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade e na diocese do Porto. Diocese do Porto: subsídios para o seu estudo, vol. I – séc. XV a XVII. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- BRANDÃO, Domingos de Pinho (1986) – Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade e na diocese do Porto. Diocese do Porto: subsídios para o seu estudo, vol. III – 1726 a 1750. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- BRANDÃO, Domingos de Pinho (1987) – Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade e na diocese do Porto. Diocese do Porto: subsídios para o seu estudo, vol. IV – 1751 a 1755. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- COSTA, Patrícia (2002) – Quinta da Granja [Em linha]. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8787
- COSTA, Patrícia (2003) – Igreja Paroquial de S. Pedro de Avioso [Em linha]. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=16259
- COSTA, Patrícia (2003) – Igreja Paroquial de Vila Nova da Telha [Em linha]. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=16261
- FIGUEIREDO, Paula (2014) – Igreja Paroquial de Folgosa [Em linha]. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=35199
- FIGUEIREDO, Paula (2014) – Igreja Paroquial de Nogueira [Em linha]. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=35218
- FIGUEIREDO, Pula (2014) – Igreja Paroquial de Pedrouços [Em linha]. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=35221
- FIGUEIREDO, Paula (2014) – Capela dos Passos [Em linha]. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=35209
- FILIPPE, Ana (2009) – Capela de Santo Ovídio [Em linha]. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27063
- FILIPPE, Ana (2011) – Capela de Corim [Em linha]. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=32132
- FILIPPE, Ana (2011) – Casa de Corim [Em linha]. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=32098
- LAMEIRA, F.; SERRÃO, V. (2003) – O retábulo protobarroco em Portugal (1619-1668) [Em linha]. In Promontório: Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve. Ano I, N.º 1, pp. 55-88. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.1/7025>
- LAMEIRA, F.; SERRÃO, V. (2004) – O Retábulo em Portugal: o Barroco Pleno (1668-1713) [Em linha]. In Promontório: Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve, Ano II, N.º 2, pp. 251-284. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.1/7477>

- LAMEIRA, F.; SERRÃO, V. (2005) – O Retábulo em Portugal: o Barroco final (1713-1746) [Em linha]. In Promontório: Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve, Ano III, N.º 3, pp.287-315. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.1/7125>
- OLIVEIRA, Catarina (2004) – Igreja e Casa do Mosteiro de S. Salvador de Moreira [Em linha]. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/156078>
- SERENO, Isabel; REBELO, Elvira (1998) – Igreja Paroquial de Milheirós [Em linha]. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4904
- SERENO, Isabel; REBELO, Elvira (1998) – Igreja Paroquial da Maia [Em linha]. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4884
- SERENO, Isabel; REBELO, Elvira (1998) – Igreja Paroquial de Barca [Em linha]. Disponível em http://www.monumento.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4909
- SERENO, Isabel; REBELO, Elvira (1998) – Igreja Paroquial de Gueifães [Em linha]. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4903
- SERENO, Isabel; REBELO, Elvira (1998) – Igreja Paroquial de Gueifães [Em linha]. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=49034
- SERENO, Isabel; REBELO, Elvira (1998) – Igreja Paroquial de Santa Maria de Avioso [Em linha]. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3814
- SERENO, Isabel; REBELO, Elvira (1998) – Igreja Paroquial de Silva Escura [Em linha]. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4906
- SERENO, Isabel; DORDIO, Paulo (1994) – Mosteiro de Águas Santas [Em linha]. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4912
- SERENO, Isabel; NOÉ, Paula (1994/1996) - Quinta de Fafiães [Em linha]. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4969
- SERENO, Isabel (1996) – Passos da Via Sacra em Moreira da Maia [Em linha]. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4885
- SERENO, Isabel (1996) – Mosteiro de Moreira [Em linha]. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4899
- SERENO, Isabel; REBELO, Elvira (1998) – Passos da Via Sacra de Barca [Em linha]. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4905
- SERENO, Isabel (2001) – Capela de Guadalupe [Em linha]. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8790
- SERRÃO, Joel (1975) – Barroco. In Dicionário de História de Portugal, vol. I. Porto: Livraria Figueirinhas, pp. 303-305.
- SERRÃO, Vítor (2003) – História da Arte em Portugal: o Barroco. 1ª Edição. Lisboa: Editora Presença.
- SILVA, Jorge Henrique Pais da; CALADO, Margarida (2002) – Dicionário de Termos de Arte e Arquitetura. 1ª Edição. Lisboa: Editorial Presença.

Glossário

Abóbada: obra de alvenaria para cobertura de recintos formada por um conjunto de pedras apoiadas entre si e assente em paredes ou num sistema complexo de reforços e escoramento. Pode ser abatida, anular, artesoada, de berço perfeito, de berço apoiada em arco torais, de berço quebrado, de arestas, de estalactites, de meio berço, de meio canhão, de cruzaria de ogivas, de pleno cintro, estrelada, de barrete de clérigo, hexapartida, de penetração, polinervada, de quarto de esfera, sextipartida.

Acanto: planta cuja folhagem é usada na decoração arquitetural usado em muitos detalhes arquitetónicos de vários estilos, nomeadamente no barroco e rococó. Na talha e no azulejo, aparece muitas vezes em volutas enroladas.

Adossada: construção encostada a outra mais alta que lhe serve de apoio.

Arco: forma construtiva, usualmente de alvenaria, enquadrando uma abertura de modo a transportar para apoios laterais, o peso da construção. Pode ser de volta perfeita, quebrado, agudo, canopial, abatido, asa de padeira, asa de padeiro, policêntrico.

Arco triunfal ou arco cruzeiro: grande arcada à entrada da capela-mor da igreja ou das basílicas.

Arquitrave: parte do entablamento que assenta diretamente nos capitéis.

Atlante: estátua de homem, anjo, etc., de pé ou de flexão, utilizado para sustentar coluna, cornija, ou outro elemento arquitetónico.

Azulejo: faiança esmaltada, branca, monocroma ou policroma, com decoração variada, formando painéis ou não, usada para revestir paredes (igrejas, sacristias, claustros, fachadas de edifícios, muros de jardins) bancos de pedra, frontais de altar, etc.

Balaustrada: grande composta de uma série de balaustres em pedra, madeira, metal, sobrepujados por um rebordo. Em princípio é sempre recortada.

Balaústre: colunelo baixo ou pequeno pilar, geralmente mais grosso a meio do fuste, com molduras, usado em parapeitos de balcões, corrimãos de escadas, peitoris de janelas, etc.

Baldaquino: pavilhão constituído por cobertura decorada assente em colunas ou adossado à parede, executado em madeira (dourada ou policroma) sobre o altar, trono ou leito.

Barroco: termo que passou a designar a arte europeia do século XVII e XVIII caracterizada por uma maior ornamentação e movimentação dos espaços, opondo-se assim ao classicismo.

Besante: disco achatado usado para ornamento de arquivoltas, pilastras, etc.

Caixotão: reentrância moldurada, usada como motivo de decoração num teto ou abóbada de igreja, sacristia, capela, sala de casa ou habitação. Pode revestir as formas mais diversas: quadrado, losango, oval, poligonal, ornados de molduras. No centro é decorado com motivo de escultura, talha (rosácea, etc.) ou pintura.

Campanário: torre ou muro vasado de arcadas que serve para suspender sinos. Ora ladeiam a fachada ou nas extremidades do transepto. A partir do século XVII prefere-se o coroamento em forma de cúpula.

Capitel: zona superior de coluna ou de pilastra que sobrepuja o fuste e se suporta o entablamento.

Cartela: enquadramento em forma de escudo semienrolado ou recortado contendo no meio uma zona livre para receber uma inscrição, data, armas e emblemas de todas as espécies. As cartelas de bordos arrepiados, recortadas em faixa, que substituem a partir do Renascimento as bandeiras da Idade Média, são um dos elementos característicos do Barroco e do rococó.

Coluna: suporte com função igual à do pilar, mas de secção cilíndrica, que é composto por três zonas – base, fuste e capitel.

Cornija: parte do entablamento clássico.

Cunhal: pedra ou pedras situadas nos ângulos externos dos edifícios.

Empena: parede lateral de um edifício, quando se prolongam até à linha culminante do mesmo.

Entablamento: coroamento saliente de uma fachada que serve para sustentar o travejamento.

Escaiola: massa se sobre revestimento a ser aplicada sobre paredes ou colunas já rebocadas, e secas, composta de areia fina e lavada, cal em parte e pó de pedra ou cimento, e que imita o italiano Scagliola (mármore de cores). Foi criada na primeira metade do século XVII.

Espaldar: parte posterior vertical de um banco, cadeira, cadeiral, contra o qual uma pessoa sentada apoia as costas.

Estofar: pintar sobre o ouro imagens esculpidas em madeira ou barro e também pedra, quando se aproveitam estátuas antigas.

Fachada: face externa principal de um edifício. A mais ricamente trabalhada onde se rasga a porta principal.

Festão: ornato composto de folhagem, de flores ou de frutos entrelaçados e suspensos em grinaldas.

Frontão: remate superior na fachada do edifício clássico. Tem por função vedar o espaço compreendido pelas duas águas de cobertura e o plano correspondente à cornija, daí a forma triangular do mesmo. Com o passar do tempo passou a ter uma função ornamental. Pode ser angular, duplo, em quartela, invertido, quebrado, segmentar, semicircular ou triangular.

Galhetas: pequenos jarros com asa usados na celebração da missa. Servem para verter o vinho no cálice e a água nas mãos dos padres.

Gomil: jarro de água, de boca estreita com bico e com asa, de forma elegante cobre um pé, geralmente de matéria preciosa (prata, cristal, porcelana).

Grinalda: ornato usado na decoração de edifícios, formado de flores, folhagens e frutos entrelaçados com fitas. Coroa ou festão de flores. Há quem distinga festão – com flores, folhagem, frutos etc. – de grinalda – apresenta somente flores e folhagens.

Lanço: extensão de uma fachada; sucessão de elementos semelhantes; conjunto dos degraus situados entre dois patamares.

Lavabo: pequena fonte situada ao lado direito do altar, ou noutros locais tal como a sacristia, onde o padre lava as mãos.

Mísula: saliência que serve de apoio.

Nave: compartimento longitudinal de uma igreja, compreendido entre o portal principal e o coro e ladeado de dois muros, ou duas filas de colunas ou pilares. As igrejas podem ter uma ou duas naves.

Naveta: utensílio usado nas cerimónias do culto católico para por incenso no incensário.

Nicho: cavidade quadrada ou semicircular feita na espessura de um muro para abrigar uma estátua, busto, vaso decorativo.

Óculo: pequena janela circular ou oval, rasgada numa empena, num frontão, etc., para iluminação e ventilação.

Ornato: elemento decorativo usado para valorizar esteticamente uma obra de arquitetura.

Pilastra: pilar retangular embebido fazendo fraca saliência sobre a muralha. Pode assumir função exclusivamente estática, como uma contraforte, ou ser tratada como uma coluna, tendo entasis, capitel, base.

Pináculos: pequena pirâmide em pedra, ornada ou não de florões e outros motivos, que serve de coroamento a um contraforte, cunhal ou arcobante. Não é um simples ornamento, mas uma carga útil que impede o contraforte de abater sob o impulso dos arcobantes; aumenta com o seu peso a estabilidade dos pontos de apoio.

Policromia: diversidade de cores, em oposição à monocromia. Processo de impressão ou decoração da arquitetura e escultura, que usa diversas cores.

Portal: porta principal de um edifício.

Púlpito: tribuna em mármore, pedra ou madeira, erguida acima do solo e geralmente adossada a um pilar do alto do qual o predicador instrui os fiéis.

Relicário: ornato sacro para conservação ou exposição de relíquias (de um santo ou relacionadas com o próprio Cristo) de formas variadas – cofre, cruz, cabeça, braço, pé, miniaturas de templo – em ouro, prata, marfim, etc., enriquecidas de esmaltes ou gemas.

Retábulo: composição esculpida de madeira ou pedra, que reveste a parede por detrás do altar, envolvendo um espaço central preenchido com baixo-relevo, trono, painel ou painéis pintados.

Rocaille: motivo decorativo à base de rochas marinhas e conchas irregulares, usado em grutas e fontes a partir do século XVI, e muito imitado nas artes decorativas do século XVIII.

Salva: bandeja em prata, geralmente lavrada, que se usa como base de taças ou copos, ou na igreja, na igreja, para receber as oferendas. As mais ricas são decoradas de prata e com relevos.

Talha: obra de escultura em madeira, depois dourada, policromada, estofada ou deixada na cor natural, característica do barroco peninsular e respetivas zonas coloniais.

Tímpano: espaço triangular compreendido entre a cornija e as duas rampas de um frontão, geralmente decorada com esculturas.

Voluta: ornato em espiral que é dos mais utilizados na arquitetura. Em certos casos assume grandes dimensões e tem sobretudo carácter decorativo.

Anexos

Anexo 1

Douramento do retábulo-mor da Igreja de Santa Maria de Avioso – Maia.
Lançamento de despesa feita.

“De se dourar o retabollo da nossa igreja de S.ta M.ª de aviozo que estava a maior parte dele em pão nove mil rs.”

Domingos de Pinho Brandão (1984) vol. I, p.521

Anexo 2

“Escritura de instituição da capela com obrigação de missas [com referência ao retábulo que se encontrava em construção].

*Em nome de Deus, Amén. Saibam quantos este público instrumento de instituição de capela, dote e fábrica dela, com obrigação de missas perpétuas, tudo na forma ao diante declarada, virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil, setecentos e trinta e cinco ano, aos cinco dias do mês de Agosto do dito ano, em o lugar de Fafiães, da Freguesia de São Miguel de Barreiros, couto de Leça, concelho da Maia, termo e jurisdição da muito nobre, sempre leal cidade do Porto, nas casas do Reverendo Doutor Manuel Barbosa, abade reservatário de Cidadelhe, onde eu tabelião ao diante nomeado fui vindo, aí estando presente o dito Reverendo Abade, pessoa conhecida de mim tabelião e das testemunhas deste instrumento ao diante assinadas, perante as quais e na minha presença por ele foi dito que ele tinha licença, digo, (sic), com licença do Muito Reverendíssimo Senhor Vigário Geral de Malta, edificado uma capela da invocação de Nossa Senhora da Assunção, a qual estava acabada de paredes, madeiras, telhados, sino e altar, e como o **retábulo** se dilata até ao Natal próximo futuro e necessitava de dizer missa nela, para o que tinha prontos todos os paramentos e boas imagens, e, para conseguir licença para isso e benzê-la, disse que ele tinha bens para a fábrica e satisfação das missas ao diante declaradas, mas, porque os tais bens tinham um embaraço, que ele testador esperava brevemente tirar, mas, no caso em que os não desimpida em sua vida, desde logo por este público instrumento, pelo melhor modo valioso que em direito haja, disse separava e apartava logo da sua terça quatrocentos mil réis que dava e doava à dita capela, para com eles se comprarem com eles (sic), dezasseis mil réis de rendimentos, a saber, quatro mil réis para a fábrica e doze réis para satisfação das missas de Domingos e Dias Santos, que ordena se digam in perpetuum com as do Natal, enquanto o mundo durar [...].*

Anexo 3

Francisco Correia Carneiro, mestre entalhador, morador na Rua Nova de Santa Catarina, da freguesia de Santo Ildefonso, Porto, **compromete-se a fazer o retábulo-mor, quatro castiçais e duas tocheiras para a igreja de Gueifães – Maia**. Escritura de obrigação e fiança.

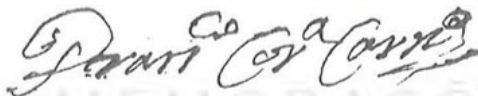
“Obrigação de obra que fez Francisco Correa Carneiro mestre entalhador à obra do ratabollo da capella-mor da igreja de Gueifañz em 31 de Agosto de 1751.

Saibam quantos este publico instrumento de contracto e obrigação de obra e fiança virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil setecentos sincoenta e hum aos trinta e hum dias do mês de Agosto do dito anno, nesta cidade do Porto e rua da Ferraria de Sima della, nas moradas de mim tabeliam ao diante nomeado aparecerão presentes partes a saber o cappitam António Pereira de Carvalho morador no couto e baliagem de Leça em nome e como procurador bastante do venerando Balio de Leça Frei MArthim Alvaro Pinto, e da outra Francisco Correa Carneiro mestre entalhador morador na Rua Nova de Santa Catherina, freguesia de Santo Illidefonso extra-muros desta cidade; e logo pelo dito procurador o cappitam António Pereira de Carvalho em nome do dito seu constituinte foy dito estava ajustado e contratado o dito Francisco Correa Carneiro em lhe dar a obra do retabolo da cpella-mor e igreja de Gueifâens do mesmo couto da baliagem de Leça para o haver de fazer na forma e risco e petipé delle assignado por elle procurador na forma e maneira seguinte:

Que a **talha será crezpa e avoltada** para o que será obrada em coussoeira e que nos ressaltos de baixo asima le a sua talha, e todas as molduras serão picadas com a obra que pedirem em que respeite aos palmos que se achão no dito risco; como estes não são conferidos pela craveyra será necessário regular pella planta e pelo citio em forma que toda a obra porprocionalmente se acomode hua e outra couza como igualmente com que no risco forão medidas, e fará **quatro castiçaes** para o altar e **duas tocheiras** tudo com a prefeição moderna e estilo à Patriarchal e o retábulo terá suas portas para entrar ao nixo e por dentro hua escada no modo possível e que tudo fará dentro em três mezes e meio que principiaram no primeiro dia de Septembro e o dará finda e acabada athé dia de Natal proxime vindouro deste presente anno em forma que na capella mayor retabolo e obra se possam celebrar os officios divinos e no cazo que thé o dito tempo asignalado não dê finda e acabada a dita obra perderá elle dito mestre Francisco Correa Carneiro sincoenta mil reis de penna convencional aplicada para ornato da mesma capella-mor; a quoa dita obra feita na forma sobredita a fará o dito mestre pelo preço entre eles partes ajustado e contratado de noventa mil réis em dinheyro de contado pagos em três pagamentos a saber trinta à factura deste e outros trinta mil réis por toso o mês de Outubro e os últimos trinta quando tiver a dita obra assentada prefeita e acabada; e soposto que no risco e planta referido se acha também o sacrário riscado este não entrará na dita obra e contracto por não respeitar à baliagem mas sim aos freguezes e no lugar em que está riscado o dito sacrário ficará o claro para ops moradores da freguesia e porem, cujo claro ficará em modo comrespondente à prefeyção da obra; e toda a madeyra da obra será de madeyra boa de castanho e no cazo que haja alguma inprefeição no retabolo, frontal ou em outra qualquer parte da dita obra se abaterá no preço o que se arbitrar por dous mestres inteligentes. E na sobredita forma disse elle procurador estava ajustado e contractado com o dito mestre Francisco Correa Carneiro pelo quoa foi dito aseitava este contracto na forma delle e se obrigava a dar a dita obra perfeita e acabada pelo dito tempo asignalado sem duvida, falta nem repugnância alguma, e para assim cumprir obriga sua pessoa e todos os seus bens

moveis e de reis, presentes e futuros e ex abundantia à sua maior segurança o terço da sua alma; e por estar também presente Manoel da Costa de Andrade outrosy mestre entalhador morador na Rua da fábrica do Tabaco extramuros desta cidade por elle foy dito que muito de sua livre vontade ficava, como fica, por fiador e principal pagador do dito obrigado Francisco Correa Carneiro e que o fia a que elle dê satisfação à dita obra com toda a perfeição que se requer e fica declarado, dentro do dito tempo asignado, e que não a fazendo assim se obrigava como seu fiador e principal pagador a por elle dar satisfação à dita obra na forma sobredita que elle obrigado de sua caza, bens e fazendas sem se haver respeito aos bens, fazendas delle obrigado senão só ao delle seu fiador como principal pagador tudo como divida e obrigação sua própria que desde logo toma e remove sobre sy e se somete e sogeita às leys de fiadores e principais pagadores e fieis depositários de juiso e às clauzullas desta escriturae que queria e hera contente com elle devedor digo (sic) que com elle fiador tevesse o mesmo efeito assim como o tem esta continuada xom o dito devedor obrigado; e o cumprimento do referido obriga sua pessoa e bens moveis e de reis presentes e futuros e terço de sua alma. E pelo dito devedor obrigado Francisco Correa Carneiro haver recibo à quanthia de trinta mil reis da mão do dito procurador na presença de mim tabeliam e testemunhas em dinheiro de contado de que eu tabeliam dou fée por assim se contratarem de os receber logo a factura deste disse que por este mesmo instrumento dava paga e quitação ao dito procurador e se obrigava levá-los em conta no dito competo de noventa mil reis preço desta obra por sua pessoa e bens referidos, e pelo deduzido e suas dependências se obrigavam responder dentro nesta cidade do Porto perante o Doutor Corregedor do Cível desta Relaçam ou do Doutor Juíz de Fora do Cível para donde se dezaforão de juízo e justiças de seus foros e renunciação seus privilégios liberdades ferias geraes e expeciais e tudo o mais que faça e fazer possa em seus favores para de nada uzarem salvo tudo cumprirem como dito hé. E sim o dicerão e outorgarão eles partes e de parte a parte o aeitarão cada hu na pessoa que reprezentão; e pelo dito procurador foi mais dito que satisfazendo elle devedor ou seu fiador ao tudo aqui expresso em nome do dito constituinte se obrigava satisfazer todo o mais computo deste contracto e ajuste pelos bens e rendas do dito seu constituinte. E de tudo requererão eles partes a mim tabeliam neste instrumento nesta nota lhes fizesse e outorgarão os treslados em publico necessários. E eu tabeliam como pessoa publica extepullante e aeitante deles partes o extepulley e aseitey e em nome de quem mais tocar abzente, e declararão apresentar a dita planta e risco assignado pelo dito procurador para se averiguar estar ou não conforme seu ajuste e contracto e assim declararão. Testemunhas presentes Heyronimo Jozé da Costa Barboza assistente na freguesia de São Mamede de Infesta e Bento de Almeida e Vasconcellos morador na Praça da Porta de Leval [do Olival] desta cidade que aqui assignarão e os ditos outorgantes que reconheço pelos próprios. Anacleto Teixeira tabelião o escrevy.

(Ass.:) Manoel da Costa e Andrade – Francisco Correa Carneiro – António Pereira de Carvalho – Manoel Bento de Almeida e Vasconcellos – Hieronimo José da Costa Barbosa.”



Assinatura de Francisco Correa Carneiro, mestre entalhador,
no contrato de 31 de Agosto de 1751.

Tabelião: Anacleto Teixeira – Porto

Domingos de Pinho Brandão (1987) vol. IV, p.42

Anexo 4

Francisco de Mesquita, mestre dourador e pintor, morador na cidade do Porto, **presta garantia, por oito anos, à obra de douramento, já feita, na igreja de Santiago de Milheirós da Maia**. Escritura de obrigação e garantia.

“Escritura de obrigação entre Francisco de Mesquita, mestre dourador, morador ao Paraíso, freguesia de Santo Ildefonso, extramuros, da cidade do Porto, e os moradores da freguesia de Santiago de Milheirós, por seus eleitos, domingos da Silva, Manuel António Lopes e Manuel da Cruz Ruivo, da mesma freguesia.

Em nome de Deus, Amen. Saibam quantos este público instrumento de escritura de obrigação com hipoteca de bens à segurança do ouro dos retábulos e sacrário da igreja e freguesia de Milheirós por tempo de oito anos e mais não, ou como em direito melhor nome e lugar haja, firme e valioso seja, virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e setecentos e vinte sete anos, aos vinte e três dias do mês de outubro do dito ano, em as casas da morada de mim tabelião, que estão sitas em a freguesia de Santiago de Milheirós, que tudo é sito em o concelho da Maia, termo e jurisdição da muito nobre e sempre leal cidade do Porto, aí, perante mim tabelião e testemunhas, tudo ao diante nomeado, escrito e assinado, apareceram presentes partes contratantes, outorgantes e aceitantes, como vem a saber, de uma parte, Francisco de Mesquita, mestre dourador (...), e, da outra parte, estando também presentes Domingos da Silva, Manuel António Lopes e Manuel da Cruz Ruivo, em seus nomes e como eleitos das obras da mesma freguesia, moradores em Milheirós, todos pessoas conhecidas de mim tabelião e das mesmas testemunhas deste instrumento pelas mesmas por que aqui se nomeiam. E logo, por ele dito Francisco de Mesquita, mestre de dourador e pintor [foi dito] que era verdade que ele, para tudo o necessário e bastante digo (sic), e pintor, foi dito e disse que era verdade que ele, para tudo o necessário, era e é bastante procurador de sua segunda mulher Maria da Silva, por virtude de uma sua procuração bastante, que dela tem pela qual lhe dá, concede poder e faculdade em outros muitos poderes, para fazer transações e amigáveis composições e para tudo outorgar e assinar todas e quaisquer escrituras e contratos e arrendamentos que lhe parecer e com as condições e clausulas e obrigações, penas e renúncias e desaforamentos que lhe parecer e forem pedidos, como tudo assim mais largamente constava de um instrumento de poder e procuração bastante que tinha da mesma segunda mulher Maria da Silva, que logo aí apresentou, que dizia ser feita nas notas de António Gonçalves Mendes, já defunto, tabelião que foi em a mesma cidade do Porto, em os três dias do mês de outubro de mil e setecentos e três anos, que reconheço e está escrita e assinada da letra e sinal público e raso do dito tabelião António Gonçalves Mendes, à qual procuração em todo e por todo me reporto e dou fé ter os sobreditos poderes entre outros mais, que logo tornei a entregar a ele dito Francisco de Mesquita, que, de como a recebeu, assinou também ao diante, no fim deste instrumento, por bem e virtude da qual procuração bastante disse ele dito Francisco de Mesquita que era verdade que ele com os ditos moradores da mesma freguesia de Milheirós e com os sobreditos seus eleitos se ajustara de **dourar os dois retábulos colaterais** da dita igreja em preço de cento e nove mil e seiscentos réis, em dinheiro de contado, e também **o sacrário** da mesma igreja em preço de trinta mil réis, em dinheiro e mais de **pintar de tintas finas e outras os páneis e frontispício do arco cruzeiro** da mesma igreja em preço de trinta e três mil e seiscentos réis, em dinheiro de contado, as quais obras já estavam feitas e acabadas de tudo o necessário, conforme o ajuste que fizera e estava realmente bem pago, entregue e satisfeito de cada uma das ditas quantias que todas importam cento e setenta e três mil duzentos réis, dos quais disse que, por este público instrumento, em seu nome e como

bastante procurador da dita sua mulher, dava plenária e geral paga e quitação rasa aos ditos moradores e seus eleitos de hoje este dia e para todo o sempre; por bem do que disse, outrossim, em seu nome e como bastante procurador da mesma sua mulher, que por virtude deste público instrumento, conforme fizera o ajuste das ditas obras dos retábulos e sacrários permanecesse em tudo firme e seguro, sem defeito algum, por tempo de oito anos cumpridos e acabados e mais não, contados do dia da feitura desta em diante, isto com as clausulas, condições e obrigações seguintes: - que os ditos moradores terão aberta actualmente, no diato tempo de oito anos, a janela do coro e, outrossim, no fim do mês de Agosto de cada um dos oito anos, espanarão todo o pó que fizerem aos ditos dois retábulos e sacrário e, também, nos meses de Inverno – Outubro, Novembro, Dezembro, Janeiro e Fevereiro – terão cobertos os ditos retábulos e sacrário com as cortinas que de seu têm e somente nas ocasiões de festas e Domingos, sendo necessário, se enrolarão, e com mais obrigação que també, abrirão no tempo dos outros sete meses de Verão, em ocasião que neles não haja tempos brandos, com chuva à porta principal da dita igreja, duas vezes cada semana, às Terças e Quintas-Feiras, em cada um dos ditos oito anos, isto para efeito de darem os ares na dita obra, para melhor conservação dela em tudo, porque assim com todas estas condições e diligências, que, em como na forma referida fizeram, sendo necessário, constará e bastará por uma única certidão jurada do dito Reverendo abade, ou de quem suas vezes fizer no referido tempo, no caso que dentro dele suceda cair todo o ouro ou parte dele, dos dito sacrário e retábulos em forma que padeçam algum defeito, como já sucedeu no dito sacrário que, por isso, se tornou a dourar segunda vez, em tal caso disse ele dito Francisco de Mesquita se obrigava tudo tornar a dourar e pôr seguro, em forma capaz, à sua própria custa; para cujo cumprimento de tudo disse, em seu nome e como bastante procurador, se obrigava, por si e sua pessoa e todos os seus bens e os de sua constituinte, assim móveis, como de raiz, havidos e por haver, direito e acções deles e terço das suas almas. E assim o quis, outorgou e estipulou. E logo por eles ditos fregueses eleitos foi dito que ele, em seus nomes e dos mais moradores da dita freguesia, aceitavam a presente escritura com todas as clausulas e condições dela; e assim o quiseram e aceitaram que tudo, de uma e outra parte, se obrigavam a cumprir e guardar sob a dita obrigação de suas pessoas e bens.



Assinatura do mestre dourador e pintor Francisco de Mesquita, no contrato de 23 de Outubro de 1727.

Tabelião: Luís Alves da Cruz – Porto (Maia)

COMEMORAÇÕES
DOS 500 ANOS
FORAL DA MAIA

Anexo 5

Jerónimo da Costa, mestre imaginário, contrata o retábulo da capela-mor do convento de Moreira, Maia. Escritura do contrato.

«Contrato oBrigação e Ipotheca q. faz Heronimo da Costa da frg.^a de S.^{ta} Christina de Sarzedello do termo de Barsellos a oBra do Retabulo da Capella mayor do Convento de m.^{ra}».

Em nome de Deos Amem Saibão q.^{tos} este publicuo Instrom.^{to} de Contrato e oBrigação E Ipothequa E Clauzula depozitaria ou como melhor em deReito dizer se posa e mais firme e valioso seja e posa ser virem que em o Anno do nascimento de nosso Senhor Jezus Christo de mil e seis sentos e setenta e seis Annos Aos trinta dias do mês de Julho do dito Anno na Caza do despacho do Convento do Salvador de m.^{ra} dos Conegos da Congregação de S.^{to} augostinho que he sitto neste Conselho da maia termo e jurisdisao da m.^{to} nobre e sempre Leal Cidade do Porto ahy na ditta Caza do despacho do ditto Convento por som de Campa tangida seg.^{do} seu Bom Uso E antigo estilo estando presente o m.^{to} R.^{do} P.^e prior do ditto Convento Dom Manoel de São Pajo Com os mais deputados Conseliarios aBaixo assinados isto de hua p.^{te} e de outra estando também Jeronimo da Costa q. por tal se nomeou E m.^{or} na frg.^a de S.^{ta} Christina de Sarzedello do termo de Barsellos arcebisado de Baraga e mestre Maginário pelo coal foy ditto que elle estava Contratado Com o m.^{to} R.^{do} p.^e prior dom Manoel de S. paio e Com os mais Religiozos deputados e Conseliarios abaixo assinados de Aver de fazer o **Retabolo da Capella mayor deste ditto Convento** pelos apontam.^{tos} e trasa q. o Jeronimo da Costa tem ã seu poder q. lhe foy entregue pelo ditto R.^{do} P.^r prior e p.^a o tal efeito **foy mandada vir a ditta trasa da Corte e Cidade de Lisboa** [estilo nacional] **com mais alguns acrescentam.^{tos}** q. vão juntos á ditta trasa a Coal oBra o ditto mestre maginario Heronimo da Costa se oBrigou a fazer com toda a perfeisao na forma da ditta trasa E aCrescentam.^{to} E a sua Custa posta e Asentada na Capella mayor da Igreja do ditto mosteiro dentro de hum Anno que Comesara a correr do primeiro mês de outubro próximo vindouro deste prezente Anno ate o fim de outro tal mês do Anno próximo vindouro de seis sentos e setenta e sette Annos toda a ditta oBra em preso e Cantia de Coatro sentos e sicoenta mil Reis pagos em três pagam.tos a Saber ao fazer deste Instrum.to sessenta mil Reia em dinhr.^o de Contado E outros sessenta mil reis tanto que elle ditto Heronimo da Costa entregar a elle ditto R.^{do} P.^e prior a outorga de sua m.^{er} Em como da autoridade e Consentim.to a este contrato e o mais dr.^o do Compito desta q. faltar p.^a a Inteireza dos Coatro sentos e sincoenta mil Reis o ditto R.^{do} P.^e prior o ira dando conforme for Continuando a ditta oBra e logo na presença de mim p.^{co} T.^{am} e test.^{as} Logo pelo ditto R.^{do} P.^e prior e mais Religiosos deputados e Conseliarios foy ditto que nesta foma estavam Contratados com o ditto mestre Heronimo da Costa, e Com efeito pelo m.^{to} R.^{do} padre prior lhe foy entregue sessenta mil Reis em dr.^o de Contado por moedas de prata Corrente e Uzada neste Reino e Senhorios de Portugal a Coal Cantia elle foy ditto Heronimo da Costa Contou e achou sertos e os Resebeo quadou Levou em suas maons e poder de que eu T.^{am} dou fee e depois que Recebido tem a ditta Cantia de sessenta mil Reis por elle foy dito que della dava pura justa Resíproqua e Inrevogavel quitasão com pacto de a não Revogar e se oBrigava a fazer a ditta oBra dentro do ditto tempo e na forma deste Instrom.^{to} declarada a cuja inteireza e oBrigação oBrigação (sic) oBrigava sua pessoa e deReito e Ausois deles em especial oBrigava e com todos os seus Bens, móveis e de Raiz Avidos e por Aver deReito e Ausois deles em especial oBrigava e com efeito obrigou a sua propriedade que tinha e peshuia na ditta frg.^a de Sarzedello chamado do Serdeiro que he prazo de vidas foreira e Comenda da ditta frg.^a de Sarzedello que veio por p.^{te} da sua m.^{er} e assim mais a sua propriedade do Casal do Roal sita na mesma frg.^a que hepropriedade

fateozim e as mais compras que fes e posue e esta em mansa e pasifiqua pose Como de Cada hua das ditas propriedades se fizera espresa e particular mensão que todas Avia por oBriguadas e Ipothequadas e queria pasase com esse Incargo e oBrigação e o Consentim.to e outorga da ditta sua m.er se obrigava a entregar na forma sobredita por todo o mês de Aguosto próximo Vindouro deste prezente Anno e por elle ditto R.^{do} P.^e prior e mais deputados e Conseliarios foy o dito mestre HEronimo da Costa for fazendo a ditta oBra.Em t.^o E fee de Verdade foy ditto aseitado e outorgado por elle ditto R.^{do} P.^e prior e mais Religiozos aBaixo assinados e pelo ditto mestre que tudo assim quizerão aseitarão e outorgarão e por elle HEronimo da Costa foy ditto que contra o que ditto tinha não queria alegar duvidas Empedim.^{tos} nem nenhum género e coalidade de Embargos senão tudo assim ter e manter Comprir e goardar e Aver por firme Entre Vivos valiozo como se este Instrum.^{to} fora Sn.^{co} passada pella chancelaria dada em Cauza julgada por Juis Competente sem poder alegar couza que duvida fasa em juízo nem fora delle sem pr.^o depositar nas mãos e poder do ditto R.^{do} P.^e prior ou procurador do ditto Convento tudo o que em sy tiver Recebido sem poder pedir fiança nem aBonasão antes se oBrigava por sua pessoa e Bens aqui Ipotequados e todas as perdas e damnos e Custas em dobro e dias pesoais e duzentos Reis por diap.^a a pessoa que andar solicitando a Cauza ou na Cobrança e aRecadasão do principal e Custas em Rezão delle dito Heronimo da Costa não satisfazer as Condisioins deste Instrum.^{to} a Coal pena cominada de duzentos Reis queria tivesse seu verdadeiro efeito e eu tabalião o escrevy a seu Rogo e não ex officio e cuja inteireza eles p.^{tes} outorgantes de hua e outra p.^{te} de sy apartavaão Renunciavão de Justisas de seus foros ordenasoins E posturas do Reino leis privilégios e Liberdades ferias gerais e espesiais e a geral Renunsiasão a Coal não deRogara a particular E todas as mais leis que em seu favor fasam de todas dezestiam e Requererão a mim T.^{am} nesta nota lhe escrevesse este publico Instrum.to e delle desse todos os nesesarios deste theor e forma as p.^{tes} a quem competir que tudo eu T.am como pessoa publique estipulante e aseitante tudo estipuley e aseitei por solene estipulsão tanto q.^{to} com deryto se Requer devo E poso por Rezão do meu officio de que a tudo forão t.^{as} que presentes estavam Ant.^o pr.^a de São paio m.or na sua q.^{ta} da vela dansam Comarca de Coimbra e Ant.^o pr.^a Soares p.^e prior m.^{or} na Villa da feira Comarca de Esgueira que por taes se nomearão que ambos assinarão Com o ditto R.^{do} p.^e prior E mais Religiozos aBaixo asinados e o ditto mestre Heronimo da Costa que todos assinarão depois de eu T.am lhes Ler este Instrum.^{to} de Verbo ade Verbum E eu João de Campos de Sousa T.^{am} que o escrevy.

M.el de Sampaio

Jeronimo da Costa

Ant.o pr.a de S. paio Prior

Ant.o Pereira Soares

Dom Josehh da graça

Dom João da Conceição

Possidonio d'Assumpção

Tabelião: João de Campos de Sousa – Porto

Domingos de Pinho Brandão (1984) vol. I, p.432-439



CÔMEMORAÇÕES
DOS 500 ANOS
FORAL DA MAIA

Uma visão do concelho da Maia, à luz do seu Arquivo Municipal - IV Cronologia de factos ocorridos no ano de 1915

Rui Teles de Menezes*

Resumo: O autor procede à recolha e resenha de documentos históricos no Arquivo Municipal da Maia, procurando ilustrar, neste caso, o ano de 1915.

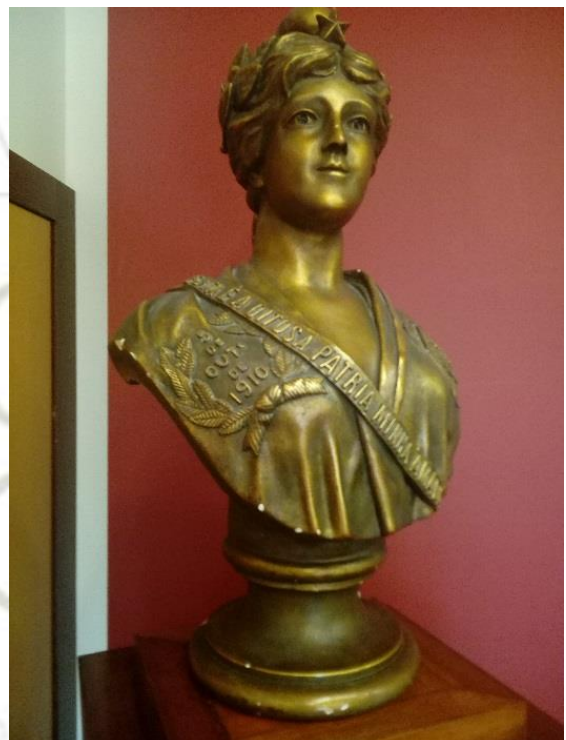
Palavras-chave: Administrador, República, Presidente de Câmara, Regedor, Governador-Civil, Junta de Paróquia, Milho, Cereal, Igreja, Cabos de Polícia

Com este artigo sobre o ano de 1915, relativo à correspondência recebida pelo Administrador do Concelho da Maia, o autor termina um ciclo que vai do ano de 1910 a 1917.

Ao longo deste período é evidente a tensão latente um pouco por todo o país devido à queda da Monarquia e instauração do novo regime republicano. Associado a isso, os maus anos agrícolas sucedem-se e originam uma grande carestia de cereais. São anos, marcadamente, de fome e aumento de preços.

A República ganha uma “imagem” (fig.1)¹, muda a moeda, introduz-se a Lei de Separação da Igreja e do Estado, as perseguições e atropelos religiosos são uma constante, dá-se a fuga dos camponeses para os centros urbanos de Lisboa e Porto, o fenómeno da emigração para o Brasil, todos estes fatores revelam um momento conturbado da nossa história contemporânea. Mesmo na Europa, o prenúncio de um conflito era evidente com a difusão das políticas imperialistas, originando a Primeira Guerra Mundial em 1914 que terminará a 11 de novembro de 1918.

Figura 1 - Busto da República da Câmara Municipal da Maia, que durante muitos anos esteve na Sala de Reuniões da “Câmara antiga”. Actualmente, encontra-se na sala de reuniões da Assembleia Municipal da Maia.



A nível nacional, o ano de 1915 fica marcado pela revolta de 14 de maio, um golpe de estado liderado por Álvaro de Castro e pelo general Sá Cardoso, que teve como objectivo: o derrube do governo presidido pelo general Pimenta de Castro² e a reposição da plena vigência da Constituição Portuguesa de 1911. Este movimento originou a substituição do governo pela Junta Constitucional de 1915 e a demissão de Manuel de Arriaga³, causando cerca de 200 mortos e de 1.000 feridos.



Figura 2 - Pimenta de Castro no seu gabinete.

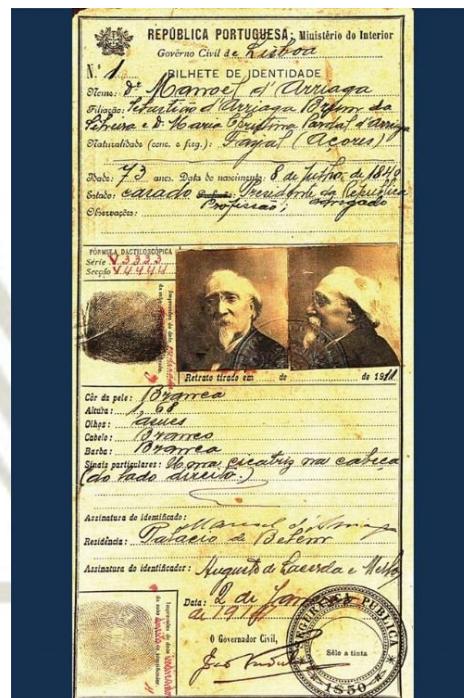


Figura 3 - O primeiro bilhete de identidade emitido em Portugal foi o do Presidente Manuel de Arriaga em 1914.

No dia 13 de junho ocorrem as eleições legislativas, sendo eleitos 163 deputados da Câmara dos Deputados e 69 senadores do Senado. A vitória sorriu ao Partido Democrático por grande margem, contra o rival Partido Republicano Evolucionista e a maior distância ainda o Partido Unionista, o Centro Católico Português e o Partido Socialista Português.

Foram as primeiras eleições gerais na vigência da Constituição de 1911. O novo parlamento manteve-se em funções até à sua dissolução em 6 de dezembro de 1917, na sequência do golpe de Estado de Sidónio Pais. Já as terceiras eleições presidenciais decorreram em sessão especial do Congresso da República, no dia 6 de Agosto de 1915, tendo sido eleito Bernardino Machado. Este tomou posse do cargo, jurando fidelidade à Constituição na sessão do Congresso de 5 de Outubro de 1915.

A título de curiosidade, no ano de 1915 nasceram figuras como o ditador chileno Augusto Pinochet, Frank Sinatra e Edith Piaf, os actores Orson Welles, Anthony Quinn e a atriz Ingrid Bergman mas também desapareceram nesse ano personalidades como o neurologista alemão Alois Alzheimer, Frederick Taylor, criador do Taylorismo ou Ellen Gould White, cristã americana, profetisa e escritora, que esteve no surgimento da Igreja Adventista do Sétimo dia.



Figuras 4 a 7 - Augusto Pinochet, Frank Sinatra, Alois Alzheimer e Ellen Gould White

Passemos então a uma seleção de documentos recebidos pelo Administrador, entre os mais de 2000 depositados no Arquivo Municipal para esse ano. Estes documentos pretendem mostrar um pouco da realidade (processo sempre subjectivo, pois parte de uma avaliação que quem recolhe, escolhe e lhes dá a devida importância) da época. Optou-se por manter a ordem de entrada dos documentos, embora nas pastas do ano de 1915 surge um maço que contem documentos retardados da Administração de 1912 até janeiro de 1915. No final, também é possível detetar um erro na numeração original da época, pois sempre se seguiu a numeração mas a partir do número 2000, volta para o mês de Agosto.

Nº7 Informação do regedor António Marques Ribeiro, de Águas Santas, sobre o preço a que tem de ser vendido o litro de milho e centeio neste concelho. Seria “ um assunto da máxima importância pois é de grande benefício para as classes trabalhadoras que na sua maior parte se compõe a freguesia de Águas Santas 4-1-15

Nº 25 Fábrica de Moagem do Ouro da cidade do Porto envia uma guia de trânsito de cereais – 12 sacos de centeio com 1080 kg 6-1-15

Nº 41 O armazém de mercearia de Joaquim Fernandes Pereira Bahia remete para António Alves dos Santos, de Gueifães, 2 sacos com 210 kg 8.1.1915

Nº 77 Surge como exemplo, das muitas guias de remessa de milho vindas do Porto para moagem, neste caso para Manoel Gonçalves Lage, para serem comercializadas para agricultores e industriais - Domingos da Cunha Guimarães (Giesta), Albino Pereira da Costa, José Marques de Oliveira, António José Marques, Manoel Luiz dos Santos, Joaquim Balaio, Manoel Martins Lourinha, quase todos de Águas Santas em janeiro de 1915

Nº 111 Duas professoras, Laurinda Joaquina Marques do lugar da Granja e Maria Rosa da Pica do lugar de Parada exercem ilegalmente a sua profissão, provocando o encerramento dos cursos, por informação do inspetor Agostinho Antunes de Azevedo 25.1.1915

Nº 127 Pedido de exoneração do cargo de regedor de José da Silva Parteira, da freguesia de Gueifães no mais curto prazo de tempo 26.1.15

Nº 149 Informação do regedor de Vila Nova da Telha, Augusto Domingues da Silva, com a relação dos Cabos de polícia de Vila Nova da Telha para o ano de 1915

Cabos de Polícia e respectivo lugar, nomeados para a freguesia de Vila Nova da Telha para 1915:

• José do Couto Ramalho	• Lagielas
• Augusto Francisco Lopes	• Lagielas
• José Martins de Azevedo	• Cambados
• Joaquim da Silva Fafiães	• Cambados
• Joaquim do Couto Ramalho	• Aldeia
• Manoel de Souza Carneiro	• Aldeia
• Luciano Lopes da Silva	• Aldeia
• Albino José Moreira	• Aldeia
• Manoel Domingues Duarte	• Aldeia
• Manoel Lopes da Silva Ramos	• Aldeia
• António Francisco da Hora	• Arrabalde
• José Ferreira de Souza	• Arrabalde

• Domingues Ferreira Dias	• Arrabalde
• Joaquim Gomes Januário	• Aldeia
• Joaquim Luiz dos Santos	• Taberna
• Joaquim da Silva Maia	• Monte
• Manoel da Costa Ribeiro	• Monte
• Delfim Gonçalves dos Santos	• Monte
• António Pereira de Azevedo Januário	• Monte
• José Soares	• Prosela
• José da Silva Marques	• Prosela
• Delfim Barbosa da Silva	• Prosela
• José Francisco dos Santos	• Caralinda
• Adriano Francisco dos Santos	• Caralinda
• José António Valente	• Vilar
• Alberto Luiz da Cunha	• Vilar
• Joaquim Moreira da Silva	• Vilar
• José de Brites Barbosa	• Aldeia
• Delfim Francisco da Cruz	• Aldeia

Nº 152 Inexistência de caldeiras a vapor, motores a gás ou gasolina em Barca

Nº 158 Regedor de Folgosa, José Maria de Souza e Silva, alega sacrifícios de negócios particulares para a exoneração do cargo que exerce á um ano, afirmando “a simpatia pelo atual regime republicano da nossa querida pátria portuguesa.” 4.2.15

Nº 162 Informações prestadas pelos respectivos regedores com as relações dos motores a gasolina para moer o milho em S. Pedro Fins; nº163 S. Pedro Avioso; nº165 Gemunde; nº180 Gueifães; nº 442 Vila Nova Tellha; Nº 474 Moreira; nº 569 Águas Santas

Nº 434 Acerca das Confrarias das Almas, de S.Pedro e Santa Leonor e do Subsigno de Águas Santas; das Almas, do Subsigno e de Nossa Senhora dos Passos de Nogueira; do Subsigno de Gemunde; de Nossa Senhora da Saúde de Gueifães; do Subsigno de Silva Escura e da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Moreira, se transformarem em Corporações de Assistência e Beneficência em virtude da Lei de 20 de abril de 1911. Todas estas Corporações são declaradas extintas, determinando que todos os seus bens, valores e rendimentos sejam adjudicados à Comissão de Assistência Pública do Porto, segundo circular do Governo Civil, assinada pelo Governador Civil Sebastião Peres Rodrigues 3-6-15

Nº 436 António de Oliveira Braga, solteiro, maior, proprietário, morador que foi na Rua do Monte Alegre nº 269 em Cedofeita, falecido a 15-2-15, institui sua herdeira a Câmara Municipal da Maia, impondo-lhe além de outros, a obrigação de dar anualmente á Junta da Paróquia da freguesia de Barreiros a quantia de 5\$00 para esta proceder à limpeza e conservação do jazigo do testador 18.2.15

Figura 8 - Novo sistema monetário, novas moedas. Surge o Escudo e seus fracionários, os centavos. Neste caso, a moeda de 10 centavos de 1915. Composta por prata 0,835, bordo serrilhado, 2,5 gr de peso, 20 mm de diâmetro e 1.2 mm de espessura. O criador do desenho foi José Simões de Almeida e teve a cunhagem de 3 418 000 unidades.



Nº 445 O regedor substituto de Águas Santas, António Marques Barbosa informa que de 15 para 16 de fevereiro assaltaram a sala de sessões da Junta de Paróquia e Posto do Registo Civil por meio de chave falsa e levaram: um candeeiro novo no valor de 1\$40, uma fechadura de tipo inglesa de 1\$70, uma quantidade de selos de \$70 e um código de registo civil no valor de \$50 17.2.15



Figura 9 – Novos Selos - Desenho de Pedro Guedes e gravura de Armando Pedroso. Tipografados pela Casa da Moeda sobre papel liso, fino médio ou espesso, papel pontilhado em losangos, papel acetinado e papel cartolina, em folhas de 50 selos com denteado 12. Circularam a partir de 4 de outubro de 1915 até 1925.

Nº 457 3 Documentos sobre saúde pública e vacinas para distribuição ao público, especialmente a professores, industriais e proprietários, que procuravam combater a varíola em pessoas e animais, do Instituto Vacínico de J. Mário de Castro 20.2.15

Nº 472 O regedor Manoel dos Santos Quelhas informa que os moradores do lugar do Paço sofreram tamanho desgosto pelas cruzes derrubadas em Águas Santas pela 2ª vez. Tais actos de malvadez teriam sido perpetrados por mãos criminosas, pois teriam sido retificadas recentemente, vandalizadas as ditas seculares. Assim os católicos do lugar do Paço, a expensas próprias recuperaram as cruzes mas “vândalos criminosos acabam de ofender segunda vez as crenças dos católicos”. Também são referidas testemunhas deste acto, que teria sido realizado por um António Barbosa, “o peliqueiro” do lugar da Maia; José Ferreira Braga e sua esposa Rosa da Silva “Gendeilho”, Maria Moutinho, Domingos Barros d’Ascensão e Manoel Barros d’Ascensão, todos do lugar do Paço. 2.3.15

Nº 473 Festa da Árvore em todas as escolas. Em Barreiros, a professora Clotilde Ferreira da Cruz que preside à escola masculina da freguesia, informa que a festa seria muito modesta constando apenas de uma sessão solene, onde se faria uma preleção às crianças da utilidade das árvores, seguindo-se a plantação de algumas no jardim da escola. 3.3.15

Nº 478 A professora da Escola Oficial Feminina de Barreiros, Rosa Alice Vieira de Castro, convida o Administrador do concelho para a Festa da Árvore, “abrilhantando com a sua presença tão significativa e simpática festa” 5.3.15

Nº 487, 496, 638 Sobre o mau estado das catacumbas no Cemitério de Águas Santas. Estes três documentos demonstram as más condições higiénicas destes espaços. Devido à ampliação do cemitério e da Igreja Matriz de Águas Santas, parte do cemitério ficou sujeito aos ventos e mal ventilado. Como tal, seria necessário proceder-se à demolição das catacumbas, conforme pedido do Subdelegado de Saúde, Abílio Tavares de Castro 3.3.15

Nº 495 Pancadaria e espancamentos em Milheirós por uma quadrilha de Águas Santas – Ardegães e Rebordãos. O regedor de Milheirós, Domingos dos Santos Quelhas, descreve o ocorrido de 6 para 7 do corrente. Uma grave desordem no lugar da Agra perpetrada por uma quadrilha de malfeitores e desordeiros de Águas Santas, dos lugares de Ardegães e Rebordãos, espancando os

irmãos Agostinho e Domingos da Silva Torres e ferindo a tiro Beatriz Ferreira dos Santos, tendo esta recolhido ao hospital. Este grupo, usualmente, realizava emboscadas, dizendo uns para os outros “que o primeiro que passasse, devia ser espancado fosse novo ou velho”. Os suspeitos de tais actos seriam de Ardegães: Antero Rodrigues Pereira, Lindolfo Rodrigues Pereira, Serafim Lourenço Rolhas, Joaquim “O Pão de Ló”, Manoel Gomes, António Cunha, Joaquim Moutinho e o Moço do Caixa; e de Rebordãos, António Evaristo e Artur Evaristo. Refere também os nomes de onze testemunhas do lugar do Monte das Cruzes, Vessada, Fundo de Vila e Agra. 10.3.15

Nº 496 O presidente da Junta de Águas Santas, Manoel Luiz Regado Júnior, remete o duplicado do orçamento para a demolição, remoção e reconstrução das catacumbas do cemitério, assim como as cópias das deliberações tomadas pela junta em sessão ordinária de 2.12.14 9.3.15

Nº 513 O presidente do Centro Republicano de Águas Santas, Alberto Silva, comunica que a Associação de Beneficência e Culto de Águas Santas se encontra organizada desde 8.11.14, com estatutos devidamente elaborados e assinados, segundo o decreto de 20 de Abril de 1911. 23.2.15

Nº 527 O presidente da Junta de Águas Santas relata o derrube de símbolos religiosos por mão criminosa na noite de 28.2.15 no adro e souto da Senhora de Guadalupe 17-3-15

Nº 536 O pároco de Silva Escura, António Francisco Moreira Aroso solicita o impedimento do exercício de funções ao sacristão Manuel D'Oliveira Catarino impedindo-o de tocar na cera, imagens ou quaisquer outros objectos do culto existentes na igreja paroquial ou capelas sem autorização do pároco, que é o chefe do culto, ordenando a entrega da chave da igreja e que não pode tocar os sinos ou ingerir-se em quaisquer actos do culto. Posteriormente, o Administrador José Baldaque Guimarães intima o sacristão Catarino a comparecer na Administração na posse da chave da Igreja. 20-3-15

Nº 562 O Centro Socialista de Moreira realiza um comício em Pedras Rubras a 14-3-15, sobre as condições de vida, visando essencialmente, a falta de milho. A mesa do comício era composta por António da Silva, António de Silva e Albino Gomes para abordar a carestia de vida que afetava os trabalhadores que lutavam contra a falta de pão, aprovando as resoluções:

- Convocar uma reunião com todos os lavradores da terra obrigando-os a trazer todo o milho dos celeiros, não permitindo a sua venda por preço superior ao tabelado antes de janeiro de 1915. Por exemplo, em Famalicão estaria a ser vendido milho branco e centeio a 650 e 680 réis por medida pequena, o milho amarelo não pode ser superior a 530 por igual medida, sendo vendido por 20 litros, a medida grande.

- Pedir ao poder central a remodelação da lei dos cereais de 1899, evitando as confusões da venda do trigo, aproveitando o projecto de lei do deputado socialista Manuel José da Silva.

- Caso o povo de Moreira que julga interpretar o sentir de todo o concelho não seja atendido nas suas solicitações, nova reunião seria convocada, para serem tomadas medidas de carácter mais enérgico.

Nº 572 O pároco de Silva Escura, António Francisco Moreira Aroso, refere que a Junta de Águas Santas não tem a precisa noção do dever das suas relações com o chefe do culto e pede que lhe sejam postas à disposição as alfaías religiosas e outros objectos do culto como as roupas brancas da igreja, que a Junta não as lava nem deixa lavar, a cruz de prata e as opas vermelhas melhores que

iriam ser utilizadas para a visita pascal 29.3.1915

Nº 580 O presidente da Junta, Manoel Luiz Regado Júnior informa que o Abade António Joaquim Farinhote de Águas Santas entregou as chaves e todos os objectos religiosos que teria em seu poder a esta Junta 31.3.15

Nº 632 O regedor Abílio de Sousa Valles de Silva Escura relata a ocorrência de um assalto à Capela de Santo António, ao local onde se guardavam os utensílios da capela e as sobras das louças dos louceiros 16-4-15

Nº 635 Em resposta à intimação do administrador, o professor Jerónimo Moreira Barbosa declara ter sido nomeado para a Escola do lugar do Padrão, em Moreira, como consta do Diário do Governo nº 289 de 11-12-14. Após tomar posse da escola onde tinha sido nomeado, teria sido “despachado” pela Câmara Municipal, não sendo réu na questão

Nº 666 O administrador de Vila do Conde roga que sejam intimadas a comparecer nessa administração as galinheiras Delfina Ferreira da Silva e sua filha Maria da Luz, do lugar da Espinhosa, da freguesia de S. Pedro de Avioso

Nº 674 O Comissário Geral da Polícia Civil do Porto intima o proprietário do automóvel nº 1430, António Francisco Monteiro, morador em Águas Santas, para prestar declarações na situação em que o seu chauffeur conduzia na rua de Sá da Bandeira 4-5-15

Nºs 706 e 707 A Companhia de Carris do Porto alertava para os constantes roubos de *bonds* de cobre, junto às agulhas que poderiam originar a suspensão da exploração da linha para Águas Santas. Nestes casos o ocorrido teria sido no lugar do Brasileiro, na paragem fronteira ao prédio do Sr. Pinto da Fonseca 10/11-5-15

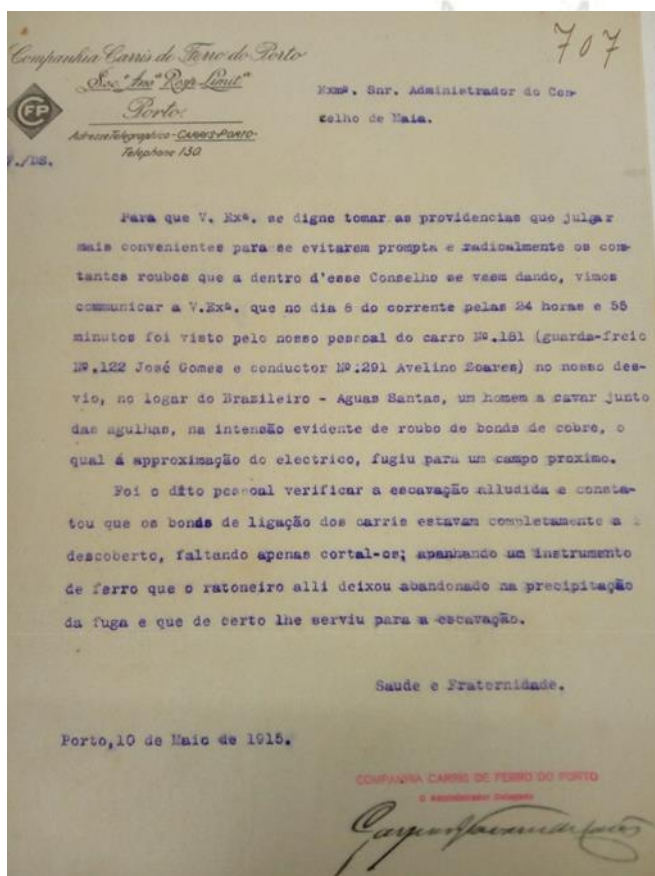


Figura 10 – Offício da Companhia de Carris sobre os roubos ocorridos em Águas Santas

Sem Nº, numa pasta intitulada “Correspondência Agosto de 1915” – Carta do oficial do registo civil António dos Santos para a instalação de um registo civil “em virtude de não se achar devidamente instalada, afim de se poder revestir com tamanha seriedade e decoro os actos de tamanha importância como são os do registo civil, especialmente os casamentos e outros actos de natureza escrita com carácter de segredo inerente, solicitando também um gabinete junto à repartição da CM Maia, devidamente mobilado” 18.8.15

Nº 773 Informação do Hospital de Sto. António a declarar que desde 4-2-14 se encontrava internado João Pereira Ribeiro, de 30 anos, solteiro, moço de lavoura, residente

em Pedrouços e que o seu internamento em nada o beneficia, prejudicando outros doentes, pelo que se pedia ao seu fiador, Augusto Simões, residente na rua de Águas Santas nº114, que venha buscar o doente. Este estaria sob a responsabilidade de Augusto Simões que “parece querer isentar-se visto que vem sendo avisado, por meio de bilhete postal, nos dias 21 e 25 do mês passado, ainda até esta data não honrou o compromisso nem a tais bilhetes respondeu” 1.6.15

Nº 801 Sorteio dos Presidentes efetivos e suplentes das assembleias eleitorais da Maia

S/N Sorteio dos presidentes efectivos e suplentes das assembleias eleitorais do Concelho da Maia – círculo de Sto. Tirso, realizado no Tribunal de S. João Novo no Porto, 28 de Junho de 1915

Estavam presentes o juiz de Direito Dr. Adriano Carlos Vaz Pinto, o escrivão Narciso da Silva Matos, os oficiais de diligências António Francisco da Hora e Ernesto José Pereira, o Presidente da Câmara Municipal da Maia Augusto Nogueira da Silva, faltando o Administrador do Concelho, sendo substituído pelo Administrador de Matosinhos José Augusto Ramalho Teixeira Rego. No final do apuramento, compareceu o Administrador da Maia, António Tavares Fonseca. O processo de escrutínio consistiu no lançamento numa urna de 55 listas numeradas correspondentes ao nº de cidadãos recenseados para a presidência das mesas e em outra urna 4 listas contendo cada uma a designação das assembleias em que se divide o concelho.

	Presidentes efetivos	Suplentes
Águas Santas	Joaquim da Silva Salgueiro	Manuel da Costa Carneiro
Milheirós	Bernardino Duarte Campos	Agostinho Francisco Moreira Azenha
Castelo	Francisco Vicente da Silva	Manuel Gonçalves Lajes Sobrinho
Barreiros	Luís Moreira Ramos	Agostinho da Silva Torres

Nº 866 Nomeação do Dr. António Martins como Administrador pelo governador civil José Joaquim Pereira 25-6-15

Nº 883, 887 e 888 Condições de recrutamento de soldados condutores licenciados para Angola, a fim de como expedicionários, servirem na condução de carros alentejanos destinados aos transportes e abastecimentos das forças em operações na província de Angola 29-6-15



Figura 11 - Grupo de oficiais portugueses destacados em Angola durante 1914-1915

Nsº 893, 901, 904, 905, 910, 911, 918, 919, 924, 928, 932, 933, 941, 942, 946, 949, 959, 962, 965, 978, 985, 992, 996, 1000, 1009, 1019 Telegramas sobre o estado de saúde do Dr. Afonso Costa. A evolução do estado de saúde, as melhoras, até com a temperatura diária do doente

Nº 984 Relação dos Cabos de Polícia que devem servir de Agosto de 1915 a Agosto de 1916 na freguesia de Gueifães, concelho da Maia:

Nomes	Idade	Estado	Ocupação	Lugares
José de Moura Matias	35	Viúvo	Agricultor	Enxinhães
José Pinto	29	Casado	Trolha	Penedos
António Cardoso	24	Solteiro	Pedreiro	Enxinhães
Bernardino dos Santos	44	Casado	Pedreiro	Costela
João José d'Oliveira	26	Casado	Agricultor	Costela
Augusto Pinto		Casado	Trolha	Penedos
Joaquim Alves dos Santos		Casado	Negociante	Penedos
José Ferreira		Casado	Marceneiro	Subidouro
Domingos da Silva Azenha		Casado	Tamanqueiro	Subidouro
Manoel Oliveira		Casado	Carpinteiro	Catassol
Claudino Fonseca		Casado	Sapateiro	Catassol
Domingos Francisco Alves		Casado	Trolha	Sra. Da Saúde
Joaquim da Silva Marques	Cabo de Avioso	Casado	Ferreiro	Sra. Da Saúde
Domingos da Silva Jacinto		Solteiro	Agricultor	Muniche
Alberto Francisco da Cruz				Igreja
Domingos José Dias de Seabra		Casado	Carpinteiro	Carvalhos
Bernardino José Marcelino		Casado	Pedreiro	Carvalhos
Joaquim Martins Ferreira		Solteiro	Agricultor	Gueifães de Baixo
Benigno Fernandes		Casado	Pedreiro	Gueifães de Baixo
José da Silva		Casado	Pedreiro	Gueifães de Baixo
Afonso da Silva Basilio		Casado	Lavrador	Gueifães de Baixo
Luiz Monteiro		Casado	Sapateiro	Mouta
António Pereira da Silva		Casado	Mineiro	Lagoa
José Pereira da Silva		Casado	Carpinteiro	Aldeia Nova
António Carlos da Silva		Casado	Mineiro	Aldeia Nova
Albino d'Oliveira		Casado		Estrada Velha
António Maia d'Araújo		Casado	Tamanqueiro	Sra. Da Saúde

Nº 1036 O regedor José da Silva Ferreira informa que ocorreu um roubo na Igreja de Silva Escura de 28 para 29 desse mês, não conseguindo precisar os objectos roubados

Nº 1055 Ainda sobre o assalto à Igreja de Silva Escura, os ladrões introduziram-se pela torres dos sinos, levando 3 lamparinas de latão, uma caldeira, 3 campainhas, uma toalha de linho, 2 castiçais de latão pequenos e 2 caixas de esmolas

Nº 1070 Gueifães – insultos ao regedor José da Silva Parteira 6.8.1915

S/N Material comprado para a professora de Barreiros em 9-8-1915 na livraria “Portuense e papelaria Lopes & Ca, sucessor”, Rua do Almada 119, para os exames de 2º grau, numa factura original para a Câmara da Maia: 15 C/ papel de linho 35 linhas \$45 ; 10 C/papel para desenho \$30 ; 1 Frasco de tinta de litro \$40 ; C/ de giz \$30 ; 3 Canetas \$09; 3 Borrachas \$09; 3 Lápis de Cor (grossos) \$30; 5 Folhas de papel de chupar \$25; 1 C/ de obreias \$25 ; 12 Aparos \$07 ; Total 2\$50

Nº 1077 Delfim Ferreira Pinto, morador no lugar do Monte do Arco, em Águas Santas, fez entrega á Junta de Freguesia de Águas Santas dos seguintes objectos, que diz pertencer á extinta Confraria das Almas desta freguesia: uma cruz de prata e respetiva vara, sete opas brancas, duas mangas da mesma cruz, duas sacas pequenas, uma das quais tem emblema a prata. Todos os objectos estariam em mau estado. Relativamente aos livros que teriam sido pedidos pela Administração, a Junta não teria conhecimento de nada pois que mais nada lhe foi entregue.

Nº 1160 A notícia da última intentona efetuada pelos reacionários de Braga e Guimarães produziu uma extraordinária agitação na freguesia de Águas Santas, tendo repercussão num funeral realizado pelo Padre Espinheira, apontado como “alma negra da reação”, palavras do regedor António Marques dos Santos Ribeiro. Temendo-se um conflito, “os ares provocadores de abade aparamentado”, pedia instruções ao Administrador de como “se orientar e saber o que tenho de fazer” 30-8-15

Nº 1177 Trasladação de cadáveres das antigas catacumbas do cemitério de Águas Santas para um barracão de madeira num anexo, em harmonia com as ordens do subdelegado de saúde deste concelho “que para tudo tem aprovação superior” 6-9-15

Nº 1187 Notícia no jornal “A Liberdade” sobre a trasladação dos cadáveres motivou a presença do Regedor para fiscalizar esse processo. As ossadas foram depositadas em caixões “sou pois da opinião que se não pode proceder com mais escrúpulo” 8-9-15

Nº 1193 As instruções do Ministério do Fomento para o trânsito, compra e venda de trigos nas diversas localidades consistiam na: proibição de trânsito de trigos dentro dos concelhos; requisição directa às fábricas da farinha para consumo local; envio à Direção Geral de Agricultura de uma relação de trigo manifestado; o trigo destinado à manutenção militar ou a qualquer fábrica de Lisboa e o destinado às restantes fábricas do país; a resolução de todos os contratos de venda de trigo anteriores à lei; facilidade para o trânsito das pequenas quantidades de trigo e de farinha precisamente para o consumo local, segundo Circular do Governo Civil do Porto sobre o transporte e venda do milho 7-9-15

Nº 1194 e 1215 O Comando da 3ª Divisão do Exército informa que no dia 16 irão estacionar no lugar do Crespo e Brasileiro o Regimento de Infantaria nº 6, com aproximadamente 1200 homens 16-9-15

Nº 1195 O Governador Civil José Joaquim Pereira responde sobre o processo do Padre pensionista António Joaquim Farinhote, em virtude de o anterior magistrado carecer de competência para o assunto que se tratou

Nº 1207 Convocatória do Regimento de Infantaria Reserva nº 31 sobre a rendição de parte das tropas expedicionárias em Angola e Moçambique 10.9.15

Nº 1254 e 1257 O regedor José da Silva Parteira leva ao conhecimento do Administrador que se realizou um enterro fúnebre muito rápido “de uma mulherzinha”. O falecimento ocorreu no lugar da Estrada Velha em Gueifães, num local ermo, tendo sido encontrada na cama, aparentando ter 70 anos e ser uma tal de Ana Ferreira. O regedor levantava algumas dúvidas sobre as causas da morte, pois existiam boatos de ferimentos e circunstâncias estranhas, mas que não podiam ser confirmadas por o corpo já ter baixado à sepultura 22.9.15

Nº 1268 No dia 5 de setembro, no lugar da Estação em Moreira, José Frutuoso Fernandes foi agredido na cabeça e nariz por Joaquim José d’Andrade “O Jiqueiro” do lugar de Carvalhido. De seguida o Dr. José Felix Farinhote enuncia detalhadamente os ferimentos 23.9.15

Nº 1325 José Anacleto Rebello Gramaxo informa que lhe era impossível comparecer à Administração à hora indicada porque “piorei de uma entorse que sofri num pé e não me posso calçar nem mesmo andar”. Aproveitava para declarar que não podia aceitar o lugar de representante da Agricultura na Comissão de Subsistência pois teria de se ausentar por tempo indeterminado para tratar de sua saúde, pedindo a substituição do seu nome por outra pessoa 29-9-15

Nº 1326 Lista dos preços dos géneros alimentícios e combustíveis de 1ª necessidade porque serão fornecidos neste concelho, enviados pelo Administrador de Vila do Conde, de forma a uma uniformização dos preços com o concelho da Maia, para o ano de 1915.

Açúcar extra-fino –pelé ou areado	\$36
Açúcar de 1ª	\$34
Açúcar de 2ª	\$32
Açúcar de 3ª	\$30
Arroz	Desde \$16 a \$20
Azeite	Desde \$30 a \$36
Bacalhau inglês	Desde \$36 a \$46
Massas -kg	\$22
Farinha de pau - kg	De \$12 a \$20
Café - kg	De \$50 a \$ \$90
Petróleo - Litro	\$11 e \$12
Batata - kg	\$04 e \$05
Sabão Amêndoa - kg	\$07
Sabão Gordo – kg	\$16
Sabão Alcântara – Kg	\$22
Sabão 1ª – kg	\$18

DOS 500 ANOS
FORAL DA MAIA

Carboneto – kg	\$12
Vinagre – Litro	\$08
Banha de porco – kg	\$48
Velas estrangeiras – massô	\$26
Velas Navio – massô	\$20
Velas Sol – massô	\$24
Milho – 20 litros	O máximo a \$80
Farinha – kg	\$06
Ovos no mercado	\$22 para negociante, \$24

Nº 1333 O Governador Civil do Porto envia uma circular sobre as más condições da emigração para Vigo devido ao “elevado número de portugueses indigentes que aparecem famintos naquela cidade espanhola, num estado de impressionante pobreza, em virtude da crise de trabalho”. Os emigrantes não encontravam trabalho e eram obrigados a regressar às suas terras, não tendo meios de regressar.

Nº 1343 O Presidente da Câmara Municipal do Porto, Henrique Pereira de Oliveira, convida para os diversos actos que ocorrerão no dia 5 de outubro na Praça da Liberdade às 11:00: descerramento das lápides com os nomes dos Liberais que foram suplicados na Praça Nova e às 14:00 no Palácio de Cristal, uma festa patriótica comemorando a proclamação da República com a participação de crianças das escolas desta cidade 30.9.15

Nº 1338 O comandante do Quartel do Porto faz um convite “aos soldados, clarins e ferradores licenciados deste regimento domiciliados na área desse concelho para irem servir na Guarda Nacional Republicana de Lourenço Marques sendo enviadas até 10 de outubro a este corpo nota dos que se oferecerem, e devem satisfazer as seguintes condições: saber ler, escrever e contar, altura mínima 1,60 cm; não ter mais de 6 dias de detenção e idade mínima de 24 e máxima de 36 anos. Os vencimentos mensais são: soldados e clarins 35\$25; ferradores 42\$15. As praças fardam-se por sua conta. Além desses vencimentos, as praças que levarem família terão direito ao abono de 10\$00 mensais para renda de casa” 4-10-15

Nº 1344 Carta do proprietário Alberto A. Ferreira da Silva para o Administrador Dr. António Martins cedendo gratuitamente a Quinta do Castelo em Águas Santas, incluindo um salão de 30 camas para tratamento de feridos ingleses, referindo também o facto de o local ser “seco e isolado”, propício a uma recuperação dos soldados 15-10-15

Figura 12 - Capa da revista Ilustração Portuguesa, de 18 de janeiro de 1915;



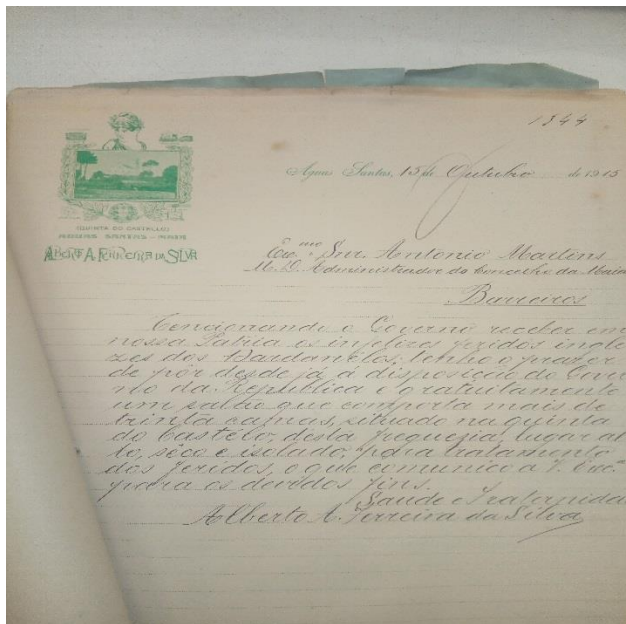


Figura 13 - documento nº 1344 sobre a cedência de camas na Quinta do Castelo em Águas Santas

Nº 1358 O regedor António Marques dos Santos Ribeiro procede ao relato de um conflito entre António Moreira da Silva e o Padre Espinheira. António Moreira da Silva, casado, alfaiate de profissão, morador no lugar da Pícuia, ao proceder ao registo de nascimento de um filho, encontrou-se com o Padre Eduardo Alves Espinheira que o ameaçou “por ter casado civilmente, não ir à igreja celebrar o casamento católico”. O Padre Espinheira teria movido uma guerra feroz ao dito Moreira, retirando-lhe fregueses e ameaçando-o com mais

perseguições. Perante diversas testemunhas, o Padre terá afirmado que “ninguém se podia julgar casado sem ir á Igreja e que tais actos civis não passavam de meros contratos, como se actos eclesiásticos fossem alguma coisa mais”. Mais dizia o regedor, “este reverendo salienta-se como um feroz reacionário, distribuindo na sua igreja á hora da missa o boletim paroquial e ensinando às criancinhas o queremos Deus que é nosso rei e sendo o chefe e conselheiro de todos os inimigos declarados da República” 21-10-15

Nº 1407 A Comissão Administrativa do Centro Socialista de Gueifães da Maia comemorou o 2º aniversário com um comício público às 15:30 em Catassol, na forma de um cortejo cívico às 14:00 a partir da Ponte da Pedra 28-10-15

Nº 1411 Envio de cópia de aprovação dos estatutos da Corporação de Beneficência e Culto da freguesia de Águas Santas, sendo urgente a entrega de todos os paramentos e alfaias à corporação, segundo proposta do presidente da Direção, Domingos Bento Veiga 5-11-15

Nº 1421 O presidente da Corporação de Beneficência e Culto da freguesia de Águas Santas, Domingos Bento Veiga, comunica que teria ficado combinado a entrega dos paramentos e alfaias às 10:00 de dia 6 mas a Junta de Paróquia de Águas Santas não compareceu, referindo que a mesma teria entrado no “campo das sedições, propala os boatos mais alarmantes e aterradores, tocando o sino a rebate e revolucionando o povo contra os republicanos” 8-11-15

Nº 1436 A sessão extraordinária da Junta de Paróquia de Águas Santas toma a decisão por unanimidade de demitir-se pois seria contra a constituição de uma corporação de beneficência que não professa a religião católica. “É uma nomeação ilegal, é contra a doutrina da Lei da Separação, é uma ignomínia afronta aos católicos desta freguesia, podendo dar margem a graves conflitos”, segundo as palavras do presidente da Junta, Manoel Luiz Regado Júnior 10-11-15

Nº 1450 Jayme da Costa Neves, presidente da Associação de Classe dos Operários Manipuladores de Paus para Tamancos Maienses declara que esta associação resolveu em assembleia geral, acatar as resoluções dos mestres desta classe relativamente às 10 horas diárias de trabalho 10-11-15

Nº 1451 Pedido de exoneração do regedor de Barreiros que exerceu desde 13-3-12, António Gomes Pereira, “cargo com que sempre me esforcei para conciliar os interesses da República com

os do povo”, não podendo continuar pelos muitos afazeres profissionais 11-11-15

Nº 1473 Participação da tomada de posse da Corporação de Beneficência e Culto da freguesia de Águas Santas das alfaias e paramentos que existiam na capela de Guadalupe. “Animado dos melhores sentimentos de concórdia e tolerância, propôs esta corporação aos membros da antiga irmandade que continuassem como até aqui com a celebração do culto, garantindo a cedência gratuita de todas as alfaias. Não foi aceite a oferta porque o capelão Reverendo Barros aspira como espontaneamente confessou, a uma capelania mais rendosa e porque os actuais mesários não queriam perder a ocasião que se lhe oferecia, de se libertarem duma devoção que se tornará pesada”, assina o presidente da corporação, Domingos Bento Veiga 21.11.15

Nº 1489 O regedor de Folgosa, Manoel Francisco Maia, informa que no dia 21-11, pelas 10:30 procedia à captura de Alfredo de Sousa e Silva, solteiro, de 25 anos, sem profissão, do lugar de Quintão, por desobediência à intimação para prestar declarações, o regedor e dois soldados rodearam a casa e o dito Alfredo ameaçou-os, apontando uma arma e efectuou um disparo, ao que os soldados ripostaram. De seguida ouviu-se um disparo de dentro da casa e uns gemidos. Os soldados arrombaram a porta e encontraram o homem quase morto, soltando os últimos suspiros, juntamente com três pistolas e um livro com alguns escritos dizendo o seguinte:

A cruz que tenho trazido;
A três anos me tem custado!
Eu havia de fazer das minhas,
Para o autor ser castigado.
Dizem que sou ladrão
Dizem que sou maroto
Dizem que sou mal educado
Dizem que sou malandro
E não sei que mais agora
A gente de Folgosa
Vai ficar descansada
Resolveram matá-lo bixo
Pois ele com a cruz que traz
Não pode viver
Cada vez está pior
Já nem se pode olhar para a cara

Nº 1492 O regedor de Águas Santas, António Marques dos Santos Ribeiro, participa a ocorrência de um furto com a agravante de violação e profanação no cemitério de Águas Santas, falando-se em objectos desaparecidos. “Eu não sei o que fazer” dizia o regedor, apelando a que se digne providenciar com o seu habitual e esclarecido critério”. O roubo visou o chumbo de um caixão do jazigo de Manoel Joaquim Martins 25.11.19

Nº 1512 O Centro Comercial e Industrial da Maia, situado na vila de Barreiros, agradece como foi proposta a regulamentação das horas de trabalho e como foram recebidos na Administração para uma reunião ocorrida a 8-11 pelas 13:00, segundo o presidente João Lopes Vieira 2-12-15

Nº 1525 Informa o comandante de diligências do Batalhão nº5 da Guarda Nacional Republicana, Posto da Maia, a retirada das forças estacionadas na Maia para o mesmo batalhão com sede no Porto 6-12-15

Nº 1526 Relação da nomeação dos cabos de Polícia em 5 de Dezembro de 1915 para a freguesia de S. Pedro de Avioso, por proposta do regedor José Alves de Barros

Nome	Lugar
Bernardino Pereira da Silva	Areosa
Augusto José de Pinho	Espinhosa
Domingos Pinto Barbosa	Ribela
Silvestre Ferreira dos Santos	Ribela
António da Costa Carvalho	Ribela
Joaquim Alves de Barros	Paredes
Bernardino Martins de Pinho	Paredes
Delfim Dias de Paiva	Quiraz
Albino Dias Ferreira	Quiraz
Abel Moreira Neves	Castelo
António Moreira Neves	Castelo
Joaquim Moreira Carvalho	Vilarinho
José da Costa e Silva	Vilarinho
Joaquim Ferreira Lima	Vilarinho
Manoel Barros de Oliveira	Igreja
? de Lemos	Quintão
António José de Pinho	Paço
Joaquim Inácio de Pinho	Ferronho

Nº 1532 Pedido do regedor de Gueifães, José da Silva Parteira, do envio de 6 praças da Guarda Nacional Republicana para reprimir os abusos que se têm dado, para o dia 13-12-15

Figura 14 - Capa da revista Ilustração Portuguesa, de 20 dezembro de 1915

Nº 1538 O presidente da Comissão Executiva, Agostinho da Silva Marques, comunica ao administrador o furto de 3 candeeiros de iluminação pública, não sabendo a quem atribuir tal crime, tendo também efetuado um pedido de reforço das patrulhas da Guarda Nacional Republicana aqui destacadas 10.12.15

Nº 1581 O “Instituto de Caridade” de D. Joaquina Guimarães em Águas Santas, é administrado por Antero Ferreira de Araújo e Silva (testamenteiro) e Albino da Silva Guimarães, segundo informação da professora Maria Ferreira Moutinho 29-12-15

Nº 2010 Vandalismo e destruição por mão oculta de lampiões de iluminação pública, especialmente nos lugares do Picoto e Catassol, segundo informação do presidente da Comissão Executiva, Agostinho da Silva Marques 17-8-15

Nº 2017 Participação do regedor de Santa Maria de Avioso, José Alves da Silva, do roubo



por meio de arrombamento de grande quantidade de sementes e linho a Manoel Sá Leite, casado, agricultor de profissão do lugar de Ferreiró, no valor de 8 escudos, ignorando-se os autores do furto 18-8-15

Nº 2018 O lugar da Maia em Águas Santas por ser um local pitoresco e ter o término da linha elétrica nº 9, era muito povoado e frequentado, tendo diversas tabernas. “Aqui junta-se muita gente mal-educada aos sábados e domingos, que não sendo policiada, dá origem a cenas escandalosas e conflitos graves”, dizia o regedor António Marques dos Santos Ribeiro, pedindo assim o destacamento de elementos da Guarda Nacional Republicana para o citado lugar aos fins de semana 19-8-15

Nº 2024 Elogio do comandante á maneira superior como estavam organizados todos os serviços que se ligavam com a revista de inspeção das praças licenciadas e reservistas, o que “mostra o zelo, inteligência e bem pouca vulgar dedicação do encarregado deste serviço, Sr. Costa Maia” 20-8-15

Nº 2028 Participação do Presidente Albino Marques Ferreira por tentativa de furto por meio de arrombamento feito no portão principal da Igreja de Moreira e portas que dão acesso ao baptistério e claustros, também arrombadas e estroncadas, com o intuito de chegarem aos arquivos da Junta de Paróquia de Moreira, tal como sucedeu em 1911 22.8.15

Nº 2044 O regedor de Moreira, Bernardino Moreira da Silva, confirma que sobre o furto ocorrido na Igreja, ali não entraram ladrões, mas sim, “malévolas pessoas com intuítos tendenciosos ou faciosismos” 24.8.15

Conclusão

Damos, assim, por terminado o período de documentação recebida pela Administração de 1910-1917.

Da análise deste período, juntamente com alguns dados que retiramos da documentação, podemos concluir:

- A população do Concelho da Maia, em 1900 rondaria as 19695 almas. Só a freguesia de Águas Santas teria 4672 habitantes, surgindo Moreira, com sensivelmente metade. Já as duas freguesias com menos população seriam S. Pedro Fins com 659 habitantes e Gondim com 416 pessoas. Em 1911, a população total do concelho ascenderia a 23486 e em 1920, a 25493 pessoas. Mesmo com a partida de pessoas para o Brasil e o recrutamento forçado para a Grande Guerra – num primeiro momento para a defesa dos territórios em Angola e Moçambique, assim como para a Flandres compondo o CEP (Corpo Expedicionário Português), que foi a principal força militar portuguesa da época neste conflito, o aumento da população manteve a sua espiral ascendente.

- Após o 5 de outubro de 1910, são criadas várias organizações de espírito reformador e proletário como o Centro Republicano da Maia “José Falcão” sob a presidência de Francisco da Costa Moreira, o Centro Socialista de Águas Santas e o Centro Socialista de Moreira da Maia presidido por Zeferino Alves Moreira. Em Moreira realizaram-se comícios de propaganda socialista como o de 13-10-1912, no Campo do Exército Libertador, liderado por José Moreira da Silva, pedreiro do lugar da Guarda.

- Podemos constatar que foram recorrentes as perturbações no culto, com especial foco na freguesia de Águas Santas e Vermoim, tendo como protagonistas o Padre Eduardo Alves Espinheira e o Padre Luís Campos ou os ataques dos regedores como Thomaz Leonardo Teixeira, José da Silva Parteira, António Marques dos Santos Ribeiro entre outros.



Figuras 15 e 16 - Fachada principal da igreja de Nossa Senhora do Ó de Águas Santas, c.1920; aglomerado junto à Câmara Municipal da Maia no início do séc. XX, sendo visível o corpo do edifício onde estaria a prisão.

- No campo alimentar, o deficiente abastecimento de cereais originou uma série de protestos e revoltas assim como períodos de carestia de alimentos, chegando até a existirem episódios de fome nas populações mais desfavorecidas, uma realidade bem presente na vivência maiata desta década. Por alturas de 1915-1917, existiu uma grande carestia de milho no concelho, são diversos os apelos dos regedores para a falta de milho e do que comer para as classes proletárias e mais desfavorecidas. Assistiu-se à importação de milho do concelho de Barcelos, que vinha de comboio para Campanhã. Esse cereal valioso era motivo de escolta e apertada supervisão para não sucederem roubos, que se encontram documentados em autos presentes no Arquivo Municipal da Maia, na correspondência recebida pelo Administrador. Foram várias as queixas de açambarcamento e especulação dos preços, o povo chegou a revoltar-se e cercar as casas de lavoura dos lavradores mais abastados (como em Mandim e Milheirós) para poder alimentar-se. Nesses anos, são recorrentes os assaltos a casas e mercearias onde se roubava carne, milho, batatas, melancias. Roubava-se para comer.

- Do ponto de vista assistencial, por volta de 1916, estudou-se a possibilidade de se instalar um asilo para crianças, que nunca avançou do papel, já existindo na época a Associação de Socorros Mútuos Fúnebre Familiar para ambos os Sexos em Moreira da Maia e freguesias circunvizinhas, criada em 7 de setembro de 1897, que ainda hoje subsiste junto ao cruzamento do Padrão de Moreira.

- No capítulo das relações laborais e respetivas organizações, registamos a existência da Associação de Classe dos Operários Manipuladores de Paus para Tamancos Maienses; o Centro Comercial e Industrial da Maia e a criação do Sindicato Agrícola da Maia, que já existe pelo menos desde 11-5-1917, como se comprova pelo documento nº 563 de 1917.

- Ao nível da segurança, as forças da ordem eram compostas pelos elementos da GNR destacados para o concelho e pelos cabos de polícia nomeados pelo Administrador, a quem incumbia zelar pela ordem e intervir em caso de desordem, furto ou violência. No caso da Maia, no início do séc. XX, eram comuns as participações de furtos de vária ordem – bens alimentícios de produção, géneros, roupa, pinheiros e dinheiro por parte de assalariados aos seus patrões, “os criados de servir”

da época, casos comuns de vandalismo – crimes contra o património, chegando até a existirem descrições pormenorizadas de casos de suicídio (registam-se vários casos de enforcamento), homicídio e de infanticídio.

- Sem recorrer a números exactos mas apenas à memória visual dos documentos, arrisco-me a indicar que as zonas de ocorrência de maiores desacatos e furtos seriam em Moreira e em Águas Santas, (nem os padres escapavam aos furtos quando matavam a fome aos mais desfavorecidos. Nestes anos, as Igrejas do concelho também foram alvo de sucessivos furtos – peças em prata, paramentos e esmolas, com especial predominância em Ardegães e S. Gemil, lugares de maior concentração populacional e talvez, com maior incidência das classes mais desfavorecidas.

- Por fim, novas estradas municipais e arruamentos são projetadas para o concelho, dá-se a chegada do carro eléctrico a Águas Santas em 1911 (que entrava pela Areosa vindo da Rua de Costa Cabral e terminava a linha no Alto da Maia), criaram-se novas escolas e cursos de ensino primário, procedeu-se à regulamentação e alargamento de cemitérios, iniciam-se os estudos para a construção das linhas do comboio, era o progresso que estava prestes a chegar mas ainda numa velocidade de “lento desenvolvimento”.

Notas

* Câmara Municipal da Maia - CENTRARTE

¹ Hilda Pulga é o nome da mulher que serviu de modelo ao busto da República Portuguesa. Até 1970, Hilda Puga andou nos bolsos de todos os portugueses, em virtude de ser rosto das moedas de 5 escudos e de 50 centavos.

² Joaquim Pereira Pimenta de Castro (Monção, Pias, 5 de novembro de 1846 — Lisboa, 14 de maio de 1918) foi um oficial militar, engenheiro e político português que se tornou brevemente Ministro da Guerra de Portugal, em 1911, e Presidente do Ministério em 1915, quando foi deposto do poder por um movimento militar liderado por Álvaro de Castro. Em seguida, retirou-se da política e escreveu um livro defendendo sua administração, morreu pouco tempo depois em Lisboa.

³ De nome Manuel José de Arriaga Brum da Silveira e Peyrelongue (Horta, Matriz, 8 de julho de 1840 — Lisboa, 5 de março de 1917), Manuel de Arriaga foi um advogado, professor, escritor e político de origem açoriana. Grande orador e membro destacado do republicanismo português, foi dirigente e um dos principais ideólogos do Partido Republicano Português. A 24 de agosto de 1911 tornou-se no primeiro presidente eleito da República Portuguesa, sucedendo na chefia do Estado ao Governo Provisório presidido por Teófilo Braga. Exerceu aquelas funções até 29 de maio de 1915.

Fontes

Arquivo Municipal da Maia

- *Correspondência recebida pelo Administrador*

Episódios de vida de um operário maiato em França, ao abrigo do acordo de mão-de-obra franco-português de 1916

António Miguel Oliveira da Costa Padrão*

Resumo: Portugal não participou na Grande Guerra apenas através de uma mobilização militar. Após a celebração de um convénio que ficou conhecido como Acordo Franco-Português de Mão de Obra de 1916, assistiu-se a uma outra deslocação entre novembro de 1916 e maio de 1918, composta por cerca de duas dezenas de milhares de portugueses, e que teve a França e também a Inglaterra como destino. Apesar da dimensão e impacto que este movimento laboral viria a ter, o mesmo só recentemente começou a ser objeto de estudo sistemático, tanto na perspetiva da história da participação portuguesa no conflito como na da história da emigração portuguesa para França.

Palavras-chave: Grande Guerra; Acordo Franco-Português de Mão-de-obra de 1916; Moreira da Maia; Emigração

«Não fornecemos aos aliados só braços para combater, o que aliás já não era pouco; fornecemos também braços para trabalhar»

Intervenção militar de Portugal na Primeira Guerra Mundial: brevíssima nota

A invasão da Sérvia em 28 de Julho de 1914, em retaliação pelo assassinato do arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do trono austro-húngaro, foi acontecimento que precipitou o mundo na Grande Guerra, conflito a uma escala quase mundial, que se prolongaria até 11 de Novembro de 1918.

A organização de alianças e o rápido envolvimento de cada vez mais países neste confronto levaria a que, logo em Agosto de 1914, Portugal tivesse de mobilizar as forças militares terrestres e marítimas¹ para defesa de Angola e Moçambique, face aos ataques alemães a esses seus territórios.

Apesar de estas e de outras operações militares subsequentes, a posição oficial de Portugal perante o conflito manter-se-ia indefinida até ao início de 1916. Foi a apreensão, em 23 de fevereiro de 1916, de setenta navios alemães e de dois navios austro-húngaros, fundeados nos portos da costa portuguesa e ultramarina, que levou à declaração de guerra da Alemanha a Portugal em 9 de março de 1916 e “*vem colocar Portugal, definitivamente no lado dos Aliados*”².

O crescente envolvimento de Portugal no conflito, agora também em território europeu levaria a que, em 26 de janeiro de 1917, fosse enviado o primeiro contingente militar do Corpo Expedicionário Português para a Flandres (França e Bélgica), ao qual outros se seguiriam.

As consequências da participação portuguesa na guerra foram trágicas. As batalhas em que esteve envolvido traduziram-se invariavelmente por derrotas, com um elevado número de baixas sofrido tanto pelas forças militares na Flandres como em África, às quais acrescem as baixas de inúmeros civis nos territórios africanos. “*Entre mortos, feridos e inutilizados perdemos, em França, 14.623 homens e, em África, cerca de 21.000. (...) Perdemos ainda cerca de 100.000 homens por*

invasão ou subversão dos territórios africanos.”³ As baixas não se deveram contudo apenas a atos de guerra. Tal como cada vez mais tem vindo a ser percebido e salientado, uma parte muito significativa destas baixas aconteceu como resultado de acidentes, epidemias, deficientes condições de higiene e até ao desadequado fardamento dos soldados às condições a que eram expostos.

Evocação do centenário da Primeira Guerra Mundial

O quadriénio de 2014 a 2018 ficou assinalado por inúmeras iniciativas de evocação do centenário da Primeira Guerra Mundial. Embora tenham decorrido um pouco por todo o mundo, estas ações tiveram uma maior incidência nos países que foram principais antagonistas neste conflito e onde mais se fizeram sentir os efeitos desta guerra devastadora.

Também em Portugal, foram realizadas múltiplas cerimónias de evocação da participação portuguesa militar na guerra. O envolvimento português no conflito tinha sido significativo, estimando-se que para o mesmo tenham sido mobilizados entre 150.000 a 160.000 soldados portugueses, entre os quais cerca de 50.150 para África, 55.000 para a frente europeia, 12.383 para os Arquipélagos de Açores, Madeira e Cabo Verde, mantendo-se os restantes na Metrópole⁴.

Ao nível do Estado, estas ações foram coordenadas pelo Ministério de Defesa Nacional, com colaborações dos diferentes organismos da administração pública central ou autárquica mas muitas também foram o resultado da iniciativa da sociedade civil, tendo sido organizadas por entidades como a Liga dos Combatentes, universidades, escolas, bibliotecas, entre outras entidades privadas.

A Autarquia da Maia empenhou-se de forma ativa neste objetivo, através da organização de colóquios, exposições, exibições cinematográficas e debates, entre outras iniciativas.

Entre outros objetivos, pretendeu-se aqui destacar o estudo das repercussões da guerra na região maiata e ainda a divulgação de testemunhos de alguns dos soldados maiatos combatentes tanto na Flandres como na frente africana. Foi, por exemplo, o que sucedeu com o testemunho do soldado maiato Joaquim Moreira Varão, destacado para Moçambique durante a Grande Guerra, divulgado no estudo “*E eu fiz esta cantiga atravessando o Rovuma - Joaquim Moreira Varão, moreirense na Grande Guerra*” de José Augusto Maia Marques⁵.

Neste concelho, a evocação do conflito culminou com uma cerimónia de grande simbolismo que decorreu no dia 11 de Novembro de 2018, data do centenário do Armistício, acordo que marcou a rendição da Alemanha e o fim da Grande Guerra. Nesse dia, na Praça Dr. José Vieira de Carvalho, em frente à Câmara da Maia, foi descerrada uma laje onde, desde então, se encontram eternizadas palavras de gratidão aos maiatos que combateram neste trágico conflito.

O Acordo franco-português de mão-de-obra, de 28 de Outubro de 1916

A mobilização militar não foi o único grande movimento de cidadãos portugueses que, neste mesmo, período que se dirigiu para o centro da Europa, como consequência direta do conflito e, também sob controlo do Estado português.

Entre Novembro de 1916 e Maio de 1918, assistiu-se a uma outra deslocação, de cerca de

duas dezenas de milhares de portugueses, que teve a França e também a Inglaterra como destino, válida “*apenas para o período de guerra, em virtude da colaboração industrial entre os aliados*”. Esta era de natureza laboral, e tinha de carácter voluntário, pois dependia da candidatura de operários a vagas de trabalho disponibilizadas naqueles países.

Apesar da dimensão razoável desta deslocação de operários, da sua relevância enquanto fator negocial para a viabilização da presença militar portuguesa no conflito e do impacto que teria como momento inicial da emigração para França, esta ainda hoje é quase desconhecido, tanto em Portugal como em França. Tudo sugere que só a partir das últimas décadas do século XX é que terá sido iniciado um estudo aprofundado e sistemático sobre este movimento.

Um dos mais recentes e importantes esforços com esse intento teve lugar em diversas cidades francesas, durante o ano de 2016, aquando do centenário da Grande Guerra e do Acordo Franco-Português de mão-de-obra. Foram então promovidos colóquios que receberam a colaboração de consagrados investigadores e historiadores da comunidade académica francesa, especialistas da história da emigração portuguesa para França, em grande parte luso descendentes, tais como Manuel Dias Vaz, Victor Pereira, e Marie-Christine Volovitch-Tavares, entre outros⁶. Nestas ações de estudo e divulgação procurou-se, para além da divulgação e estudo da participação militar portuguesa na guerra, dar uma muito particular atenção à divulgação dos antecedentes, das características e do impacto que esse movimento laboral teve, tanto em Portugal como em França.

Escassez de mão-de-obra

Uma das consequências imediatas com que os países envolvidos no conflito se depararam, em resultado da mobilização massiva de homens para o esforço de guerra e da expulsão dos trabalhadores estrangeiros dos países que lhes eram antagonistas no conflito, foi a enorme escassez de mão-de-obra sentida em todos os setores de atividade económica e nas atividades de retaguarda suporte da guerra.

Para minimizarem essa falta, alguns governos, como os de França e Inglaterra começaram, desde logo a procurar angariar trabalhadores temporários, para trabalharem na produção de armamento e munições. Só a França, através de acordos celebrados com vários países e através do recrutamento de trabalhadores nas suas colónias africanas e asiáticas iria contratar 500.000 trabalhadores que, durante o conflito, seriam empregues em estabelecimentos diversos do território francês europeu⁷.

Em Fevereiro de 1916⁸ as autoridades francesas iniciaram diligências diplomáticas também junto do Governo português, solicitando que lhes fosse autorizada a contratação de vários milhares de operários portugueses, qualificados e não qualificados, para o fabrico de munições e para a agricultura.

A reação a este pedido foi recebida com muitas reservas em Portugal.

Uma parte dos partidos políticos e das autoridades portuguesas tinha preferência pelo envio de soldados para o teatro das batalhas em território europeu em vez do envio de operários⁹. Acreditavam que só com o envio de militares é que Portugal conseguir-se-ia libertar da tutela que desde há décadas lhe era imposta pela Grã-Bretanha. Consideravam ainda que essa presença militar no conflito seria útil para que o regime republicano melhor se conseguisse impor externamente.

Por outro lado, as autoridades portuguesas encaravam a saída de portugueses para o

estrangeiro como um sinal de decadência do império português e fator de empobrecimento do país, já então fortemente afetado por décadas de emigração massiva dos seus cidadãos para o Brasil. Ceder a estes pedidos seria a aceitação implícita que o país se transformara num mero fornecedor de mão-de-obra.

Negociações para o Acordo e a sua consagração legal

Apesar da contrariedade inicial provocada por estes pedidos, o governo português veria aqui uma oportunidade de utilizar este pedido como fator negocial para que junto do governo britânico fossem aceites as pretensões portuguesas de participação na guerra.

O quadro diplomático e jurídico das relações económicas de guerra seria fixado pela Conferência Económica inter-aliados de Paris (15-17 julho de 1916). Depois desta conferência, a *mission Laurens*, missão diplomática francesa a Portugal, ficou encarregue de procurar assegurar durante um período de três anos a aquisição de vários produtos e mão-de-obra para a indústria militar: mão-de-obra para fabrico de obuses para os exércitos belga e francês, obtenção de travessas para os caminhos-de-ferro franceses e belgas e aquisição de volfrâmio para a indústria francesa de material de guerra¹⁰.

As negociações para a participação portuguesa na guerra, nas vertentes, militar e laboral decorreriam em simultâneo¹¹. Seriam negociações difíceis, marcadas por impasses em resultados das diferentes expectativas, receios e contrapartidas pretendidas quanto a esta cedência.

As alianças históricas, a situação de debilidade económica que então se vivia e a garantia da aceitação do envio de militares portugueses para a Flandres, levariam a que Portugal ratificasse um Acordo com França, que ficaria conhecido como Acordo Franco-Português de mão-de-obra e nele seria autorizado o envio de um mínimo de 10.000 até 20.000 operários, por ano, para França.

No Diário de Governo do dia 28 de Outubro de 1916 seria publicado a Portaria nº 807 do Ministério do Trabalho e Previdência Social dando conta, nos seus considerandos “*que o Govêrno Francês solicitou do Governo Português autorização para, no seu território, utilizar a mão de obra portuguesa*” e que “*havia necessidade de entre os dois Governos se estabelecerem as bases dessa utilização, as quais já foram estabelecidas*”, sendo de seguida indicadas, “*as condições segundo as quais os operários portugueses podem ser contratados pelo Govêrno Francês*”.

A adesão dos operários portugueses

Do lado de Portugal terá existido pouco empenho nos detalhes da execução do Acordo, pois a preocupação principal tinha passado a ser a preparação do Corpo Expedicionário Português.

Após a celebração do Acordo, Georges Le Gentil, amigo próximo de Albert Thomas, subsecretário de Estado da Artilharia e das Munições francês, que tinha negociado o Acordo de mão-de-obra com as autoridades portuguesas seria enviado de imediato, para Portugal, para recrutamento de operários. Algum tempo depois, manifestaria estar a ter enormes dificuldades para conseguir esse objetivo¹².

Se da parte do Estado português as atenções estavam quase totalmente direcionadas para a ação militar, já da parte da classe operária portuguesa, então muito afetada pela grande crise que se

vivia no país, com escassez de alimentos e enorme inflação, esta oportunidade laboral seria acolhida com muito interesse, talvez com desespero¹³. Em dezembro de 1916, Georges Le Gentil, enquanto estava a recrutar trabalhadores na cidade do Porto escreveria uma carta a Albert Thomas onde informaria que “*l’ouvrier portugais meurt de faim*”, o operário português morre de fome.¹⁴

Uma das fontes mais relevantes para o estudo deste movimento e do impacto do Acordo franco-português são dois livros das autorizações de passaportes, emitidos em 1917 pelo Governo do Registo Civil do Porto para os operários contratados para trabalhar em França e Inglaterra¹⁵.

Foram já objeto do notável estudo “*Operários para França e Inglaterra (1914-1918) – Experiências da emigração portuguesa intra-europeia*” da autoria de Jorge Fernandes Alves.¹⁶

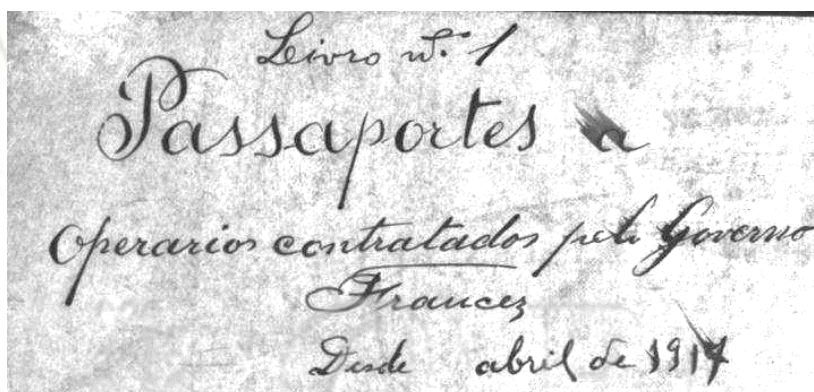
O primeiro destes livros, por ordem cronológica de abertura, está identificado na sua capa como “*Livro nº 1 Passaportes – Operarios contratados pelo Governo Francez – Desde abril de 1917*”.

Neste livro constam 211 registos de autorização para passaportes individuais, com indicação do nome do operário, do seu estado civil, o nome do seu pai ou mãe, a sua idade, alguns dos seus traços físicos (tais como a altura, cor dos olhos e dos cabelos, entre outros) e o concelho de origem.

Todas estas autorizações foram emitidas em apenas 4 dias (nos dias 13, 18, 19 e 21 de Abril de 1917) o que revela o enorme interesse desencadeado por esta oportunidade de trabalho.

Esta procura terá tornado claro às autoridades portuguesas que o sistema tradicional de emissão individual de passaportes impediria o envio da quantidade de acordada de operários para França no curto prazo pretendido. Impunha-se uma alteração legislativa e de procedimentos.

Figura 1 – Rosto do Livro de Passaportes Individuais



Tinham decorrido pouco mais de dois meses após a publicação da mencionada Portaria, quando foi publicado novo diploma legal visando a resolução deste impasse. O Decreto nº 2717 de 31 de Outubro de 1916 emanado da Direção Geral da Administração Política e Civil, integrante do Ministério do Interior invoca pretender “*facilitar o trabalho aos operários portugueses*”.

Neste se decreta que “*Serão passados passaportes colectivos gratuitos para os grupos de operários portugueses que se destinem a França*” (Artigo 1º). A estes operários serão dadas “*as convenientes facilidades pelas autoridades competentes, na produção das provas da sua identidade e na apresentação de documentos que sejam indispensáveis* (parágrafo único).”

Alguns meses depois, e no uso desta permissão legal, o Governo Civil do Porto passaria a emitir passaportes coletivos, como o revela um segundo livro com o título “*Passaportes p^a Operários*”.



Figura 2 – Rosto do Livro de Passaportes Colectivos

Deste segundo livro apenas constam 117 autorizações de passaportes coletivos, emitidas entre 25 de Agosto de 1917 e 26 de Outubro de 1918, mas que abrangem um conjunto de 7322 cidadãos, a maior parte dos quais operários. A informação contida nestes registos ainda é mais incompleta do que a dos passaportes individuais. No livro dos passaportes coletivos apenas está registado o nome dos titulares do passaporte, a data da viagem, o país de destino e a quantidade de operários que os titulares estavam autorizados a levar consigo. Mais tarde, uma circular obrigaria à junção de relações aos passaportes com a identificação dos operários¹⁷ mas, é provável que estas tenham sido destruídas após cumprido o objetivo da viagem. A insuficiência informativa deste livro, apesar de impossibilitar um estudo aprofundado desta deslocação de operários, permite ainda assim, que nele possamos obter alguns dados quantitativos e perceber alguns padrões e especificidades deste movimento migratório.

Uma primeira especificidade é o facto de, em situações pontuais, inferiores a 3%, os passaportes coletivos terem sido emitidos para pequenos grupos compostos por mulheres e algumas crianças e, nestes casos, tendo outras mulheres como chefes de grupo, com destino à França.

Outra especificidade deste livro é o facto de *apenas* 82% dos passaportes se destinarem a operários que partiam para França, enquanto os restantes se destinarem a operários que partiam para Inglaterra.

A emissão de passaportes para operários com destino à Inglaterra parecia não ter um suporte legal específico: tanto na Portaria nº 807, como no Decreto nº 2717 estabelecia-se que o regime se restringia a “*grupos de operários que se destinem a França*” (artigo 1º). A razão desta aparente ilegalidade dever-se-á ao facto de, logo no início de 1917, a Inglaterra ter pedido autorização para contratar 4 mil operários portugueses para a construção de linhas de comboio, pedido ao qual Portugal não se opôs. Esta nova situação *de facto* talvez tivesse levado a que se facilitasse um alargamento implícito, embora ilegal da aplicabilidade territorial da lei. Só com o Decreto 4208 de 22.4.1918 se regulamentaria a situação dos emigrantes em Inglaterra¹⁸.

A adesão dos operários portugueses a esta oportunidade de trabalho iria corresponder apenas em parte aos pedidos dos países solicitantes. Estudos recentes indicam que apesar dos muitos passaportes emitidos em Portugal, estima-se que em resultado deste acordo, e entre 1916 e 1918, apenas 13800 operários tenham chegado a França¹⁹ embora a este número possam ser acrescentados muitos milhares de trabalhadores clandestinos. A estes acrescem ainda os operários que optaram por Inglaterra, parecendo que em quantidade pouco superior a 2.000 trabalhadores.

Quanto à proveniência geográfica dos operários portugueses, todos os estudos apontam

para que terá sido no Distrito do Porto que esta oportunidade de trabalho encontrou maior adesão. Jorge Fernandes Alves indica que de todos os operários autorizados a partir de diversos pontos do país 62% foram recrutados no Porto²⁰. Este peso proporcional face ao total nacional não surpreende, pois desde meados do século XIX que era pelos portos do Douro e depois de Leixões que saía a maior parte da emigração portuguesa com destino ao Brasil, e originária, na sua maioria, do noroeste de Portugal.

Existe outro forte motivo para a disparidade na distribuição nacional deste movimento. Entre os empresários franceses que já tinham tido experiência com trabalhadores portugueses e também entre alguns políticos franceses existia a convicção que os operários do Porto seriam mais dóceis e menos influenciáveis por movimentos sindicais²¹, pelo que manifestavam a expressa preferência por operários desta região. Tal poderá ter levado as autoridades portuguesas a considerar privilegiarem a saída de operários de regiões específicas e até a instruírem os Governos Cívicos nesse sentido.

Dificuldades na identificação de operários

O estudo do movimento laboral decorrente deste Acordo é complexo, um desafio quase impossível se pretendermos identificar os operários envolvidos no processo. Se nos registos de passaportes individuais temos alguns dados que ajudam à sua identificação, já no livro dos passaportes coletivos a informação é quase nula pois aqui, nem sequer consta o nome dos operários.

Apesar de este movimento não ter sido objeto da mesma preocupação e controlo a que estavam sujeitos os militares, também aqui foram definidas algumas regras para a emissão destes passaportes que garantiriam algum controlo sobre a identidade dos trabalhadores portugueses em França.

No Artigo VII – “Deveres dos agentes do Governo Francês”, da Portaria nº 807 de 28 de Outubro de 1916 previa-se que “*Os agentes do Governo Francês, para o contrato em Portugal de trabalhadores ou operários para França, deverão enviar ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, à medida que o embarque dos trabalhadores se fôr realizando, relação desses trabalhadores com indicação do seu estado, idade, naturalidade e profissão. Idênticas listas deverão ser enviadas ao Ministério da Guerra quando os operários ou trabalhadores contratados tenham menos de quarenta e cinco anos e sejam militares em qualquer situação.*” E, no Decreto 2717 de 31 de Outubro era estabelecido que “*Os passaportes colectivos gratuitos autorizados pelo presente decreto serão arquivados nos consulados de França.*”

Desconhecemos se estas disposições foram cumpridas mas, se tal sucedeu, o paradeiro destes registos poderá ter sido perdido com o decorrer do tempo. Mais do que a simplificação legal do regime de passaportes coletivos, terá sido a facilitação administrativa na emissão dos passaportes e a destruição documental subsequente que levaram à total despersonalização deste movimento laboral.

Acresce à insuficiência informacional dos documentos oficiais aquela que parece ser a quase inexistência de testemunhos escritos e a raridade de registos fotográficos destes operários.

Esta experiência ainda que de curta duração e certamente inesquecível na vida destes operários, seria menos marcante do que a dos combatentes na guerra, o que explicaria a menor necessidade sentida pelos operários em deixarem testemunhos dos momentos aí vividos. É ainda

provável que uma parte considerável destes operários tivesse pouca instrução escolar e, assim, menor capacidade para registar as suas experiências por escrito. Por outro lado, embora existam inúmeros retratos de soldados estrangeiros e portugueses e de operações militares tiradas ao longo da Grande Guerra, apenas são conhecidas algumas fotografias tiradas aos operários portugueses nos diferentes locais de trabalho em França.

Operários com origens maiatas

No livro de passaportes individuais em análise estão em falta informações importantes como a data de nascimento do operário, a sua freguesia de origem e a sua profissão, omissões que muito dificultam a certeza na identificação desses operários²².

Apesar disso, essa identificação ainda será possível se associarmos os concelhos de naturalidade ao nome e idade dos operários e se, depois, estes registos forem cruzados com assentos paroquiais e registos militares das freguesias dos diferentes concelhos.

Uma análise baseada nos concelhos de origem indica-nos que, como seria natural, a maior parte dos operários são oriundos do Distrito do Porto e envolventes: 138 são naturais dos distritos do Porto (65,4%), 29 de Aveiro (13,7%), 20 de Viseu (9,5%) e 11 de Braga (5,2%).

E, dos operários do distrito do Porto, 18 são naturais do Concelho da Maia.

São, por ordem de registo nesse livro, os seguintes:

1. (nº 34) “Salvador Oliveira, casado, filho de Maria Oliveira”, 37 anos
2. (nº 55) “Manoel d’Almeida, solteiro, filho Antonio d’Almeida”, 23 anos
3. (nº 65) “José de Souza, casado, filho de Miquelina de Jesus”, 45 anos
4. (nº 69) “Joaquim Teixeira, filho de João Teixeira, casado”, 46 anos
5. (nº 97) “Domingos da Silva Carvalho, solteiro, filho de Antonio da Silva Casimiro”, 24 anos
6. (nº 109) “José Corrêa, viuvo, filho de Luis Corrêa”, 45 anos
7. (nº 120) “Jose Dias Viagem casado, operario, filho de Domingos Dias Viagem”, 32 anos
8. (nº 124) “Manoel Francisco da Conceição, casado, filho de Bernardino Francisco da Conceição”, 42 anos
9. (nº 125) “Manoel da Silva, casado, filho de Francisco da Silva”, 33 anos
10. (nº 126) “Joaquim Pereira, casado, operario, filho de Antonio Pereira”, 31 anos
11. (nº 127) “Joaquim Rodrigues d’Azevedo, casado, operario, filho de José Rodrigues Azevedo”, 27 anos
12. (nº 138) “Antonio Ferreira Costa, casado, filho de Maria da Silva Duarte”, 24 anos
13. (nº 152) “Domingos da Silva Carvalho, casado filho de Antonio da Silva Carvalho”, 42 anos
14. (nº 153) “Augusto da Silva, casado, operario, filho de Antonio da Silva Carvalho”, 36 anos
15. (nº 177) “Manoel Francisco da Conceição, casado, operario, filho de Joaquim Francisco da Conceição”, 32 anos
16. (nº 179) “Domingos Joaquim de Souza e Silva, viuvo, filho de Joaquim de Souza e Silva”, 36 anos
17. (nº 203) “Albino da Silva Carvalho, filho de Domingos da Silva Carvalho”, casado, 37 anos
18. (nº 204) “Manoel Francisco dos Reis, filho de João Francisco dos Reis, casado”, 32 anos

Estes 18 operários maiatos representam 8,5% do total de 211 que solicitaram a emissão de passaporte individual. Trata-se de uma percentagem bastante significativa do total e revelador da vocação emigrante que então marcava os cidadãos maiatos. Este concelho apenas é superado em quantidade de operários, pelos concelhos do Porto (com 39 operários) e de Gaia (com 36 operários). A estes concelhos segue-se o concelho de Gondomar (com 11 operários) e da Feira, no Distrito de Aveiro (com 11 operários).

Se extrapolarmos a percentagem de trabalhadores maiatos para os passaportes coletivos, teremos um número total de 622 operários de origem maiata! Apesar de impressionante, é de admitir essa possibilidade, pois desde há décadas que os naturais deste concelho emigravam em grande quantidade para o Brasil. Sabemos, por exemplo, que entre 1880 e 1890, os naturais deste concelho representavam 3,2% de todos os passaportes emitidos pelo Governo Civil do Porto para o Brasil²³. Ainda fosse esta a percentagem correta, teríamos 234 de trabalhadores maiatos que partiriam para França ao abrigo deste Acordo, uma quantidade que continua a ser assinalável.

Tanto nos registos individuais como coletivos é omissa a atividade profissional destes operários em Portugal como aquela que iriam desempenhar em França. Existe assim a dúvida se estes operários já saiam de Portugal completamente esclarecidos sobre o local e do tipo de trabalho que iriam executar em França ou se estavam sujeitos a realocações impostas pelo Ministério de guerra francês.

O “Artigo II – Direitos e deveres dos contratados” da Portaria esclarecia que “o trabalhador, operário ou aprendiz, poderia *“trabalhar nos estabelecimentos fabris (fábricas, oficinas, estaleiros, etc) dependentes do Sub-Secretário de Estado de Artilharia e Munições, em França, ou em quaisquer estabelecimentos particulares com a garantia do referido Sub-Secretario de Estado (...).”*

Parece credível pensar que seriam os angariadores franceses que esclareceriam os candidatos sobre as vagas existentes, solicitadas pelo Estado ou por empresários franceses. É provável que, apesar da situação de fragilidade financeira dos operários portugueses, estes procurassem ter algumas garantias à saída de Portugal, quanto ao tipo de trabalhos que iriam executar.

Embora seja especulativo poderíamos admitir ser mais provável que os operários maiatos se candidatassem para trabalhos na área da carpintaria dos caminhos-de-ferro e da agricultura, atividades com que muitos estariam familiarizados, em vez do fabrico de munições.



Figura 3 – As linhas de pequena bitola foram fundamentais para transporte de madeira e de outras matérias primas. Os maiatos bem poderiam ter trabalhado nestas actividades

José Gonçalves d'Oliveira: operário português e maiato, em França em 1917

Apesar do século já decorrido e de todas as dificuldades indicadas, ainda será possível identificar alguns dos operários abrangidos pelo Acordo Franco-Português de mão-de-obra, ou nos documentos que possam existir nos arquivos consulares portugueses de França, ou através de documentos que tenham sobrevivido ao tempo e à implacável destruição dos arquivos familiares.

Uma demonstração da capacidade de surpresa e revelação escondida nos arquivos particulares é-nos demonstrada pela descrição que a seguir se faz sobre a experiência laboral vivida por José Gonçalves d'Oliveira, um dos operários portugueses, neste caso maiato, que partiu em 1917 para França, ao abrigo deste Acordo.

Introdução Biográfica

José Gonçalves d'Oliveira nasceu a 21 de Setembro do ano de 1879, no lugar de Couço, em Crestins, da freguesia de Moreira, concelho da Maia. Foi o primeiro dos dois filhos do casal composto por Joaquim Oliveira, carpinteiro e Francisca Rosa de Jesus, fiadeira, naturais da mesma freguesia.

No ano de 1904, tendo então 24 anos, concluiria o “*Curso de Desenho Industrial – Ramo architectonico*” na Escola Industrial Infante D. Henrique, no Porto.

Este grau de formação escolar surpreende de alguma forma, se tivermos em conta as suas origens socioeconómicas aparentemente modestas e presumivelmente menos sensibilizadas e capazes de proporcionar aos seus filhos uma instrução escolar superior ao ensino básico.

Em 26 de Maio de 1906, casou com Leopoldina Moreira da Silva, costureira, de 23 anos, natural da mesma freguesia. Esta nova família crescerá rapidamente e, em Março de 1911, já contava com três filhos.

Talvez resultado da enorme crise por que o País passava, mas certamente também por causa da sua família em rápido crescimento, José ver-se-ia obrigado a procurar trabalho fora de Portugal e, em outubro de 1911, partiria para a cidade de Rio de Janeiro, no Brasil, onde viveria até outubro de 1914.

Tudo indica que José tenha sido convidado para trabalhar num estabelecimento comercial, uma mercearia ou um negócio da área da restauração, propriedade de um seu tio paterno aí vivia há cerca de duas décadas. O comércio era a atividade mais habitual entre a enorme comunidade de portugueses que então vivia no Rio de Janeiro e o sistema de empregar parentes era muito frequente entre estes emigrantes promovendo-se, a um tempo, a solidariedade familiar com a garantia da contratação de pessoas conhecidas e da sua confiança.

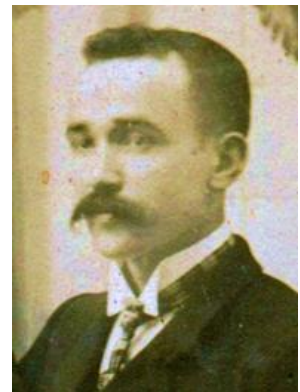


Figura 4 – José em 1911

Operário em França: motivações, requisitos e condições salariais

Em 1915 José voltaria à pátria, um regresso talvez antecipado pelo início da guerra mundial, parecendo que essa relativamente curta experiência laboral no Brasil não lhe teria

permitido obter proventos duradouros para o sustento familiar. Em Portugal a situação de crise económica, social e política agravara-se e, na região do Porto, de onde era natural e onde regressara, existiam focos de grande instabilidade e agitação operária, duramente reprimida pelas autoridades.²⁴ José teria de equacionar correr novos riscos para obter fontes de rendimento.

Com a publicação da Portaria nº 807 de 28 de Outubro de 1916, seria informada a celebração de um acordo entre os governos português e francês, sendo também definidos os requisitos para a admissão de candidaturas de portugueses ao trabalho em França.

De acordo com o “Artigo I – Disposições gerais” podiam ser candidatos a operários em França os cidadãos portugueses com “*mais de trinta e dois anos ou aqueles que tenham menos de trinta e dois anos, que tenham sido isentos definitivamente do serviço militar pelas juntas de revisão*”, “*que não fôsem operários ou trabalhadores de fábricas ou de estabelecimentos militares em 9 de Março de 1916*” e “*a quem não caiba, na ocasião do contrato, o chamamento para qualquer mobilização*”.

As condições contratuais, incluindo as salariais constavam do “Artigo II – Direitos e deveres dos contratados” da mesma Portaria, esclarecendo que o trabalhador: (2º) “*Receberá na ocasião do embarque um prémio de alistamento de 5\$*”; (5º) “*Começará a vencer desde o dia seguinte ao da sua chegada ao estabelecimento fabril, conforme a natureza do trabalho que lhe fôr destinado pelo diretor do estabelecimento; e o seu jornal será igual ao dos operários franceses de igual categoria e que executem o mesmo trabalho, sendo o pagamento feito às quinzenas*”; (9º) “*Não poderá abandonar o serviço do estabelecimento antes da expiração do prazo do contrato ou de cada período por que êste fôr renovado (seis meses). No fim de cada período de seis meses receberá, como prémio a importância de 25 francos.*”

A partir de então, os agentes engajadores do governo francês em Portugal começariam o seu esforço de recrutamento junto da debilitada classe operária portuguesa para as áreas da agricultura, carpintaria e fabrico de munições. As condições salariais seriam consideradas atrativas, sobretudo pelo prémio de alistamento e pelo prémio de fim de contrato, mas também pela diferença cambial entre o franco e o escudo. A difícil situação financeira nacional e as condições contratuais oferecidas levariam muitos operários portugueses a se candidatarem, apesar dos riscos envolvidos.

José reunia as condições legalmente impostas para integrar o contingente operário permitido por este Acordo. À data da publicação da Portaria já tinha 37 anos, não estando limitado por qualquer dos outros impedimentos legais. Talvez tentado por um agente angariador, candidatou-se a uma das vagas de trabalho em França, tendo ficado apurado.

A viagem para França

O processo de candidatura e seleção de operários parece ter sido bastante rápido. Apesar de no caso do Governo Civil do Porto só haver registo das primeiras autorizações para passaportes em Abril de 1917, existem registos da saída de trabalhadores de Leixões desde Novembro de 1916.

Estabelecia o “Artigo II – Direitos e deveres dos contratados” da Portaria nº 807 que o operário ficava sujeito às seguintes condições da viagem de ida: (3º) “*A viagem de ida, em 3ª classe, terá lugar por via marítima, e fica a cargo do Sub-Secretário ou do estabelecimento particular, incluindo a alimentação a bordo, assim como o transporte por via férrea do local em que se fez o contrato até o ponto de embarque*”; (4º) “*Embarcará no dia e local que lhe forem devidamente indicados.*”.

Apesar desta previsão legal, sabe-se que uma grande parte dos trabalhadores, talvez a maioria, tenha feito toda a viagem para França de comboio.²⁵

Chegada a França

José deixou-nos duas fotografias tiradas em França, documentos fundamentais que nos dão quase todas as luzes que temos sobre este período da sua vida e que também ilustram parte do quotidiano dos operários portugueses em França abrangidos pelo acordo de mão-de-obra de 1916.



Figura 5 – Verso da fotografia: A Boidron – 10 Bould. Thiers, Tours, France, 1917.

Constam deste grupo 28 cidadãos, todos portugueses, dos quais 27 são operários e 1 no seu centro e com farda militar, que será o chefe pelo grupo. O vagão de mercadorias, na sua retaguarda, remete-nos para uma estação do caminho-de-ferro, que sabemos já ser em França.

José, identificado na imagem, é o segundo do lado esquerdo, da segunda fila, a contar de baixo. O seu nome não consta dos registos dos passaportes individualizados, pelo que seria um dos muitos operários agregados a um passaporte coletivo.

O aspeto algo descontraído dos fotografados e o seu vestuário formal, provavelmente o da viagem, estando muitos com fato, chapéu, gravata ou laço impede-nos de descortinar qual a atividade que iriam exercer. É provável que tenha terá sido tirada pouco depois da chegada destes operários a França, talvez numa estação de ligação para o local de trabalho onde seriam colocados.

O rosto e verso desta primeira fotografia dão-nos alguns importantes esclarecimentos.

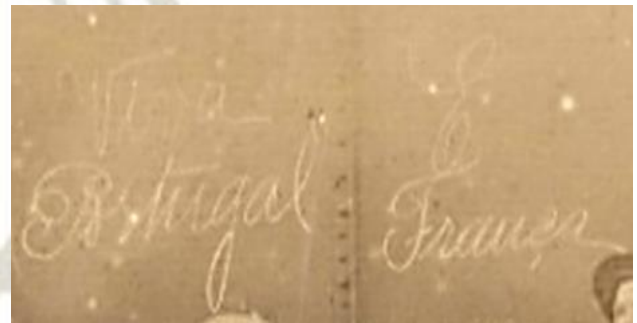
No verso da fotografia consta alguma informação decisiva que a delimita no tempo e no espaço. Aí é indicado que o ano da fotografia é 1917 mas, o dia e o mês e em que foi tirada são

omissos. Também aí é indicado o estúdio do fotógrafo que a tirou. Trata-se do fotógrafo A. Boidron, com instalações na *Boulevard Thiers*, da cidade de *Tours*²⁶, pelo que é provável que esta fotografia tenha sido tirada na estação de comboios de Tours ou em apeadeiro perto.

Existe nesta fotografia um pormenor muito interessante que, apesar do destaque que retratados e fotógrafo lhe pretenderam dar, passa quase despercebido, por causa da qualidade do original e pelo menor estado de conservação da fotografia.

Atrás dos operários portugueses, encontra-se um vagão ferroviário e na parte de cima deste encontram-se escritos os dizeres “**Viva Portugal e França**”.

Figura 6 – Viva Portugal e França



Esta simples mas emblemática frase revela o sentimento de compromisso e solidariedade destes operários pela causa Aliada e pelos soldados portugueses, já então envolvidos em difíceis frentes, em África desde 1914 e sobretudo na Flandres, desde Fevereiro desse ano de 1917.

Embora trabalhassem em áreas da retaguarda, estes operários sabiam que as tarefas que iriam desempenhar seriam estratégicas para o esforço de guerra, pelo que também do seu compromisso acreditavam ajudar ao sucesso das forças aliadas e, em especial das forças militares portuguesas.

Local de trabalho e Funções

Se na primeira fotografia subsistiam dúvidas quanto à data, local e atividade que estes operários portugueses iriam exercer, já a segunda dá-nos informação esclarecedora sobre esses temas.



Figura 7 – Scierie militaire, Calichet, Rue de la Chantre, 19 de Agosto de 1917

No verso desta segunda fotografia, que foi enviada por José Gonçalves de Oliveira a Leopoldina, sua esposa, encontra-se o seguinte texto:

«Châteauroux 26 de Agosto de 1917,

Leopoldina, Ahi te envio este postal com as photographias de diversos camaradas Portuguezes, foi tirada no dia 19 de Agosto de 1917 parte d'elles forão meus companheiros de viagem, e os restantes já trabalhavão na casa; esta photographia foi tirada na Scierie Militair, Calichet, Rua de la Chatre. (...) saudades»

Estes operários trabalhavam assim numa serralharia militar situada em Châteauroux, região do centro de França. As *Scierie militaire* eram oficinas estatais onde se executavam os trabalhos de manutenção dos materiais e equipamentos militares ou sob alçada militar e dos caminhos-de-ferro franceses. Estes operários desempenhariam as funções típicas de uma carpintaria de uma manutenção militar: procederiam ao fabrico das traves de suporte das linhas de caminhos-de-ferro, à reparação de vagões danificados ou destruídos por acidentes ou atos de guerra e, provavelmente, também procederiam ao corte de árvores, entre outros trabalhos.

Impunha-se que os serviços de manutenção e reparação quer das vias férreas quer do material circulante estivessem completamente operacionais o que, em período de guerra, tornava estes locais e trabalhadores determinantes.

Nesta fotografia, os operários aparentam um ar um pouco mais informal, já sem gravata, e nem todos estão de casaca. O cansaço é evidente, sendo mesmo possível que talvez existisse algum desânimo pelo conhecimento que iriam tendo das baixas de soldados portugueses nas frentes, africanas e europeia.

Por esta carta, ficamos a saber que em 19 de Agosto de 1917 José já estava a trabalhar em França, ou seja mesmo poucos dias antes do primeiro registo no livro de passaportes coletivos do Governo Civil do Porto, o que parecendo uma contradição insanável, apenas será mais confirmação de um registo tardio e pouco rigoroso destes passaportes.



Figura 8 – Localização de Châteauroux

Duração do trabalho em França e regresso

José apenas terá celebrado um contrato de 6 meses para trabalhar em França, correspondente à duração dos contratos de trabalhos celebrados entres os operários portugueses e o estado francês, quando não fossem renovados. Em Outubro ou Novembro de 1917 estava de regresso a Portugal, pelo que teria partido para França em Março ou Abril do mesmo ano. Quanto à viagem de regresso também nada sabemos e nada estava previsto na Portaria. Pensa-se que o comboio terá sido o meio de transporte utilizado preferencialmente por estes operários, dado o perigo que então envolvia o trânsito de embarcações, então tantas vezes confiscados para transportar militares e equipamentos de guerra.

Tal como tinha sucedido na sua primeira experiência laboral no Brasil, o dinheiro obtido em França apenas terá dado para as despesas familiares de curto prazo. Apesar das condições remuneratórias oferecidas em França terem atraído um conjunto considerável de trabalhadores portuguesa, não existiria outra expectativa por parte desses operários que não fosse a de aí apenas conseguirem recursos para se sustentarem e aos seus familiares por mais algum tempo.

Depois do regresso, manter-se-iam as dificuldades na situação económica familiar. Algum tempo depois a família voltaria a crescer juntando-se dois mais filhos à família.

Em 1921 José voltaria a partir para o Rio de Janeiro, provavelmente aproveitando o apoio que lhe continuariam a dar os parentes aí estabelecidos. Apesar da paz e de alguns progressos na situação económica, o pós-guerra continuaria a ser um tempo muito difícil em grande parte da Europa e Portugal não era exceção.

O movimento de operários e a imprensa portuguesa

Tendo tido uma dimensão muito inferior e um risco inferior ao da participação militar portuguesa no conflito, este movimento laboral também teve uma presença muito discreta na imprensa, sendo provável que tenha passado despercebido da maior parte da população portuguesa da época.

Existiram algumas exceções pontuais, como as notícias de jornais do Porto que noticiavam partidas destes operários para França pela linha férrea do Douro²⁷.

Outras notícias, apesar do seu tom algo propagandístico, natural em época e guerra, destacaram de forma elogiosa a presença de operários portugueses tanto em França como em Inglaterra. Foi o caso da notícia publicada no nº 605 da *Ilustração Portuguesa* (II Série), edição semanal de 24 de Setembro de 1917, do jornal *O Século*, de Lisboa.

«Não fornecemos aos aliados só braços para combater, o que aliás já não era pouco; fornecemos também braços para trabalhar, apesar da grande mingua que há d'eles sobre tudo nos nossos serviços rurais. De resto, o operário



Figura 9 – Notícia no nº 605 da Revista “Ilustração Portuguesa”



Figura 10 – Uma *Scierie Militaire* (serração militar) algures em França em 1916

Conclusão

O estudo do movimento laboral decorrente do Acordo franco-português de mão-de-obra de 1916 justifica-se enquanto momento pioneiro de deslocação em massa de operários portugueses para o estrangeiro, nesse caso, para França e Inglaterra, sob controlo do Estado português.

Existem, contudo, e como se viu, pelo menos, dois outros importantes motivos que justificam que seja efetuado um estudo aprofundado deste movimento, das suas causas às suas consequências.

O primeiro é que só com o conhecimento dos antecedentes e das negociações entre o governo português e os governos francês e inglês que permitiram o Acordo e este movimento laboral, é que será possível ter uma compreensão mais completa da participação portuguesa na grande guerra, inclusive na sua dimensão militar.

Por outro lado, importa perceber que foi o caminho trilhado quer pelos soldados portugueses na Flandres²⁸ quer por estes operários²⁹ que levou a que, a partir do fim da guerra, a França começasse a ser encarada com um destino de emigração, e que a partir daí se tornasse a opção preferencial da emigração portuguesa durante todo o século XX.

Apesar da sua aparente normalidade, a experiência laboral de José Gonçalves d'Oliveira em França aqui divulgada, é historicamente relevante pois será um dos poucos exemplos com fotografias anotadas onde se consegue identificar pelo menos um dos operários portugueses que esteve em França ao abrigo do Acordo franco-português de mão-de-obra de 1916.

As fotografias que nos contam esta história de tempos dramáticos e recentes da história da humanidade apenas persistiram por terem estado guardadas em álbum fotográfico dos seus descendentes ao longo de várias gerações, durante um século. É mais uma demonstração e um alerta da importância dos arquivos documentais familiares, tantas vezes esquecidos ou mesmo destruídos.

Estes arquivos, quando existem, podem conter em si um enorme poder de revelação não apenas do passado familiar em que se situam, como também podem, por vezes, apontar novos caminhos e dar novas luzes que ajudem a documentar e a melhorar o conhecimento da história local, da história nacional e até internacional.

Notas e referências bibliográficas

* Genealogista, Investigador de História de Família

¹ *É pouco conhecida esta participação, pois a maior parte da análise se concentra nas operações terrestres. A participação da Marinha de Guerra é, porém, extensa, tendo operado no Atlântico Central e Sul e no Índico. Destacou forças para Angola e Moçambique*“, em “Portugal na I Guerra Mundial”, Revista Militar nº 2553, Outubro de 2014, Tenente-coronel Piloto Aviação João José Brandão Ferreira

² “Operários para França e Inglaterra (1914-1918) – Experiências da emigração portuguesa intra-europeia”, Páginas 317 a 333 da Revista da Faculdade de Letras: História, II série, vol. 5 (1988), de Jorge Fernandes Alves

³ Ferreira, João José Brandão (2014) Portugal na I Guerra Mundial”, Revista Militar nº 2553, Outubro de 2014, Tenente-coronel Piloto Aviação

⁴ Dados quantitativos retirados de “Portugal na I Guerra Mundial”, idem

⁵ Estudo da autoria de José Augusto Maia Marques Historiador, Antropólogo e Ensaísta, publicado na Revista da Maia, Nova série, Ano 3, nº 2 julho/dezembro de 2018

⁶ Manuel Dias Vaz é fundador do Museu da História da Imigração e presidente da Rede da Aquitânia para a História e Memória da Imigração; Victor Pereira é historiador e investigador da Universidade de Pau et des Pays de l’Adour; e Marie-Christine Volovitch-Tavares é professora de história e vice presidente do Centre d’études et de recherches sur les migrations ibériques (CERMI).

⁷ Como o revela o estudo “*Concéder le départ des travailleurs pour entre en guerre. Les négociations de la convention de main-d’oeuvre franco-portugaise du 28 octobre 1916*”, em “*Actes de Colloque: Centenaire de la Première Conventions de main d’oeuvre civile et militaire franco-portugaise du 28 octobre 1916*”, da autoria de Victor Pereira, investigador e historiador da Université de Pau et des Pays de l’Adour

⁸ Pereira, Victor (2017), em *Concéder le départ des travailleurs pour entre en guerre. Les négociations de la convention de main-d’oeuvre franco-portugaise du 28 octobre 1916*”, ou Marie-Claude Muñoz no Artigo “Les Relations Franco-Portugaises de 1916 à 1918”

⁹ Pereira, Victor “Triere et inspecter les travailleurs étrangers: les dépôts de travailleurs portugais dans le pays basque de 1916 à 1940”, Cultures, Arts et Sociétés

¹⁰ Artigo “Les Relations Franco-Portugaises de 1916 à 1918”, Marie-Claude Muñoz, Revista Mosaico, v.2, n.1, p.68-72, jan/jun., 2009

¹¹ Pereira, Victor “Triere et inspecter les travailleurs étrangers: les dépôts de travailleurs portugais dans le pays basque de 1916 à 1940”, Cultures, Arts et Sociétés

¹² Pereira, Victor “Triere et inspecter les travailleurs étrangers: les dépôts de travailleurs portugais dans le pays basque de 1916 à 1940”, Cultures, Arts et Sociétés

¹³ “A conclusão das negociações entre o governo português e os agentes franceses foi esperada com alguma impaciência até na Província, de onde os governadores civis (Castelo Branco, Portalegre) mandavam listas ao governo, referentes a indivíduos de várias profissões que se ofereciam para partir”, Alves, Jorge Fernandes (1988), “Operários para França e Inglaterra (1914-1918) – Experiências da emigração portuguesa intra-europeia”, Páginas 317 a 333 da Revista da Faculdade de Letras: História, II série, vol. 5 (1988)

¹⁴ Pereira, Victor “Triere et inspecter les travailleurs étrangers: les dépôts de travailleurs portugais dans le pays basque de 1916 à 1940”, Cultures, Arts et Sociétés

- ¹⁵ Estão sob custódia do Arquivo Distrital do Porto e podem ser consultados na respetivo *site*.
- ¹⁶ Alves, Jorge Fernandes (1988), obra citada
- ¹⁷ “Circular posterior regulamentava esse tipo de concessão de passaportes, que consistiria num passaporte individual para o chefe de grupo, a que seria apensa a relação de contratados, servindo de identificação o respetivo contrato individual”, Alves, Jorge Fernandes (1988), obra citada
- ¹⁸ Alves, Jorge Fernandes (1988), obra citada
- ¹⁹ Como Victor Pereira, em *Concéder le départ des travailleurs pour entre en guerre. Les négociations de la convention de main-d’oeuvre franco-portugaise du 28 octobre 1916*”, ou Marie-Claude Muñoz no Artigo “Les Relations Franco-Portugaises de 1916 à 1918”
- ²⁰ Alves, Jorge Fernandes (1988), obra citada
- ²¹ Como o revela Victor Pereira em “*Concéder le départ des travailleurs pour entre en guerre. Les négociations de la convention de main-d’oeuvre franco-portugaise du 28 octobre 1916*”, em “*Actes de Colloque: Centenaire de la Première Conventions de main d’oeuvre civile et militaire franco-portugaise du 28 octobre 1916*”
- ²² «Apesar de conhecermos os nomes e a naturalidade de muitos destes emigrantes, ignoramos a sua residência e, em concreto, a sua extração profissional, de modo a avaliarmos a incidência deste surto migratório na região da partida», Jorge Fernandes Alves, “Operários para França e Inglaterra (1914-1918) – Experiências da emigração portuguesa intra-europeia”
- ²³ Informação retirada de FERRARIA, Maria José; AMORIM Paulo, Inserido na obra “A Emigração Portuguesa Para o Brasil”, Edições Afrontamento CEPSE “A Emigração para o Brasil através dos Livros de Registo de Passaportes do Governo Civil do Porto” (1880-1890).
- ²⁴ (...) *Vivem-se momentos de grande agitação operária, com especial incidência no Porto, reprimida com severidade pelo governo da «União Sagrada». Neste contexto de desregramento social, alimentado por uma industrialização incipiente, o projeto da ida de funcionários para França funcionará como escape a uma situação de miséria, ora como instrumento de ameaça no processo reivindicativo da classe operária.*” Jorge Fernandes Alves, obra citada
- ²⁵ “uma grande parte dos portugueses que veio trabalhar para França veio de comboio e uma das estações essenciais foi a estação de caminho de ferro de Bordéus, cidade onde havia o centro de acolhimento”. “perto de 20 a 25% dos portugueses que vieram trabalhar para França nessa época vieram de barco e chegaram ao porto de Bordéus”, a partir de onde “eram despachados através da estação para as diferentes localidades de França”. Colóquio em Bordéus em 25 de novembro de 2016 sobre “o papel dos caminhos-de-ferro, o porto de Bordéus e a cidade de trânsito e de articulação”, Manuel Dias Vaz
- ²⁶ Em 2012 conseguimos contactar o estúdio fotográfico situado neste endereço. Recebemos uma gentil resposta onde nos foi informado que o fotógrafo *Boidron* aí esteve estabelecido até 1952. Depois da saída deste fotógrafo, o estabelecimento continuaria funcionar com diferentes fotógrafos e assim se manteve até aos dias de hoje. Chama-se agora de *Studio Pierre*. Infelizmente alguns anos antes de 2012, este espaço ardeu, tendo-se perdido todo o seu espólio.
- ²⁷ Alves, Jorge Fernandes (1988), obra citada
- ²⁸ “no final da guerra, “os soldados portugueses tinham uma autorização de trabalho, o que vai fazer com que muitos fiquem em França como trabalhadores”. Manuel Dias Vaz à Agência Lusa 21-11-2016.
- ²⁹ “Foi a partir deste momento que começou a haver um número importante de portugueses em França, trabalhadores que ficaram depois da guerra e fundaram família ou outros que vieram [ao abrigo do acordo]”, Marie Christine Volovitch Tavares à Lusa, 11-09-2016.

O Professor António Cruz e a História da Terra da Maia

Gonçalo Maia Marques*

Resumo: António Augusto Ferreira da Cruz foi Professor Universitário, Medievalista, Paleógrafo, Bibliotecário, Diretor de Jornais, entre outras atividades. Deixou uma vasta obra onde abundam publicações relacionadas com a Terra da Maia. É uma perspetiva da vida e da obra deste historiador que queremos evocar neste artigo

Palavras-chave: António Cruz; Terra da Maia; História Local e Regional; Bougados

Recordar a vida e a obra do Professor Doutor António Cruz é, antes de mais, um exercício de memória da mais elementar justiça intelectual e científica.

Ilustre medievalista, muito interessado pela História da Cidade do Porto e pela dinâmica social e cultural da capital tripeira e do seu termo durante a época medieval, António Cruz foi Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto na fase da sua restauração, tendo integrado os quadros desta instituição a partir do Verão de 1962.

Como afirma o Doutor Oliveira Ramos¹, referindo-se ao António Cruz académico: “a aptidão para a investigação, vazada no ofício de historiar, servida pelo gosto e conhecimento das escritas antigas, foi-lhe reconhecido na altura do recrutamento dos primeiros encarregados de curso da restaurada Faculdade de Letras do Porto. Entre os eleitos de então, possuía António Cruz a mais vultuosa bibliografia – enriquecida pela publicação de inúmeros documentos originais em matérias que se estendiam desde a Idade Média ao oitocentismo [...]”.

Evocar António Cruz e dissociá-lo da casa a que dedicou grande parte da vida e da obra, a Faculdade de Letras do Porto, seria ultrapassar uma fase fundamental do percurso biográfico do Professor e desvirtuar um trabalho cuja intenção primordial é traçar um quadro biográfico de tão excelente e vasta personalidade.

A vida (1911 – 1989)

António Augusto Ferreira da Cruz, nascido no lugar de Lagoa, Santiago de Bougado (Trofa), uma das parcelas da antiga Terra da Maia, a 24 de Julho de 1911, logo após a implantação da república, no seio de uma família com uma formação cultural próxima dos ideais monárquicos, revelou desde a mais tenra idade um apurado sentido de vivência telúrica e um grande carinho pelos costumes e tradições dos seus antepassados.

Era filho de Domingos Augusto Alpoim de Menezes Ferreira, da Casa da Serra, e de Paulina Cândida do Couto da Costa Cruz.

Fotografia de António Cruz em novo



Em 1927, com apenas 16 anos, António Cruz assume a liderança editorial do jornal O Trofense, fundado por Joaquim Costa Azevedo.

Durante a aprendizagem secundária, frequentou os Liceus de Eça de Queirós (Póvoa de Varzim), de Rodrigues de Freitas e o Colégio Almeida Garrett (Porto). Depois de ter frequentado o primeiro ano da licenciatura em Direito, inscreveu-se, como aluno voluntário, no Curso de Ciências Histórico-Filosóficas da Universidade de Coimbra tendo-se licenciado com uma tese sobre os manuscritos de João Pedro Ribeiro, sendo o aluno com média mais alta do seu grupo.

Entretanto especializou-se como bibliotecário-arquivista, até porque, entretanto, tinha começado a trabalhar na Biblioteca da Universidade de Coimbra onde foi colaborador próximo do então Diretor, Manuel Lopes de Almeida.

Mais tarde, a 8 de Outubro de 1939, termina as provas da especialidade em arquivismo e gestão de bibliotecas com as seguintes classificações: História (Geral e de Portugal) – Bom; Aperfeiçoamento de Paleografia, Arquivologia e Arquivoeconomia – Bom com distinção e nas áreas de Bibliologia e Biblioteconomia – Muito Bom³.

Ainda enquanto aluno da Faculdade é convidado pelo Professor Amorim Girão para participar na revista Biblos, onde elabora um estudo sobre o Cerco e a Batalha das Linhas de Elvas, publicado no Volume XIII, datado de 1937. Colaborou, também, na preparação do volume Documentos Particulares da série Documentos Medievais Portugueses, dirigida pelo Professor Rui de Azevedo e publicada pela Academia Portuguesa de História em 1940.

Doutorou-se em História pela Universidade do Porto, através da sua Faculdade de Letras. Exerceu as funções de Diretor da Faculdade de Letras, da Biblioteca Pública Municipal do Porto – sendo no seu consulado que a biblioteca adquiriu um precioso espólio de manuscritos produzidos pelo fantástico scriptorium do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Foi ainda Diretor do Gabinete de História da Cidade do Porto (1940-48) – e nessa qualidade responsável pela instalação do Arquivo Histórico Municipal no complexo da antiga Casa do Infante, bem como pela publicação das Vereações (anos de 1401 – 1412), do primeiro volume do Livro de Acórdãos e da publicação dos volumes quarto e quinto do Corpus Codicum. Diretor da Casa Museu Guerra Junqueiro (1940 – 1958), desde a sua fundação e do Museu Municipal do Porto (1939 – 1940), tendo procedido a um inventário sistemático e organizado das suas coleções. Desempenhou, igualmente, as funções de Comissário da Evocação do V Centenário da morte do Infante Dom Henrique (1960), na cidade do Porto

No ano de 1948 foi nomeado Diretor da Biblioteca Pública Municipal do Porto, cargo que exerceu até agora. Nesse mesmo ano faz uma larga visita pelos Estados Unidos da América do Norte, onde estudou o funcionamento das principais bibliotecas e de que nos deu uma circunstanciada descrição no seu livro *As bibliotecas americanas. Organização, funcionamento, ensinamentos*, aparecido em 1949.

A sua ação como diretor da importante biblioteca municipal da capital do Norte



António Cruz e Esposa



Edifício da Biblioteca Pública Municipal do Porto

caracterizou-se pelas profundas remodelações que introduziu nos serviços, atualizando-os, e procurando também proporcionar melhores acomodações ao público, promovendo grandes modificações na traça do velho edifício.

Para além da investigação, na área e não só, procurou fornecer instrumentos para que os frequentadores da Biblioteca tivessem a sua vida facilitada enquanto pesquisavam. Enquanto trabalhou na Biblioteca Geral da Universidade publicou, de 1935 a 1937, nove volumes do Catálogo de Manuscritos, n. os 556 a 1634, Breve estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro, que foi a sua tese de licenciatura, etc. Em 1952 publicou o Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Códices n. os 1225 a 1364.

Foi também no seu consulado que a biblioteca adquiriu um precioso espólio de manuscritos produzidos pelo fantástico *scriptorium* do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

Dirigiu, de forma inovadora, esta Biblioteca Pública Municipal desde 1948 a 1975 à qual dedicou boa parte do seu saber técnico e da sua investigação,

Em 1945 entrou no mundo dos jornais, começando por chefiar o diário A Tarde e em seguida fundou o vespertino Diário do Norte, que surgiu em 20 de Julho de 1949.

Assumia-se como jornal nacionalista pró-Estado Novo, num inequívoco artigo de fundo, intitulado Palavra de Ordem: *"Estamos aqui ao serviço de Portugal e da sua grandeza. Estamos aqui ao serviço dos portugueses e do seu bem-estar, do Império e da sua integridade. Temos para nós que fere os interesses da Pátria tudo quanto signifique atuação contrária aos princípios e crenças tradicionais do País, à propriedade privada, à Constituição e vida cristã da família"*.

O último número publicou-se em 30 de Junho de 1972, por via da inviabilidade financeira do projeto, que vinha a anunciar-se pelo menos desde 1967.

Uma primeira página do Diário do Norte



António Cruz foi também deputado pelo círculo do Porto à Assembleia Nacional durante os quatro anos que durou a IX Legislatura (1965-1969). Pertenceu à então designada Comissão de Educação Nacional, Cultura Popular e interesses Espirituais. Fez intervenções em todas as sessões legislativas (correspondentes, tal como hoje, a um ano).



Foto da Ficha de Deputado

Entre as mais interessantes que proferiu, destaque para a que assinalou o bicentenário do nascimento do Cardeal Saraiva, a discussão sobre a reforma das bibliotecas e arquivos e da sua situação económica nem como do seu pessoal, a evocação do Conde de Ferreira no centenário da sua morte, e o agradecimento ao Governo pela criação da Faculdade de Letras do Porto, sugerindo a sua instalação no Mosteiro de S. Bento da Vitória.

Foi membro da Academia Portuguesa de História, do Centro de Estudos Diplomáticos João Pedro Ribeiro e do Instituto de Paleografia e Diplomática da Universidade de Coimbra. Mais tarde ingressaria também no corpo docente da Universidade Livre do Porto. Esta instituição acabaria por se transformar, mais tarde, na atual Universidade Portucalense.

Entre outras distinções, recebeu a Ordem do Mérito Civil, o grau de Cavaleiro da Ordem do Santo Sepulcro de Jerusalém, e a Ordem do Infante D. Henrique.

Faleceu a 31 de maio de 1989, com 77 anos, na cidade do Porto, que escolheu para viver, que serviu denodadamente, e que guardaria para sempre no coração⁴.

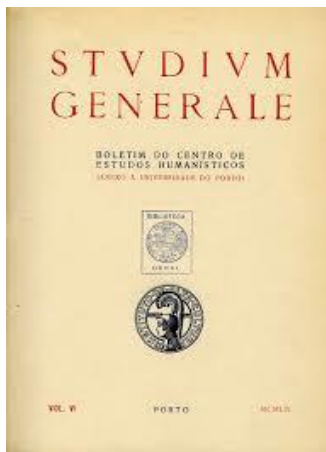
O percurso académico (1962–1989) entre a Universidade do Porto e a “Livre”

Durante o seu longo percurso docente, António Cruz regeu várias cadeiras relacionadas com as temáticas da História de Portugal, da Paleografia e da Diplomática (outra das suas ardentes paixões) e da História Cultural e das Mentalidades.

António Cruz fora educado nos ideais monárquicos e no respeito pelas forças vivas da nação. De facto, a sua formação cultural permitiu-lhe desenvolver um particular carinho pelo passado nacional e, de estória em estória, abraçar a ciência de Clio com grande emotividade e espírito de entrega. E notabilizou-se.

Como muito bem lembra o Prof. Carvalho Homem, “Em 1947 integrou o núcleo de individualidades que, na confluência da Universidade do Porto, da Câmara Municipal do Porto e do Instituto de Alta Cultura, deu origem ao Centro de Estudos Humanísticos,

instituição de ensino superior livre e de investigação histórico-arqueológica (e como tal editando uma revista – Studium Generale, com um suplemento arqueológico, Lvcerna – e uma colecção de monografias – “Amphiteatrum”), que se pretendia ponto de partida para restauração da Faculdade de Letras (que existira na UP entre 1919 e 1931)”.



Cerimónia de lançamento do Centro de Estudos Humanísticos

Outro passo decisivo foi dado no Verão de 1962, quando ingressa no quadro de pessoal docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, dando início a uma carreira que o levaria à investigação, ao ensino e ao contacto diário e permanente com a História.



Este edifício, que foi Faculdade de Medicina até 1959, passou a ser em 1961 a casa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Pertence hoje ao ICBAS

A sua relação com os alunos, como sublinha o Prof Armando Carvalho Homem, seu aluno durante a licenciatura que integrou (1968 – 1973), descreve a relação que o grupo de 68 mantinha com o “Dr. Cruz”, da seguinte forma: “por uma qualquer razão, onde algo poderá haver de conjuntural e outro tanto de simplesmente casual, a nossa relação com o

«número um» do Corpo Docente foi sempre um encontro conseguido : entrados na Faculdade em simultâneo com um reajustamento curricular decretado 15 dias antes do previsto início das aulas⁵, naturalmente presenciamos as diversas adaptações a que ele deu azo.⁶”. Outras das interessantes facetas sublinhadas por Carvalho Homem ao longo deste estudo, é o da imprevisibilidade de António Cruz: “ao longo desse ano lectivo António Cruz não falhou uma só aula teórica; por mais de uma vez nos apareceu na aula prática, substituindo o assistente José Vieira de Carvalho; acontecendo mesmo aparecer de surpresa em aulas deste último docente com elas já iniciadas; e então as sessões eram ainda mais plenamente práticas, com os dois docentes circulando entre as mesas onde cerca de uma vintena de transcreventes aprendizes se afadigava em torno de reproduções fotográficas do álbum ou do acervo da Faculdade ...⁷”. Perante este testemunho sentido, o que dizer? Devia ser um homem fantástico, com elevado sentido de humor e alguns rasgos de fulgurante companheirismo, que o aproximavam dos alunos e colegas.

Durante a sua vida docente, António Cruz esteve ligado à regência de diversas cadeiras de



O Prof. António Cruz envergando a borla e o capelo, símbolos da cátedra

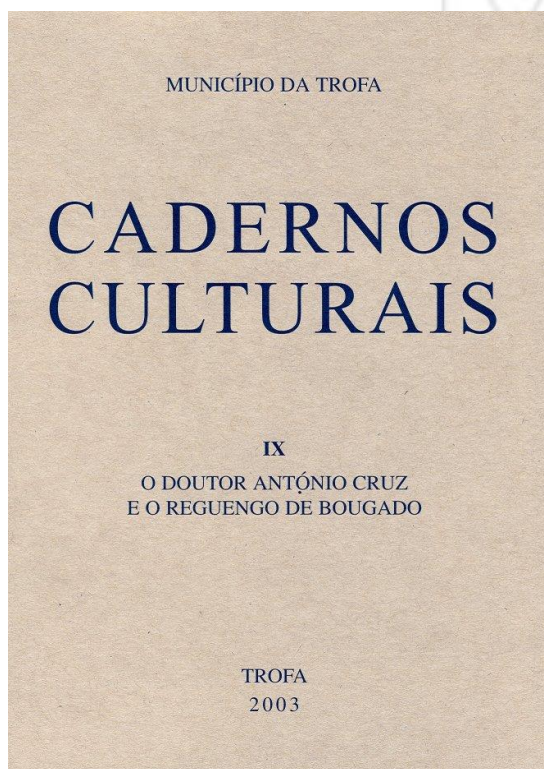
História da Cultura Portuguesa, tais como: História de Portugal (módulos I e II), História da Cultura Medieval e História da Cultura Portuguesa (que depois de reestruturadas acabaram por cair nas mãos de outros docentes). Para além do elenco já referido, António Cruz viu ainda o seu nome associado à cadeira de Paleografia e Diplomática, a sua grande paixão na vida académica (coadjuvado por José Vieira de Carvalho, e mais tarde, já depois do 25 de abril e quando reassumiu funções, por Armindo de Sousa) e à coordenação do Seminário de História de Portugal (do 5º Ano)⁸.

Do curso iniciado em Outubro de 1968, saíam nomes consagrados na nossa faculdade como: Eugénio Francisco dos Santos, Luís Adão da Fonseca, Armando Luís Gomes de Carvalho Homem e Carlos Alberto Ferreira de Almeida⁹, que desde logo ingressariam na Faculdade como assistentes, designação que na altura tomava o termo de monitores, num período em que, sendo António Cruz o diretor da Faculdade (cargo que assumira em 1970), se privilegiavam duas grandes linhas de ação, como refere o Doutor Luís Oliveira Ramos: “1- a formação de quadros próprios, oriundos da casa; 2 – a abertura de novos cursos¹⁰”.

António Cruz e os outros

A dado passo do seu *currriculum vitae*¹¹, António Cruz apresenta-se aos seus leitores como “homem do Norte e do Porto”, perfeitamente identificado com a dinâmica da sua região e irmanado com essa fantástica massa humana que habita todo este noroeste da península.

Carlos Alberto Ferreira de Almeida, arqueólogo e professor de Arte Medieval da Faculdade de Letras – uma referência incontornável de gerações e gerações de alunos da nossa faculdade (infelizmente já desaparecido da nossa companhia) – descrevia, em 1981 (data da jubilação do protagonista deste estudo biográfico), António Cruz como um “historiador telúrico”, amante do cheiro da terra e do suor das gentes, num permanente esforço de leitura e análise¹².



Luís Oliveira Ramos, antigo Reitor da Universidade do Porto e Professor catedrático de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, salienta “a sua marcante carreira de investigador e historiógrafo, cunhada pelo magistério de Damião Peres e Paulo Merêa, que principiou na Biblioteca da Velha Universidade [...]”¹³. E não se esquece também de lembrar o quanto aquela Faculdade deve à personalidade organizada daquele Mestre, que sempre incentivou a investigação científica a bem da consolidação da Instituição.

Amado pelas gentes de Bougado, António Cruz sempre se bateu pela defesa da sua terra e pelo estudo das raízes ancestrais das terras trofenses. Aliás, a este propósito, a edilidade trofense lançou um número especialmente dedicado à vida e à obra do insigne historiador natural de Santiago de Bougado, incorporado nos **Cadernos Culturais** da autarquia¹⁴.

Alguns aspetos da obra de António Cruz

Não cabe aqui elencar a totalidade da obra publicada, e muito menos fazê-lo de modo aprofundado. António Cruz foi um autor tão prolixo quão multifacetado. Fazendo uma breve pesquisa na “*Porbase*”, facilmente encontramos mais de 120 referências. E mesmo que algumas digam respeito a segundas edições, estaremos sempre a falar numa centena de títulos. Isto, sem contarmos com várias décadas de colaboração em jornais e palestras na rádio.

No entanto, de entre essa vasta produção há obras que pela sua importância intrínseca (científica, histórica, técnica ou local), serão dignas de uma especial referência. É isso que, mesmo correndo o risco de graves omissões, vamos fazer de seguida.

Biblioteconomia

Catálogo dos manuscritos da Restauração da Biblioteca da Universidade de Coimbra / organ. por António Augusto Ferreira da Cruz, pref. M. Lopes d'Almeida. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1936.

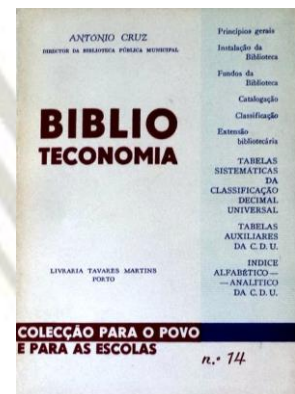
As bibliotecas americanas: organização, funcionamento, ensinamentos. Porto: Imprensa Portuguesa 1949.

Novas bibliotecas para a formação dos novos. [Porto : s. n.], 1951.
Tese apresentada à 3ª secção do 3º Congresso da União Nacional.

Catálogo dos manuscritos: códices números 1225 a 1364. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1952.

Biblioteconomia: Noções elementares. Porto: Livraria Tavares Martins, 1959.

Bibliotecas e arquivos: três apontamentos. Porto: Câmara Municipal, 1968.



Biografias

Tomé Tavares Carneiro, poeta portuense de seiscentos. Porto: Emp. Industrial Gráfica do Porto, 1941.

Pero Vaz de Caminha cidadão do Porto: novas achegas para a história da sua família. Porto: Edições Maranus, 1941

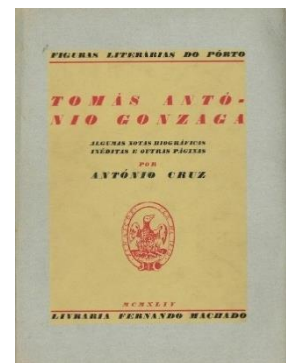
Tomás António Gonzaga: algumas notas biográficas inéditas e outras páginas. Porto: Livraria Fernando Machado, 1944.

Joaquim de Vasconcelos: o homem e a obra. Porto: Edição da Biblioteca Pública Municipal, 1950.

Belchior Beleago, humanista portuense. Porto: [s.n.], 1957.

Forrester, um homem do seu tempo. Porto: Junta Distrital, 1966. Separata da Revista de Etnografia

Marquês de Sá da Bandeira: 1º centenário da sua morte. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1981



História Geral

Génese de Portugal Restaurado (Ensaio sobre o evento da aclamação de D. João IV). Porto: Livraria Fernando Machado, s/d.

Subsídios para a história das relações diplomáticas de Portugal com a Holanda (1640 – 1668). Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1948.

Santa Cruz de Coimbra na cultura portuguesa da Idade Média, Porto, Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1964.

O Primeiro dos Regeneradores – in Revista da Faculdade de Letras: Série História, Vol. 3, 1972, pp. 9 – 49.

Nota sobre a Reforma Pombalina da Instrução Pública. Porto: Edição da Faculdade de Letras, 1972.

Tempos e Caminhos: Estudos de História. Porto: Faculdade de Letras, 1973.



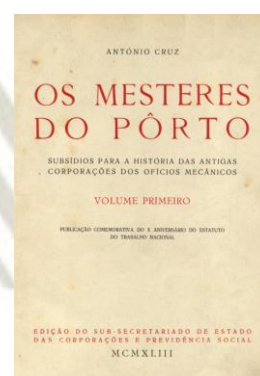
História do Porto

Forais manuelinos da cidade e termo do Porto existentes no Arquivo Municipal. Porto: Câmara Municipal. Gabinete de História da Cidade, 1940.

Apontamentos para a História do Governo Militar do Porto até ao século XIX. Porto: Edição da Câmara Municipal, 1941.

O Porto nos centenários [org. pelo Gabinete de História da Cidade, texto de António Augusto Ferreira da Cruz, desenhos de José Luís Brandão de Carvalho, fotografias de Platão Mendes]. Porto: Câmara Municipal, 1941

Os Mesteres do Porto: subsídios para a história das antigas corporações dos ofícios mecânicos. Lisboa: Edição do sub-secretariado de estado das corporações e previdência, 1943.



O Porto seiscentista: subsídios para a sua história. Porto: Câmara Municipal, 1943.

Velho Burgo: alguns aspectos, figuras e casos do Porto Antigo. Porto: Livraria Simões Lopes, 1953.

O Porto na génese dos Descobrimentos. Porto: Centro de Estudo Humanísticos, 1960



A revolta da cidade do Porto contra o domínio de Napoleão. Porto: [s.n.], 1962. Sep. Publicações 26º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, secção 7ª.

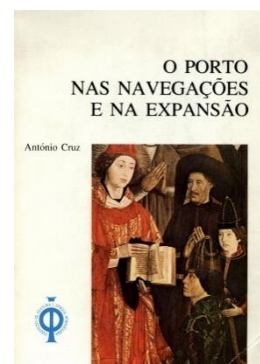
História da Cidade do Porto, direcção de Damião Peres e António Cruz, segundo plano de Artur de Magalhães Basto. Barcelos: Portucalense Editora, 1962 – 65.

D. Pedro V, El-Rei bem amado dos portuenses. Porto: [s.n.], 1963. Separata de Bibliotheca Portucalensis, 4.

Algumas observações sobre a vida económica e social da cidade do Porto nas vésperas de Alcácer Quibir. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1967.

A assistência na cidade do Porto e seu termo durante a Idade Média. Lisboa: [s.n.], 1974

Quadros da vida social e económica da cidade do Porto no século quinze. Lisboa: Acad. Portuguesa da História, 1980.



O Porto nas Navegações e na Expansão. Lisboa: Edição do Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

Paleografia – documentação

Breve estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro (com apêndices de estudos sobre as ordenações afonsinas e documentos do cartório do Mosteiro de Santo Tirso de Riba d' Ave). Coimbra: 1938.

Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal, in Cale – Revista da Faculdade de Letras, Vol. 1, Porto, 1966, pp. 173 – 234.

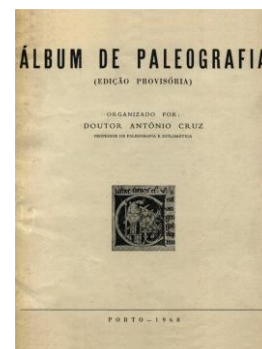
Álbum de Paleografia (edição provisória). Porto: Centro de Estudos Humanísticos da Faculdade de Letras, 1968.

Anais, crónicas breves e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1968.

O Senhorio de Pombeiro: Uma sentença original, in Revista de História da Universidade Livre, Vol. 1, Porto, 1984.

A paleografia e a diplomática ao serviço da arqueologia. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1984

Paleografia Portuguesa: Ensaio de Manual. Porto: Universidade Portucalense - Cadernos Portucale, 1987.

**António Cruz e a Terra da Maia**

Bougado ficava no coração da antiga Terra da Maia, e o Prof. António Cruz sempre se assumiu como um maiato “*lato sensu*”.

Participativo nas coisas da História e da Cultura desta região, a sua ligação à Maia e aos Maiatos era muito forte.

Neste documento fotográfico que se segue, da década de 60, ei-lo presente na primeira fila na cerimónia de inauguração, no claustro do Mosteiro de Moreira, da “Casa Museu da Terra da Maia”, cujo primeiro polo seria exatamente essa exposição histórica e arqueológica.



1 - Prof. António Cruz; 2 - D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto; 3 – Coronel Carlos Moreira, Presidente da Câmara Municipal da Maia; 4 – Pe. Alcindo Barbosa, Pároco de Moreira; 5 – Comandante dos Bombeiros Voluntários de Moreira; 6 – Dr. José Vieira de Carvalho, discursando.

A sua ligação privilegiada com inúmeros investigadores e curiosos da história local da antiga Terra da Maia, entre os quais o Dr. José Vieira de Carvalho, que haveria de vir a ser Presidente da Câmara¹⁵ e o Padre Domingos Moreira¹⁶, permitiu ao Professor António Cruz contactar de perto com a realidade cultural e social de um espaço ao qual daria um importante lugar.

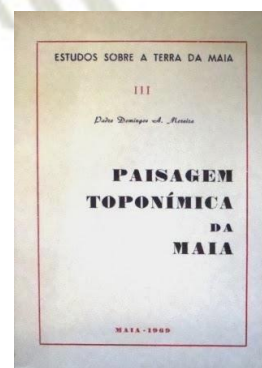
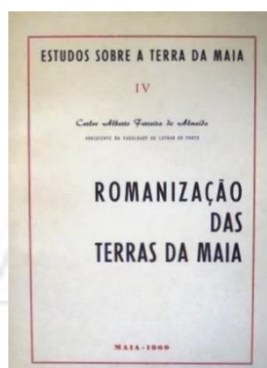
Esta colaboração ativa com os estudos históricos da Maia, fora motivada por um convite formulado pelo Coronel Carlos José Moreira, na altura Presidente da Câmara Municipal da Maia, cujo grande projeto para a cultura da autarquia maiata era a publicação de uma série de “Estudos sobre a Terra da Maia”, que efetivamente seria dada à estampa em 1968 e publicada no ano seguinte, com a chancela de uma coleção, com 4 volumes iniciais:

Descrição Topográfica e Histórica da Freguesia de São Tiago de Milheirós, da autoria de João Vieira Neves da Cruz (I Volume) – Prefácio de António Cruz [na foto]

Mosteiro de São Salvador de Moreira da Maia : Instituição Valorizadora da Terra da Maia, da autoria de José Vieira de Carvalho (II Volume) – Prefácio de António Cruz

A Romanização das Terras da Maia, da autoria do Professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida (III Volume) – Prefácio de António Cruz

Paisagem Toponímica da Maia, da autoria do Padre Domingos Moreira (IV Volume) – Prefácio de Carlos Alberto Ferreira de Almeida.



Estas obras foram publicadas sob a égide e com o acompanhamento do Prof. António Cruz. Mas entre a sua vastíssima obra figuram muitos títulos com particular interesse para a história e a etnografia da Terra da Maia.

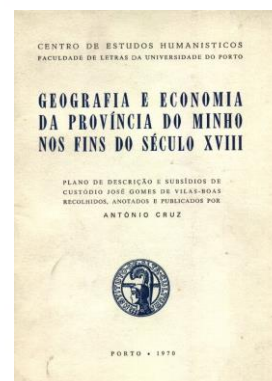
Selecionamos os mais significativos:

Uma obra de Nasoni desconhecida (Igreja Matriz de Santiago de Bougado). Porto: Imprensa Moderna, 1940.

A Necrópole luso-romana do Rorigo Velho, Santiago de Bougado. Porto, Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, Vol. III, Fasc. II, 1940.

Notícias de alguns velhos escritores de Riba-Leça. Matosinhos: [s.n., D.L. 1955]. Sep. Bol. Bib. Pública Municipal de Matosinhos, 2.

Geografia e economia da província do Minho nos fins do século XVIII: plano de descrição e subsídios de Custódio José Gomes de Vilas-Boas / recolhidos, anotados e publicados por António Cruz. Porto: Centro de



Estudos Humanísticos, 1970.

Casas de lavoura do Reguengo de Bougado na charneira de dois séculos. Porto: Imprensa Portuguesa, 1978

Santo Tirso de Riba d'Ave: do milenário de um centro de cultura e escola de Lavoura ao centenário de uma gazeta. Santo Tirso: Imp. Artur Marques de Oliveira, 1980

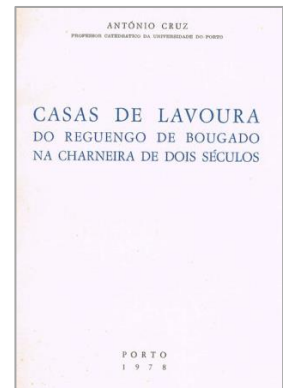
O Reguengo de Bougado. Porto/Trofa: Imprensa Portuguesa: dist. Solivros, 1982

Pampelido: a primeira batalha do Cerco do Porto. Braga: Tip. da Liv. Cruz, 1982. Sep. Boletim do Arquivo Distrital do Porto, 1

Notas sobre a cultura da vinha no vale do rio Ave durante a Idade Média. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1983. Sep. do livro "O vinho na história portuguesa - séc. XIII-XIX", Acad. Port. da História, 1983

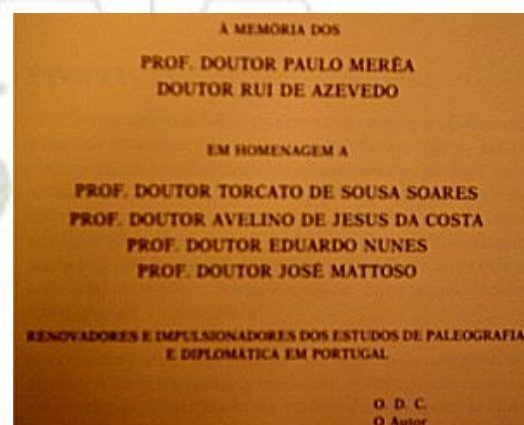
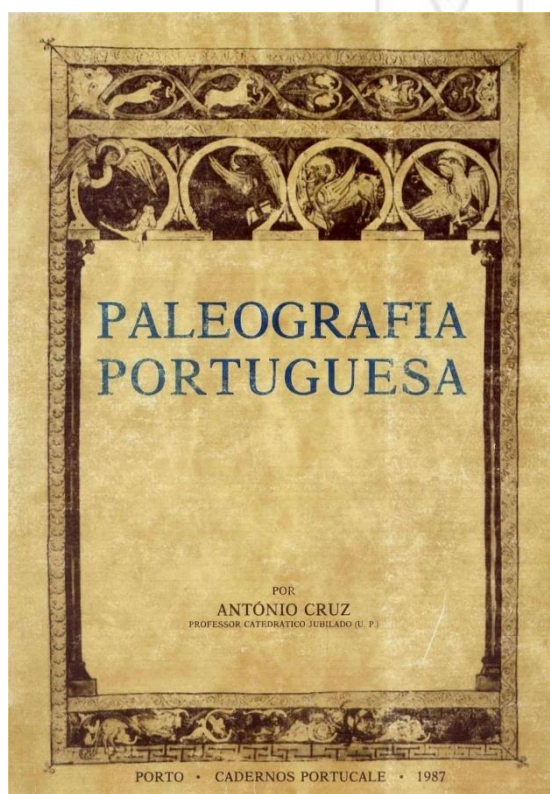
Nasoni: arquitecto da Igreja de Bougado, Porto, Cadernos Portucale, 1985.

Reflexões sobre a evolução do regime municipal no termo do Porto. Sep. Actas das Jornadas sobre o Município na Península Ibérica (sécs. XII a XIX), 1989.



A “*ultima opus*” de António Cruz

No decurso das nossas pesquisas, tivemos oportunidade de encontrar na Biblioteca da Universidade Portucalense uma obra interessante, provavelmente das últimas que António Cruz terá elaborado, pelo menos com este fôlego. Intitula-se Paleografia Portuguesa: Ensaio de Manual.



Capa da obra, e a respetiva dedicatória, que não esquece os mestres de Coimbra (Paulo Merêa, Torquato Soares e Avelino de Jesus da Costa)

Esta obra, pelo seu carácter inovador, impôs-se com grande força no panorama dos estudos paleográfico – diplomáticos e foi repetidamente citada por alguns dos maiores investigadores do ramo.

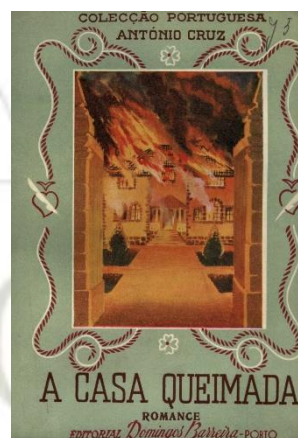
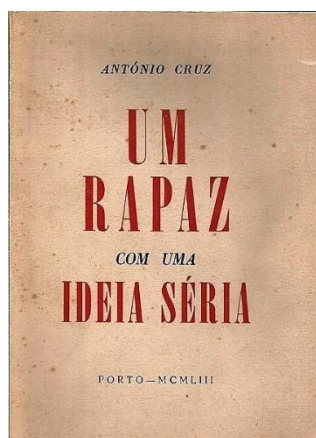
Aborda os seguintes temas: 1. A Escrita ao serviço da sociedade / 2. O Alfabeto Latino / 3. Teoria da Braquigrafia / 4. Iniciação à técnica Paleográfica / 5. As últimas normas para transcrição de textos / 6. Um antigo e opulento Cartório / 7. A estrutura do Documento / 8. Validação dos documentos / 9. A Escrita Visigótica em Portugal / 10. A Escrita Visigótica dos Códices / 11. A escrita Carolingia / 12. Evolução da Cursiva Gótica / 13. Nova glosa sobre o mais antigo documento em português / 14. A Gótica «LIBRARIA» e «EPISTOLARIS» no mesmo cartório / 15. Primórdios e evolução da escrita na Cúria e na Chancelaria Régias / 16. Primórdios e evolução da escrita na Chancelaria Régia / 17. Evolução da Cursiva nos diplomas medievais particulares.

Teríamos que esperar por obras como as de Avelino de Jesus da Costa¹⁷ e a parceria entre João José Alves Dias e A. H. de Oliveira Marques¹⁸ para que estes estudos fossem continuados.

Conclusão

Abordamos, a voo de pássaro, a vida e a obra do Prof. António Cruz - Um homem, uma obra e uma maneira de ser.

E não entramos por outros caminhos. É que o Prof. António Cruz também escreveu sobre política, tendo até publicado um interessante e injustamente esquecido trabalho sobre Salazar, intitulado “Um rapaz com uma ideia séria”, editado em 1953 e também se aventurou pela área do romance histórico, dando à estampa em 1951 o excelente livro “A Casa Queimada”.



Dizia este ilustre medievista que “aqui e por aqui foram rasgados caminhos e vividos os tempos que pretendemos evocar ou analisar, à mercê de pesquisas e de alguma reflexão. Fazendo-o, sobretudo, com este fim: despertar o interesse dos novos e encaminhá-los para as pistas ainda não aproveitadas em todas as suas possibilidades, animá-los a prosseguir tarefas de investigação e a conquistar, por meio delas, mais amplo conhecimento. Assim Deus o queira!¹⁹”.

Num tempo em que as perspetivas de emprego na área da história estão rarefeitas a duas vertentes fundamentais – o ensino e a investigação (e sabendo que esta última nem sempre está acessível a quem quer, mas sim a quem pode) – ler e sentir palavras de estímulo como estas, vindas, mormente, de uma das maiores referências da história da nossa Faculdade é fantástico e estimulante.

Retomando o tom confiante e otimista das palavras de António Cruz, resta-nos aguardar por um futuro mais risonho e recheado de oportunidades, para que Portugal derrube de uma vez para

sempre as pesadas amarras do analfabetismo e da falta de cultura geral, valorizando o seu passado, a memória dos seus egrégios e a identidade tão forte que nos caracteriza. A bem da cultura, a bem da história e a bem de todos nós.

Terminamos citando uma vez mais o Prof. Armando Carvalho Homem²⁰: “ António Cruz é hoje um autor esquecido e até silenciado, antes de mais na Escola a que deu o melhor de si próprio e onde formou e estimulou outros a singrar na carreira. O signo do provisório em que se quedaram as suas realizações didácticas no domínio paleo-diplomático torna-o hoje figura despercebida num ambiente universitário onde, em matéria de transcrição e edição de textos documentais medievos e modernos, os autores se distribuem entre as opções preconizadas por Avelino de Jesus da Costa, por Eduardo Borges Nunes ou por A. H. de Oliveira Marques (1933-2007) / João José Alves Dias. Mas quem, na Escola do Porto, tenha conhecido o seu magistério ou com ele tenha dado os primeiros passos na carreira, os valores por que se regeu enquanto Mestre – seguir carreira por sucessivos actos de provas públicas e estimular outros a que outro tanto fizessem – continuam vivos; e António Cruz configura-se uma recordação imperecível”.

Notas

* Doutor em História pela FLUP. Docente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Investigador do CITCEM

¹ Cf. RAMOS, Luís A de Oliveira – Evocação do Prof. Doutor António Cruz, in Revista da Faculdade de Letras – História, II Série, Vol. VII, Porto, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989

² Este trabalho apresenta o seguinte título: Publicações de Docentes e Alunos da Faculdade de Letras após a sua restauração (1962), Porto, Edição do Conselho Directivo da FLUP, 1974.

³ Cf. Curriculum Vitae de António Augusto Ferreira da Cruz, Porto, Edição do Autor, 1968, pp. 1-2.

⁴ Estas informações foram retiradas da Enciclopédia Verbo Luso - Brasileira de Cultura, Edição Século XXI, Lisboa, Editorial Verbo, 1999, vol. 8, p. 645.

⁵ Decreto 48.627, de 12 de Outubro (Diário do Governo, I série da mesma data) – Ministro José Hermano Saraiva (referência recolhida em HOMEM, Armando Luís de Carvalho – A Idade Média nas Universidades Portuguesas (1911 – 1987) : legislação, ensino e investigação, Porto, Separata da Revista da Faculdade de Letras – História, II Série, Vol. X, Porto, Edição da Faculdade de Letras, 1993, nota 10.

⁶ Cf. HOMEM, Armando Luís de Carvalho – António Cruz (1911 – 1989) : Um testemunho, in Revista da Faculdade de Letras – História, II Série, Vol. VII, Porto, Edição da Faculdade de Letras, 1989, p. 463.

⁷ Cf. Op. Cit, pp. 463 – 64.

⁸ Cf. Op. Cit, p. 458.

⁹ Cf. Op. Cit, p. 458.

¹⁰ Cf. RAMOS, Luís António de Oliveira – Evocação do Prof. Doutor António Cruz, in Revista da Faculdade de Letras – História, II Série, Vol. VII, Porto, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989, p. 6.

¹¹ Curriculum Vitae de António Augusto Ferreira da Cruz, Porto, Edição do Autor, 1968.

¹² Agradecemos ao Doutor Armando Luís de Carvalho Homem a gentileza de nos ter fornecido estas informações.

¹³ Cf. RAMOS, Luís António de Oliveira Ramos – À memória do Prof. Doutor António Cruz, in Revista de Ciências Históricas da Universidade Portucalense, Vol. IV, 1989, pp. 11-12.

¹⁴ O Doutor António Cruz e o Reguengo de Bougado – in Cadernos Culturais do Município da Trofa, nº9, Trofa, Edição da Câmara Municipal, 2003.

- ¹⁵ António Cruz seria o autor do Prefácio da “O Mosteiro de S. Salvador de Moreira – instituição valorizadora da Terra da Maia”.
- ¹⁶ A obra “Paisagem Toponímia da Maia” contaria igualmente com o apoio científico e afetivo do Doutor António Cruz e prefácio do Prof. Carlos Alberto Ferreira de Almeida.
- ¹⁷ Normas de transcrição de documentos medievais e modernos ou Álbum de paleografia e Diplomática Portuguesas.
- ¹⁸ No Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa (de que resultou a publicação de algumas Chancelarias Medievais Portuguesas – caso de D. Duarte, por exemplo).
- ¹⁹ Cf. CRUZ, António – Tempos e Caminhos : Estudos de História, Porto, Edição da Faculdade de Letras, 1973, p. 10.
- ²⁰ Cf. HOMEM, Armando Carvalho Homem – Dicionário de Historiadores Portugueses – da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo - António Cruz.

Bibliografia

- CATROGA, Fernando; MENDES, José Amado e TORGAL, Luís Reis (dir.) – História da História em Portugal, Lisboa, Edição do Círculo de Leitores, 1998.
- CRUZ, António - Curriculum vitae de António Augusto Ferreira da Cruz: encarregado de Curso da Faculdade de Letras do Porto.... - Porto: Empresa de Publicidade do Norte, 1967
- Enciclopédia Verbo Luso - Brasileira de Cultura, Edição Século XXI, Lisboa, Editorial Verbo, vol. 8, 1999.
- HOMEM, Armando Luís Gomes de Carvalho – António Cruz (1911 – 1989) : Um testemunho, in Revista da Faculdade de Letras – História, II Série, Vol. VII, Porto, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989, pp. 457 – 468.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho – «25 (Os) anos da Faculdade de Letras: passado e presente», Revista da Faculdade de Letras [UP]. História, II sér., IV, pp. 293-307, 1987
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho – «António Cruz (1911-1989): um testemunho», Revista da Faculdade de Letras [UP]. História, II sér., VI, pp. 457-469
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho – A Idade Média nas Universidades Portuguesas (1911 – 1989), in Revista da Faculdade de Letras – História, II Série, Vol. X, Porto, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993, pp. 351 – 361.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho – António Cruz, in Dicionário de Historiadores Portugueses – da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo. Centro de História da Universidade de Lisboa, disponível em http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_cruz5.htm, consultado em 2 de novembro de 2019
- Publicações de Docentes e Alunos da Faculdade de Letras após a sua restauração (1962), Porto, Edição do Conselho Directivo da FLUP, 1974.
- RAMOS, Luís António de Oliveira – Evocação do Prof. Doutor António Cruz, in Revista da Faculdade de Letras – História, II Série, Vol. VII, Porto, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989, pp. 5 – 8.
- RAMOS, Luís António de Oliveira – À memória do Prof. Doutor António Cruz, in Revista de Ciências Históricas da Universidade Portucalense, Vol. IV, 1989, pp. 11-12.
- Curriculum vitae de António Augusto Ferreira da Cruz: encarregado de Curso da Faculdade de Letras do Porto.... - Porto : [s.n.], 1967: (Empr. de Publicidade do Norte).

Abílio José Santos Esboço biográfico

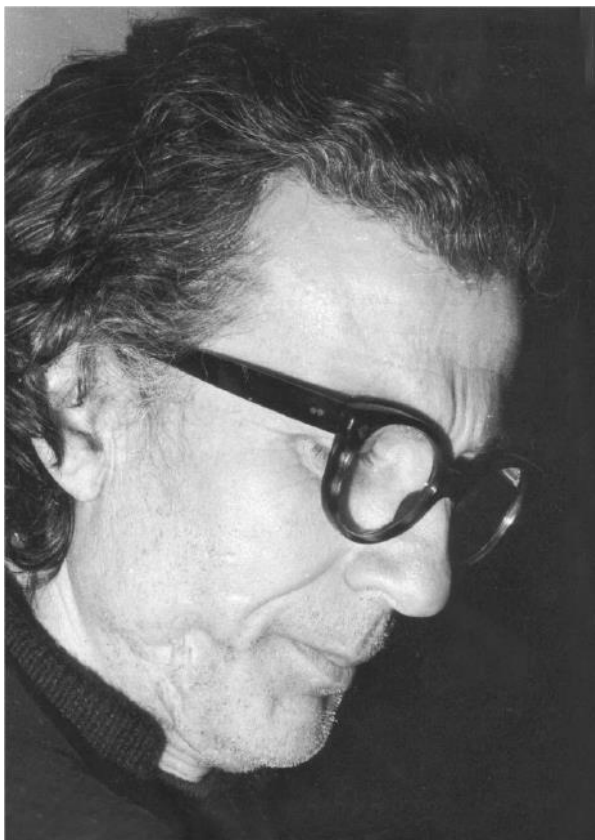
Vítor Maia*

Resumo: Natural da Maia, Abílio-José Santos foi uma multifacetada e profícua personalidade da cultura maiata, e não só, do século XX. Contestatário, experimentalista, não teve, até há bem pouco tempo o reconhecimento que merece. Sendo um dos mais representativos autores da Poesia Experimental e da Poesia Visual, com este texto pretende-se traçar-lhe um percurso biográfico e artístico.

Palavras-chave: Abílio Santos; artes plásticas; poesia visual; arte postal; manifestos.

Breve panorâmica da sua Vida e Obra¹

Desconhecido da grande maioria dos maiatos, é um dos nomes mais representativos da denominada Poesia Experimental Portuguesa, designação atribuída ao movimento de artes plásticas que surgiu em Portugal na segunda metade do século XX.



Abílio José Ferreira dos Santos
(1926-1992)

Abílio José Ferreira dos Santos nasceu às quatro horas e quinze minutos do dia 12 de agosto de 1926, no Lugar do Picôto, da antiga vila de Barreiros, no concelho da Maia. Foi um dos cinco filhos de Abílio Ferreira de Carvalho, proprietário e natural de Milheirós e de Adélia Ferreira dos Santos, doméstica e natural de Barreiros. Depois de si nasceu a Adélia Ferreira de Carvalho, em 12 de dezembro de 1930, a Hercília Ferreira de Carvalho, em 29 de junho de 1934, o António Ferreira de Carvalho, a 26 de junho de 1936 e a Olímpia Juventina Ferreira de Carvalho, a 28 de maio de 1938.

Era neto paterno de Manuel Joaquim Ferreira e de Juventina Antónia da Silva e neto materno de António Ferreira dos Santos e de Olímpia Joaquina de Andrade.

Abílio Santos aprendeu as primeiras letras nas antigas escolas Maria Pia, no centro da Vila da Maia, tendo mais tarde prosseguido os estudos na cidade do Porto. Primeiro na Escola Infante D. Henrique e, de seguida, no antigo

Instituto Industrial do Porto (IPP), que à altura ficava situado na Rua do Breiner, na freguesia de Cedofeita. Em 1968 este instituto mudou-se para a Rua de S. Tomé, na zona do Amial, freguesia de Paranhos e, em 1975, viu o seu nome alterado para Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP),



Abílio Santos com a mãe. Foto da década de 50 do século XX

passando a integrar o sistema de ensino superior. No ano letivo de 1947/1948, era um dos finalistas do Curso de Máquinas e Eletrotécnica do Instituto Industrial do Porto, não tendo, no entanto, terminado o curso. Ingressou no mercado de trabalho como desenhador projetista na empresa Neolux, uma empresa vocacionada para o desenvolvimento de projetos e soluções de iluminação, criando, entre outras coisas, formas e sinais multicolores para iluminar ruas e praças, bem como reclamos luminosos.

Os amigos e os vizinhos conheciam-no carinhosamente pelo nome de Bilinho Chapado. Ao que parece, a alcunha já vinha do tempo do seu bisavô que, em tom jocoso e brincalhão, dizia com muita frequência: Precisas de uma chapada...dava-te uma chapada.... Dizia-o não só às moças que passavam na rua e nas festas, mas também a amigos e conhecidos. Daí a origem da alcunha de Chapado, que foi passando de geração em geração.

Desde muito jovem

que Abílio se sentiu atraído pelas artes plásticas.

Enquanto aluno, era frequente o seu alheamento das aulas fazendo desenhos e outros rabiscos.

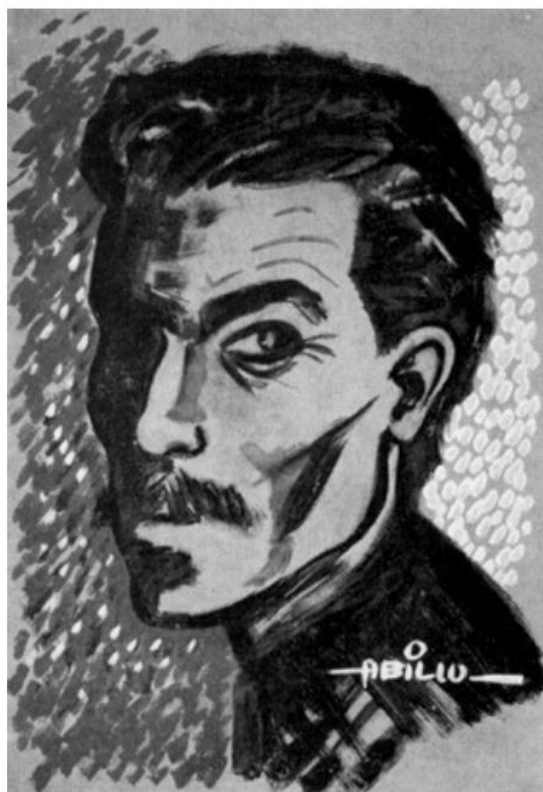
Foi um verdadeiro outsider, desenvolvendo praticamente toda a sua obra numa espécie de marginalidade, contrariando as regras instituídas e o status quo vigente. A sua postura inconformista, crítica e cáustica não o favoreceu. Não é por acaso que quando concorria a exposições, em que o júri era constituído por elementos da secção portuguesa da Associação Internacional de Críticos de Arte (AICA), o seu nome era sempre recusado.

Em determinada altura a sua obra seguiu o rumo da intervenção política, renegando o capitalismo e todos os seus valores. Para Abílio os ideais capitalistas eram os responsáveis por todos os males da sociedade.

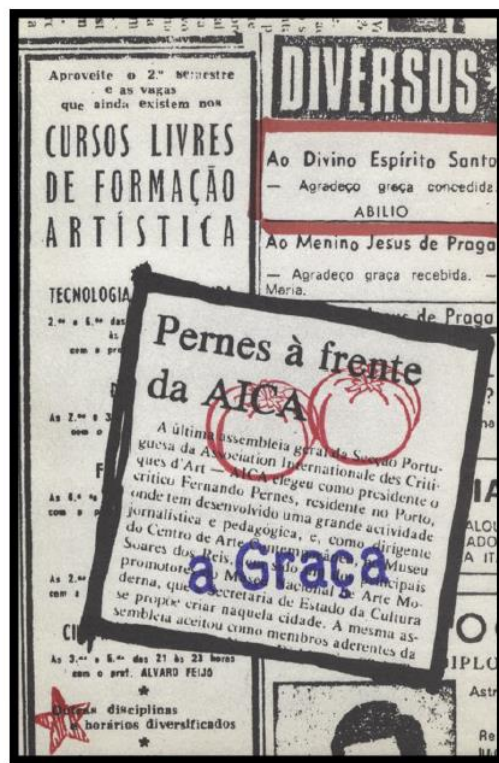
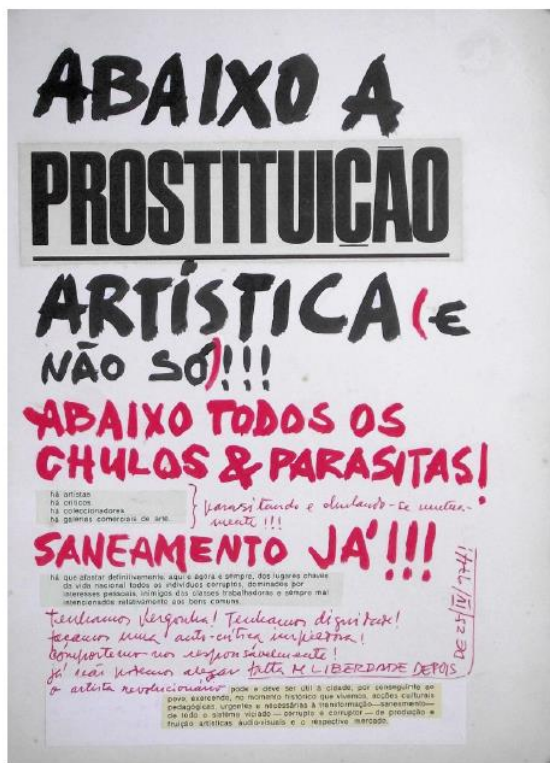
Explorou inúmeros materiais e diferentes formas de expressão, nomeadamente o desenho, a pintura, a monotipia, a colagem, a arte postal, os panfletos, os manifestos, a poesia concreta e a poesia visual. Apesar de existirem diferenças entre a poesia visual e a poesia concreta, em Portugal convencionou-se englobar estes dois tipos de poesia no mesmo grupo, designado por Poesia Experimental. Aliás, foi no domínio da poesia experimental que o nome de Abílio Santos atingiu maior destaque.



Desde muito cedo que Abílio Santos se sentiu atraído pelas Artes Plásticas

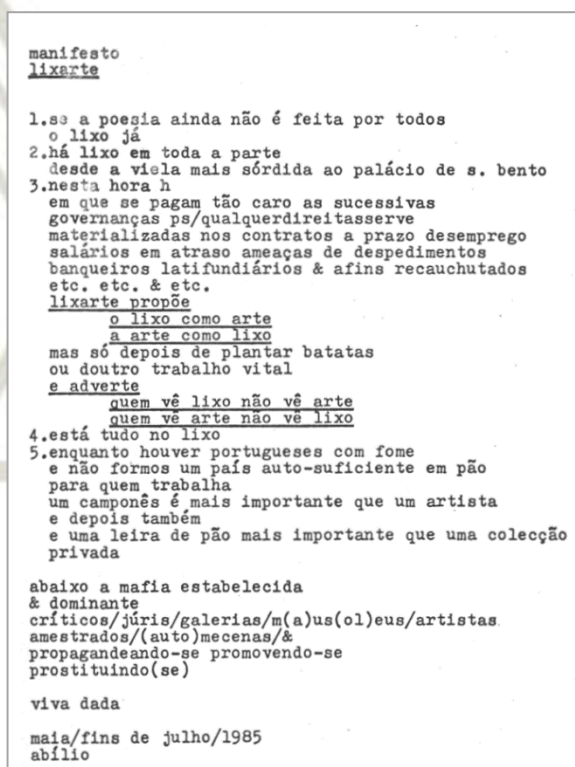


Pinturas e desenhos de Abílio Santos, 1959. Em cima, da esquerda para a direita, *Autorretrato*, em guache, e *Eternidade*, em tinta da china. Em baixo, da esquerda para a direita, *Viraventos*, pintura em guache, e *Terror Atómico*, em tinta da china



Em cima, da esquerda para a direita, exemplo de *(COLAGE) manifesto vermelho* e um dos 5 postais para *queimar*, 1991. Em baixo, da esquerda para a direita, *Cortes*, 1987, e *Textículos*, sem data.

Um destaque especial para a exposição com o título provocatório de LIXARTE, realizada em 1992, na Cooperativa Árvore, em que explora a relação existente entre a arte como lixo e o lixo como arte – Quem vê lixo não vê arte e quem vê arte não vê lixo. Sempre cáustico, quando entrava numa livraria referia-se ao que enchia as estantes como lixeratura.



Cartaz da Exposição Lixarte na Cooperativa Árvore (www.triplov.com) e manifesto lixarte (www.po-ex.net)

Para terminar, vamos salientar também aquela que foi talvez uma das suas mais incríveis criações, o guarda-nada, que mais não era que uma estrutura metálica do esqueleto de um guarda-chuva, assente numa base em pedra.

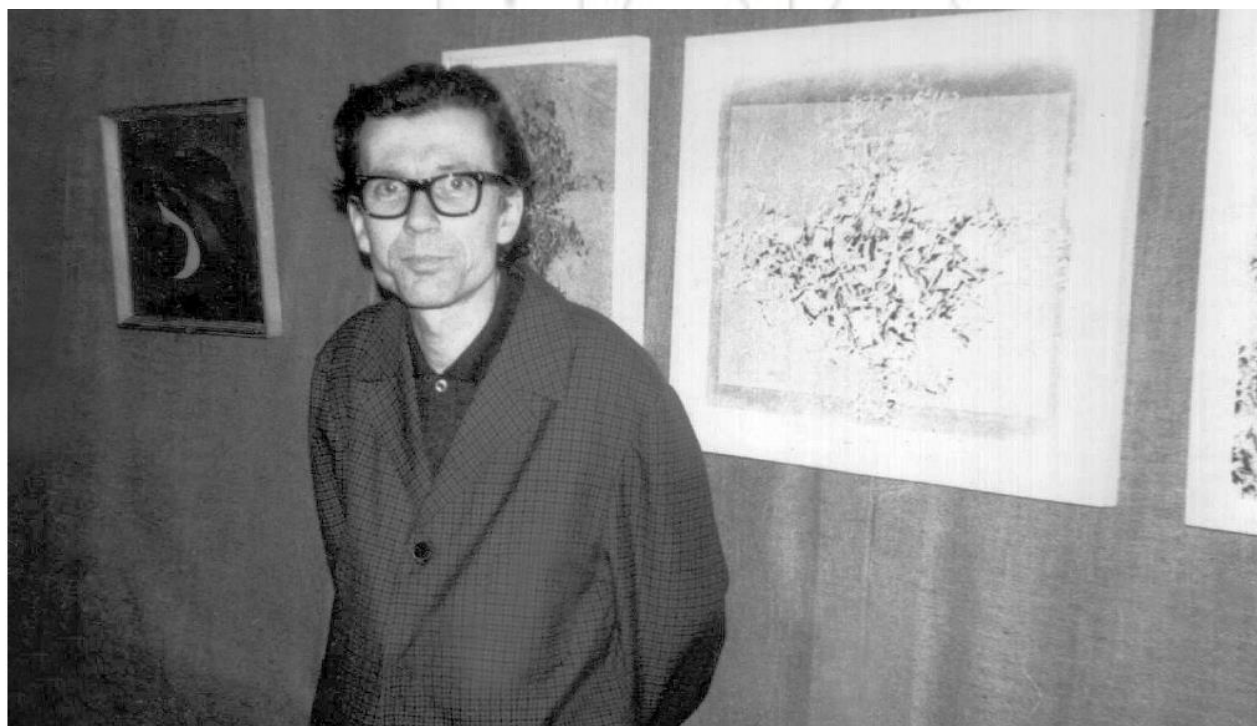


Foto tirada durante uma Exposição na desaparecida Quinta do Visconde, na Maia, em 4 de julho de 1970

Grande parte da sua obra é autobiográfica, sendo reveladora de alguns aspetos e características interessantes sobre o artista, nomeadamente as suas convicções e dúvidas, doenças e angústias, o seu constante inconformismo e alguns traços da sua personalidade.

Faz-se de seguida uma listagem das revelações autobiográficas da sua obra que consideramos mais pertinentes:

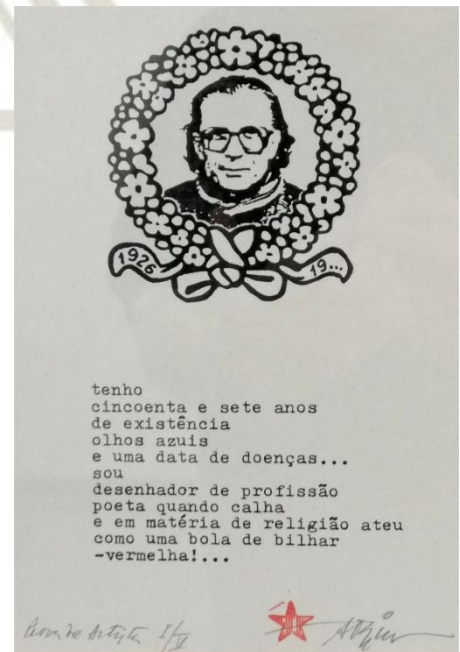
- Ou sou poeta / Ou louco! / Por que sou um homem / E nunca deixei de ser a criança que já fui. In, O Voo do Morcego, 1962.

- ...à guiza de achega para o possível visitante da exposição aqui ficará narrada a seguinte história de desencanto: - era uma vez um esqueleto amarrado e mal vestido onde moravam três pessoas – um cidadão, um artista e um desenhador industrial. Imiscuíam-se, é certo, mas esforçavam-se por manter unidade, paz e coerência. In, Edital realizado para a exposição individual realizada na Galeria Alvarez, na Rua da Alegria, na cidade do Porto, inaugurada em 29 de maio de 1968.

- tenho cinquenta e sete anos de existência / olhos azuis e uma série de doenças / sou desenhador de profissão / poeta quando calha / e em matéria de religião ateu como uma bola de bilhar – vermelha! In, O futuro defunto que se parece comigo, 1991 (publicado pela primeira vez em 1983 e reproduzido ao lado.

- ...auto didacta insurrecto e panfletário...duma maneira geral não gosto das teorias que li ou televi nem dos gajos que as pariram. In, Poemografias, 1985.

- ...os poetas que mais admiro são os camponeses e os artífices. E os poemas mais belos e gostosos são o pão, a água, o olhar das crianças, uns seios de mulher, o vagabundear pelo porto, embalagens esmagadas pelo rodado dos carros contra o piso das ruas, o sol, a chuva, as árvores. In, Poemografias, 1985.



Em finais dos anos cinquenta ou início dos anos sessenta do século XX, foi atingido por uma doença que lhe afetou as articulações e lhe deformou o esqueleto. Diagnosticada à altura como reumatismo, a doença provocou-lhe uma curvatura anormal da coluna que levou ao aparecimento daquilo a que normalmente chamamos corcunda.

Não chegou a casar e não deixou descendência. A sua companheira de sempre foi a gravadora Maria Augusta de Sousa, também uma artista plástica que se destacou na monotipia, técnica de impressão muito simples e que mais não é que um processo híbrido entre a pintura, o desenho e a grava.

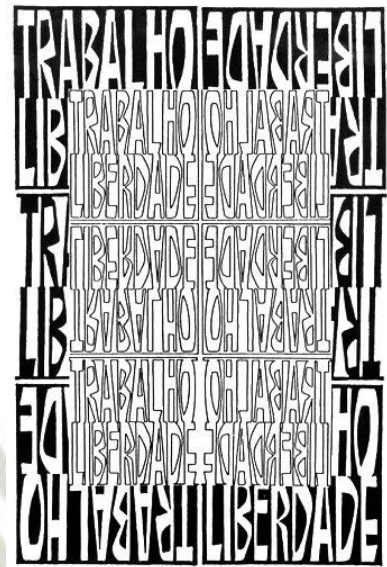
Entre as suas obras destacam-se as seguintes: O Voo do Morcego (Edição de autor, 1962); Lidança (1968); Carta a Vinicius (1969); Carta ao crítico d'arte Rui Mário Gonçalves...a propósito do primeiro cinquentenário da morte do pintor Amadeo de Souza-Cardoso, Porto, Livraria Escolar Infante, 1969; Despertador, Maia, Gráfica Maiadouro, 1974; Dia de pica boi, Maia, Gráfica Maiadouro, 1983; (COLAGE)Manifesto vermelho, 1976, Poéticas visuais, 1985;



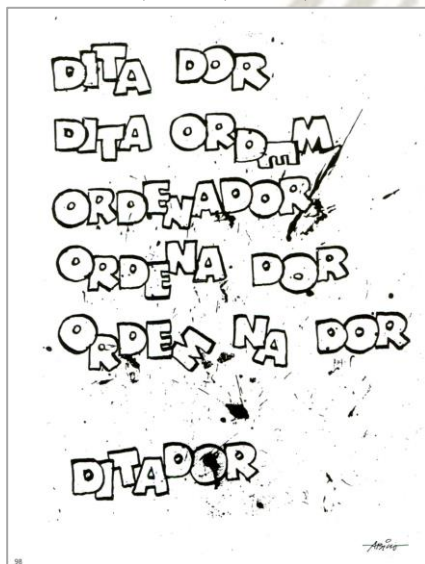
Despertador, 1974

Trabalho/liberdade, 1987; Manifestos LIXARTE, Maia, 1987; *Corporis christi*, 1991; T'arrenego, 1991; O futuro defunto que se parece comigo, 1991; Interrogações, 1991; Gente da poesis, 1991; Poemas para Montagem: O Equilibrista, Porto, Editora A. Santos, 1992; Reagan: Aí está o “Tio Sam”, 1991; Diálogos imprevistos, 1992; Tríptico Tripeiro, sem data e bala(da) 3 KKK, sem data.

Participou nas seguintes exposições individuais: Galeria Divulgação, Porto, 1959; Sala da Sereia, Porto, 1962; Galeria Borges, Aveiro, 1964; Galeria Borges, Aveiro, com a gravadora Maria Augusta, 1965; Galeria Árvore, Porto, com a gravadora Maria Augusta, 1965; Galeria Borges, Aveiro, 1966; Galeria Alvarez, Porto, 1968; Exposição Protesto, Galeria Árvore, Porto, 1969; Grande Casino Peninsular, Figueira da Foz, 1969; Obras de 1957/1969, Maia, 1970; Galeria Ulmeiro, Lisboa, 1970; O Bigode



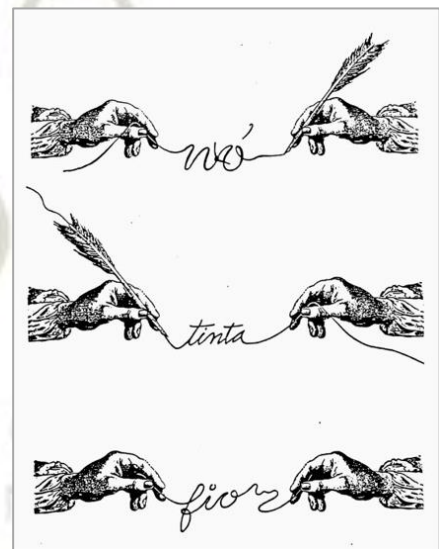
Trabalho/liberdade, 1987



Ditador, 1980

no Espelho, Galeria Árvore, Porto, 1970; Obras de 1957/1972, Liceu Nacional de Garcia da Horta, Porto, 1973; Breve Retrospectiva, Galeria Abel Salazar, Porto, 1975; Poesia Concreta, Escola Secundária da Maia, Maia, 1979; Abecedário, Galeria Árvore, Porto, 1980; Poesia Visual, Escola Secundária Soares dos Reis, Porto, 1981; Poesia Visual, Escola Secundária Infante D. Henrique, Porto, 1982; Poesia Visual, Escola Secundária da Maia, Maia, 1983; Poéticas Visuais, Atelier 15, Lisboa, 1985; Escrita, Escola Superior de Jornalismo, Porto, 1986; Poemas Visuais de Abílio, 6.º Festival de Poesia no Condado, Salvaterra de Miño, Galicia, 1986; Trabalho/Liberdade – *Corporis Christi*, Galeria Árvore, Porto, 1992 e Lixarte, Galeria Árvore, Porto, 1992.

Exposições coletivas: Quadlog – Arlington Quadro, Gloucestershire, Inglaterra, 1968; Os pintores estão com as crianças, Galeria Jornal de Notícias, Porto, 1974; II Encontros Internacionais de Arte, Viana do Castelo, 1975; III Encontros Internacionais de Arte, Póvoa de Varzim, 1976; Poéticas Visuais, Museu de Arte Contemporânea da Universidade de S. Paulo, Brasil, 1977; XIV Bienal de S. Paulo, Brasil, 1977; I Bienal de Artes Plásticas da Festa do Avante, Lisboa, 1977; IV Encontros Internacionais de Arte, Caldas da Rainha, 1977; A Literatura na Revolução, Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, Porto, 1978; I Bienal Internacional de Arte de Vila Nova de Cerveira, 1978; A Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto e a Constituição, Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, Porto, 1978; II Bienal de Artes Plásticas da Festa do Avante, Lisboa, 1979; II Bienal Internacional de Arte de Vila Nova de Cerveira, 1980; XVI Bienal de S. Paulo, Brasil, 1981; III

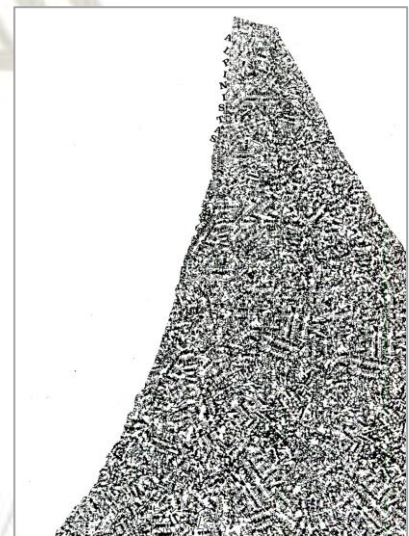
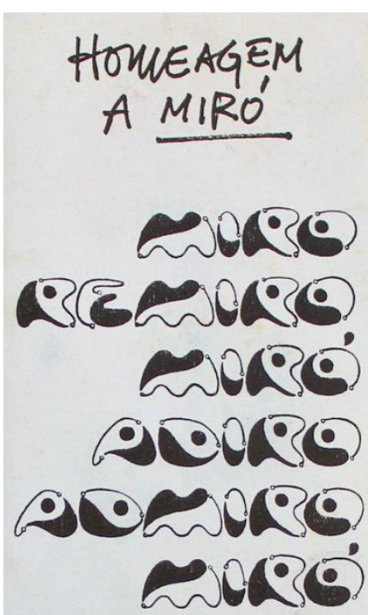


Escrita, 1992

**Corporis Christi, 1991**

Rocha, Figueira da Foz, 1987; International Artists Book Exhibition, István Kiraly Museum, Székesfehérvár, Hungria, 1987; II Bienal Internacional de Poesia Visual y Alternativa en México, Universidad Autonoma de Puebla, Universidad Veracruzana de Xapala e Conservatório Nacional de Música, Cidade do México, México, 1988; Book as Artwork, Centrale Bibliotheek Rijksuniversiteit, Bélgica, 1988; 1.^a Mostra Internacional de Poesia Visual de S. Paulo, Centro Cultural de S. Paulo, Brasil, 1988; Poesia: Outras Escritas, Novos Suportes, Museu de Setúbal, Setúbal, 1988; Concreta. Experimental. Visual – Poesia Portuguesa 1959-1989, Università di Bologna, Itália, 1989; Concreta. Experimental. Visual – Poesia Portuguesa 1959-1989, Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris; Maison de l'Europe, Bordéus, França, 1990;

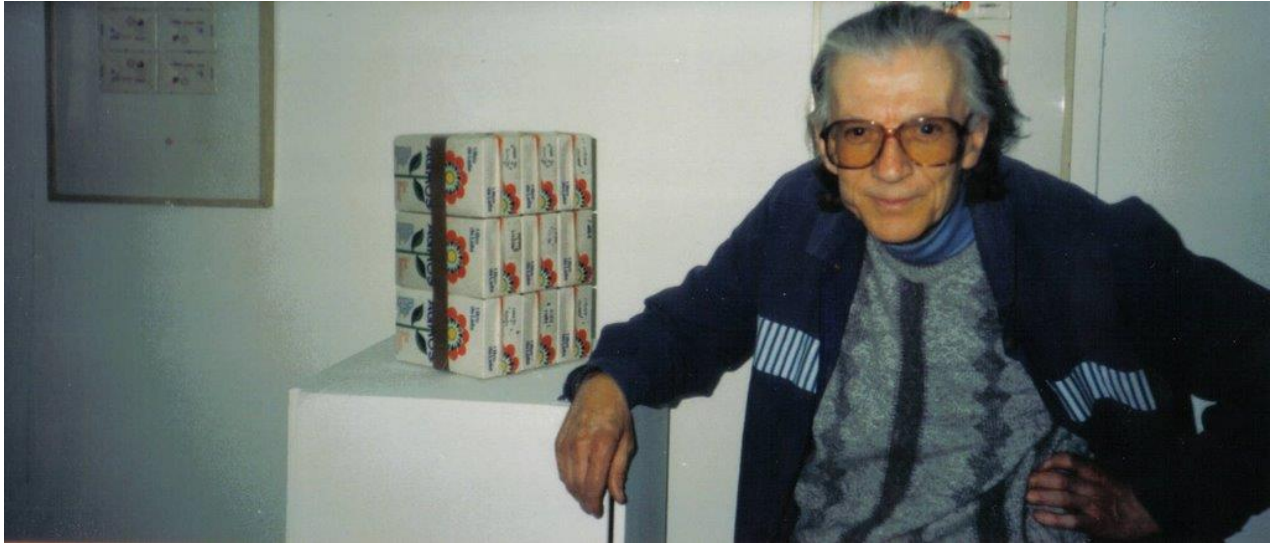
Bienal Internacional de Arte de Vila Nova de Cerveira, 1982; Visualog 2 – Visual Poetry and Language Art Exhibition, Cuesta College Gallery, San Lois Obispo, CA, USA, 1984; IV Bienal Internacional de Arte de Vila Nova de Cerveira, 1984; Poemografias – Exposição Itinerante, Lisboa, Torres Vedras, Évora e Coimbra, 1985; Primeira Bienal Internacional de Poesia Visual y Experimental en Mexico, Cidade do México, México, 1985; Um Rosto para Fernando Pessoa, Centro de Arte Moderna, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985; O Poeta é um Fingidor, Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, Porto, 1985; Murmúrios, Atelier 15, Lisboa, 1986; Retítulos, Atelier 15, Lisboa, 1987; Mappedell'Imaginario, Galeria Il campo, Cava dei Tirrene, Itália, 1987; 1.^o Festival Internacional de Poesia Viva, Museu Municipal Dr. Santos

**O alpinista 1980****Homenagem a Miró, 1986**

III Bienal Internacional de Poesia Visual, Experimental y Alternativa, Cidade do México, México, 1990; Visualog 3 – Third International Exhibition of Visual Poetry and Language Art – Alternatives, San Lois Obispo, CA, USA, 1990; Copy Art, Biblioteca Pública de Vila Nova de Gaia, V. N. Gaia, 1990; Concreta. Experimental. Visual – Poesia Portuguesa 1959-1989, Université Lyon II, França, 1991; Mostra Internacional de Poéticas Visuais, Museu de Arte Contemporânea de Americana, Americana, Brasil, 1991; The 2nd. International Visual Poetry Exhibition Melbourne 1991, Linden Gallery, Acland St., St. Kilda, Austrália, 1991; Visualog 4 – A Touring International Exhibition of Language Art and Visual Poetry, Mid-Hudson Arts & Science Center, NY, USA, 1991 e Electrografias, Casa de Bocage/Galeria Municipal de Artes Visuais, Setúbal, 1991.

Foram publicadas as seguintes entrevistas do artista: Jornal de Notícias, Suplemento Literário, em 12 de maio de 1966, por José Viale Moutinho; Voz Portucalense, em 23 de dezembro de 1972, por Germano Silva e Diário de

Notícias, Inquérito Literário, Caderno 2, em 18 de agosto de 1991.



Abílio Santos ao lado de “Totem”, em exposição do autor, realizada em abril de 1992

Abílio José Ferreira dos Santos faleceu a 26 de dezembro de 1992, na freguesia de Paranhos no concelho e cidade do Porto, estando o seu corpo sepultado no cemitério da Maia, na capela do Visconde de Barreiros, de quem era familiar.

À sua morte, e como forma de homenagem, a autarquia atribuiu o seu nome a um pequeno arruamento, a Vereda de Abílio José Santos. Em 1999, a sua obra foi apresentada no Museu de Serralves, integrada na exposição PO-EX. Em 2001, teve trabalhos seus expostos no Museu de Serralves, no âmbito da exposição Porto 60/70: os artistas e a cidade. Em 2007, no âmbito da I Bienal de Artes de Milheirós, que decorreu no Centro de Exposições da Junta de Freguesia, esteve patente ao público uma exposição com trabalhos de Abílio José Santos. Em 2018, também a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto realizou nas suas instalações, na Rua Rodrigues Sampaio, 140, na cidade do Porto, entre os dias 8 de junho e 6 de julho, uma exposição denominada Guardador de Nada, apenas com trabalhos de Abílio Santos.

Em 2019, o Pelouro da Cultura Câmara Municipal da Maia organizou no Fórum da Maia uma exposição sobre o artista, com o título Abílio-José Santos. Revelação: Concretos e Visuais. Em formato atípico, a exposição foi prolongada no tempo, sendo completada ao longo de três momentos, distribuídos ao longo de três anos. O primeiro momento da exposição decorreu entre os dias 4 de julho e 8 de setembro. Em simultâneo com a exposição das obras do artista, foram desenvolvidas algumas atividades paralelas: com o título "re:A-JS (deve ler-se reage-se)", alguns textos de Abílio foram interpretados por atores e, recorrendo ao uso da tecnologia, muitas das suas obras foram recodificadas digitalmente, através de processos de animação, geração textual combinatória e instalações interativas; foram distribuídos pela cidade mupis, expositores de publicidade de dimensões médias e em formato de cartaz, protegidos por um





Atchim, 1980

vidro, com as obras do artista; uma oficina para crianças, com a designação Experimentos Poéticos a partir da obra de Abílio-José Santos e visitas guiadas às exposições.

Abílio Santos deixou para a posteridade um enorme espólio que, apesar de estar praticamente todo divulgado na internet, no Arquivo Digital da Poesia Experimental Portuguesa (PO-EX), encontra-se ainda nas mãos dos familiares. Esperamos que esta biografia possa contribuir não só para o reconhecimento artístico e para a divulgação da obra de Abílio José Santos, mas também para alertar as entidades concelhias responsáveis pela preservação e divulgação do património cultural e artístico do concelho, da necessidade urgente de criar um espaço próprio para acolher este espólio e promover a sua divulgação e valorização. Afinal de contas estamos a falar de um homem que nasceu e viveu na Maia praticamente toda a sua vida, cujo nome e obra ultrapassaram fronteiras, sendo mesmo uma referência internacional da poesia experimental portuguesa.

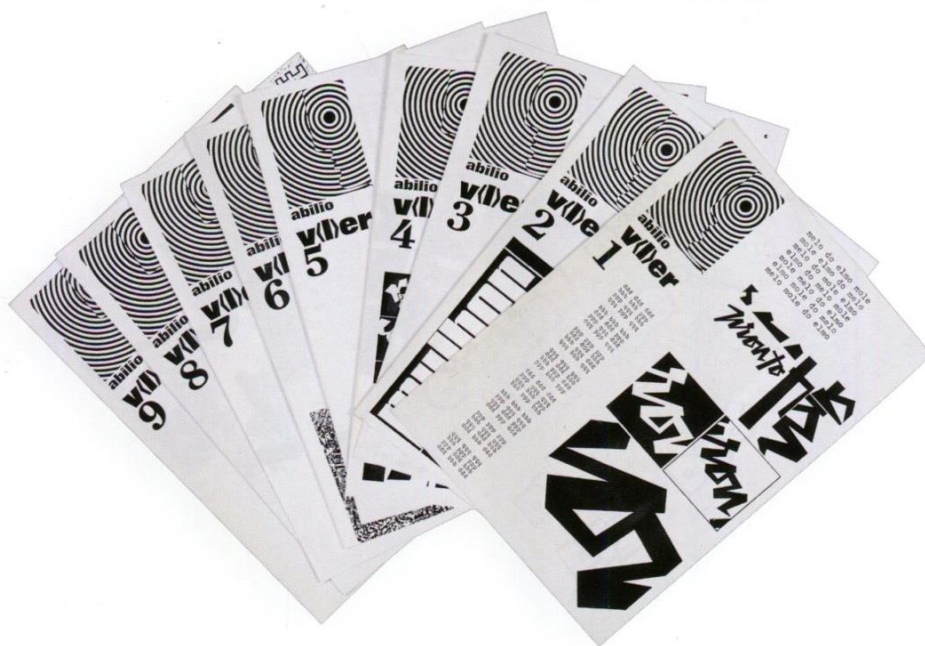
Notas e referências:

* Professor. Investigador de História Local.

¹ Este texto constitui, com ligeiras alterações um capítulo do livro do autor intitulado *Ilustres da Maia – Biografias*, Volume II

Conservatória do Registo Civil da Maia – Registo de Nascimento de 1926, Livro 2.º Fls. 167.

Conservatória do Registo Civil de Santo Tirso – Assento de Nascimento n.º 12520 do ano de 2013.



V(l)er, 1987. Série de 9 boletins, Impressão offset 21x29 cm em <https://po-ex.net/tag/abilio/>

Outros tempos Desfolhadas e Vindimas¹

Natália de Oliveira*

Resumo: Tudo muda com o tempo, e as práticas agrícolas também. Com este trabalho a autora traz-nos o resultado de recolhas e memórias do “como se fazia” noutros tempos, nomeadamente na sua juventude. E como aquilo que hoje já são apenas técnicas, com interesse económico, eram verdadeiros rituais coletivos de grande importância na comunidade.

Palavras-chave: Desfolhada, milho-rei, vindima, adega, alambique.

As desfolhadas na aldeia

Não era só em Cidadelha que se faziam desfolhadas. Esses momentos de trabalho festivo resultavam da necessidade sentida pelos lavradores de verem, em cada ano, a sua produção de milho atempadamente resolvida e armazenada. Como a desfolha era a fase mais demorada depois da colheita, as desfolhadas com grande número de participantes eram a maneira prática e barata de solucionar o problema. Só que em vez de contratarem jornaleiras para essa tarefa, tendo de lhes pagar, convidavam a gente da vizinhança, aliciando-a com uns petiscos e umas pingas, mais uns dançaricos no final da lida. A juventude procurava não faltar, contando também com a expectativa de uns abraços... se o milho-rei ajudasse. Por isso, os lavradores contavam sempre com ela.

*

Em Cidadelha, algumas das grandes casas de lavoura (e às vezes até as de menor dimensão) também organizavam desfolhadas.

O Verão passava, com os dias a perderem, lentamente, o seu tamanho. E ameno ia ficando o calor que fizera despontar e vingar as novidades agrícolas que, em tempo útil, as sementes lançadas à terra tinham germinado. Nos campos, os milheirais perdiam a clorofila, amarelecendo a toda a pressa, avisando que estava a chegar a hora de serem segados.

Maduro, o milho começava a chegar, em carros de bois, a casa do lavrador. Descarregado, na eira ou no quinteiro ou mesmo no coberto grande que ficava por baixo da barra, conforme o mais adequado daqueles espaços à quantidade de milho a desfolhar e à acomodação dos participantes nessa tarefa, lá ficava à espera...

O anúncio/convite já estava feito à vizinhança, para aparecer no dia indicado, normalmente o sábado à noite. E na tarde desse dia já a azáfama era visível, pois era preciso espalhar o milho de modo a que todos os participantes tivessem acesso a ele sem se atropelarem uns aos outros, até porque a adequada acomodação também permitiria que a tarefa rendesse mais. Por isso importava também não esquecer algumas cadeiras ou outra espécie de assentos, em forma de banco corrido, que a capacidade de improviso resolvia com umas tábuas apoiadas em tarolos de pinheiro. Mas a rapaziada, sempre criativa, até empoleirada na cabeçalha de algum carro de bois que por ali ficasse, ou mesmo de pé, não iria perder a motivação nem tempo, pois quanto mais depressa a freima terminasse, mais tempo haveria de sobrar para o dançarico final.

À noite, à luz de lâmpadas de 40 velas que duas ou três improvisadas extensões distribuíam pelo recinto, era um tal restolhaço. Gente solteira e casada animava a lida, onde a expectativa de uma espiga vermelha se confundia com ansiedade, acelerando corações.



Desfolhada maiata em finais do séc. XIX

De repente, o milho-rei dava sinal. E a moça presenteada se levantava espontaneamente, com uma espiga na mão, a anunciar o achado, para, seguidamente, ter de cumprir a tradição, submetendo-se ao dever de abraçar toda a gente. E no meio de alegre alvoroço, havia sempre um rapaz maroto que se aproveitava da circunstância e, não deixando o abraço sem resposta, cascava-lhe também um beijo, corando a face da rapariga. Valia-lhe a pouca luminosidade do ambiente, que disfarçava o seu embaraço.



Desfolhada maiata em meados do séc. XX

A visita dos serandeiros já tinha acontecido. Bem disfarçados, com as suas travessuras e palavreado habituais a fazerem rir uns e a pôr outros a pensar, acabaram por desandar antes que o pessoal adivinhasse quem eram.

Terminada a desfolha, as espigas já armazenadas na casa-da-eira e a palha amontoada em sítio que não estorvasse, era chegado o momento de petiscar alguma coisa que a dona da casa tinha já preparado e, numa cesta de vime, fazia chegar a toda a gente. Atrás, o patrão, com uma grande infusa, ia enchendo os copos de quem queria provar o verde da casa.

Entretanto, os tocadores de concertina, cavaquinhos e violões, que tinham chegado cedo e no decorrer da desfolha já tinham afinado e experimentado os seus instrumentos, davam início à última parte da noite. E ao ritmo da chula e do malhão, uma vez por outra acompanhando quem se atrevia a exhibir-se nas cantigas apropriadas àquele momento, punham toda a gente numa roda-viva, a bater o pé até à meia-noite.

Meia-noite que, para a gente solteira, parecia chegar antes da hora. Mas era a hora marcada por quem nela ainda mandava. E ordens eram ordens e tinham de ser cumpridas.

Em tempo de vindimas

Aldeia de lavradores, fazia parte da sua economia, como uma das vertentes da actividade agrícola, a produção de vinho para consumo doméstico e para comerciar. As ramadas, a que também chamam latadas, cobriam as orlas dos campos, das cortinhas, dos quintais, e ainda refrescavam, no Verão, com a sombra que faziam, noras, tanques, quinteiros e outros logradouros, mesmo em casas que não eram propriamente casas de lavoura.

Cuidar das ramadas dava trabalho, despesa e exigia adequado saber, desde a poda e a enxertia, que tinham de ser bem feitas e no tempo certo, ao combate às pragas que todos os anos atacavam, com maior ou menor intensidade, as videiras. Combate que era feito com a pulverização à base de enxofre em pó e de caldas bordalesa. Estes produtos acabaram por dar lugar a outras combinações químicas, originando o desuso do enxofre em pó e da calda bordalesa que, quando utilizada, mudava a cor às ramadas, deixando-as pintadas de azul-turquesa.



Vindima em finais do séc. XIX

Às castas mais comuns chamavam azal, espadeiro, moscatel e vinhão. Mas havia outras, e dessas, as conhecidas como uvas americanas, consideradas bravas, embora toda a gente gostasse delas como sobremesa ou acompanhadas com um naco de broa, como merenda.

Dizia-se que essa casta, oriunda do continente americano, em Portugal passou a ser permitida só em pequenos espaços, como quinteiros e redutos de noras, ou para ser enxertada, depois da lei de 1935 que obrigou ao corte geral das suas cepas. Meu avô Martins, e outras pessoas de cá, tiveram de se sujeitar a tal obrigação, mas algumas videiras sobreviveram até hoje. Essa redutora lei estava relacionada com o aparecimento da filoxera na vitivinicultura europeia, e dizia-se que era para evitar a propagação dessa praga. Mas a razão terá sido de outra ordem, visando a preservação das castas europeias, cuja produção era quantitativamente menos rendosa. De facto as videiras americanas produziam muito mais, embora o teor de álcool nesse vinho de aroma frutado, a que também chamavam morangueiro, fosse relativamente baixo. Na Casa da “Poças”, nessa altura a última casa na rua que desce para Gondim, havia uma com mais de 20 cm de diâmetro que todos os anos produzia cerca de uma pipa. Só ela cobria todo aquele amplo quinteiro



Vindima em meados do séc. XX

Os meses iam passando. Os vinhedos amadureciam e nas casas que os tinham já andavam a contas com a inspecção e manutenção das dornas e das pipas que tinham de estar operacionais no momento de receberem as uvas e o vinho. Depois de testado o vasilhame com o tradicional suadouro², que às vezes por si só resolvia problemas menores, havia que deitar mão da habilidade e competência que a necessidade já tinha transformado em prática, para remediar algumas situações mais complexas, e toca a deitar mãos à obra. Substituir uma aduela ou calafetar um tampo com estopa e resina de pinheiro não podia ficar para a última hora. Mas se a coisa fosse mesmo complicada, a exigir desempenho profissional, lá estava o “Parente” Arnaldo³, mestre nessa arte e noutras onde a garlopa e a enchó fossem ferramentas utilizáveis. Por isso, nesta ou naquela casa já havia sinais de trabalho de tanoeiro, fosse ele desempenhado pelo dono, se tinha jeito para essa tarefa, fosse por operário do ofício, ouvindo-se, de vez em quando, o golpe metálico do martelo

sobre a tangedeira, peça de ferramenta também conhecida por *chaço*⁴, no aperto dos arcos desse vasilhame.

O Verão chegava ao fim. Nas ruas de Cidadelha os carros de bois carregados de milho, de feno, de mato ou mesmo de caruma, de cuja apanha também era época, iam dando vez aos carros de bois transportando dornas, escadas de madeira, gigas e canistréis. Desciam a aldeia até aos campos, de onde regressavam com as dornas cheias de uvas. As brancas eram as primeiras a ser colhidas, pois amadureciam mais cedo. Depois as tintas, sempre em muito maior quantidade.

A esse sobe-e-desce de carros de bois juntava-se o calor humano. As mulheres, casadas e solteiras, eram em maior número. Os homens, um ou dois filhos do agricultor e o criado (moço de servir) onde o havia. E nos primeiros dias, até a criançada por ali andava também, quando a deixavam, pois tinha tempo livre para isso, porque a escola, a Escola Primária, só começava no dia 7 de Outubro, como estava estabelecido.

Toda a gente tinha trabalho específico. Ao mulherio cabia a colheita dos cachos, subindo e descendo escadas, numa época em que as calças eram só para os homens. Trabalho alegre, abrilhantado com as recatadas brejeirices daquele tempo. Mas às vezes, e sempre na hora certa, lá saía uma palavra menos própria – palavra grande – para apimentar o convívio, mas sem ofender ninguém. E no meio do palavreado, mais um canistrel era despejado nas gigas que, quando cheias, ficavam à espera de que, algum dos homens, por serem mais possantes, as transportassem, ao ombro, até às dornas sobre os carros de bois. E no solo, ao mesmo tempo que dava largas às suas brincadeiras, a criançada ocupava-se a apanhar as uvas que se desprendiam dos cachos no momento em que eram colhidos, mas não havia ordem de olhar para cima.



Dorna com uvas e espremedeira cheia com mosto.

Nas casas de lavoura os lagares enchiam-se de cachos. Normalmente um esmagador de rolos, manual, era meio caminho andado para se levar a cabo a fase seguinte da produção do verde vinho. Havia quem só deitasse mão desse processo de transformação das uvas em mosto, e quem, aproveitando-o, não dispensava também a actividade pedestre com o propósito de obter um vinho mais encorpado e mais rico de sabor e aroma e, no caso do tinto, de cor mais intensa. Daí a importância que atribuíam a essa modalidade de esmagar as uvas com os pés.

Esse processo de preparação do mosto estava na origem das pisas ou pisadas enquanto momentos de alegre cavaqueira e colaboração da gente moça. Como é sabido, as pisadas não eram exclusivas de Cidadelha, até porque ainda têm lugar em muitas localidades do país e, tal como as desfolhadas, aconteciam por necessidade de mão-de-obra (neste caso de “pé-de-obra”) de baixo custo ou mesmo de graça, que levava os lavradores a anunciarem antecipadamente esses serões, contando com a presença da rapaziada do lugar.

Depois de jantar (naquele tempo chamavam-lhe ceia), alguns jovens, uns já adultos outros ainda não, iam aparecendo. A porta abria-se e o dono da casa, depois de lhes dar as boas vindas e agradecer a colaboração, tratava de os conduzir ao lagar, junto ao qual um ou dois alguidares com água morna os esperavam para o “lava-pés” com que davam início ao ritual que duraria duas ou três horas, consoante a quantidade de uvas a pisar.

No final, com o mosto já no ponto e as pernas cansadas de tanto caminhar no mesmo sítio, os pisadores saltavam do lagar e voltavam aos alguidares para terminarem como tinham começado. E depois de trocarem os calções pelas calças, iam até à cozinha onde havia umas rodela de chouriço a acompanhar com um naco de broa e um bom copo de tintol da colheita anterior.

Estava a faina terminada e cada um havia que regressar a casa sem perder tempo, pois no dia seguinte, se era dia de semana, era também de trabalho, a que, cada qual no seu ofício, não devia faltar para não ficar mal visto.

Seguia-se o período de fermentação do mosto e a sua transformação em vinho, acompanhada pela atenção do dono da casa que, na altura adequada, servindo-se de cântaros de barro ou de cobre, o passava para as pipas, onde acabava de se apurar com a ajuda de Baco, para que a 11 de Novembro o São Martinho gostasse da prova que viesse fazer.



Tratando do vinho

Mas como até ao lavar dos cestos ainda era vindima, a labuta continuava. E a Casa do Moutinho ia chegando o bagaço seco que já tinha dado vinho nas casas de onde saíra e ainda havia de dar aguardente, e da boa, na casa aonde chegava.

A Casa do Moutinho, de Manuel Moutinho Alves que era agricultor, empresário de camionagem e o Regedor da freguesia, era a última casa no caminho a que mais tarde haveriam de dar o nome de Rua do Pisco. Caminho estreito, em macadame, onde só passavam transeuntes, carros de bois e o antigo automóvel do dono da casa.

Apesar de escondida ao fundo desse caminho, a Casa do Moutinho era conhecida de toda a gente de Cidadelha e das aldeias circunvizinhas. Lá existia um alambique vocacionado para a produção de aguardente a partir do bagaço de uvas, laborando sobretudo em tempo de vindimas, embora essa actividade se prolongasse por algumas semanas após o fim da colheita, pois quase todo o bagaço resultante da produção vitivinícola em Cidadelha ia lá parar.



Alambique

Era ver, nesses dias e a qualquer hora, carros de bois, carros de mão e mulheres de giga à cabeça a tomarem a direcção do velho e estreito caminho que os conduzia a Casa do Moutinho.

Quem se responsabilizava pelas quentes e alcoólicas instalações, onde a queimante bebida se produzia, e por todo o processo de destilação era um cidadão de Ferreiró que sabia do ofício.

Chefe de família e senhor de um saber ancestral, era pobre de haveres materiais. Mas era “Conde” de alcunha.

O tempo passou e quase tudo mudou. Dos carros de bois carregando dornas, passou-se a ver tractores com atrelados de caixa aberta a roncarem e a poluírem as ruas que dantes só se sujavam com bosta de boi que não cheirava mal. A própria produção de vinho veio diminuindo. As ramadas ficaram abandonadas, caindo ou sendo propositadamente destruídas. A maior adega de Cidadelha, que só num ano encheu 173 pipas⁵, acabou. O gosto e o consumo de vinho vieram sendo alterados em favor de consumíveis artificiais com que o chamado desenvolvimento civilizacional nos tem invadido. Hoje, as vindimas em Cidadelha não têm expressão social, nem cultural nem económica. A aldeia perdeu uma das suas genuínas riquezas.



Na Maia, carro de bois transportando uma pipa de vinho, 1937

Notas

* Investigadora que muito bem cultivava as suas memórias e as da sua Terra.

¹ Este texto, com ligeiras adaptações foi utilizado para o livro da autora “*Os Campos da minha Aldeia*”

² Suadouro consistia em deitar água fervente dentro da pipa, em quantidade adequada, abatocar a pipa e rolá-la e balanceá-la de modo a que a água passasse por todo o seu interior. Se a pipa vertesse, daria logo sinal, e se a fuga não fosse significativa a própria água quente fazia inchar a madeira e a vasilha deixava de verter.

³ Residia em Gondim, mas a sua presença em Cidadelha era frequente. “Parente” Arnaldo. Assim era conhecido por toda a gente do lugar. Embora tivesse ligação de parentesco apenas com duas famílias de cá, acabou por se tornar “parente” de todos, pois todos o tratavam por tal.

⁴ Cf. Sandra Nogueira, *Tanoaria no Concelho do Cartaxo – O Reinventar da Tradição*

⁵ Cf. Sérgio Sá, *Memórias de uma Aldeia...*, p. 72.

Créditos fotográficos: António Azevedo e José Maia Marques

A Biblioteca Municipal da Maia no ano em que cumpriu um quarto de século

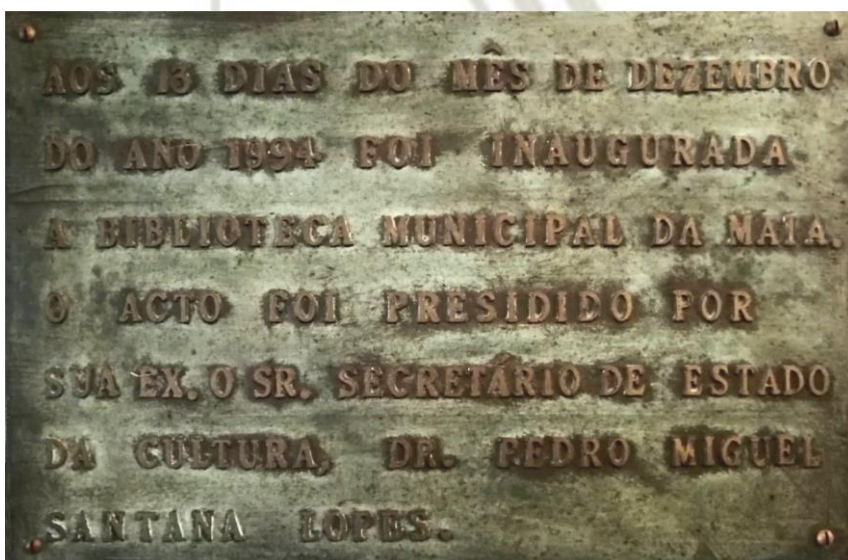
Miguel Azevedo*

Resumo: Neste ano de 2019 cumprem-se 25 anos sobre a abertura da Biblioteca Municipal Dr. José Vieira de Carvalho. A Biblioteca criou um conjunto de atividades sob a designação genérica de “Todos à Biblioteca. É do resultado dessas atividades que aqui damos conta.

Palavras-chave: Biblioteca, leitura, feira do livro, concurso nacional de leitura, plano municipal de leitura

Todos à Biblioteca

“Todos à biblioteca” foi o mote escolhido para celebrar, durante o ano de 2019, o aniversário da Biblioteca Municipal da Maia, aberta ao público desde 1994. Com este mote pretendia-se, antes de mais, que cada utilizador sentisse a Biblioteca como sua (como na verdade o é) e além disso que passasse a palavra trazendo consigo novos utilizadores, novos leitores. Para tal a biblioteca foi



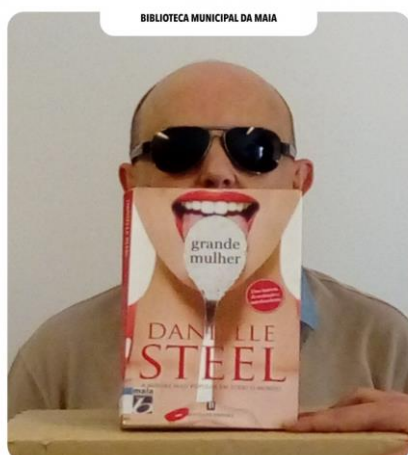
Placa que assinala a inauguração da Biblioteca - 1994

introduzindo novos serviços, e melhorando outros, que promovessem a autonomia dos seus utilizadores sendo exemplo disso mesmo a implementação da estação de auto empréstimo e a melhoria nos recursos informáticos/internet.

Enquanto centro da rede concelhia a Biblioteca, através das doações que vai recebendo, conseguiu disponibilizar às Bibliotecas Escolares da Maia mais de 5.000 livros para enriquecimento dos seus fundos documentais.

Neste contexto foram produzidas duas exposições comemorativas para mostrar ao público os “interiores” da Biblioteca.

Uma, deu a conhecer verdadeiramente a cara dos nossos funcionários e por isso se designou de “Contra Cara – 25 anos, 25 rostos”.



EXPOSIÇÃO
CONTRA-CARA: 25 ANOS, 25 ROSTOS
3 JUN A 13 JUL



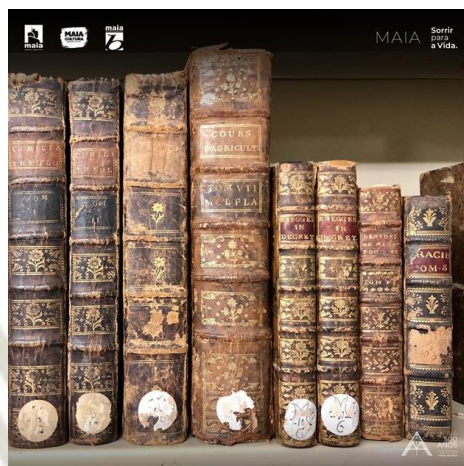
CONTACTOS: (+351) 22 940 86 38 BIBLIOTECABCM-MAIA.PT
INFORMAÇÕES: CM-MAIA.PT ENTRADA: GRATUITA



A outra, quis divulgar alguns dos mais valiosos e importantes documentos do acervo da Biblioteca - Os “tesouros” da coleção da Biblioteca Municipal da Maia. Exposição muito interessante para quem gosta de livros, já que os espécimes apresentados normalmente não se encontram em livre acesso.

Muito significativo também foi o facto de que pela primeira vez na história do Concurso Nacional de Leitura outro município, que não o Porto, acolheu a final intermunicipal correspondente à Área Metropolitana do Porto.

A Biblioteca Municipal organizou um evento que envolveu todos os municípios e cerca de 500 participantes, dos quais 199 de todos os níveis de ensino estavam a concurso, tendo sido apurados 8 para a fase nacional.



EXPOSIÇÃO
**OS «TESOUROS» DA COLEÇÃO DA
BIBLIOTECA MUNICIPAL DA MAIA**

9 A 28 DEZEMBRO SEG. DAS 18:00 ÀS 23:00 / TER. A SEX. DAS 09:30 ÀS 23:00 / SÁB. DAS 09:30 ÀS 22:30
BIBLIOTECA MUNICIPAL DA MAIA

A BIBLIOTECA MUNICIPAL INICIA O QUE PRETENDE SER UM CICLO DE EXPOSIÇÕES QUE PERMITAM DAR A CONHECER DOCUMENTOS QUE NORMALMENTE NÃO SE ENCONTRAM DISPONÍVEIS EM LIVRE ACESSO.



A Feira do Livro da Maia tem-se afirmado junto da comunidade como evento de referência, justificando por isso mesmo o investimento na continuidade e na sua evolução.

Houve uma aposta no alargamento deste evento, quer na localização, quer em número de stands para venda de



livros resultando num significativo aumento da qualidade do evento e número de visitantes.

Existiu uma aposta no alargamento deste evento, quer na localização, quer em número de stands para venda de livros resultando num significativo aumento da qualidade do evento e número de visitantes.

O CONTAMINA – Festival de Contos da Maia foi em 2019 finalmente uma realidade. Durante 3 dias a Biblioteca Municipal em parceria com a Cerra Livros, enquanto produtora, acolheu contadores para todos os gostos e para todos os públicos.



BOLSA DE MÉRITO CULTURAL – PROJETOS DE PROMOÇÃO DA LEITURA
PÚBLICO-ALVO: PODEM CANDIDATAR-SE A ESTA BOLSA ASSOCIAÇÕES CULTURAIS E PESSOAS EM NOME INDIVIDUAL PORTUGUESAS.



CONTACTOS: (+351) 22 940 86 38 BIBLIOTECA@CM-MAIA.PT
 INFORMAÇÕES: CM-MAIA.PT



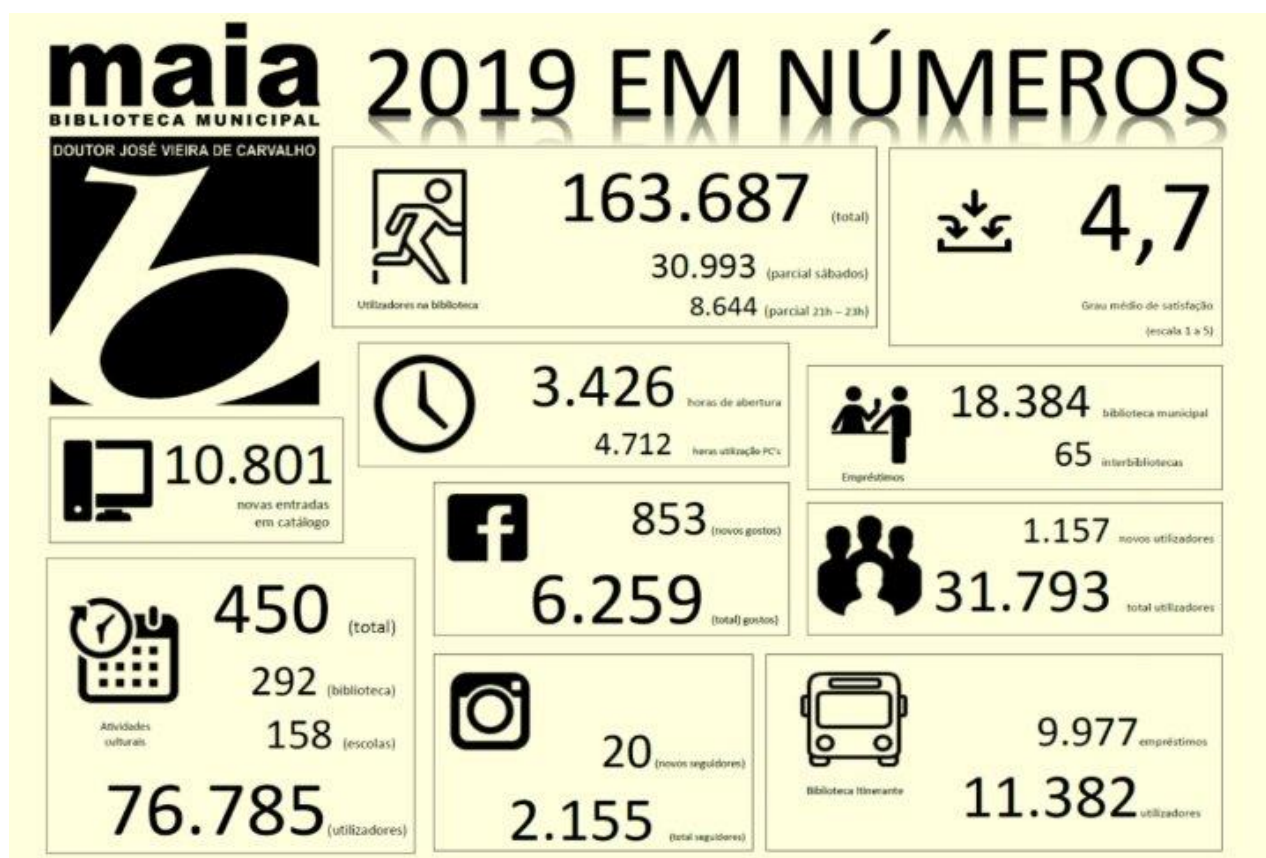
A primeira edição da Bolsa de Mérito Cultural – Projetos de Promoção da Leitura, no valor de 2.500€, e que visa premiar projetos inovadores a serem desenvolvidos no concelho da Maia, recebeu 12 propostas, tendo sido selecionada pelo júri a proposta intitulada “Na minha BD”.





A fechar o ano, e as comemorações, o dia 13 de dezembro, data da inauguração oficial, foi marcado pela assinatura do acordo, entre o Município da Maia e o Plano Nacional de Leitura, que institui o Plano Local de Leitura, que visa estabelecer as modalidades de cooperação entre as partes e os termos da implementação de um Plano Local de Leitura, que espelhe a centralidade desta competência de literacia na política municipal e assegure a participação do município numa política integrada de promoção da leitura.

O ano de 2019 foi, além de comemorativo, o ano de novos desafios, novos serviços, novos eventos, mas com o foco na missão de sempre, o acesso à informação e à construção do conhecimento, sensível aos estímulos da população maiata, fomentando a prosperidade e desenvolvimento dos indivíduos e da comunidade, indo deste modo ao encontro das suas necessidades informacionais, proporcionando-lhes um papel ativo e construtivo na sociedade contemporânea.



* Câmara Municipal da Maia – Chefe de Unidade da Biblioteca Municipal Dr. José Vieira de Carvalho

Na entrada Couço² e a propósito do Padre José Alves Moreira pode ler-se:

“O Pe. Alves não esteve muitos mezes n’esta Igreja que ela não fosse a concurso documental e logo provida de Parocho Collado do que elle muito se ressentiu, pois que aquillo pareceu uma vingança, e além d’isso dava-se muito bem n’aquella freguezia, era mesmo quasi adorado pelos seus parochianos e tinha promovido varios melhoramentos na sua Igreja inclusive alguns sinos novos fundidos em Braga; porque a esse tempo ainda não havia fundição em Moreira”.

Esta referência à fundição em Moreira chamou-me de imediato a atenção – se não havia ainda fundição em Moreira é porque houve depois! Então, as coisas começavam a ajustar-se, e a merecer um pouco mais de aprofundamento.

Ora mais adiante, na extensa entrada Moreira³, e a propósito das torres e sinos da Igreja de Moreira, o Padre Joaquim Antunes de Azevedo escreve:

“O sino novo para substituir o referido antigo foi refundido do mesmo metal do sino quebrado antigo, e tornando-se necessario empregar mais metal, pelo desfalque que ia sofrer o antigo na fundição, empregou-se metal usado, que parecia cobre de forrar navios, com outro metal que parecia estanho, como eu mesmo observei; pois que assisti a sua fundição em a noite d’oito para nove de Janeiro de 1871 [digo de nove para dez de Janeiro de 1871]. Foram seus fundidores dous irmãos, Joaquim Narcizo da Costa e José Narcizo da Costa, sineiros de Braga, vindos a Moreira expressamente para fundir aqui o sino, por reciar os de Moreira que indo o sino velho para Braga ou outra parte lhe trocasse o metal, muito principalmente constando que tinha ouro; pois era tradição que quando se fundio aquelle sino um Frade lançára um chapéu cheio de peças d’ouro de sete mil e quinhentos cada uma no metal em fundição. Era assim que se explicava o som armonioso e encantador do sino antigo de Moreira.

Foi o novo sino grande de Moreira fundido em aquella noite d’oito para nove de Janeiro de 1871 em a casa junto do logar do Padrão d’aquella freguezia que faz a quina a estrada e caminho publico que d’aquelle logar segue para o Nascente ficando-lhe ella pello Norte.

Era então esta casa occupada por Antonio Domingues da Silva, com casa de pasto e estalagem com uma dormida para carros e bestas que ficava pegada mas pelo Norte da referida casa da quina, e foi n’esta dormida que os sineiros estabeleceram a sua fundição fundindo-se aqui o actual sino grande de Moreira e continuando-se a fundir outros sendo os segundos os de Perafita, dados pela freguezia ou antes pelo Exmº Commendador Manoel Antonio da Silva.”



Foto do local. À esquerda o que restou do edifício original. A parte em tijolo corresponde ao local onde se fundiam os sinos.

Estava esclarecida a questão da terra preta e do local onde observei a sua extração. Tinha aí existido efetivamente uma fundição, ainda que temporária, que produziu sinos para a Igreja de Moreira mas também para Perafita e outros templos da zona.

Mas a história não acaba aqui, como sói dizer-se. Um pouco mais adiante, no texto que referi, surge a seguinte afirmação:

“Collocou-se o sino novo na torre e a primeira vista parecia não ficar mau sino, so de tão mais subido, porem não dizia bem com os outros dous que sempre se lamentavam com a falta do seu antigo companheiro, até que um d’estes dous, não sei como, acabou tambem, quebrou-se, e esperava-se que com a refundição d’esto segundo sino melhorassem os outros, ficando mais armoniosos, e é elle refundido na fundição de José Narcizo da Costa em 1882 junto da estação da linha-ferrea do Porto a Povia de Varzim, já na segunda fundição que aqui houve n’esto lugar e a quarta em Moreira...”

Isto é, até ao final do século XIX tinha havido em Moreira, segundo o Padre Joaquim Antunes de Azevedo, nada mais nada menos do que quatro fundições.

Em relação àquela que deu origem a esta nota, sabe-se que em período mais recente houve as tais obras para transformação do edifício e da sua finalidade. Foi durante essas obras que observei os camiões com os restos de fundição. Entretanto ter-se-ão levantado várias questões que obstaculizaram o processo e temos hoje um mamarracho de tijolo à vista ao lado de um fragmento de casa que conserva ainda interessantes aberturas com orlas de granito,

Apresentamos, de seguida, algumas imagens curiosas.

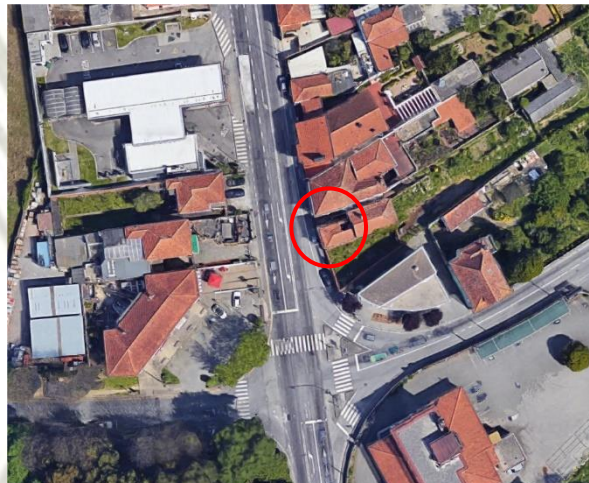
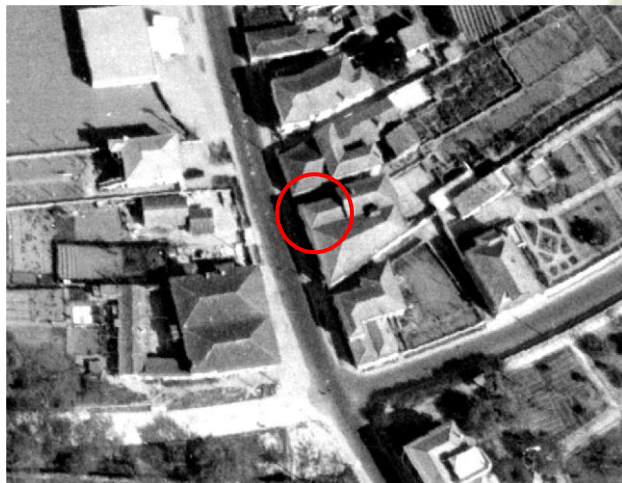
A primeira representa a planta do local em 1864, retirada do processo de construção da estrada do Porto à Póvoa de Varzim.



Extraído do livro “Moreira da Maia no Século XIX segundo os manuscritos do Padre Joaquim Antunes de Azevedo”.

A segunda imagem foi obtida de uma fotografia aérea de um voo de 1954. Aqui se observam nitidamente as construções que, naquela altura, seriam quase as mesmas do final do século anterior.

A terceira foi retirada do Google Maps em 2018, onde podemos ver o estado atual do local e das edificações e destruições.



São pequenos pedaços de história local que aqui ficam arquivados para memória futura. Um contributo, afinal, para as Memórias da Comunidade.

Notas

¹ Da Câmara Municipal da Maia e do Green Lines Institute

² Vol. I, fl. 156-164v.

³ Vol. III, fl. 1-29.

Bibliografia

José Augusto Maia Marques. *Moreira da Maia no século XIX segundo os manuscritos do Padre Joaquim Antunes de Azevedo*. Maia: Câmara Municipal, 1998.ano de 2019



Mosteiro de Moreira – António Pato. Vê-se em destaque a Torre Norte e os seus sinos fundidos no Padrão de Moreira

NOTAS DE LEITURA

Mário Fonseca e Ana Luíza do Patrocínio

O Trisavô "Brasileiro" – Biografia de Joaquim Moutinho dos Santos
2019

O livro e o seu lançamento

Dia de chuva do lado de fora mas radiante dentro da Casa Branca de Gramido, num ambiente acolhedor entre velhos e novos amigos e numerosa família.

Foi assim apresentado o livro "O Trisavô "Brasileiro", biografia de Joaquim Moutinho dos Santos, para cerca de 100 pessoas, num local onde se assinou a Convenção de Gramido que terminou com as Guerras Liberais.

Esta sessão de lançamento no Grande Porto ocorreu no dia 21, na Casa Branca de Gramido em Gondomar tendo a apresentação do livro estado a cargo de Rui Teles de Menezes, historiador da Câmara Municipal da Maia.

A segunda sessão de apresentação do livro decorreu em Lisboa, no dia 28 de setembro no Chiado Clube Literário, em Alcântara, onde o convidado dos autores foi Mário Moutinho de Pádua.

Da autoria de Mário Fonseca e Ana Luíza do Patrocínio, e editado pela Chiado Editora, este é um relato que une os dois mundos do século XIX que, apesar de separados pelo Atlântico, a imigração sempre uniu.



A mesa – Rui Teles de Menezes, Ana Luíza do Patrocínio e Mário Fonseca, e um aspeto da assistência.



Um dos autores, Mário Fonseca, usando da palavra, e um outro aspeto da assistência.

Quem foi Joaquim Moutinho dos Santos?

Este aquisantense nascido em 1811 no lugar de Parada, Águas Santas, foi o quinto filho de um simples lavrador das terras da Maia, tornando-se num reconhecido e influente médico e proprietário, primeiro em Jacareí - São Paulo, Brasil para onde emigrou em 1832 e depois no regresso à Maia - Portugal, como "brasileiro".

A vida no Porto no ambiente das guerras liberais, um desgosto de amor, uma aventura de 40 dias no mar, um Brasil por desbravar, o cuidado com os escravos e os desfavorecidos, as desilusões políticas na Câmara da Maia, são apenas algumas das peças que montam esta aventura.

Voltou para a Quinta da Pícuca em 1862 e exerceu as funções de Presidente da Câmara Municipal da Maia de 1870 a 1872, estando fortemente envolvido na génese da transferência dos Paços do Concelho, que só aconteceria em 1902, ano da sua morte.

Além da sua faceta política, este homem foi pai, médico, escritor, dramaturgo, inventor, humanista - um génio que promoveu os ideais da educação dos jovens, tornando-se ele próprio, pai de várias gerações de médicos, muitos deles reconhecidos até aos dias de hoje.



CONVITE



CHIADO
BOOKS

SESSÃO DE APRESENTAÇÃO DO LIVRO

O TRISAVÔ "BRASILEIRO"

DE MÁRIO FONSECA E ANA LUIZA DO PATROCÍNIO

21 de Setembro às 17h00

CASA BRANCA DE GRAMIDO

Tv. Convenção de Gramido 41,
4420-416 Valbom



www.chiadobooks.com | geral@chiadobooks.com

FORAL DA MAIA

Rui Teles de Menezes

António Cruz***A Casa Queimada*****Editorial Domingos Barreira, 1951**

Parecerá um tanto ou quanto bizarro que nesta rubrica, onde deveríamos apresentar notas de leitura sobre livros recentemente editados, eu vos traga hoje um livro com 68 anos!

É que apesar daquela provecta idade, creio que ele será, generalizadamente, uma novidade.

Neste número é publicado um interessante trabalho sobre António Cruz, e nesse contexto acho que divulgar esta obra aqui e agora faz todo o sentido.

E já agora vou contar-vos como o “descobri”. Um dia, na Universidade Portucalense, conversava animadamente com o Prof. António Cruz, como sempre fazia quando nos encontrávamos. Falávamos de Camilo, resvalamos para Alberto Pimentel e, de repente, o Prof. António Cruz atira-me com esta: sabes, eu também escrevi um romance histórico. Perante a minha surpresa, completa: procura lá na tua biblioteca, e depois diz-me qualquer coisa (a minha biblioteca era, obviamente, a Biblioteca Municipal da Maia). Lá fui, lá procurei, lá encontrei o livro e li-o de uma assentada, A seguir transmito-vos a minha “nota de leitura” que há muito tempo publiquei no saudoso “Jornal da Maia”. Aqui vai.

“ O autor, natural do lugar de Lagoa, freguesia de Santiago de Bougado, hoje concelho da Trofa, então de Santo Tirso - uma das mais significativas, ricas e importantes parcelas da antiga Terra da Maia - viu a luz do dia a 24 de Julho de 1911.

Licenciou-se em Coimbra, Doutorou-se no Porto e por onde passou, deixou marcas de competência, eficácia, rigor científico, elevadíssima capacidade de investigação, tendo publicado largas dezenas de livros e artigos de cariz científico e de divulgação histórica.

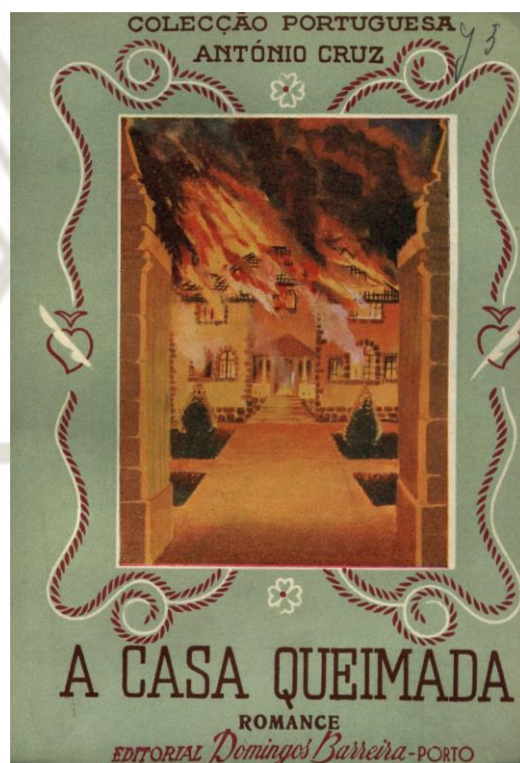
Mas vamos ao livro

Passado no seu Bougado (onde mais poderia ser?), a crítica literária da época (1951) disse dele «Trata-se dum drama rústico, com amores aparentemente impossíveis [...] com as ingenuidades da velha Rosa do Adro e deve agradar por certo aos milhares de leitores dessa novela».

É uma obra de 235 páginas, que se leem de um ápice, e isto não é nenhuma figura de retórica. Muito bem escrito, com um português tão correto quão rico, transporta-nos ao ambiente rural de uma certa área da Terra da Maia, tendo como epicentro Bougado, mas estendendo-se também a outras zonas contíguas.

A ação é algo intemporal, embora certas referências no-la coloquem talvez à roda dos anos 30 do século XX, com alguns recuos, em «flashback», até finais do século XIX.

Tudo gira à volta da figura do Manuel de Lemende, pedreiro, que aspirava a ser proprietário de



terras e de uma casa, materializando assim as aspirações de muitos jovens de então.

A trama entretece-se à volta de sua mãe Maria, em tempos conhecida pela «Navalheira», e do Professor Régio aposentado António de Campos que, sem que o protagonista o soubesse, mas sendo que a partir de certo momento o suspeitava, se veio a verificar que era seu pai. O vilão da história era um tal Manuel das Áfricas, gabarola, do género «cão que ladra não morde», e que uma vez resolveu mesmo morder, pela calada da noite, à falsa fé, ateando o incêndio que dá nome ao livro. O coração de Manuel tinha uma dona, a Maria Amélia que, está implícito, que não explícito, no final da história se juntará com o jovem.

Pelo meio da história, e das várias histórias com que ela se vai cerzindo, algumas figuras típicas, tal como o Silva Brasileiro de Parada, a galinheira da Trofa, o Alveitar do Souto da Sapateira, o tamanqueiro de Vermoim, excelente cantador ao desafio, e o Padre João, abade velho de Covelas, bem conversador e ótimo companheiro.

As descrições do quotidiano, das personagens e dos locais são abundantes, ricas, e plenas de referências histórico-etnográficas.

O repasto de tripas à moda do Porto (na «Abadia»?) do Manuel e do Professor, a páginas 84, a descrição da escola e dos jogos infantojuvenis a páginas 40/41, a Taberna e os seus frequentadores, a páginas 88/90 e sobretudo o magnífico retrato da romaria da Santa Eufémia na Carriça, a páginas 204 e seguintes, constituem momentos de rara beleza e importância etno-antropológica.

Muitos dos lugares utilizados na urdidura da história são bem nossos conhecidos. Vila Nova (de Famalicão), Parada (Vila do Conde), Barcelos, Vila do Conde, Porto, Bougado, Bairros, Lantemil, Souto da Sapateira, Covelas, Guidões, Castelo da Maia e Vermoim são alguns deles. São também várias as referências aos rios Leça e Ave, aos «brasileiros», às cenas e usos agrícolas, ao quotidiano das nossas pequenas aldeias.

Refira-se que o livro está localizado e datado: Casal do Outeirinho, Bougado, Outubro a Dezembro de 1945.

Editado pela «saudosa» Editorial de Domingos Barreira em 1951, o livro é dedicado pelo autor ao escritor Antero de Figueiredo.

Vale a pena recordar o que o Jornal «O Primeiro de Janeiro» dizia desta publicação em 26 de Outubro de 1951:

“Na prestigiada Coleção Portuguesa, da Editorial Domingos Barreira, desta cidade, na qual se incluem já obras de tanto valor como o «Amor de Perdição», «As Pupilas do Senhor Reitor», «A Severa» e outras assim célebres de que nem é preciso citar-lhes os autores, surgem também, estréias literárias que poderão talvez vir a atingir o renome dos autores das obras citadas. Uma dessas estréias, como ficcionista é a do dr. António Cruz, com o romance «A Casa Queimada». Trata-se de um drama rústico, com amores aparentemente impossíveis, mas que um lance romanesco torna realizáveis. A obra tem as ingenuidades da velha «Rosa do Adro», também da mesma colecção, e deve agradar, por certo, aos milhares de leitores dessa novela”.

Não apenas pela excelente qualidade literária da obra em si mesma, mas pelo que ela nos revela de um mundo já esquecido, é pena que o Professor António Cruz não nos tenha legado mais escritos deste tipo.”

José Augusto Maia Marques

500 anos do Foral da Maia

EXPOSIÇÃO

Viajar no tempo

Um Foral é, sem sombra de dúvida, um dos documentos mais importantes, se não mesmo o mais importante, na definição da identidade de um território. Outorgaram-se forais desde antes da independência de Portugal, ora por razões de defesa, ora para incentivar o povoamento, ora para reorganizar o território. Séculos passados, no final do reinado de D. João II, avolumam-se queixas que levariam a uma profunda reforma dos forais levada a cabo por D. Manuel I. O foral da Maia está entre os muitos que D. Manuel concedeu.

Esta exposição pretende levar o visitante a uma viagem no tempo, desde o século XI até ao século XVI, contando a história dos forais e, particularmente, do Foral da Maia, mas também a história do território maiato e das suas gentes. Procuramos fazê-lo de uma forma pedagógica, lúdica e atrativa. Esperamos que no final vos tenha agradado.

Desejamos-vos uma boa viagem...

Breve história dos Forais, desde a primeira outorga até à reforma manuelina. Razões do seu aparecimento e evolução das suas circunstâncias.

O Foral da Maia e o seu contexto. A Terra, as Gentes e o seu quotidiano. O papel do Foral na estruturação do território e na vida dos seus habitantes.

Museu de História e Etnologia da Terra da Maia

Exposição patente de setembro de 2019 a dezembro de 2021



Foral da Maia

500 anos